



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MAÍRA MACHADO BICHIR

**A QUESTÃO DO ESTADO NA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA**

CAMPINAS

2017

Maíra Machado Bichir

**A QUESTÃO DO ESTADO NA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Armando Boito Júnior

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MAÍRA MACHADO BICHIR E ORIENTADA PELO PROF. DR. ARMANDO BOITO JÚNIOR

A handwritten signature in blue ink, reading "Armando Boito Júnior", is written over a horizontal line.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 99999.010005/2014-05; CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

B471q Bichir, Maíra Machado, 1986-
A questão do Estado na teoria marxista da dependência / Maíra Machado
Bichir. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Armando Boito Junior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Estado. 2. Classes sociais. 3. Poder (Ciências sociais). 4. América Latina
- Dependência de países estrangeiros. I. Boito Junior, Armando, 1949-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The question of the State in marxist dependency theory

Palavras-chave em inglês:

State

Social classes

Power (Social sciences)

Latin America - Dependency on foreign countries

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Armando Boito Junior [Orientador]

Angélica Lovatto

Mathias Seibel Luce

Sávio Machado Cavalcante

André Kaysel Velasco e Cruz

Data de defesa: 22-09-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de setembro de 2017, considerou a candidata Maíra Machado Bichir aprovada.

Prof. Dr. Armando Boito Junior

Profa. Dra. Angélica Lovatto

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz

A ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Dedico este trabalho à minha mãe, Máisa, ao meu pai, Sidney e à minha irmã, Mayara, por todo amor, carinho e cumplicidade

Agradecimentos

O longo trajeto percorrido entre o início do doutorado e a finalização da escrita da tese foi de intenso aprendizado, trabalho, autoconhecimento e dedicação a um projeto que se concretizou no texto que apresento aqui. Esse percurso, ainda que em alguns momentos tenha exigido certo grau de reclusão, sobretudo no momento da redação, não foi solitário. Muito diferente disso, teve a participação de muita gente, pessoas a quem dedico imenso agradecimento.

Ao meu orientador, Armando Boito Jr., pelo apoio, tempo, e paciência dispensados à minha pesquisa. Foram muitas as reuniões de orientação, presenciais e por Skype, e as leituras dos resultados parciais da tese. Sua leitura rigorosa e atenta de meu trabalho, e a disposição para conversar, reconversar, e conversar uma vez mais foram essenciais nesse processo. Aprendi verdadeiramente muito ao longo desses cinco anos de orientação.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP, especialmente à Andréia Galvão e à Rachel Meneguello, pelo papel que tiveram em minha formação.

Às funcionárias e aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, sem cujo trabalho a vida acadêmica na universidade não seria possível. Agradeço à Priscila Gartier e à Camila Magalhães, por viabilizarem inúmeros processos no programa de Pós-graduação de Ciência Política.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado durante o período de abril de 2012 a dezembro de 2015, e da bolsa de doutorado sanduíche, entre os meses de fevereiro e novembro de 2015 (processo: 99999.010005/2014-05), a qual possibilitou o desenvolvimento de minha pesquisa na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), na Cidade do México, e minha dedicação integral ao doutorado durante esse período.

Ao Adrián Sotelo Valencia, por me receber na condição de pesquisadora visitante no Centro de Estudos Latino-americanos, na UNAM, durante os dez meses de meu doutorado sanduíche e pelas importantes discussões suscitadas pelas conversas de orientação e pela disciplina por ele ministrada.

Ao Jaime Osorio, pela interlocução estabelecida durante minha estada no México, através tanto de sua disciplina, quanto de conversas sobre a tese, estimulando a continuidade

de minha pesquisa e aportando importantes reflexões acerca do Estado nos países dependentes latino-americanos.

Ao Marcos Novelli, por suas contribuições na banca de qualificação. Aos membros da banca de defesa, Angélica Lovatto, Mathias Seibel Luce e André Kaysel Velasco e Cruz, pela leitura atenta, pelo diálogo, pelas considerações, comentários e críticas ao meu trabalho, alguns dos quais foram incorporados ao trabalho. Ao Sávio Cavalcante, pela participação tanto na banca de qualificação, quanto de defesa, acompanhando o desenvolvimento de meu trabalho e propondo reflexões que estimularão a continuidade de minha pesquisa.

À Natália Maria Félix de Souza, pela elaboração da versão em inglês do resumo da tese, à Marina Machado Gouvêa, pela revisão da versão em espanhol e à Heloisa Marques Gimenez, por me ajudar na revisão do exemplar encaminhado à banca.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), pela concessão do afastamento para conclusão do doutorado, sem o qual não teria sido possível finalizar a redação da tese.

Aos grupos de pesquisa Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil (GENEO), ligado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), da UNICAMP, e ao Grupo de Estudos da Teoria da Dependência (GETD), da UNILA, pelos debates e pela construção coletiva.

À Claudia Bittner e à Vanessa Gibran, cujo apoio foi fundamental para que esse ciclo fosse concluído.

Às minhas colegas e aos meus colegas de trabalho da UNILA, que se tornaram grandes amigo(a)s, Élen Schneider, Marina Gouvêa, Franciele Rebelatto, Juliana Guanais e Fernando Prado, pessoas que, como eu, vivem o projeto da UNILA como um projeto de vida e de transformação da realidade latino-americana.

À Mirella Rocha e à Heloisa Gimenez, por terem compartilhado tanto de suas vidas comigo desde minha chegada a Foz do Iguaçu. Só tenho a agradecer-las por serem os maiores presentes que a vinda para a UNILA trouxe. A amizade que construímos nesse período é muito importante para mim e ambas tiveram grande participação no fechamento desse ciclo e abertura de um novo.

Às minhas alunas e aos meus alunos da UNILA, com quem aprendi e aprendo todos os dias o verdadeiro sentido da carreira acadêmica e reafirmo a razão de seguir onde estou. Ustedes me dan fuerza para creer que otra América Latina es posible y que la lucha sigue.

Às amigas e aos amigos Melissa, Jéssica, Dennis, Julio, Armando, Hector e Mariana, que me acolheram com tanto carinho na Cidade do México, tornando minha passagem por lá ainda mais marcante e deixando grande saudade.

Às amigas e aos amigos que fiz no período de pós-graduação na UNICAMP, especialmente Valter Palmieri, Ellen Gallerani Corrêa, Patrícia Rocha Lemos e Raphael Machado, com quem dividi grande parte de meu tempo, debatendo ideias, criando experiências culinárias, vivenciando o dia-a-dia. Agradeço a vocês pela troca, pelas conversas, pelas festinhas, e por tornarem minha vida acadêmica muito colorida. À Ellen serei eternamente grata por se fazer tão presente na reta final da tese, quando a energia parecia já não mais existir. Obrigada pela força e pelas conversas diárias!

Às minhas amigas-irmãs Carolina Soccio, Tchella Maso, Lara Selis, Luiza Mateo, Natália Félix, Patrícia Avila e Juliana Alves da Costa, presenças permanentes em minha vida, nas quais me reconheço, e com quem nutro o entusiasmo pela carreira docente.

Às minhas avós Cyrene Durante Bichir e Cleonice Batista Machado, por torcerem sempre por minha felicidade e vibrarem com as minhas conquistas.

Ao Felipe Andrade, pelos momentos de muita alegria e amor compartilhados, pelo incentivo incansável, por caminhar ao meu lado durante esse tempo, pelas danças e pelos sorrisos. Sou grata pela sua presença, por seu companheirismo e por não me deixar desistir de meus sonhos, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, Sidney Luiz Bichir, à minha mãe Maísa Machado Bichir e à minha irmã, Mayara Machado Bichir, minhas principais referências, que acompanharam sempre de muito perto o caminho que fui construindo, e foram, ao mesmo tempo, fontes inesgotáveis de amor, estímulo e sustentação. Agradeço a acolhida e o apoio que vocês ofereceram, sobretudo durante o período do afastamento, quando o fim da tese parecia se distanciar mais e mais. Sem dúvida alguma, essa conquista é tanto minha quanto de vocês.

“O Estado atual é antes de mais uma organização da classe dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante.”

(Rosa Luxemburgo)

Resumo

A presente investigação, desenvolvida no bojo de uma recuperação da produção teórica de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, tem por objetivo analisar o lugar dedicado em suas obras, entre os anos de 1965 a 1979 – período no qual se concentram suas principais formulações sobre a problemática da dependência –, à reflexão sobre o Estado nos países dependentes latino-americanos. Partindo do debate marxista a respeito do Estado capitalista, que o identifica como centro do poder político e enfatiza seu caráter de classe como um de seus traços essenciais, e adotando o conceito de Estado dependente como hipótese de pesquisa, pretende-se lançar luz sobre o papel do Estado na reprodução das relações de dependência, guiando-se por meio das seguintes questões: I – O Estado é um elemento constituinte da explicação de Marini, Bambirra e Dos Santos sobre a dependência?; II – Como a dependência impacta a configuração dos Estados e o exercício do poder político nos países latino-americanos?; III – Há elementos da estrutura do Estado que se modificam nos países de capitalismo dependente?; IV – Como se configura o bloco no poder nos Estados dependentes?; V – Existe no interior da Teoria Marxista da Dependência uma análise sistemática sobre o Estado dependente? A partir das leituras e análise dos escritos desses teóricos, pudemos verificar que, embora não exista uma elaboração sistemática em torno do Estado dependente, os autores oferecem importantes aportes para compreender o caráter dependente dos Estados latino-americanos, sobretudo a partir de suas considerações sobre a configuração do bloco no poder desses Estados, indicando a posição hegemônica das burguesias imperialistas internacionais e a integração entre os interesses dessas classes e das classes dominantes locais.

Palavras-chave: Estado; Classes sociais; Poder (Ciências sociais); América Latina - Dependência de países estrangeiros

Abstract

Developed as part of a recovery of the theoretical production of Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra and Theotônio dos Santos between the years of 1965 to 1979 – period of their main formulations on the problem of dependence – this research aims at analyzing the role of the State in their reflection about Latin American dependent countries. Starting from the Marxist debate about the capitalist State, which identifies it as a center of political power and emphasizes its class character as one of its essential features, and adopting the concept of dependent State as a research hypothesis, the research sheds light on the role of the State in the reproduction of dependent relations, guided by the following questions: I – Is the State a constituent element of the explanation offered by Marini, Bambirra and Dos Santos about dependency?; II – How does dependency impact the configuration of States and the exercise of political power in Latin American countries?; III – Are there elements of the State structure that change in dependent capitalist countries?; IV – How does the power block get configured in dependent States?; V – Is there a systematic analysis of the dependent State within the framework of the Marxist Theory of Dependency? From the readings and analysis of their writings, we were able to verify that, although there is no systematic elaboration around the dependent State, the authors offer important contributions to understand the dependent character of the Latin American States, mainly from their considerations on the configuration of the power bloc, indicating the hegemonic position of the international imperialist bourgeoisies and the integration between their interests and those of the local ruling classes.

Keywords: State; Social classes; Power (Social sciences); Latin America - Dependency on foreign countries

Resumen

La presente investigación, que se desarrolla en el seno de una recuperación de la producción teórica de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra y Theotônio dos Santos, objetiva analizar el lugar dedicado en sus obras, entre los años de 1965 y 1979 – período en el que están concentradas sus principales formulaciones sobre la problemática de la dependencia –, a la reflexión sobre el Estado en los países dependientes latino-americanos. Partiendo del debate marxista sobre el Estado capitalista, que lo identifica como el centro del poder político y enfatiza su carácter de clase como uno de sus rasgos esenciales, y adoptando el concepto de Estado dependiente como hipótesis de investigación, se intenta arrojar luz sobre el rol del Estado en la reproducción de las relaciones de dependencia, asumiendo como punto de partida las siguientes cuestiones: I – ¿El Estado es un elemento constituyente de la explicación de Marini, Bambirra y Dos Santos sobre la dependencia?; II – ¿Cómo la dependencia afecta la configuración de los Estados y el ejercicio del poder político en los países latinoamericanos?; III – ¿Hay elementos de la estructura del Estado que cambian en los países de capitalismo dependiente?; IV – ¿Cómo se configura el bloque en el poder en los Estados dependientes?; V – ¿Hay en el interior de la Teoría Marxista de la Dependencia un análisis sistemático sobre el Estado dependiente? A partir de las lecturas y del análisis de los escritos de aquellos teóricos, pudimos verificar que, aunque no exista una elaboración sistemática con respecto al Estado dependiente, los autores ofrecen importantes aportes para comprender el carácter dependiente de los Estados latinoamericanos, especialmente sus consideraciones sobre la configuración del bloque en el poder de tales Estados, señalando la posición hegemónica de las burguesías imperialistas internacionales y la integración entre los intereses de esas clases y de las clases dominantes locales.

Palabras-clave: Estado; dependencia; política; América Latina

Lista de abreviaturas e siglas:

APRA - Alianza Popular Revolucionaria Americana

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEMARX - Centro de Estudos Marxistas

CESO - Centro de Estudios Socioeconómicos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

FIR - Frente de Izquierda Revolucionaria

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)

IELA - Instituto de Estudos Latino-americanos

MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria

MNR - Movimiento Nacional Revolucionario

M.P.C - Modo de Produção Capitalista

OEА - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PC - Partido Comunista

PCI - Partido Comunista Italiano

TMD - Teoria Marxista da Dependência

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 O Estado no capitalismo – uma abordagem marxista	21
1.1 Alguns elementos do debate marxista sobre o Estado	24
1.2 A problemática do Estado capitalista dependente	41
Capítulo 2 – Estado, política e dependência no pensamento de Vânia Bambirra ..	54
2.1 Estado: unidade de análise problemática?	55
2.2 Elementos para uma análise da dimensão política da dependência	61
2.3 A questão do Estado e do poder político na tipologia de Vânia Bambirra	80
2.3.1 O caso dos países de tipo A	82
2.3.2 O caso dos países de tipo B	99
Capítulo 3 – Estado, política e dependência no pensamento de Ruy Mauro Marini ..	107
3.1 O lugar do Estado e da política na produção de Ruy Mauro Marini sobre a dependência	110
3.1.1 A concepção de Estado de Marini.....	110
3.1.2 Reflexões em torno da presença do Estado na formulação geral de Marini sobre a dependência	118
3.2. Contribuições de Ruy Mauro Marini ao estudo do Estado capitalista dependente latino-americano	135
3.2.1 Apontamentos sobre o caráter dependente dos Estados latino-americanos	136
3.2.2 O subimperialismo como uma particularidade dos Estados dependentes .	143
3.2.3 Estado de contrainsurgência	146
Capítulo 4 Estado, política e dependência no pensamento de Theotônio dos Santos	154
4.1 O lugar do Estado na conceituação de Theotônio dos Santos sobre a dependência	155
4.2 O fascismo dependente latino-americano	164
Referências Bibliográficas:	193

Introdução

A pesquisa de doutorado aqui apresentada guarda profunda relação com os estudos realizados durante a iniciação científica e o mestrado. A investigação, que teve início durante a graduação, com um estudo que buscava discutir a problemática do subdesenvolvimento latino-americano sob a ótica das duas principais vertentes das Teorias da Dependência¹, foi aprofundada no âmbito do mestrado por meio de uma dissertação dedicada à análise da vertente marxista da dependência. Através de um estudo das obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, do resgate do contexto histórico em que seus pensamentos foram gestados e do debate entre seus interlocutores políticos e intelectuais, foi possível traçar uma história das ideias desse grupo intelectual².

Considerando a relevância que a produção teórica desses autores adquiriu no pensamento crítico latino-americano e suas contribuições para o desenvolvimento do marxismo, a partir de suas reflexões em torno do capitalismo dependente, de suas críticas às teorias da modernização e ao desenvolvimentismo cepalino, por um lado, e às interpretações e estratégias políticas dos partidos comunistas latino-americanos³, por outro, optamos por dar continuidade à análise das obras desses teóricos marxistas da dependência⁴. Tendo em vista a trajetória percorrida em nossa pesquisa, buscamos contemplar uma discussão sobre a qual ainda não nos debruçamos demoradamente, qual seja, a dimensão política da dependência. Nesse sentido, o Estado ganha destaque na atual proposta, visto ser a instituição na qual se concentra o exercício do poder político pela classe dominante.

¹ Em nossa tese de doutorado utilizamos “Teorias da dependência” em vez de “Teoria da dependência”, como fizemos no âmbito da pesquisa de mestrado, por entendermos que as divergências existentes no seio dos estudos sobre a dependência não possibilitam enquadrá-los como partes de uma mesma teoria. Nesse sentido, corrigimos o equívoco presente na dissertação (BICHR, 2012), quando apresentamos as diferenças entre as vertentes que compunham tal campo, sem, contudo, trata-las sob a denominação no plural.

² A dissertação de mestrado, produzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP, intitulou-se *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*.

³ Tendo em vista o trabalho já realizado no mestrado, não nos preocupamos, nesse momento, em reconstituir o contexto histórico, político e intelectual no qual tal pensamento emergiu. Além de nossa dissertação de mestrado, citamos outros estudos que oferecem contribuições nesse sentido: OURIQUES, 1995; VARGAS, 2009; MEIRELES, 2014.

⁴ Cabe ressaltar que ao lado de Bambirra, Marini e Dos Santos, há diversos outros autores que se filiam a tal tradição teórica, tanto na fase de sua constituição, nas décadas de 1960 e 1970, como são os casos dos intelectuais ligados ao Centro de Estudios Socioeconómicos, no Chile, Sérgio Ramos, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Jaime Osorio, quanto em décadas posteriores, dentre os quais podemos citar Adrián Sotelo Valencia e Nildo Ouriques. Em nossa pesquisa, entretanto, o foco reside nas obras daqueles três teóricos marxistas brasileiros. Inicialmente, pretendíamos desenvolver um quinto capítulo da tese dedicado a um diálogo entre os resultados da análise da obra dos três autores acima mencionados e a produção teórica de Jaime Osorio sobre o Estado latino-americano, o que, infelizmente, não foi possível concretizar em razão de limites temporais concretos. Tal diálogo deverá ser construído em pesquisas posteriores.

A tese de doutorado representa, portanto, um esforço no intuito de analisar o lugar dedicado nas obras de Bamberger, Marini e Dos Santos, entre os anos de 1965 a 1979 – período no qual se concentram suas principais formulações sobre a problemática da dependência –, à reflexão sobre o Estado nos países dependentes latino-americanos. Partindo do debate marxista a respeito do Estado capitalista, que o identifica como centro do poder político e enfatiza seu caráter de classe como um de seus traços essenciais, e adotando o conceito de Estado dependente como hipótese de pesquisa, pretende-se lançar luz sobre o papel do Estado na reprodução das relações de dependência, guiando-se por meio das seguintes questões:

I – O Estado é um elemento constituinte da explicação desses teóricos sobre a dependência? Qual o seu papel na construção dessa explicação?

II- Como a dependência afeta a configuração dos Estados e o exercício do poder político nos países latino-americanos? Há elementos da estrutura do Estado que mudam nos países de capitalismo dependente? Há elementos específicos aos Estados dependentes?

III – Há no interior das obras de Bamberger, Marini e Dos Santos uma análise sistemática sobre o Estado dependente? Ela é passível de ser construída? Quais são suas limitações? Quais são seus pontos controversos? Os escritos dos autores da teoria marxista da dependência (TMD) aportam contribuições à análise do Estado dependente?

IV – Qual o lugar da dimensão política da dependência nas obras dos autores? Como se relacionam as dimensões econômica e política da dependência em suas análises?

A escolha por esse problema de pesquisa se deu por duas motivações centrais: a primeira está vinculada à tentativa de uma maior aproximação de nosso objeto de pesquisa à área de nossa formação, qual seja, a Ciência Política, já que a grande maioria dos estudiosos da dependência está situada no campo das Ciências Econômicas e suas pesquisas refletem tal foco disciplinar; a segunda diz respeito à escassez de pesquisas sobre a problemática da dependência que elegem como objeto o Estado⁵.

Na última década, houve um renascimento dos estudos sobre a dependência no Brasil, sobretudo em sua vertente marxista. Antes desse período, as pesquisas sobre a temática da dependência no país haviam se concentrado na análise da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e na produção individual de Cardoso. Embora as obras de Ruy Mauro Marini, de Vânia Bamberger e de Theotônio dos Santos tenham encontrado ampla difusão nos países latino-americanos

⁵ Exceção deve ser feita ao conjunto da obra de Jaime Osorio, pensador chileno, filiado à tradição teórica marxista da dependência, cujo esforço reside justamente em evidenciar a indissociabilidade entre economia e política no estudo da problemática da dependência, dedicando especial atenção à questão do Estado. Cf. OSORIO, 2004; 2009; 2012; 2014a.

entre as décadas de 1970 e 1980, dentre os quais podemos destacar o Chile pré-golpe e o México; no Brasil, seus escritos apenas encontrariam acolhida no início do século XXI⁶. Os últimos dez anos foram marcados pela produção de diversos artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a teoria marxista da dependência ou adotando seu referencial teórico, além da criação de grupos de pesquisa e da realização de Congressos, Seminários e Conferências sobre a temática⁷.

A produção recente sobre a problemática da dependência tem se concentrado em quatro grandes eixos investigativos:

- a) a comparação entre as distintas vertentes das Teorias da Dependência;
- b) a recuperação da obra de Ruy Mauro Marini, sobretudo a partir de dois enfoques: análise, revisão e atualização do conceito de superexploração do trabalho; e resgate do conceito de subimperialismo para analisar a posição regional do Brasil nos últimos quinze anos;
- c) os estudos de caso sobre países latino-americanos à luz do referencial teórico marxista da dependência;
- d) a discussão sobre a “novíssima dependência”, através da análise das situações de dependência face ao contexto recente do capitalismo neoliberal.

Após um mapeamento bibliográfico sobre os estudos produzidos sobre a teoria marxista dependência, foi possível constatar a inexistência de análises sistemáticas sobre a questão do Estado na produção teórica de Bamberger, Marini e Dos Santos, o que nos remete a um questionamento sobre a razão de tal fato. Tratar-se-ia de uma mera coincidência, decorrente apenas de uma preferência temática dos estudiosos dos teóricos marxistas da dependência, ou essa ausência poderia ser atribuída a uma debilidade localizada no próprio conjunto da obra daqueles teóricos? Tendo como ponto de partida tal inquietação, propusemos a analisar como a questão do Estado integra as formulações desses autores sobre a

⁶ As principais obras de Marini, Bamberger e Dos Santos foram publicadas em espanhol, uma vez que tais autores viveram, durante um longo período de suas vidas, exilados no Chile e no México. Em que pese tal fato, muitas dessas obras foram publicadas e traduzidas para outros idiomas, dentre eles inglês, italiano, francês e alemão. No Brasil, a recente difusão de suas obras se deu por meio de uma importante iniciativa do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Editora Insular que, através da coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano, publicaram a tradução para o português de duas das principais obras da vertente marxista da dependência: *Subdesenvolvimento e Revolução*, de Ruy Mauro Marini, e *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bamberger, nos anos de 2012 e 2013, respectivamente.

⁷ Citamos alguns exemplos: AMARAL, 2012; ROCHA, 2017; GUANAIS, 2016; GOUVÊA, 2016; VARGAS, 2009; AMARAL; CARCANHOLO, 2008; 2009; LUCE, 2011; 2012; 2013a; 2013b; CORREA PRADO, 2010; 2015; CARCANHOLO, 2013; CARCANHOLO; CÔRREA, 2016; DUARTE, 2010; 2015. Um importante mapeamento da produção recente vinculada à teoria marxista da dependência pode ser consultado em: CASTELO; CORREA PRADO, 2013.

dependência latino-americana, assumindo como hipótese a ideia de que as concepções de Bamberger, Marini e Dos Santos sobre a dependência não abrigam uma análise sistemática do Estado dependente.

A estrutura da tese que apresentamos reflete, em grande medida, o próprio percurso de pesquisa. Esse trajeto, em busca da definição do problema de pesquisa, das escolhas acerca da periodização a ser adotada e das obras a serem incluídas, não foi linear, tendo sido construído ao longo do próprio esforço investigativo. Em um primeiro momento, pretendia-se identificar a presença do Estado no conjunto das obras daqueles autores, tarefa que foi realizada no caso de Marini, mas que foi abandonada à medida que não seria possível, no prazo para conclusão do doutorado, realiza-lo para os demais autores. Nesse sentido, readequamos o escopo de pesquisa, passando, assim, a nos ocupar da presença do Estado em suas elaborações sobre a problemática da dependência. Mesmo sabendo que a discussão sobre Estado na obra de tais autores perpassa diversas fases de sua produção teórica, interessou-nos aqui particularmente o período que vai de 1965 e 1979, uma vez que é nesse interregno que se situam as principais formulações desses autores sobre o tema. Não se trata, portanto, de toda a produção teórica dos três autores aqui analisados, mas sim de um conjunto de obras que edificaram uma visão acerca do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos que tinha como conceito articulador a noção de dependência.

A esse primeiro recorte, traçando a periodização, foi necessário incluir um segundo, tendo em vista a vasta produção dos três autores nesse período. Ainda que reconhecêssemos a importância dos estudos de caso concretos realizados pelos autores sobre Brasil, Chile, Cuba e outros países latino-americanos, na conformação de suas formulações sobre a dependência, não pudemos incorporar as leituras já realizadas no corpo do texto. A discussão aqui apresentada dirige seu olhar para as análises de caráter mais geral daqueles autores, que procuraram discutir a dependência como um traço estruturante dos países que conformam a região latino-americana⁸. Tendo em vista o caráter coletivo da produção de conhecimento, acreditamos que essa primeira incursão no tema, que tem por objetivo lançar luz sobre a especificidade dos Estados dependentes, poderá instigar novas contribuições ao tema.

A tese está estruturada em quatro capítulos. Busca-se, em um primeiro momento, caracterizar o Estado no modo de produção capitalista, tendo como referências os escritos de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, autores

⁸ Ainda que os estudos de caso não tenham sido objetos de análise sistemática, recorreremos, em alguns momentos, a essas referências.

que se dedicaram à análise de tal objeto sob a ótica do materialismo histórico. A delimitação do marco teórico segundo o qual parte a pesquisa, no que tange à concepção de Estado, é importante, uma vez que contribuirá para a reflexão em torno dos elementos que conformam a estrutura do Estado capitalista, ponto fundamental para pensar a caracterização do Estado dependente. Cumpre ressaltar que se acredita que a compreensão desse fenômeno apenas é possível a partir de uma análise profundamente integrada das dimensões econômica e política, razão pela qual elegemos o marxismo como marco teórico de nossa pesquisa.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, objetiva-se revisar estudos que problematizaram as particularidades que o Estado adquire na “periferia” do capitalismo, com especial ênfase para as análises sobre o Estado na América Latina. A partir da leitura de autores como Jaime Osorio, Tilman Evers, Heinz Sonntag e Angelita Matos Souza, pretende-se indicar elementos para se pensar a especificidade do Estado na América Latina, problematizando seu caráter dependente e refletindo sobre as razões que o diferenciam dos Estados imperialistas.

Os demais capítulos se concentram propriamente na discussão dos pensamentos de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Se na dissertação de mestrado o objetivo era evidenciar as semelhanças e aproximações entre tais autores, que permitiam situa-los no interior de uma mesma corrente de pensamento, no doutorado, não é esse o objetivo que nos guia necessariamente. Ainda que os tratemos sob essa chave analítica, como teóricos marxistas da dependência, preferimos dar ênfase ao desenvolvimento dos escritos de cada um em suas especificidades.

O segundo capítulo abriga uma análise do pensamento de Vânia Bambirra e está composto por três itens. No primeiro deles, reconstituímos um debate travado por Bambirra com Agustín Cueva e Francisco Weffort a respeito da unidade de análise que presidia os estudos das teorias da dependência. Frente à polêmica em torno da oposição Estado “nação” versus classe, Bambirra explicita, apoiando-se nos escritos de Lênin, a articulação entre os dois níveis de análise. O segundo item se concentra nas reflexões de Bambirra acerca da dimensão política da dependência, e o terceiro, está construído a partir da tipologia desenvolvida pela autora em *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Nele, buscou-se identificar como a autora caracterizou o Estado em sua análise sobre os países de tipo A e de tipo B, chamando atenção para as articulações entre as classes dominantes no bloco no poder, para as distintas modalidades de exercício do poder político e seus impactos nas classes dominadas desses países.

No terceiro capítulo é o pensamento de Marini que constitui objeto de nossa atenção. Por ter sido o primeiro autor a ser trabalhado e também pela importância que seu pensamento tem adquirido no debate recente sobre a TMD, ocupamos maior tempo em sua análise, o que permitiu que avançássemos em alguns elementos que não foram possíveis nos outros autores, como é o caso do mapeamento realizado sobre a presença do Estado em suas obras e sobre sua concepção de Estado. Mesmo considerando que tal fato criou uma desigualdade no tratamento dado aos outros autores, optamos por expor os avanços de pesquisa, por oferecer algumas pistas de pesquisa que poderão ser desenvolvidas futuramente por estudiosas e estudiosos de seu pensamento. Além desses elementos, investigamos a presença do Estado no conjunto de escritos que compõem, ao lado de *Dialéctica de la dependencia*, o corpo teórico fundamental sobre o qual se conforma sua concepção de dependência, bem como reunimos as principais contribuições do autor acerca da caracterização dos Estados latino-americanos, a partir de suas formulações sobre o subimperialismo e sobre o Estado de contrainsurgência.

Por fim, no último capítulo, dedicado ao pensamento de Dos Santos, partimos da crítica feita pelo autor às teorias do desenvolvimento e do contraponto por ele oferecido a partir de sua definição de dependência, para evidenciar as diferentes concepções de Estado que orientam tais tradições teóricas. Em seguida, concentramos nossa análise em um estudo a respeito da concepção de fascismo dependente de Dos Santos. Entendendo a importância que tal interpretação assumiu na obra do autor, discutimos o lugar conferido por Dos Santos ao Estado em sua definição dos regimes políticos latino-americanos na década de 1970, propondo uma interlocução crítica com as análises de Atilio Boron e de Nicos Poulantzas sobre o fascismo.

Capítulo 1 O Estado no capitalismo – uma abordagem marxista

A temática do Estado é bastante complexa e tem sido discutida por distintas vertentes teóricas no campo da Ciência Política, como é o caso das perspectivas institucionalistas, neo-institucionalistas, pluralistas, elitistas e da escolha racional. Diferentemente dessas perspectivas de Estado, que já se encontram consolidadas e gozam de prestígio entre os cientistas políticos, a teoria marxista do Estado foi objeto de debates e controvérsias, sobretudo a partir da polêmica instaurada com o artigo de Norberto Bobbio, *Existe uma doutrina marxista do Estado?*, em 1975. Nele, o autor chama atenção para a “[...] inexistência ou insuficiência ou deficiência ou irrelevância de uma ciência política marxista, ‘compreendida como falta de uma teoria do estado socialista, como alternativa [...] às teorias do estado burguês, da democracia burguesa’” (BOBBIO, 1983, p. 37). Sua argumentação está construída sobre os seguintes pontos: os teóricos marxistas se preocuparam mais com a questão da conquista do poder e com o problema do partido, do que com o Estado; a assunção de que o Estado seria um fenômeno transitório, uma vez conquistado o poder, obstaculizou uma reflexão mais sistemática sobre tal instituição. Além desses elementos, o autor ressalta que não há um estudo aprofundado das instituições por parte do marxismo, e atribui tal ausência ao foco da teoria marxista nos sujeitos. A deficiente teoria do Estado de Marx se ancoraria, ademais, em uma concepção instrumental, segundo a qual o Estado é definido como aparelho a serviço da classe dominante (BOBBIO, 1983).

O artigo de Bobbio ensejou calorosos debates na intelectualidade italiana da década de 1970, os quais se concentraram em duas revistas principais, *Mondoperaio* e *Rinascita*, dos quais tomaram parte, não apenas, mas principalmente, intelectuais do Partido Comunista Italiano (PCI), como era o caso de Umberto Cerroni, Valentino Gerratana e Giuseppe Vacca⁹ (cf. BIANCHI, 2007a). No Brasil, tal discussão encontrou eco entre intelectuais marxistas ligados ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), da Universidade Estadual de Campinas, dentre eles Alvaro Bianchi e Armando Boito Jr., os quais resgataram tal debate para enfatizar a posição ocupada pelo Estado e pela política no pensamento marxista.

Alvaro Bianchi contesta os argumentos de Bobbio, defendendo a existência de uma teoria marxista do político. Primeiramente esclarece que política, poder e Estado estão

⁹ Alvaro Bianchi, em seu artigo *Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent' anni dopo* (2007a), realiza um detalhado mapeamento do debate que teve lugar na Itália na década de 1970, impulsionado pelo artigo de Norberto Bobbio.

intimamente conectados na perspectiva marxista, “[...] a política é o lócus dos conflitos pela apropriação do poder político, o poder organizado sob sua forma estatal” (BIANCHI, 2007a, p. 41). Em seguida, afirma que Bobbio reduziu a teoria marxista da política a uma teoria da transição, fato que demonstraria um desconhecimento dos desenvolvimentos que tiveram lugar no interior do marxismo no século XX, no que diz respeito tanto ao debate sobre o processo de transição na União Soviética e sobre a crise desse processo, quanto à produção marxista da década de 1960 e 1970 de Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, cujos escritos conferiram uma nova posição à teoria política no programa de pesquisa marxista. Embora Bianchi reconheça que os escritos de Marx apresentem uma crítica da política dispersa e fragmentada, ele afirma que “O fundamento da teoria do Estado e da política de Marx pode ser encontrado, portanto, na articulação entre a reprodução política das relações sociais e a reprodução social das relações políticas” (BIANCHI, 2007a, p. 62).

Armando Boito Jr. (2007), por sua vez, em sua obra *Estado, política e classes sociais*, empreende um importante esforço investigativo ao sistematizar conceitos e teses centrais da teoria política marxista, ressaltando a relevância da contribuição marxista ao estudo do Estado e da política. Partindo, sobretudo, dos textos históricos de Marx e Engels, nos quais são desenvolvidos “[...] conceitos e teses originais e fundadores” (p. 8), Boito Jr. afirma a existência de dois níveis fundamentais: no primeiro deles, podem ser encontrados conceitos e teses particulares, limitados à compreensão das conjunturas e dos fenômenos históricos analisados; já no segundo, distinguem-se conceitos e teses de caráter mais geral e abstrato, que inauguram uma nova visão sobre a política (BOITO JR., 2007). A partir de tal argumento e da discussão de conceitos como o de Estado, poder, crise revolucionária e cena política, presentes nos escritos de autores marxistas, Boito Jr. se posiciona em relação à polêmica que ganhou corpo com o artigo de Bobbio, ao mesmo tempo em que faz referência a outra controvérsia, esta oriunda do próprio campo marxista, qual seja, a possibilidade “[...] de distinguir no corpo geral dessa teoria, a análise do poder político da análise da cultura ou da análise da economia” (BOITO JR. 2007, p. 08). Segundo o autor, a escola lukacsiana, de um lado, e o economicismo, dominante no marxismo no século XX, de outro, teriam, por razões distintas, bloqueado a reflexão teórica sobre a política. A primeira, por considerar que o marxismo deveria ser entendido como um “[...] corpo conceitual único que não comportaria distinções sequer metodológicas” (BOITO JR. 2007, p. 08), e a segunda, por reduzir a esfera política a mero epifenômeno da economia. Boito Jr. sintetiza sua tese acerca da teoria política marxista na seguinte passagem:

De minha parte, embora reconheça a unidade da teoria marxista da sociedade e da história, aquilo que se pode denominar a teoria do materialismo histórico, entendo, também, que são possíveis e necessárias distinções metodológicas para contemplar a especificidade do estudo da economia, da política, da cultura etc. A teoria política marxista, embora seja um conhecimento regional dependente da teoria geral do materialismo histórico, e, portanto, do conjunto de suas teorias regionais (economia, sociedade, cultura), possui, contudo, um quadro conceitual específico que lhe permite abordar o seu objeto também específico que é o poder político e a luta para mantê-lo ou conquistá-lo (BOITO JR., 2007, p. 09).

Em consonância com os argumentos formulados por Bianchi e Boito Jr., busca-se fortalecer aqui, por meio de um trajeto que se inicia nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, passando, depois, à contribuição de importantes autores marxistas, como Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, a tese da existência de uma teoria marxista do Estado. Embora tal teoria não se encontre sistematizada na obra de Marx e Engels, ambos legaram reflexões valiosas sobre o tema do Estado e da política ao pensamento político e social, as quais foram incorporadas, criticadas e desenvolvidas por autores e autoras marxistas ao longo do século XX.

O debate marxista sobre o Estado constitui um campo de pesquisa bastante abrangente e amplo, na medida em que perpassa os escritos de Marx e de Engels; de autores e autoras marxistas clássico(a)s como Lênin, Luxemburgo, Trotsky, Gramsci; o debate da década de 1970 entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, o qual se tornou conhecido pela insígnia “instrumentalismo versus estruturalismo”; o debate derivacionista do Estado, com Joachim Hirsch, Elmar Altvater; a abordagem relacional-estratégica de Estado, de Bob Jessop – discussões já consagradas no âmbito dos estudos marxistas¹⁰. Há, ademais, um vasto campo pouco explorado sobre a problemática do Estado, qual seja, a produção marxista sobre o tema nos países denominados “periféricos”, dentre os quais, a título de exemplo, mencionam-se alguns de seus representantes latino-americanos, como René Zavaleta Mercado, Pablo González Casanova, Marcos Kaplan, Jaime Osorio, Mabel Thwaites Rey, Atilio Boron, entre outro(a)s, que ofereceram contribuições valiosas à compreensão do Estado capitalista¹¹. Essa brevíssima e insuficiente digressão a respeito do “estado da arte” dos estudos marxistas sobre o Estado tem como objetivo assinalar a riqueza desse campo de estudo, mas, antes disso, a própria existência de um campo de conhecimento constituído e em permanente

¹⁰ Para um estudo mais detalhado e aprofundado sobre o debate marxista sobre o Estado, consultar: ARONOWITZ; BRATSKIS, 2002; THWAITES REY, 2007; BONNET; PIVA, 2017.

¹¹ Buscamos enfatizar, com isso, que as contribuições desses autores não se restringem às especificidades dos Estados latino-americanos, devendo, portanto, ser entendidas como partes dessa ampla tradição marxista de estudos sobre o Estado capitalista.

desenvolvimento acerca da teoria marxista de Estado, o que enfraquece a tese bobbiiana acima referida.

Tendo em vista que o objeto da presente investigação está centrado no estudo das obras dos teóricos marxistas da dependência, esse primeiro capítulo reflete um esforço por situar o marco teórico geral, no qual a pesquisa está inserida, tanto no que diz respeito à concepção marxista de Estado, quanto às particularidades que concernem ao estudo do Estado dependente. Nesse sentido, optou-se por uma apresentação do debate marxista clássico sobre o Estado, com a recuperação das formulações de Marx e Engels, à qual se seguem as contribuições de Lênin e Gramsci à teoria marxista do Estado, encerrando-se com o pensamento de Nicos Poulantzas, autor que tem papel central na consolidação da teoria política marxista como um campo de estudo, por conferir ao Estado um papel de centralidade em suas obras, enfrentando questões e dilemas pouco ou nunca antes enfrentados pelo marxismo. Privilegiamos tais análises em detrimento de outras, por serem essas referências que estão presentes, de maneira direta ou indireta, em maior ou em menor medida, nas obras de Bamberger, Marini e Dos Santos, entre os anos de 1965 e 1979. Nesse sentido, mesmo reconhecendo os posteriores desenvolvimentos nesse campo de estudo, não avançamos em sua descrição, já que tais debates são temporalmente posteriores à periodização selecionada.

1.1 Alguns elementos do debate marxista sobre o Estado

A análise de Karl Marx sobre o Estado sofre profundas modificações ao longo de sua obra, não sendo possível, em razão disso, afirmar a existência de apenas uma concepção do autor em torno do tema. Considerando as transformações que se deram entre os escritos de Marx, entre 1842 e 1848, relacionadas tanto às suas críticas à filosofia idealista alemã, quanto à sua aproximação com o socialismo francês, faremos referência à concepção de Estado desenvolvida por Marx a partir do *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, na qual seu caráter de classe é expresso com absoluta clareza¹².

Em obras como *Manifesto Comunista*, *A luta de classes na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*, *Crítica do Programa de Gotha* e em

¹² Não pretendemos aqui adentrar as numerosas e profundas controvérsias a respeito da periodização do pensamento de Marx, de suas continuidades e rupturas (políticas; epistemológicas), cumprindo apenas mencionar que suas formulações acerca do Estado não escapam dessa problematização. Um interessante estudo sobre as mudanças no pensamento de Marx sobre o Estado está presente em: CASTILLO, 2007.

*O Capital*¹³, é possível vislumbrar importantes elementos que conformam a concepção marxiana da política e do Estado. Ainda que não exista um livro dedicado exclusivamente à questão do Estado, Marx nos deixa muitas pistas de sua compreensão sobre o aparelho político de domínio no modo de produção capitalista em suas análises dos processos históricos vividos pela França no século XIX. Um dos elementos centrais dessas análises é justamente a ineludível articulação entre o Estado e a dominação de classes, articulação que penetra e caracteriza o Estado no capitalismo, ponto sumamente ocultado ou negado nas outras perspectivas teóricas acima mencionadas.

Se em *Manifesto Comunista* nos deparamos com uma definição sintética do Estado, nas obras históricas tem lugar uma complexificação, uma sofisticação dessa mesma problemática. Embora a primeira tenha se notabilizado pela máxima “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2007 [1848], p. 42), a qual alimentou críticas e contestações em relação à capacidade analítica do marxismo, bem como a uma visão instrumentalista do Estado, não se pode prescindir de tal obra para pensar a concepção marxista de Estado, uma vez que nela está condensada a característica essencial do Estado capitalista, seu caráter burguês. Além daquela formulação, encontram-se esboçadas perspectivas sobre o poder político, sobre a relação entre tal poder e as classes sociais e entre política e economia, bem como indicações sobre a relevância atribuída pelos autores alemães ao Estado em seu programa teórico e prático. Ao recuperarem o processo de formação da burguesia, Marx e Engels afirmam que tal processo esteve associado a uma série de revoluções no modo de produção e de troca, as quais eram acompanhadas de um progresso político respectivo. À consolidação de seu poder econômico correspondeu um movimento de centralização política pela burguesia, tendo ela conquistado a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno (cf. MARX; ENGELS, 2007, p. 41-45).

Entendido o poder político enquanto o poder organizado de dominação de uma classe sobre outra – no caso do modo de produção capitalista, da burguesia sobre o proletariado – Marx e Engels destacam o papel de centralidade que a conquista do poder político deveria ocupar na estratégia dos partidos comunistas e proletários. Uma vez alcançado tal poder, o proletariado seria capaz de “[...] arrancar pouco a pouco todo o capital

¹³ Em *O Capital*, encontramos, em estado prático, teses importantes sobre o Estado. Exemplos: a) nas três primeiras seções do livro I, a análise do papel do direito na reprodução das relações de produção capitalistas; b) no capítulo VIII do mesmo livro, temos a análise do papel do Estado regulamentando, contra a vontade dos capitalistas individuais, a exploração da força de trabalho; c) no capítulo XXIV, sobre a acumulação primitiva, a análise do papel do Estado na expropriação dos camponeses. Cf. MARX, 2013 [1867].

da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 58). O Estado, na concepção evidenciada em *Manifesto Comunista*, constituiria um instrumento para a destruição das antigas relações de produção e das próprias classes sociais, perspectiva que se expressa não apenas na máxima supra mencionada, mas também na descrição das medidas que deveriam ser conduzidas pelo proletariado após a conquista do Estado¹⁴.

Avançando em relação àquela definição apresentada em *Manifesto Comunista*, obra que se caracterizava como um programa partidário e buscava oferecer, em traços bastantes gerais, uma visão sobre a história, na qual a luta de classes adquiria centralidade, as obras históricas de Marx¹⁵ revelam um aprofundamento de sua análise sobre o Estado, constituindo-se como matéria-prima para posteriores desenvolvimentos em torno de uma teoria marxista do Estado¹⁶. No caso das análises sobre a conjuntura política francesa, Marx, a partir de eventos como a revolução de 1848, o golpe de Luís Bonaparte e a formação da Comuna de Paris, constrói uma poderosa argumentação, na qual a economia aparece articulada com a política e com a ideologia para a explicação dos nexos entre tais processos históricos e a luta de classes. Ocorrem mudanças e desenvolvimentos significativos no pensamento de Marx nessas obras, sobretudo no que diz respeito à análise sobre a política e o Estado. Nas obras, *A luta de classes na França (1848-1850)*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil na França*, o autor discute a relação entre Estado e sociedade,

¹⁴ Marx e Engels elencam como medidas que poderiam ser aplicadas pelo proletariado nos países “avançados”: “1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado. 2. Imposto fortemente progressivo. 3. Abolição do direito de herança. 4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes. 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo. 6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado. 7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral. 8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura. 9. Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país. 10. Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 58).

¹⁵ Tanto Marx, quanto Engels realizaram estudos sobre diversas conjunturas históricas concretas, como é o caso da França, Irlanda, Inglaterra, Rússia, Polônia, Alemanha, Índia, Itália, Estados Unidos, China, entre outros. Tendo em vista o escopo e objetivo da presente pesquisa, esta se restringirá às análises de Marx sobre os processos políticos franceses, na medida em que consideramos que nelas estão identificadas importantes formulações a respeito do Estado capitalista.

¹⁶ Adriano Codato, em seu artigo *O 18 Brumário, política e pós-modernismo*, chama atenção para o papel que a retomada das obras históricas de Marx teve, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, no desenvolvimento dos estudos marxistas sobre o Estado, problematizando, entretanto, o fato de que, no bojo desse processo, tais obras passassem a ser reconhecidas como “textos políticos” de Marx, ignorando-se a intrínseca articulação entre política e economia, presente nesses escritos. Cf. CODATO, 2004.

desmistificando a aparente independência do primeiro frente à última. Como afirma o autor, em *A Guerra Civil na França*:

[...] **o governo, colocado sob controle parlamentar – isto é, sob o controle direto das classes proprietárias** –, tornou-se não só uma incubadora de enormes dívidas nacionais e de impostos escorchantes, como também, graças à irresistível fascinação que causava por seus cargos, pilhagens e patronagens, **converteu-se no pomo da discórdia entre as facções rivais e os aventureiros das classes dominantes**; mas o seu caráter político mudou juntamente com as mudanças econômicas ocorridas na sociedade. No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, **o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe** (MARX, 2011b, p. 54-55, grifos nossos).

Ao contestar a ideia de que o poder de Estado se posicionava acima da sociedade, Marx explicita o vínculo entre poder econômico e poder político, e, por meio de sua análise sobre o golpe de Luís Bonaparte, o autor atesta que tal relação não pode ser entendida de maneira mecânica. Marx oferece um rico panorama das frações de classe existentes na França do século XIX, identificando os partidos políticos e tendências aos quais estavam associadas, seus objetivos políticos e suas relações com as demais classes sociais¹⁷. Em meio a um processo de acirradas disputas e conflitos entre as frações de classe dominantes, e de ameaça de avanço do proletariado francês, estrutura-se um golpe de Estado por Luís Bonaparte, o qual coloca fim à república parlamentar e restaura, em seu lugar, o Império. Nesse processo, no qual o imperador “professava” defender a classe operária, por meio da destruição do parlamentarismo e do fim da submissão do governo às classes proprietárias, ao mesmo tempo em que “professava” salvar as classes possuidoras, garantindo seu domínio econômico sobre a classe operária (MARX, 2011b, p. 56), teve lugar, como salienta Marx, “[...] a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade de governar a nação” (MARX, 2011b, p. 56).

Marx, ao analisar o golpe de Estado na França, busca no movimento da luta de classes a explicação para os eventos que conformavam a conjuntura política francesa. O golpe bonapartista não teria sido resultado de uma habilidade excepcional de liderança de Luís Bonaparte, mas sim de um conjunto de condicionantes, dentre eles: os desacordos e as disputas fratricidas no seio da burguesia em suas distintas frações, que se manifestavam nos conflitos entre o Parlamento e o Poder Executivo franceses; a crise comercial pela qual passou

¹⁷ Armando Boito Jr., em *Estado, política e classes sociais*, constrói um quadro bastante detalhado sobre a configuração da cena política e da luta de classes descritas por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e As lutas de classe na França (1848-1850)*.

o país em 1851; o temor por parte da burguesia de que uma nova sublevação proletária ocorresse e o forte apoio encontrado por Luís Bonaparte no campesinato parcelar, a classe mais numerosa da sociedade francesa daquele tempo, bem como no lumpemproletariado, que constituía a base social da Sociedade 10 de dezembro. Frente a tal conjuntura política, a burguesia abdica de seu poder político em favor da manutenção de seu poder social, como elucidada Marx na seguinte passagem:

[...] a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de **governar a si própria**; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes [...] (MARX, 2011a, p. 81, grifos originais).

Tal processo se expressou, de maneira concreta, na destruição pela própria burguesia de seus órgãos de representação institucionais, como descreve o autor alemão, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

[...] o **partido parlamentar da ordem** com a sua grita por tranquilidade reduziu a si próprio ao silêncio, declarando que o domínio político da burguesia é incompatível com a segurança e a continuidade da burguesia, destruindo com as próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições de seu próprio regime, o regime parlamentarista; a **massa extraparlamentar da burguesia**, em contrapartida, sendo servil ao presidente, insultando o Parlamento, maltratando a sua própria imprensa, praticamente convidou Bonaparte a reprimir e destruir o segmento que dominava a fala e a escrita, os seus políticos e os seus literatos, a sua tribuna e a sua imprensa, para que pudesse, confiadamente, sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados. Ela declarou inequivocamente que estava ansiosa por desobrigar-se do seu próprio domínio político para livrar-se, desse modo, das dificuldades e dos perigos nele implicados (MARX, 2011a, p. 124, grifos originais).

Se nos governos anteriores, sob a monarquia absoluta e sob Napoleão Bonaparte, a burocracia se constituía como “[...] meio para preparar a dominação de classe por parte da burguesia”, e sob a restauração, sob Luís Filipe e sob a república parlamentar, passara a “[...] mero instrumento da classe dominante [...]”, sob o governo de Luís Bonaparte, o Estado teria se tornado “[...] completamente independente” (MARX, 2011a, p. 141). Cabe salientar, entretanto, como afirma o próprio autor, que esse Estado não pairava no ar; representava antes uma classe, os camponeses parcelares. Tal independência não impediu, contudo, que a burguesia preservasse seu domínio econômico, o que é descrito por Marx em *A guerra civil na França*:

Sob sua égide [do Império], a sociedade burguesa, liberta de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado até para ela mesma. Sua indústria e comércio assumiram proporções colossais; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas contrastava com a descarada ostentação de um luxo pomposo, prostibular e vil. O poder estatal, que aparentemente pairava acima da sociedade, era, na verdade, o seu maior escândalo e a incubadora de todas as suas corrupções (MARX, 2011b, p. 56).

A análise realizada por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* foi recuperada por diversos autores marxistas como importante fonte para o desenvolvimento de uma teoria marxista do Estado. Sua caracterização do governo de Luís Bonaparte permitiu que tais autores formulassem o conceito de autonomia relativa do Estado¹⁸, já presente de forma latente nos escritos marxianos. De maneira semelhante, o conceito de bonapartismo passou a integrar a teoria marxista como uma forma específica de autonomia relativa do Estado, sendo empregado na descrição de governos cujos traços se assemelhavam àquele¹⁹.

Outro elemento a ser destacado na produção teórica de Marx sobre o Estado é a mudança que a experiência da Comuna de Paris produziu em seu pensamento. O processo vivido pelo proletariado francês em 1871 modificou sua concepção acerca da estratégia que a classe trabalhadora deveria assumir em relação ao Estado. No terceiro capítulo de *A guerra civil na França*, o autor resgata a assertiva de que o proletariado deveria tomar em suas mãos o poder governamental, mas o faz sob uma imperiosa advertência: “Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011b, p. 54). Para o autor, o poder estatal, ao lado de seus órgãos constitutivos, como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, haviam servido à burguesia em sua luta contra o feudalismo, bem como à consolidação de seu domínio e, nesse sentido, assumiram um caráter de poder nacional do capital contra o trabalho.

Friedrich Engels, no prefácio desse mesmo livro, bem como no prefácio à edição alemã de 1872 de *Manifesto Comunista*, enfatiza tal mudança operada em sua perspectiva e na perspectiva de Marx a partir das medidas implementadas pela Comuna. Duas medidas foram

¹⁸ Nicos Poulantzas é o primeiro autor marxista a utilizar o conceito de autonomia relativa do Estado, em *Poder político e classes sociais*. Sua formulação é resultante do encontro entre as análises presentes nas obras de Marx e Engels, e o conceito utilizado por Louis Althusser, autonomia relativa das instâncias econômica, política e ideológica na configuração do todo social (modo de produção em sentido ampliado). Cf. SAES, 2008. O conceito de autonomia relativa será retomado, mais adiante, em diversas passagens.

¹⁹ Cabe advertir que tanto o conceito de autonomia relativa do Estado, quanto o de bonapartismo, entendido enquanto uma forma específica dessa autonomia, são objetos de crítica por outros autores marxistas. Um exemplo dessa crítica, que questiona a autonomia relativa do Estado como uma característica geral do Estado capitalista, interpretando-a como um traço específico dos regimes bonapartistas, pode ser encontrada em: DEMIER, 2012.

fundamentais, de acordo com Engels, para que o Estado e seus órgãos não se transformassem de “[...] servidores da sociedade em senhores da sociedade [...]” (ENGELS, 2011 [1891], p. 196): a criação de mandados revogáveis a qualquer momento através do sufrágio universal, em todas as esferas do poder público, e equiparação da retribuição salarial de todos os funcionários estatais aos salários dos trabalhadores. A Comuna de Paris, ademais, teria demonstrado a necessidade de abolição do poder estatal e de sua substituição por um novo poder, “[...] verdadeiramente democrático [...]” (ENGELS, 2011, p. 196). Como afirma Marx, em sua caracterização do processo de destruição do Estado e de emergência de uma constituição comunal, “Ao passo que os órgãos meramente repressivos do velho poder estatal deveriam ser amputados, suas funções legítimas seriam arrancadas a uma autoridade que usurpava à sociedade uma posição preeminente e restituídas aos agentes responsáveis dessa sociedade” (MARX, 2011b, p. 58).

O pensamento engelsiano também está permeado por reflexões acerca do Estado, sobretudo em sua obra, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nela, o autor discute o surgimento do Estado enquanto instituição, suas características, bem como sua relação com a sociedade, estruturada em classes sociais. De acordo com Engels, a emergência do Estado estaria associada a uma determinada fase do desenvolvimento econômico da sociedade, cujo traço característico era a divisão em classes sociais. Nas palavras do autor,

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’ (ENGELS, 1977 [1884], p. 191).

O Estado, nesse sentido, é entendido por Engels como uma força de coesão da sociedade, na medida em que suprime os conflitos abertos existentes entre as classes sociais, permitindo que tais disputas se expressem apenas no campo econômico. O aparente alheamento desse Estado frente à luta de classes oculta o caráter de classe que o constitui desde sua origem. O autor enfatiza que, ao ser forjado em meio ao conflito de classes e nascido para conter os antagonismos daí decorrentes, o Estado “[...] é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos

meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 1977, p. 193). Além de características como a organização da sociedade segundo uma delimitação territorial, a criação de uma força pública e a instituição da cobrança de impostos, Engels aponta a garantia da propriedade privada como uma das principais marcas do Estado, traço esse que representaria justamente a chancela oferecida pelo Estado à manutenção da divisão da sociedade em classes, e o direito de exploração da classe despossuída, pela classe possuidora. Apesar de traçar uma associação direta entre Estado e classes dominantes – senhores de escravos, nobreza e burguesia –, Engels, de maneira semelhante a Marx, indica que existem períodos “[...] em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes” (ENGELS, 1977, p. 194). Ainda que o autor saliente que tais períodos constituam exceções à regra, tal análise, que foi traduzida para o conceito de autonomia relativa do Estado, foi fundamental para o desenvolvimento de leituras marxistas que atentassem para a complexidade e para as nuances que definem a relação entre Estado e classes sociais.

Seguindo e avançando em relação aos escritos de Marx e Engels, Vladimir I. Lênin, o qual escreve em um contexto histórico e político muito distinto ao dos filósofos alemães, bem como a partir de outra realidade concreta, no caso a Rússia, dedica-se, em sua obra *O Estado e a revolução*, à construção de uma análise mais detida do Estado. Marcado pelo contexto de aceleração e de aprofundamento do processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado em função da guerra imperialista, Lênin recupera as passagens de Marx e Engels sobre o Estado e as integra em sua reflexão, relacionando-as ao problema da revolução. Em um debate explícito com os teóricos e dirigentes marxistas de seu tempo, o autor discute o caráter do Estado, seu papel na luta de classes, e suas transformações durante o processo revolucionário, na passagem do capitalismo para o socialismo e deste para o comunismo. Ao se contrapor à tese de que o Estado consistiria em um órgão de conciliação de classes, Lênin defende que a ideia fundamental do marxismo acerca do papel do Estado reside justamente na constatação de que ele é o produto e a manifestação de que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 1974 [1917], p. 09). O reconhecimento de tal condição por Marx e Engels, através de uma análise das experiências históricas concretas, produz um entendimento específico sobre o lugar do Estado no processo revolucionário, segundo Lênin:

[...] se o Estado nasce pelo facto das contradições das classes serem inconciliáveis, se ele é um poder que se situa **acima** da sociedade e que ‘se lhe torna **cada vez mais estranho**’, é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível, não só

sem uma revolução violenta, **mas ainda sem a supressão** do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual se materializou aquele caráter ‘estranho’ (LÊNIN, 1974, p. 10, grifos originais).

O destacado lugar ocupado pelo debate sobre o Estado na obra de Lênin não foi fortuito, respondia antes ao próprio desenvolvimento alcançado por tal instituição na fase imperialista do capitalismo, fase na qual teve lugar a consolidação da máquina de Estado e um crescimento extraordinário de seu aparelho burocrático e militar (LÊNIN, 1974). Ao mesmo tempo, tratava-se de uma reflexão que se impunha como urgente face aos desdobramentos ocorridos na Rússia de 1917, o próprio processo revolucionário exigia uma posição clara em relação ao Estado. Nesse sentido, Lênin se vale dos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris – “[...] primeira tentativa feita pela revolução proletária para **destruir** a máquina de Estado burguesa; [...] forma política ‘por fim encontrada’ pela qual se pode e se deve **substituir** aquilo que foi destruído” (LÊNIN, 1974, p. 64, grifos originais) – para reafirmar a necessidade de abolição do Estado. Embora já estivessem presentes em Marx e Engels alguns apontamentos sobre o desaparecimento do Estado, foi Lênin quem os elaborou de maneira mais sistemática.

Lênin discorre sobre o processo de tomada do poder do Estado como sendo o momento central da estratégia revolucionária do Partido político e da classe operária, enfatizando, ademais, o lugar do Estado na transição do capitalismo para o socialismo e para o comunismo, tendo como referência os escritos de Marx em *Crítica do Programa de Gotha*²⁰. Essa discussão, como um todo, ensejou profundas críticas e controvérsias tanto fora do campo do marxismo, como entre autores marxistas. Por se tratar de uma problemática de caráter marcadamente prospectivo, questionou-se a validade científica de tal análise. Apesar da polêmica que permeia tal debate, a importância que tal dimensão ocupa no arcabouço teórico marxista, sobretudo no que diz respeito a uma teoria marxista do Estado, não pode ser eludida. Tendo em vista o papel do Estado capitalista enquanto regulador da propriedade privada e do trabalho assalariado, por meio do direito burguês, e de seu poder especial de repressão, garantido por sua estrutura militar permanente, Lênin chama atenção para a necessidade de uma revolução violenta pela classe operária, sem a qual não seria possível a

²⁰ Marx, nessa obra, coloca a seguinte questão: “Pergunta-se, então, por que transformações passará o ordenamento estatal numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais funções sociais, análogas às atuais funções estatais, nela permanecerão? [...] Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a **ditadura revolucionária do proletariado**” (MARX, 2012b, p. 43, grifos originais). As indicações do autor a respeito das transformações pelas quais passará o Estado no socialismo e no comunismo (cf. MARX, 2012b) serão objeto de recuperação e sistematização por Lênin (cf. LÊNIN, 1974).

substituição do Estado burguês pelo Estado proletário (LÊNIN, 1974). O autor discute tanto o socialismo, momento de transição em que o Estado, sob a ditadura do proletariado, ainda se faria necessário, para proteger a propriedade comum dos meios de produção, a igualdade do trabalho e a igualdade na repartição dos produtos, quanto o comunismo, fase em que este Estado começaria a se tornar supérfluo e definharia, visto que não mais existiriam classes sociais. Tratar-se ia de um longo e complexo processo, no qual o proletariado, organizado em classe dominante, destruiria o Estado burguês, substituindo-o por um Estado proletário. Inicialmente, alguns vestígios do capitalismo, como é o caso do direito burguês, subsistiriam; no entanto, à medida que as funções de poder do Estado passassem a ser exercidas pelo conjunto do povo, tal poder se tornaria cada vez menos necessário. Segundo Lênin, o Estado somente deixará de existir

[...] na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver definitivamente quebrada, os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes (isto é, já não houver distinções entre os membros da sociedade quanto às suas relações com os meios sociais de produção) [...] (LÊNIN, 1974, p. 101).

Antonio Gramsci, pensador italiano, refletindo sobre as transformações que tiveram lugar no capitalismo “ocidental”²¹ e tendo vivenciado a derrota dos intentos revolucionários na Europa daquele então, bem como a ascensão do fascismo na Itália, inaugura uma nova concepção de Estado no interior do marxismo, por meio do conceito de Estado integral ou Estado ampliado, a partir do qual busca expressar a complexidade que a dominação burguesa assumiu naquelas sociedades (cf. THWAITES REY, 2007). Gramsci introduz este conceito, nos *Cadernos do Cárcere*, e trabalha com pares conceituais como sociedade política e sociedade civil, coerção e consenso, dominação e direção, ditadura e hegemonia, os quais constituem uma unidade dos distintos, ou seja, embora sejam distintos, estão unidos organicamente (cf. BIANCHI, 2008). A concepção ampliada de Estado integra Estado e sociedade civil em uma relação dialética, na qual o Estado não é apenas um instrumento dotado de aparatos repressivos a serviço da classe dominante, mas força revestida de consenso, coerção acompanhada de hegemonia. Para o marxista italiano,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma

²¹ Utilizamos a palavra ocidental entre aspas por nos referirmos à distinção gramsciana entre Ocidente e Oriente.

contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]. (GRAMSCI, 2007, p. 41-42).

Nessa perspectiva, o Estado é um instrumento de uma classe e, ao mesmo tempo, o lugar de luta pela hegemonia (LIGUORI, 2003), no qual sociedade política e sociedade civil se articulam com o objetivo de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica. Desta forma, “[...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 254-255).

A sociedade política, no pensamento de Gramsci, pode ser entendida enquanto “[...] Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente [...]” (BIANCHI, 2008, p. 177-178). A sociedade civil, por sua vez, adquire um sentido mais complexo, sendo entendida “[...] no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 225) e compreendendo um conjunto de aparelhos chamados “privados”, como é o caso das escolas, associações privadas, igrejas, sindicatos, partidos e meios de comunicação, cuja função é articular o consenso das grandes massas.

A concepção gramsciana de Estado, embora represente uma renovação no campo dos estudos marxistas sobre o tema, avançando no entendimento a respeito da articulação entre coerção e consenso no exercício do poder político, estende demasiadamente o escopo analítico e explicativo do conceito de Estado, o que produz como uma de suas consequências, como ressalta Jaime Osorio, a diluição das particularidades do Estado e de suas funções por meio da ampliação de suas fronteiras²² (OSORIO, 2014b, p. 293). Para o marxista chileno, a noção de poder estatal também perde especificidade no pensamento de Gramsci:

²² Essa crítica encontra-se desenvolvida em seu livro *O Estado no centro da mundialização*, no qual Osorio problematiza a existência de três versões distintas do conceito de Estado no pensamento de Gramsci, Estado como sociedade política; Estado como sociedade política mais sociedade civil; Estado como sociedade civil. Segundo o autor: “É notório que em Gramsci existe mais de uma proposta sobre o Estado, seus limites, as instituições que o conformam, as funções que desenvolve etc. A rigor, é possível distinguir três versões, cada uma das quais – ao conceber a dominação burguesa como um processo que não se reduz aos aspectos coercitivos, mas contém componentes consensuais – introduz problemas teóricos e políticos relevantes. No entanto, frente às imprecisões conceituais com as quais são abordadas, em grande medida obscurecem o panorama que se pretende clarear” (OSORIO, 2014b, p. 296). Chamamos atenção, em nossa resenha ao livro de Osorio, para a possibilidade de que tais imprecisões teóricas pudessem “[...] ser confrontadas por meio de uma leitura genético-diacrônica da obra gramsciana, que considerasse a unidade-distinção que caracteriza a construção de seus pares conceituais, Estado-sociedade civil, coerção-consenso, guerra de movimento-guerra de posição” (BICHIR, 2016, p. 193).

A noção de poder estatal também perde especificidade. Pressupõe-se que o poder ou força ganha e exercida na sociedade civil é da mesma natureza que o poder no Estado e do Estado. Mas **não existe linha de continuidade entre um e outro**. São de qualidades distintas, de modo que se faz necessário estabelecer as diferenças conceituais. Damos a conotação de poder **político** ao poder estatal, para diferenciá-lo das formas de poder exercidas na escola, na família ou nas igrejas. Esses últimos têm uma marca classista e fazem parte do exercício da dominação, mas não assumem, por isso, uma conotação Estatal (OSORIO, 2014b, p. 299, grifos originais).

A presente investigação não se orienta, pois, pela concepção ampliada de Estado, da tradição gramsciana. Sustenta-se, em vez disso, nos escritos dos demais autores já apresentados e mais estreitamente na concepção poulantziana de Estado, segundo a qual o Estado, entendido enquanto uma estrutura jurídico-política, é considerado o principal fator de coesão de uma organização social (POULANTZAS, 1977 [1968]) – perspectiva que será desenvolvida a seguir.

Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego, foi um dos autores marxistas que mais se dedicou ao estudo do Estado capitalista, escrevendo suas obras nas décadas de 1960 e 1970. Seu esforço intelectual em desenvolver e sistematizar uma teoria marxista do Estado representou uma contribuição substancial ao avanço do marxismo, especialmente no que tange à dimensão política. Nesse sentido, cumpre salientar que Bobbio, ao ignorar o pensamento de Poulantzas, comete um erro grave, para um autor que pretende sustentar a tese de que não existe uma teoria marxista do Estado. Duas das principais obras poulantzianas, *Poder político e classes sociais* e *O Estado, o poder, o socialismo* se centram na análise do Estado e do poder político e oferecem uma complexa e rica exposição sobre as características do Estado, sobre a relação entre Estado e classes sociais, sobre as diferenças entre poder de Estado e aparelho de Estado e sobre as particularidades do poder político. Cabe salientar que as obras acima referidas apresentam visões e definições distintas de Estado, correspondentes a significativas mudanças ocorridas no pensamento do autor grego²³.

²³ As obras em questão foram escritas em fases distintas da produção intelectual de Nicos Poulantzas, sendo que *Poder político e classes sociais* teve sua publicação em 1968, e *O Estado, o poder, o socialismo*, última obra escrita pelo autor, foi lançada em 1978. Apesar de as transformações que tiveram lugar na concepção poulantziana se evidenciarem de maneira mais concreta em seu derradeiro livro, elas podem ser notadas ao longo de sua trajetória, em suas demais obras, sobretudo em *As classes sociais no capitalismo de hoje* e em *A crise das ditaduras*. O processo de revisão teórica do autor esteve vinculado, entre outros fatores, aos efeitos dos debates e críticas direcionados à sua obra de 1968, dentre os quais se destacam a série de artigos publicados na revista *New Left Review*, cuja polêmica entre Poulantzas (1969; 1976) e Ralph Miliband (1970; 1973), que contou, ademais, com a participação de Ernesto Laclau (1975), ganhou enorme projeção não apenas no âmbito dos estudos marxistas, tendo impactado significativamente o campo teórico da Ciência Política; bem como à crescente influência dos escritos de Antonio Gramsci em sua análise. Uma análise sobre as mudanças no pensamento de Nicos Poulantzas está presente em: CODATO, 2008.

Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas, amparado, em grande medida, pelos escritos de Louis Althusser, constrói uma teoria regional do político, na qual a definição e problematização da estrutura jurídico-política ganham centralidade. Segundo o autor, o Estado consiste em uma estrutura jurídico-política, cuja função particular reside em sua atuação como “[...] **fator de coesão dos níveis de uma formação social**” (POULANTZAS, 1977, p. 42, grifos originais). Essa função estaria relacionada a uma função de “ordem”, por meio da qual o Estado impediria a destruição da formação social, como pode ser notado no seguinte trecho:

[...] esta relação entre o Estado e a articulação que especifica uma formação decorre precisamente do fato do Estado nela possuir uma função de ‘ordem’, de ordem política, é claro, nos conflitos políticos de classe, mas também de ordem global – de organização em sentido lato – enquanto fator de coesão da unidade. O Estado impede, digamos, a explosão do conflito político, de classe na medida em que este conflito **reflete** [...] a unidade de uma formação. O Estado impede que se aniquilem as classes e a ‘sociedade’, o que não é senão uma forma de dizer que impede a destruição de uma formação social (POULANTZAS, p. 47-48, grifos originais).

A função geral do Estado capitalista se apresentaria sob distintas modalidades, as quais estariam relacionadas ao nível específico de sua atuação, sendo elas econômica, jurídica, política e ideológica. Articuladas de maneira orgânica pelo Estado, tais funções operariam no sentido de garantir a reprodução do modo de produção capitalista. O direito, por sua reconhecida importância na composição e funcionamento do Estado, ocupa lugar destacado no quadro conceitual poulantziano. Poulantzas afirma que o direito é condição de funcionamento do econômico, por fixar as relações de produção como relações de propriedade formal, ao mesmo tempo em que constitui um quadro de coesão das relações de troca, papel que se objetiva, por exemplo, na regulação do contrato de compra e venda da força de trabalho (POULANTZAS, 1977, p. 54). O direito capitalista seria responsável, ademais, por produzir um efeito de isolamento²⁴ nos agentes da produção, ao atribuir-lhes a condição de “sujeitos jurídicos”, de “indivíduos-pessoas políticos”, ocultando-lhes, na sua luta econômica, as relações de classe nas quais estariam inscritos. Ao lado do efeito de isolamento, Poulantzas descreve o efeito de representação da unidade, por meio do qual o Estado se apresentaria como representante do interesse geral, forjando uma aparente unidade diante de interesses econômicos inconciliáveis. A articulação entre os dois efeitos criados pela estrutura jurídico-política estatal permite que o Estado se projete “[...] como a encarnação da

²⁴ Cumprе salientar a influência exercida pela obra *A teoria geral do direito e o marxismo* (1977 [1924]), do marxista russo Evgeni Pachukanis, na formulação de Poulantzas sobre o efeito de isolamento.

vontade popular do povo-nação [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 129), ocultando, dessa maneira, as contradições existentes no seio da sociedade e, sobretudo, seu caráter de classe.

Seguindo a tradição marxista iniciada com Marx e Engels e desenvolvida por Lênin e Gramsci, Poulantzas formula uma refinada análise acerca da relação entre Estado e classes sociais, engajada, sobretudo, contra as abordagens instrumentalistas do Estado capitalista. Sua obra é marcada por uma rica caracterização das classes e frações de classe; pelo resgate, aprimoramento e reformulação de conceitos contidos nas obras daqueles autores, como pode ser notado nos casos da diferenciação entre classe dominante, classe reinante e classe detentora do aparelho de Estado, entre poder de Estado e aparelho de Estado e do conceito de hegemonia; e pela criação de novos conceitos, dentre os quais destacamos o de bloco no poder e o de autonomia relativa do Estado²⁵.

A relação entre Estado e classes sociais é mediada pelo conceito de poder, que é definido por Poulantzas como “[...] uma relação **específica de dominação e subordinação** das práticas de classes [...]”, em que a capacidade de uma classe realizar seus interesses próprios se encontra em oposição à capacidade e aos interesses de outras classes (POULANTZAS, 1977, p. 101, grifos originais). O autor considera que as instituições sociais não detêm poder, mas configuram antes centros de poder, nos quais se organiza o poder das classes sociais, e identifica o Estado como o centro do exercício do poder político, na medida em que é o fator de organização da luta política. Poulantzas ressalta, entretanto, que tais instituições possuem uma autonomia e especificidade estrutural, não redutível a uma análise em termos de poder. Nesse sentido, o autor recupera a diferenciação de Lênin entre aparelho de Estado e poder de Estado, que lhe será muito útil em sua argumentação sobre a autonomia relativa do Estado. Enquanto a noção de aparelho de Estado diz respeito ao lugar do Estado no conjunto das estruturas de uma formação social, isto é, às suas funções econômica, política e ideológica, e ao pessoal do Estado, aos quadros da administração, da burocracia e do exército, a concepção de poder de Estado se vincula precisamente à classe ou fração de classe que detém o poder (POULANTZAS, 1977, p. 112-113).

Uma vez explicitada a relação entre Estado e classes sociais, Poulantzas passa a uma questão pouco desenvolvida no âmbito do marxismo até então: como as classes dominantes exercem o poder? Essa problemática é respondida pelo autor através da articulação entre dois importantes conceitos por ele desenvolvidos, o de bloco no poder e o de autonomia relativa. O primeiro deles faz referência à “[...] **unidade contraditória particular**

²⁵ Outros elementos da obra de Poulantzas poderiam ser elencados, no entanto elegemos aqui aqueles que mais se relacionam ao nosso interesse investigativo.

das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 229, grifos originais). Em um evidente contraponto à ideia de que a classe dominante constituiria um bloco monolítico, o marxista grego chama atenção para a existência de importantes fracionamentos e contradições no interior da burguesia, em suas distintas frações, os quais se expressam em sua relação com o Estado. Em meio a tais fracionamentos e contradições presentes no interior da classe burguesa, impõe-se a hegemonia de uma fração burguesa, que garante a dominação política da classe como um todo. A noção de hegemonia, formulada por Gramsci, é aplicada por Poulantzas à sua concepção de bloco no poder, e descreve a dominação particular que uma das classes ou frações dominantes exerce nesse chamado bloco. De acordo com o autor, a classe hegemônica “[...] é aquela que em si concentra, ao nível político, a **dupla função** de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 137, grifos originais). A hegemonia dessa classe ou fração se construiria por meio de uma polarização dos interesses contraditórios das diferentes classes ou frações do bloco no poder, da constituição dos seus interesses econômicos em interesses políticos e representação do interesse geral comum dessas classes ou frações, o qual reside na “[...] exploração econômica e na dominação política” (POULANTZAS, 1977, p. 234).

O autor afirma que o Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas sim os seus interesses políticos. A representação desses interesses, contudo, não ocorre de maneira indistinta ou generalizada, já que o Estado goza de uma independência particular em relação às classes e frações dominantes, independência essa que é denominada por Poulantzas como autonomia relativa. A concepção de autonomia relativa encontra suas raízes na análise de Marx sobre o bonapartismo, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, e é apresentada pelo filósofo grego como característica constitutiva do Estado, a qual refletiria sua relação com o campo da luta de classes. Frente às disputas entre as distintas frações das classes dominantes, e do conflito entre tais frações e as classes dominadas, as ações desse Estado podem não coincidir com os interesses diretos das classes dominantes. Isso porque tal Estado é dotado de um aparelho burocrático, cujos agentes não correspondem necessariamente aos agentes da produção. Nesse sentido, essa autonomia relativa permitiria que interesses das classes dominadas fossem contemplados, enquanto interesses das frações das classes dominantes fossem obstruídos pelo Estado capitalista, como salienta o autor:

[...] a autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo, eventualmente o poder econômico das classes dominantes, restando em caso de necessidade a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única condição porém – tornada **possível** nos casos do Estado capitalista –, de que o seu poder político e o aparelho de Estado permanecem intactos (POULANTZAS, 1977, p. 186, grifos originais).

[...] Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo **desta** ou **daquela** fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe (POULANTZAS, 1977, p. 281, grifos originais).

Ainda que por meio dessa autonomia relativa esteja presente a possibilidade de realização de alguns interesses econômicos das classes dominadas pelo Estado, Poulantzas não perde de vista que sua função consiste em desorganizar politicamente aquelas classes, enquanto organiza politicamente as classes dominantes. Com base nisso, o autor evidencia o conteúdo real existente na ideologia do Estado como representante do interesse geral, advertindo, entretanto, para os seus limites e seus condicionantes:

A característica, própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral de um conjunto nacional-popular não constitui assim uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse Estado pode efetivamente satisfazer, abaixo desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; ainda mais: pode fazê-lo, sem que, no entanto, o poder político seja atingido. É de resto evidente que não é possível traçar, de uma vez por todas, esse limite de dominação hegemônica: ele depende tanto da relação das forças em luta como das formas de Estado, da articulação das suas funções, das relações entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado (POULANTZAS, 1977, p. 187).

Décio Saes, importante intérprete brasileiro do pensamento poulantziano, ao remeter uma crítica a um aspecto de sua formulação sobre a autonomia relativa do Estado, aprimora, em nossa perspectiva, tal concepção. Saes aponta uma incongruência no argumento de Poulantzas quando este afirma que o Estado, organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no bloco no poder, ao mesmo tempo em que privilegia os interesses econômicos de uma fração em detrimento das demais, sacrifica seus interesses em favor dos interesses econômicos das classes dominadas. A solução proposta por Saes, com a qual concordamos, atribui ao Estado a capacidade de reorganizar os interesses econômicos das classes dominadas de maneira a conciliá-los com os interesses da fração de classe hegemônica (SAES, 2008).

A concepção de autonomia relativa do Estado, bem como a análise sobre a estrutura jurídico-política, desenvolvidas por Poulantzas, adquirem um significado de

fundamental relevância para a abordagem marxista, na medida em que complexificam o entendimento acerca da estrutura estatal e das relações entre o Estado e as classes sociais. Por meio de tais análises, novas ferramentas foram forjadas para o avanço rumo à construção de uma teoria marxista do Estado, assim como para a superação da restrita interpretação instrumentalista do Estado.

O pensamento de Nicos Poulantzas sofre grandes inflexões no decorrer da década de 1970, após importantes críticas metodológicas à sua análise em *Poder político e classes sociais*. Acusado por Ralph Miliband (1970; 1973) e por Ernesto Laclau (1975) de incorrer em um “teoricismo” e em um “abstracionismo estrutural”, Poulantzas revê elementos fundamentais de sua obra, como é o caso de sua concepção de Estado. A noção de Estado-estrutura cede lugar à de Estado-relação, em uma notável aproximação aos escritos de Antonio Gramsci. Nessa nova versão, consolidada em *O Estado, o poder, o socialismo*, o Estado é entendido como uma “[...] **condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe**” (POULANTZAS, 1980 [1978], p. 147, grifos originais). Não desenvolveremos aqui os elementos presentes nessa obra por considerarmos que é na primeira fase poulantziana que estão inscritos conceitos fundamentais como o de bloco no poder e o de autonomia relativa do Estado, que serão importantes para a análise que desenvolveremos acerca das particularidades do Estado dependente nas obras de Marini, Dos Santos e Bambirra.

Buscamos, ao longo dessa primeira seção, construir um contraponto à tese bobbianas sobre a inexistência de uma teoria do Estado marxista. Conquanto a argumentação de Bobbio seja marcada por uma aporia, já que afirma “[...] a inexistência ou insuficiência ou deficiência ou irrelevância de uma ciência política marxista [...]”, ou seja, o próprio autor não é capaz de precisar se se trata de uma inexistência ou de uma insuficiência teórica, tal tese teve profunda repercussão no campo do pensamento político e continua reunindo adeptos, ainda nos dias atuais. O percurso realizado objetivou explicitar que a perspectiva marxista do Estado, iniciada com Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvida por Lênin, Gramsci, Poulantzas, entre outros autores marxistas, é a única que articula de maneira orgânica e dialética economia e política e que integra, ademais, a dimensão social ao estudo deste objeto, destacando o caráter de classe do Estado, relacionando poder político e econômico e revelando suas contradições no interior do sistema capitalista. Destacada a relevância da concepção marxista de Estado, bem como a centralidade do Estado, enquanto principal fator de coesão de uma organização social, avançamos rumo à sua problematização em realidades concretas dependentes.

1.2 A problemática do Estado capitalista dependente

O tema do Estado capitalista dependente constitui tema muito pouco discutido no âmbito dos estudos de Ciência Política. Muitos autores que se propõem a analisar o tema do Estado no capitalismo não distinguem, de maneira rigorosa, Estados imperialistas de Estados dependentes. Em alguns casos, produzem-se análises dos condicionantes internos de tais Estados, ignorando-se o caráter hierárquico do sistema interestatal e as assimetrias de poder e de soberania entre os Estados em nível mundial. Em outros, prevalece uma desarticulação entre as esferas econômica e política no estudo do Estado, isolando tal objeto como se fosse um ente autônomo e livre dos condicionantes econômicos que o permeiam. Reivindicamos uma vez mais o referencial marxista para orientar nossa pesquisa sobre o Estado capitalista dependente, já que tal perspectiva entende o Estado em sua totalidade, em suas dimensões internas e externas e articula o político, o econômico e o social na análise deste complexo objeto.

A bibliografia estudada, que se apoiou em alguns autores que refletiram sobre as especificidades do Estado em países dependentes/ “periféricos”²⁶, revela pontos controversos sobre a caracterização desse Estado, dentre eles, a relação entre economia e política, a estrutura e a relação de classes nas sociedades dependentes, o caráter dependente de tal Estado, suas formas, seu grau de autonomia e de soberania e suas especificidades em relação aos Estados imperialistas. Ao mesmo tempo, problematizações emergem a partir de argumentos em torno do caráter de transição das sociedades dependentes, do caráter permanente de suas crises políticas e, mais ainda, do caráter de exceção do Estado na periferia. Tais elementos suscitam inúmeras questões que pretendemos desenvolver em projetos futuros de pesquisa. No momento, apresentam-se algumas hipóteses de trabalho, referindo-se aos Estados latino-americanos.

O estudo sobre o Estado latino-americano não pode prescindir de uma abordagem histórica que o situe em um movimento mais amplo de conformação das sociedades latino-americanas, em suas dimensões externa e interna. Trata-se de identificar o processo de integração da América Latina ao mercado capitalista mundial, de um lado, e de compreender

²⁶ A revisão bibliográfica aqui apresentada representa uma primeira incursão no estudo da problemática do Estado dependente, cumprindo aqui o papel de ilustrar algumas questões e elementos que perpassam tal objeto de análise. Entendendo a presente tese de doutorado como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, pretende-se dar continuidade a essa discussão, aprofundando a análise dos autores aqui já elencados, sobretudo de Jaime Osorio, e incorporando autores e autoras que se debruçaram sobre o estudo do Estado nos países dependentes latino-americanos, como, por exemplo, Marcos Kaplan, Atilio Boron, René Zavaleta Mercado, Pablo González Casanova, Mabel Thwaites Rey, Lucio Oliver, Edelberto Torres Rivas, Tomás Vasconi.

a construção das formações sociais latino-americanas, de outro, movimentos que estão intimamente articulados. Quanto ao primeiro, tomamos como referência os escritos de Marini, Bamberger, Dos Santos, os quais se dedicam a analisar o papel que a América Latina cumpriu na divisão internacional do trabalho e na política mundial, destacando o caráter dependente e subordinado dos países latino-americanos, em relação aos países imperialistas. Tais autores revelam o processo de transferência de valor dos países dependentes latino-americanos para os países imperialistas e os efeitos que tal relação produz nas formações sociais da região. A análise das formações sociais latino-americanas, por sua vez, deve contemplar o modo e as relações de produção que têm lugar nesses países, a estrutura de classes que neles se conforma, e a articulação entre as dimensões econômica, política e social que configuram tais sociedades.

Com base em tais elementos e na revisão bibliográfica sobre o Estado nos países dependentes, é possível afirmar que o estudo de tal objeto deve partir da **teoria geral do Estado capitalista**, o que significa que há uma estrutura comum a todos os Estados capitalistas. Tal argumento, contudo, não pretende negar ou ocultar a existência de diferenças significativas entre os Estados dos países dominantes e os Estados dos países dominados, mas sim se contrapor à ideia de que o Estado capitalista dependente possui uma estrutura particular e de que seria necessária, portanto, uma teoria do Estado capitalista dependente. Ambos constituem o mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista, que possui uma estrutura jurídico-política própria a esse modo de produção. Nesse sentido, é oportuna a contribuição de Tilman Evers: “[...] ‘el’ estado de la periferia capitalista es un tipo histórico de estado burgués específico, pero a un alto nivel de generalización, cuyo análisis debe partir del concepto lógico del estado burgués” (EVERS, 1985, p. 72).

Vale ressaltar, entretanto, a necessidade de avaliarmos o processo de formação do Estado na América Latina, bem como seu desenvolvimento relacionado às transformações tanto do capitalismo em nível internacional, quanto das formações sociais da região. Como se deu a constituição do Estado na América Latina? Desde o princípio esse Estado era de tipo capitalista? Qual a relação entre o desenvolvimento capitalista na região e a formação do Estado? Há uma longa controvérsia na bibliografia latino-americana acerca do caráter feudal ou capitalista das economias latino-americanas a partir de sua inserção no mercado mundial²⁷. Nesse sentido, cabe aprofundarmos os elementos que caracterizam e distinguem tal Estado, relacionando-o ao processo de penetração do capitalismo nas formações sociais latino-

²⁷ No caso do Brasil, há ainda a tese sobre o escravismo moderno, defendida por Décio Saes, em sua obra *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*.

americanas. O tipo de Estado e o modo de produção vigente em determinada sociedade sempre coexistem? Como tal relação é construída? Em quais aspectos o processo de conformação do Estado latino-americano se diferencia do processo de formação do Estado moderno europeu? Essas questões podem contribuir para a compreensão das particularidades do Estado dependente latino-americano.

Tendo em vista a caracterização das relações de dependência que marcam as economias latino-americanas, cujo referencial teórico de nossa pesquisa está assentado nos estudos desenvolvidos por Bamberger, Marini e Dos Santos, assumimos a hipótese de que o Estado latino-americano também pode ser caracterizado como dependente, e que tal Estado pode ser entendido como uma **forma específica de Estado**²⁸. Para isso, considera-se, sobretudo, o papel hegemônico cumprido pelas classes dominantes imperialistas no bloco no poder de tais Estados e seu impacto no exercício do poder político nos países dependentes, o que constituiria uma especificidade de tais Estados.

Chamando atenção para a estrutura de classes e as relações de poder que perpassam o Estado na “periferia”²⁹, autores como Tilman Evers, Heinz Sonntag e Angelita Matos Souza afirmam que às classes dominantes nacionais, somam-se as frações de classe dominantes dos países “metropolitanos”/imperialistas, cujos interesses são internalizados mediante a intermediação das primeiras. Mediante a articulação entre interesses locais e interesses estrangeiros, proporcionada pelos Estados periféricos, tem lugar uma restrição à sua soberania nacional, tendo em vista o peso que os interesses das classes dominantes

²⁸ Recorremos aqui à distinção realizada por Poulantzas (1977) entre tipos e formas de Estado. Em *Poder político e classes sociais*, tal discussão é apresentada a partir de um questionamento: “[...] em que medida é possível distinguir entre diversas **formas de Estado** de um mesmo **tipo de Estado**?”, ao qual Poulantzas responde: “Trata-se de estabelecer uma tipologia de **formas de Estado** que as apreenda de tal forma que possam simultaneamente ser localizadas nas relações entre as instâncias e o campo da luta de classe de uma formação social, e aparecer como formas de um mesmo tipo de Estado. Dupla tarefa, portanto: a) estabelecer um tipo de Estado que permita dar conta da diferenciação das formas de Estado enquanto formas diferenciadas desse tipo, diferenciação estabelecida a partir de modificações das relações constitutivas desse tipo de Estado; b) estabelecer que as modificações não atinjam a própria matriz das relações, antes constituam formas diferenciadas dessas relações. Se o tipo de Estado capitalista conota, em primeiro lugar, uma autonomia específica das estruturas econômicas e políticas, referenciável na autonomia do Estado e das relações sociais econômicas, as formas de Estado deste tipo deverão ser consideradas segundo uma modificação da relação entre o Estado e essas relações. Esta modificação, contudo, situa-se no quadro típico da sua autonomia respectiva e não coloca assim fundamentalmente em questão os termos desta relação: no caso concreto, as estruturas do Estado e o efeito de isolamento do econômico. Estas formas de Estado serão apreendidas segundo o **grau** e as **formas específicas** desta autonomia. É assim que se torna possível constituir uma teoria desse tipo de Estado e das formas desse tipo, nas suas relações com a **luta econômica de classe**. O problema é o mesmo no que concerne à relação entre o Estado e a **luta política de classe**, nomeadamente entre a hegemonia de classe e o bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 143-144, grifos originais). Observando tal formulação, consideramos que o Estado dependente pode ser entendido enquanto uma forma específica do Estado capitalista, na medida em que abriga uma configuração particular do bloco no poder.

²⁹ Com exceção de Angelita Matos Souza, os demais autores não trabalham com o conceito de Estado capitalista dependente, preferindo utilizar o conceito de Estado periférico ou Estado na periferia. Ao nos referirmos a esses autores, empregaremos o termo por eles utilizado.

estrangeiras assumem em tais Estados. Ao afirmar o papel ocupado pelas classes dominantes estrangeiras na determinação da política dos países periféricos, tais autores buscam evidenciar a subordinação a que esses Estados estão sujeitos e explicitar a impossibilidade de se consolidar um desenvolvimento nacional autossustentado pelas classes dominantes locais. A hipótese de uma burguesia nacional com projeto próprio, tão propalada pelas ideologias desenvolvimentistas e pelos Partidos Comunistas latino-americanos na década de 1950, é, por meio de tal argumento, refutada.

No que se refere ao papel do Estado na reprodução da dependência, concordamos com a tese de Angelita Matos Souza, segundo a qual o Estado dependente é responsável por “[...] garantir as condições internas necessárias à reprodução das formas de dominação-subordinação imperialista” (SOUZA, 1995, p. 142), função que o distingue do Estado burguês dos países economicamente dominantes.

O debate sobre o Estado “na periferia” apresenta alguns pontos que necessitam um maior aprofundamento, como é o caso da relação entre economia e política na periferia e o reflexo de tal relação no Estado, problematizada por Evers, Sonntag e Souza. Tal discussão remonta tanto à formulação de Louis Althusser (1986) sobre a determinação e a sobredeterminação das instâncias econômica, política e ideológica, quanto à problemática dos períodos de transição, discutidas por Étienne Balibar (1969), Charles Bettelheim (1969) e Nicos Poulantzas (1977).

Heinz Sonntag, intelectual latino-americanista alemão, em seu artigo *Hacia una teoría política del capitalismo periférico*, revisita a teoria poulantziana para refletir sobre a configuração das instâncias no capitalismo periférico. Ao fazer referência ao nível econômico do capitalismo “subdesenvolvido”, enfatiza que sua autonomia se encontra castrada, na medida em que “[...] está desde siempre sometido y determinado por la acumulación de capital a escala mundial” (SONNTAG, 1990, p. 163). Essa debilidade do nível econômico tem reflexos no papel que a esfera política assume nesses países. Por encontrar-se submetida externamente, obedecendo às leis do capitalismo “desenvolvido”, a instância econômica confere ao político o papel fundamental nos países periféricos, o qual se converte, mais do que no caso dos países capitalistas “desenvolvidos”, “[...] en el centro de las luchas de clase porque él es el centro real de las contradicciones de la estructura general” (SONNTAG, 1990, p. 164).

Tilman Evers, por sua vez, faz uso do conceito de sociedades de transição, para discutir a relação entre economia e política nos países periféricos. Segundo o autor, os países da periferia capitalista poderiam ser caracterizados como

[...] **sociedades en transición**, pero de una transición **duraderamente obstaculizada** en la cual la compenetración mutua de elementos ‘modernos’ con ‘antiguos’ se mantiene por toda una época histórica, dando origen a formaciones sociales heterogéneas que – a pesar y en contrapartida de su carácter transitorio – ostentan una dinámica económica específica de cierta autonomía, estabilidad y capacidad de reproducirse a sí misma (EVERS, 1985, p. 41-42, grifos originais).

Embora tais sociedades apresentem traços de sociedades de transição e de modos de produção pré-capitalistas, a análise desses processos não deveria seguir, na perspectiva do autor, uma aplicação direta dos estudos clássicos tanto sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, quanto sobre os modos de produção pré-capitalistas. No que tange à transição, diferentemente da transição de um modo de produção a outro, que o sucede historicamente, nos países periféricos o modo capitalista já é o modo de produção determinante e os elementos não capitalistas existentes se devem, justamente, ao processo específico de penetração do capitalismo. A tendência do desenvolvimento desse capitalismo inclui as formas não capitalistas que lhe são próprias. Quanto aos elementos pré-capitalistas, não se trata de remanescentes de sistemas sociais passados, com uma lógica imanente, mas sim uma expressão da lógica geral do capital, que possuem, ademais, funcionalidade para a forma de penetração capitalista que teve lugar nos países periféricos (EVERS, 1985, p. 41-42).

Com relação às condições constitutivas do Estado periférico, Evers chama atenção para o impacto que a dependência exerce sobre a relação entre economia e política nos países periféricos. De acordo com o autor, em tais países, a identidade social entre essas duas esferas é cindida, uma vez que tais esferas, nos países periféricos, não correspondem à mesma sociedade (EVERS, 1985, p. 77). Tendo em vista que o contexto reprodutivo dos países periféricos encontra-se entrelaçado ao mercado mundial, os processos econômicos e os fenômenos políticos não se dão na mesma entidade social, prevalecendo, assim, uma incongruência entre a esfera política e a econômica. A base do Estado capitalista periférico, denominada por Evers como contexto reprodutivo integrado ao mercado mundial, não é o espaço econômico nacional, “[...] sino sólo un segmento de un todo económico cuyos elementos más decisivos en cuanto determinantes históricos se encuentran fuera de este espacio” (EVERS, 1985, p. 81). Como consequência, o Estado periférico tem sua soberania truncada em duas dimensões: em sua dimensão externa, não se pode falar de um controle político efetivo, e em sua dimensão interna, o controle estatal, apesar de efetivo, é duvidoso, no que tange ao seu caráter nacional. Dessa forma, a dependência é responsável, ademais, por colocar em questão o princípio formal do estado nacional soberano na periferia, o qual se

fundamenta na existência de um sistema reprodutivo integrado para sustentar a vida material de uma sociedade (EVERS, 1985).

A partir dessa análise, Evers se contrapõe às teses que definem que nos países periféricos a superestrutura determinaria a estrutura e que o Estado, nesses casos, adiantar-se-ia com respeito à sociedade. O erro residiria, na concepção do autor, no fato de tais teses equipararem o espaço econômico nacional à estrutura, ou à base. Essa antecipação do Estado periférico em relação ao desenvolvimento econômico dentro de sua área de soberania somente ocorre por não ser essa sua “base”. Tal antecipação consiste, na realidade, em um atraso em relação ao conjunto reprodutivo determinante integrado ao mercado mundial, o Estado periférico apenas aproveita a ampliação de seus limites de ação que corresponde à amplitude de sua base reprodutiva internacional (EVERS, 1985, p. 87).

Angelita Matos Souza, ao se referir às discussões em torno desse tema, critica a análise empreendida por Evers. Para a autora, ainda que Evers desenvolva uma análise esclarecedora sobre os limites que a situação de dependência impõe ao princípio do Estado nacional soberano na periferia, sua argumentação possui duas limitações: o não reconhecimento de que a esfera econômica é o próprio espaço econômico nacional, e de que a contradição entre Estado burguês e relações pré-capitalistas de produção diz respeito às características próprias de períodos de transição, e não a uma característica intrínseca às formações sociais periféricas. Sobre esse segundo ponto, Souza, apoiando-se em Décio Saes, afirma não ser “[...] possível pensar a questão do Estado na periferia em termos de ‘correspondência entre base e superestrutura’, porque, efetivamente, nos períodos de transição a estrutura jurídico-política ‘prima por antecipação’ sobre a instância econômica” (SOUZA, 1995, p. 15). Souza afirma que tais períodos se caracterizam pela coexistência de vários modos de produção, sem que haja uma situação de predomínio consolidado de um modo de produção, bem como por formas de não correspondência entre as instâncias econômica e política. Segundo a autora, “[...] a não correspondência entre as esferas econômica e política ocorre na medida em que a consolidação da estrutura jurídico-política é condição necessária para a consolidação da dominância de novas relações de produção” (SOUZA, 1995, p. 47). Nesse ponto, Souza, recorre à argumentação de Poulantzas a respeito do Estado absolutista, para afirmar que “[...] o Estado burguês de transição ‘adianta-se’ às relações de produção, pois sua função [...]” (SOUZA, 1995, p. 47) “[...] não é ‘precisamente a de operar nos limites fixados por um modo de produção **já determinado, mas antes de produzir relações ainda não determinadas de produção** – as relações capitalistas [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 157, grifos originais).

Até o presente momento da pesquisa, ainda não foi possível elaborar um argumento convincente e sólido sobre a especificidade da relação entre economia e política nos países dependentes. Será necessário avançar, em estudos ulteriores, em uma revisão bibliográfica sobre o tema da transição, bem como em direção à sofisticação de nosso entendimento acerca dos Estados dependentes. Entretanto, alguns questionamentos se colocam a partir dos argumentos de Tilman Evers e Angelita Matos Souza sobre o caráter de transição das sociedades periféricas e sobre o Estado, frente a tal realidade concreta: As sociedades periféricas se caracterizariam como sociedades em transição permanente? O Estado dependente também constituiria um Estado de transição? O conceito de sociedade de transição pode ser utilizado de maneira direta e irrestrita para qualquer sociedade? A heterogeneidade estrutural que marca as sociedades dependentes não representaria um traço característico e funcional do próprio desenvolvimento capitalista de tais sociedades? Nesse sentido, o conceito de transição pode não ser capaz de explicar os processos que tiveram lugar nesses países. As complexas contradições que marcam as formações sociais latino-americanas e seus Estados exigem uma observação atenta e cuidadosa, e, ao mesmo tempo, criativa, que revise conceitos já formulados, mas que também seja capaz de produzir ferramentas analíticas e conceituais novas, exigidas pela realidade em questão.

Dois elementos que também são objeto de discussão entre os autores estudados são o caráter permanente das crises políticas no Estado periférico e o caráter de exceção desse mesmo Estado. Retomemos rapidamente as definições de Nicos Poulantzas sobre crise política e Estado de exceção. As crises políticas correspondem a “[...] conjunturas de condensação das contradições que rompem com o ritmo do processo da luta de classes” (POULANTZAS, 1978 [1975], p. 71), em que modificações das relações de força podem produzir mudanças substanciais nas formas de Estado burguês. Já o Estado de exceção é explicado pelo autor como tendo surgido “[...] com o objetivo de remediar uma típica crise de hegemonia dentro do bloco no poder e nas relações deste bloco com as massas populares. Correspondeu a deslocamentos importantes das relações de força” (POULANTZAS, 1978, p. 72). Tal Estado seria responsável por produzir profundas modificações nos aparelhos de Estado, suprimindo os representantes políticos tradicionais (partidos políticos) das próprias frações do bloco no poder, eliminando o sufrágio, reforçando o centralismo burocrático do Estado, hierarquizando e recuperando os centros de poder real do Estado e as cadeias de transmissão. Embora Poulantzas destaque a importância de ambos os conceitos, ele adverte, pelo menos para o caso do Estado de exceção, que seu uso na análise de países dependentes e dominados deve observar as zonas de dependência que tais países estão inseridos para evitar

que se realize uma comparação mecânica com os países dominantes ou que se subestime a diferença entre a forma de Estado de exceção e as outras formas de Estado burguês no sentido que tais termos assumem nos países dominados (POULANTZAS, 1978, p. 101). Podemos estender tal colocação para o conceito de crise política.

Fizemos referência a essa passagem de Poulantzas para problematizar o uso que alguns autores fazem dos dois conceitos acima elencados, como é o caso de Heinz Sonntag e de Tilman Evers. Sonntag e Evers caracterizam o Estado periférico como Estado de exceção permanente e ressaltam a permanência das crises políticas nesses Estados. Cumpre ressaltar que os escritos dos dois autores referidos se inscrevem em um contexto de ditaduras militares na América Latina. Ambos escrevem na metade da década de 1970 e estão inegavelmente impactados pelos acontecimentos que envolveram diversos Estados da região, fato, contudo, que não os exime da crítica de suas ideias.

Para Heinz Sonntag, o “Estado capitalista subdesenvolvido” corresponde ao Estado de exceção ou de emergência permanente. De acordo com o autor, o Estado de transição da dependência colonial à independência política se constituiu enquanto Estado de exceção em função do próprio processo de independência, o qual foi marcado por mobilizações e lutas políticas das sociedades periféricas, responsáveis por intensificar a luta de classes, e pela necessidade de iniciar a acumulação interna e a reprodução ampliada nesses países. Tais elementos exigiam, segundo Sonntag, um Estado capaz de dominar os conflitos internos, de conferir um grau de combatividade à esfera política, e, sobretudo, de manter a nova formação social. Ademais, as características de tais formações sociais, instabilidade interna da estrutura e subordinação externa da esfera econômica, conferem a esse Estado um caráter distinto de um “Estado normal” (SONNTAG, 1974, p. 171). Segundo o autor, conforme o “subdesenvolvimento” se aprofunda, mais se acentua o caráter de exceção permanente do Estado, posto que ele é capaz de conciliar somente os interesses divergentes das classes dominantes. A incorporação das classes oprimidas e dos setores intermediários representa um elemento de instabilidade de tal Estado (SONNTAG, 1974, p. 175-176).

Quanto às crises políticas, Sonntag afirma seu caráter permanente no “capitalismo subdesenvolvido”, cuja raiz tem profunda vinculação com a especificidade das relações de classe na periferia. Diferentemente do Estado de exceção nos países de “capitalismo desenvolvido”, que necessita de ampla legitimação social, expressando-se, por tal razão, quase sempre como um fascismo, na periferia o Estado de exceção prescinde de um regime social e político fascista, na medida em que a legitimação de seu poder não se fundamenta no consenso de uma sociedade civil, mas sim em si mesmo – “[...] la crisis política permanente

genera, justifica e internaliza una actitud de aceptación de su solución que es precisamente el Estado de excepción” (SONNTAG, 1974, p. 181).

O autor admite como hipótese a ideia de que nos países de “capitalismo subdesenvolvido”, o Estado de exceção permanente recorre à violência com maior frequência do que os “Estados de capitalismo desenvolvido”, fato que pode ser explicado pelo caráter permanente da crise e pela experiência coletiva da crise. Nesse caso, o nível necessário de legitimação é mais baixo. De acordo com Sonntag, “[...] el capitalismo subdesarrollado genera el Estado de excepción permanente y su aceptación internalizada en los que están sometidos a él” (SONNTAG, 1974, p. 182). O Estado de exceção permanente do “capitalismo subdesenvolvido” se revestiria de distintas formas de governo, desde ditaduras militares e civis a instituições democrático-representativas, de acordo com os interesses das frações hegemônicas do bloco no poder. Evers, de maneira semelhante, ao afirmar a tese do caráter de exceção permanente do Estado periférico, remetendo-se, precisamente à formulação de Heinz Sonntag, relaciona-a a permanência das crises nesses países, as quais exigem meios de dominação direta – o afastamento das formalidades jurídicas e o recurso a formas autoritárias de dominação (EVERS, 1985, p. 186-187).

Ao analisarmos a realidade dos países dependentes e as contradições que o perpassam, produtos de sua constituição histórica - econômica, política e social -, e da articulação entre a dependência e a heterogeneidade estrutural que marcam suas formações sociais, é possível notar os diversos elementos de instabilidade que as permeiam. Não discordamos da afirmação de que as sociedades e os Estados periféricos se caracterizam por um grau maior de instabilidade do que as sociedades e os Estados dominantes, ou “centrais”. No entanto, tal instabilidade não deve ser associada diretamente à ideia de crise política permanente ou de Estado de exceção. Seguindo o raciocínio de Poulantzas, a crise política corresponderia a um momento específico em que as contradições se agudizam e rompem o ritmo do processo da luta de classes, momento esse que poderia produzir mudanças significativas tanto nas relações de força, quanto no Estado burguês. Ampliar tal conceito, que se refere a uma conjuntura particular, para uma condição permanente, reduz a força argumentativa de tal conceito, bem como o esvazia de significado. Existem efetivamente momentos na história das sociedades dependentes em que a instabilidade se aprofunda, com o acirramento da luta de classes, e que o Estado passa por crises políticas, abrindo possibilidades de mudanças desse Estado, como foi o caso dos períodos imediatamente anteriores aos golpes militares nos países latino-americanos, no entanto, tais conjunturas não se prolongam indeterminadamente. Sonntag e Evers associam a condição de instabilidade

permanente, intrínseca ao próprio modo de produção capitalista, e agudizada nos países dependentes, à ideia de crise permanente. Trata-se, entretanto, de conceitos distintos, que carregam significados diferentes.

De maneira semelhante, ambos os autores fazem uso do conceito de Estado de exceção permanente para caracterizar o Estado periférico. O próprio adjetivo – exceção – que acompanha o conceito, qualificando-o, rejeita a ideia de permanência. Estado de exceção permanente constitui uma “contradição em termos”. Assim como o conceito de crise política, o conceito de Estado de exceção se aplica a uma circunstância específica em que o Estado assume uma nova forma, modificando profundamente os aparelhos de Estado, com o objetivo de solucionar uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder e entre tal bloco e as classes populares. Ao afirmar o caráter permanente do Estado de exceção nos países periféricos, Sonntag e Evers sugerem que a forma que caracteriza o Estado periférico é a exceção, incorrendo justamente no erro advertido por Poulantzas. Segundo tal concepção, as distintas formas das quais o Estado capitalista se reveste, sejam elas democracias ou ditaduras, estariam subsumidas ao caráter de exceção desse Estado, sendo, portanto, indistintas. Para ambos os autores, o Estado de exceção decorre justamente da permanência das crises políticas nessas formações sociais. Sonntag salienta que o caráter de exceção permanente de tal Estado reside, ademais, na recorrência com que tal Estado faz uso da violência para dirimir conflitos nas sociedades periféricas e na incapacidade de tal Estado para incorporar as classes intermediárias e as classes oprimidas. Mais uma vez, reconhecemos a intensidade e a recorrência com que o Estado periférico exerce seu monopólio legítimo da violência, em grau muito maior, inclusive, se comparado ao Estado dos países dominantes, porém, não é tal característica que define o Estado de exceção, já que a violência constitui elemento constitutivo do Estado capitalista, ainda que seu grau varie de um Estado para outro. A improcedência da afirmação de que o Estado periférico é marcado por crises políticas permanentes refuta a tese de que tal Estado é um Estado de exceção permanente, já que é nela que a construção desse argumento se fundamenta.

Cumprido mencionar um último aspecto sobre o Estado periférico discutido pelos autores lidos, sua autonomia relativa. Sobre essa questão, destacamos a tese de Angelita Matos Souza, que consegue captar a complexidade de tal problemática nos Estados dependentes. Segundo Souza, há uma autonomia relativa do Estado particular aos países periféricos, autonomia perante os interesses de classes estrangeiras, tendo em vista a concorrência interimperialista. Ao mesmo tempo, há uma autonomia desse Estado frente aos interesses das classes e frações dominantes nacionais, resultante do poder econômico e da

força política que o capital estrangeiro adquire em tais formações sociais em função da dependência. A autora sintetiza seu argumento na seguinte passagem:

A luta entre as diversas frações das classes dominantes das diversas potências imperialistas, sob a hegemonia de uma dessas frações, pode conferir ao Estado periférico certa margem de autonomia frente aos interesses imperialistas em questão. De um lado, a dependência do Estado em relação ao capital financeiro internacional pode conferir ao Estado relativa autonomia na realização de interesses do capital estrangeiro, em prejuízo de classes ou frações das classes dominantes nacionais. De outro lado, a disputa entre as diversas classes ou frações das classes dominantes estrangeiras pode conferir ao Estado relativa autonomia para defender interesses do capital nacional, em prejuízo de interesses de classes ou frações das classes dominantes estrangeiras (SOUZA, 1995, p. 37-38).

Até o momento, nos concentramos em análises realizadas por outras tradições teóricas, que não a teoria marxista da dependência. Antes de nos dirigirmos para o estudo dos pensamentos de Bambirra, Marini e Dos Santos, cumpre apresentar as formulações desenvolvidas por Jaime Osorio, importante marxista chileno e estudioso do tema do poder e do Estado, na medida em que suas obras estão inscritas no campo da teoria marxista da dependência. Em seus livros, *El Estado en el centro de la mundialización* (2004); *Explotación redoblada y actualidad de la revolución* (2009); *Estado, biopoder, exclusión* (2012); *Estado, reproducción del capital y lucha de clases* (2014), *Teoría Marxista de la dependencia* (2016), o autor introduz aportes fundamentais à compreensão da temática do Estado capitalista dependente, que representam, em nossa perspectiva, o desenvolvimento mais avançado realizado nesse campo no bojo da TMD.

Em diálogo com o debate marxista sobre o Estado, sobretudo nas figuras de Lênin, Gramsci e Poulantzas, Osorio avança na caracterização do Estado na sociedade contemporânea e dedica grande parte de seu esforço à integração entre a teoria marxista do Estado e a teoria marxista da dependência. Neste sentido, além de assinalar os principais traços do Estado no capitalismo, destaca a hierarquia de poder que marca o sistema interestatal e as diferenças existentes entre os Estados imperialistas e os Estados no capitalismo dependente, tema muito pouco desenvolvido no campo dos estudos políticos e nos estudos latino-americanos.

Osorio aponta dois elementos centrais que caracterizam os Estados no capitalismo dependente latino-americano. O primeiro deles é a soberania restringida desses Estados. Em um sistema mundial caracterizado pelo exercício desigual da soberania dos Estados, os Estados do capitalismo dependente podem ser definidos como subsoberanos. Isso não significa, segundo o autor, que falte algo a este Estado, mas sim que suas ações se encontram subordinadas às operações e decisões dos centros imperialistas. As classes sociais dominantes

locais têm suas condições de reprodução condicionadas pelo capital imperialista e por seus projetos, o que reproduz a dependência e a subordinação. O outro elemento é a particularidade da exploração nas sociedades dependentes, a qual se sustenta na superexploração da força de trabalho, ou seja, na estrutural e permanente violação do valor da força de trabalho e na conversão de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital. De acordo com Osorio, esse processo implica o desenvolvimento de um capitalismo que agudiza os elementos de barbárie e reduz o campo das classes dominantes para estabelecer modalidades de domínio sustentadas em formas estáveis de consenso, o que explica a instabilidade democrática na região latino-americana, ameaçada sempre por processos que a fragilizam e por tendências autoritárias na história da região (OSORIO, 2014b).

O autor indica, entretanto, que a limitação da soberania latino-americana não impediu o exercício do poder político das classes dominantes de tais países a fim de impulsionar seus projetos, justamente porque estas classes possuem fortes laços com os interesses das classes dominantes do mundo central. Ao mesmo tempo, sublinha que a heterogeneidade estatal no sistema mundial é “[...] consustancial a la lógica de expropiación de valor de unas regiones y Estados sobre otros, de las estructuras jerarquizadas de dominio que tal proceso reclama y del **ejercicio diferenciado de soberanías estatales que esto conlleva**” (OSORIO, 2004, p. 150, grifos originais). Essas duas conclusões de Osorio nos obrigam a aprofundar a análise do Estado no capitalismo dependente, já que nos mostra que este Estado está atravessado por profundas contradições e há numerosos elementos que devem ser considerados em tal estudo.

Seguindo a análise de Jaime Osorio³⁰ e considerando a unidade entre o econômico e o político, acreditamos, portanto, que é possível falar de um **Estado capitalista dependente**, na medida em que a dependência se expressa também na dimensão política, e o Estado, nos países dependentes, exerce um papel fundamental na reprodução desta relação.

As perspectivas apresentadas na presente seção evidenciam a existência de um campo de estudos sobre o Estado nos países dependentes, no qual são destacadas suas particularidades e especificidades, tendo como ponto de partida uma concepção geral sobre Estado capitalista, ancorada, no caso dos autores aqui trabalhados, na teoria política marxista. As controvérsias em torno da relação entre economia e política, da estrutura e da relação de

³⁰ Jaime Osorio, em seu último escrito sobre o tema, em *Teoría marxista de la dependencia*, ao discutir tal problemática, faz referência tanto a “*Estado en el capitalismo dependiente*”, quanto a “*Estado del capitalismo dependiente*” e “*Estado dependiente*”. (cf. OSORIO, 2016).

classes nas sociedades dependentes, do caráter dependente de tal Estado, do seu grau de autonomia e de soberania e de suas especificidades em relação aos Estados imperialistas serão consideradas nos demais capítulos da tese, em diálogo com a produção teórica de Bamberger, Marini e Dos Santos.

Capítulo 2 – Estado, política e dependência no pensamento de Vânia Bambirra

A contribuição de Vânia Bambirra à Teoria Marxista da Dependência, embora encontre sua maior expressão na obra *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979 [1974]), não se restringe à criação de sua tipologia dos países dependentes. Para além de seu estudo sobre o desenvolvimento capitalista dependente nos países de tipo A e de tipo B, a autora oferece análises de casos concretos, ao discutir o processo revolucionário em Cuba e os fenômenos políticos que tiveram lugar no Brasil, entre a década de 1930 e o final da década de 1970, e contesta, em seu *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (1978 [1977]), críticas endereçadas às teorias da dependência³¹, esclarecendo alguns pontos controversos, como é o caso da relação entre as dimensões nacional e classista em seu corpus teórico, ao mesmo tempo em que aprofunda outras questões, dentre as quais os nexos existentes entre a teoria marxista da dependência e a teoria do imperialismo.

A discussão acerca do Estado na obra de Bambirra não se restringe aos seus escritos sobre a dependência. Mais do que isso, o tema do Estado ganha destaque em seu livro *A teoria marxista da transição e a prática socialista* (1993), produto de sua pesquisa sobre o pensamento marxista clássico, durante o período de exílio no México. Nessa obra, a autora revisita os escritos de Marx, Engels e Lênin, bem como de outros autores marxistas, referindo-se, entre outros pontos, à questão do Estado, elemento central no debate em torno da construção do socialismo. Nesse sentido, Bambirra recupera as concepções de tais autores sobre o Estado, sobre sua estrutura e caráter no capitalismo, sobre seu lugar no processo de transição socialista e durante a ditadura do proletariado, e sobre a necessidade de destruição do aparelho estatal burguês.

Apoiada em *Crítica do programa de Gotha* (2012 [1891]), de Marx, e *Anti-Dühring* (2015 [1878]), de Engels, a autora sublinha o caráter de classe do Estado e a impossibilidade de que este se constitua como “representante efetivo de toda a sociedade” (BAMBIRRA, 1993, p. 51). Ao mesmo tempo, pontua o caráter transitório do Estado proletário e sua extinção no comunismo, elementos já presentes nos escritos dos pensadores alemães, os quais ganham maior desenvolvimento na obra de Lênin. São, sobretudo, as formulações de Lênin, que orientam a perspectiva de Bambirra sobre o Estado, autor cuja

³¹ Embora Bambirra empregue “teoria da dependência” no singular, ela afirma que os estudos sobre a dependência constituíram duas grandes vertentes, a primeira delas, marxista, que havia incorporado criticamente os avanços teóricos produzidos pelo cepalinos, e a segunda, que não havia sido capaz de romper com o desenvolvimentismo, citando como seus representantes Oswaldo Sunkel, Aníbal Pinto e Octavio Rodríguez. Cf. BAMBIRRA, 1978, p. 31-32.

contribuição teria fundamentado “[...] em definitivo a teoria da transição socialista” (BAMBIRRA, 1993, p. 10). Na segunda parte do livro, na qual Bambirra empreende um estudo das *Obras completas* de Lênin, reconstituindo sua teoria do socialismo, a autora resgata importantes discussões do dirigente russo acerca do Estado, especialmente no capítulo intitulado *O Estado e as classes sociais na transição socialista*, no qual trata das continuidades e das mudanças no próprio aparelho estatal durante o processo de transição, das novas relações de dominação e das novas alianças de classe que se instauram a partir da ditadura do proletariado, do papel da burocracia nesse interregno, das noções de ditadura democrática e democracia ditatorial, atribuídas ao regime socialista. Não avançaremos na exposição dos argumentos de Bambirra acerca da concepção marxista de Estado, dado que nosso foco reside na análise da relação entre Estado, política e dependência no pensamento da autora. Nesse sentido, as contribuições da autora presentes na obra referida, bem como em outros escritos, como em *La revolución cultural y el marxismo* (1968) e *La estrategia y táctica socialistas: de Marx y Engels a Lenin*³² (1981), escrito em coautoria com Theotônio dos Santos, embora ofereçam elementos para compreender a concepção de Bambirra sobre Estado, constituem materiais para uma outra pesquisa, que poderá ser realizada futuramente.

O presente capítulo foi construído a partir das seguintes obras, *Diez años de insurrección en América Latina* (1971), *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979 [1974]) e *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (1978 [1977]), obras que fundamentam a compreensão da autora sobre a dependência. Tendo como ponto de partida a contribuição que os escritos de Bambirra trazem à teoria marxista da dependência, analisaremos como a questão do Estado e do poder político aparecem em suas formulações sobre tal problemática, atentando também para os elementos presentes em suas obras que remetam à dimensão política da dependência.

2.1 Estado: unidade de análise problemática?

A teoria marxista da dependência, ao mesmo tempo em que pode ser analisada como um desdobramento da teoria do imperialismo, por partir das mesmas problemáticas que orientavam aquelas análises, configura uma perspectiva original, seja pelo aprofundamento e

³² O livro, publicado em dois tomos, produzido por Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, apresenta uma divisão clara do trabalho, já que o primeiro tomo, dedicado à estratégia e tática no pensamento de Marx e Engels, foi elaborado por Dos Santos, enquanto o segundo, cujo objeto era a estratégia e tática no pensamento de Lênin, foi escrito por Bambirra.

desenvolvimento de algumas questões, seja pela inauguração de um novo enfoque – a fase imperialista do capitalismo vista sob a ótica dos países dependentes, a partir da categoria teórica da dependência³³. Embora a noção de dependência já estivesse presente nos escritos de Lênin³⁴, para descrever as relações de poder entre os Estados na etapa imperialista, é no âmbito das teorias da dependência que tal fenômeno ganhará uma definição mais precisa. No caso da TMD, encontramos duas definições coincidentes, a de Theotônio dos Santos³⁵ e a de Ruy Mauro Marini, segundo as quais a dependência é entendida como uma relação entre países/nações. Enquanto dos Santos afirma que se trata de “[...] una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella” (DOS SANTOS, 1973a [1970], p. 42), Marini ressalta que a dependência deve ser compreendida como “[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 2007 [1972], p. 102).

A adoção do Estado nacional como unidade de análise por parte das teorias da dependência foi objeto de controvérsia, tendo sido Bamberger quem, dentre os teóricos marxistas da dependência, dedicou-se a esclarecer como a questão nacional e a questão de classe se combinavam na orientação dos estudos sobre a dependência, contestando as críticas de Agustín Cueva e de Francisco Weffort³⁶. De um lado, Weffort (1971) identifica uma ambiguidade presente no pensamento da “teoria da dependência”, decorrente do campo de problemas sobre os quais tal teoria se debruça, qual seja, o das relações políticas e econômicas

³³ Theotônio dos Santos discute a relação entre a teoria do imperialismo e a teoria da dependência, demarcando as particularidades da última: “El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos originó la teoría del colonialismo y [d]el imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países [países latino-americanos] debe dar origen a la teoría de la dependencia. Por ello, debemos considerar limitados los enfoques de los autores de la teoría del imperialismo. Lenin, Bujarin, Rosa Luxemburgo y los principales teóricos marxistas de la teoría del imperialismo, tanto como los escasos autores no marxistas que de él se ocuparon, como Hobson, no enfocaron el tema del imperialismo desde el punto de vista de los países dependientes. Pese a que la dependencia debe ser situada en el contexto global de la teoría del imperialismo, ella tiene su propia realidad, que constituye una legalidad concreta dentro del proceso global y que actúa sobre él de esa manera concreta. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa, no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su reformulación” (DOS SANTOS, 1973a, p. 38).

³⁴ Ainda que Bamberger, Marini e dos Santos reconheçam as contribuições de Bukharin, Luxemburgo e Hilferding à análise do imperialismo, são principalmente os escritos de Lênin que orientam suas concepções sobre o tema.

³⁵ Bamberger, em sua obra *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979 [1974]), apoia-se na definição de dependência de Theotônio dos Santos, acentuando o caráter coletivo dos trabalhos produzidos no projeto de pesquisa desenvolvido no CESO.

³⁶ Bamberger faz referência, em uma nota de rodapé, à crítica de Francisco Weffort, reproduzida no artigo *Notas sobre a “Teoría da Dependência”: teoría de classe ou ideología nacional?*, para evidenciar que o argumento desenvolvido por Cueva não era inédito. Ao responder à crítica de Cueva, Bamberger está, ao mesmo tempo, contrapondo-se aos argumentos de Weffort, argumentos esses que se remetiam às obras de André Gunder Frank, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

entre nação e classe, afirmando que os teóricos da dependência tomam a ideia de nação como uma de suas premissas. Ainda que o autor reconheça que a existência de nações economicamente dependentes e politicamente independentes represente uma problemática sociológica, este ressalta que a reprodução do problema no plano conceitual não contribui para sua resolução:

Na minha opinião, a ambiguidade Classe-Nação, presente na ‘teoria da dependência’, deverá resolver-se em **têrmos de uma perspectiva de classe, para a qual nem existe uma ‘questão nacional’ em geral (ou dependência em geral) no sistema capitalista, nem a Nação é concebida como um princípio teórico explicativo** (WEFFORT, 1971, p. 13-14, grifos originais).

De outro, Agustín Cueva (2008 [1974]), atribui à teoria da dependência um caráter nacionalista, por adotar os Estados nacionais como unidades de análise. Em sua perspectiva, tal teoria não é capaz de situar a questão nacional no marco da contradição fundamental, que é a contradição de classe:

Este desplazamiento [da exploração e das contradições de classe por um sistema indeterminado de contradições nacionais e regionais] que convierte a los países y regiones en unidades últimas e irreductibles del análisis, es el que confiere, además, un tinte marcadamente **nacionalista** a la teoría de la dependencia, y no porque la contradicción entre países dependientes y estados imperialistas no se dé históricamente, cosa que sería absurdo negar, sino porque un inadecuado manejo de la dialéctica impide ubicar el problema en el nivel teórico que le corresponde: esto es, como una contradicción derivada de otra mayor, la de clases, y que sólo en determinadas condiciones puede pasar a ocupar el papel principal (CUEVA, 2008, p. 87, grifos originais).

Bambirra responde a essas críticas recuperando o pensamento de Lênin acerca da questão nacional e situando tal problemática no campo do marxismo. Ao sublinhar a polêmica entre Luxemburgo e Lênin acerca da autodeterminação dos povos em relação ao czarismo³⁷, Bambirra destaca a posição do dirigente russo, que reconhecia que a revolução russa deveria respeitar o desejo de autodeterminação dos povos e que tal processo fortaleceria a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para a autora, a capacidade dos bolcheviques de captar as especificidades da problemática nacional russa teria sido um dos fatores cruciais para seu triunfo (BAMBIRRA, 1978). A relevância da questão nacional é pontuada por Lênin em uma passagem de seu *Informe de la Comisión para los Problemas Nacional y Colonial*:

Primero. ¿Cuál es la idea más importante, la idea fundamental de nuestras tesis? Es la distinción entre naciones oprimidas y naciones opresoras. [...] El rasgo distintivo

³⁷ A autora refere-se aqui ao texto escrito por Lênin, *El derecho de las naciones a la autodeterminación* (1977 [1914]), no qual o autor contesta os argumentos desenvolvidos por Luxemburgo em *A questão nacional e a autonomia* (1988 [1909]).

del imperialismo consiste en que actualmente, como podemos ver, el mundo se halla dividido, por un lado, en un gran número de naciones oprimidas y, por otro, en un número insignificante de naciones opresoras, que disponen de riquezas colosales y de una poderosa fuerza militar (LÊNIN, 1973 [1920], p. 82)

Essa diferenciação já estava presente em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1982 [1917]), obra que representa um dos pilares essenciais para a construção da teoria marxista da dependência. Nela, Lênin traça um detalhado diagnóstico da fase imperialista que se consolidava no início do século XX, destacando, nesse contexto, a marcante hierarquização do poder no sistema internacional e a diferenciação entre Estados “rentistas” ou “usurários” e Estados “devedores”. Em um momento de profundas transformações do capitalismo, notadamente a substituição da livre-concorrência pelos monopólios capitalistas, a concretização e domínio do capital financeiro, e a crescente importância assumida pelas exportações de capitais, teve lugar um aprofundamento das contradições entre os Estados capitalistas. Como afirma Lênin, “A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa [...] uma situação privilegiada de um pequeno número dos Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (LÊNIN, 1982, p. 58).

Na concepção do dirigente político russo, a fase imperialista teria reforçado as disparidades entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos países mundiais, ao mesmo tempo em que teria criado diversas formas transitórias de dependência entre os Estados. Lênin destaca a exportação de capitais dos países “avançados” para os países “subdesenvolvidos”, como um dos processos característicos dessa nova fase capitalista. Os excedentes de capitais formados nos países “avançados”, provenientes da elevada acumulação de capital nesses países, teriam sido exportados para os países “subdesenvolvidos”, atraídos pelas elevadas possibilidades de lucro, em virtude dos relativamente baixos preços da terra, dos salários e das mercadorias em tais países. Essas exportações de capitais, ao mesmo tempo em que produzem como consequência o desenvolvimento industrial dos últimos, reforçam sua posição como Estado devedor. No que tange à relação entre imperialismo e dependência, Lênin a identifica na política colonial imperialista. Segundo o autor, o capital financeiro e a política internacional criam diversas formas transitórias de dependência entre os Estados, dentro das quais não estariam incluídos apenas os países colonizadores e suas colônias, mas também semicolônias, descritas por Lênin como países dependentes que “[...] gozando nominalmente de independência política, estão, na prática, presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática” (LÊNIN, 1982, p. 84).

Lênin retoma a distinção entre países dependentes e imperialistas em seu *Esbozo inicial de las tesis sobre el problema nacional y colonial*, conforme sublinha Bambirra, no qual o autor salienta a importância de que o Partido Comunista, ao mesmo tempo em que diferencie os interesses das classes oprimidas, dos interesses das classes dominantes (apresentados como sendo da nação em seu conjunto), considere

[...] una neta diferencia entre las naciones oprimidas, dependientes, carentes de igualdad de derechos, y naciones opresoras, explotadoras, soberanas, en oposición a la mentira democrática burguesa que encubre la esclavización colonial y financiera – propia de la época del capital financiero y del imperialismo – de la inmensa mayoría de la población de la Tierra por una insignificante minoría de países capitalistas adelantados y muy ricos (LÊNIN, 1973[1920], p. 53).

E, mais à frente, chama atenção para

[...] la necesidad de explicar y denunciar inflexiblemente ante las grandes masas trabajadoras de todos los países, y en particular de los atrasados, el engaño a que recurren de modo sistemático las potencias imperialistas, las cuales crean, bajo el aspecto de Estados independientes en el terreno político, Estados que dependen de ellos por completo en el sentido económico, financiero y militar; en la presente situación internacional, las naciones dependientes y débiles no tienen otra salvación que la unión de repúblicas soviéticas (LÊNIN, 1973[1920], p. 55).

De maneira semelhante a Lênin, Bambirra situa a questão nacional no plano da luta de classes. Segundo a autora, a forma como a luta de classes se manifesta explicita os nexos existentes entre as dimensões nacional e classista. Nesse sentido, não haveria, em sua perspectiva, uma contradição ou uma ambiguidade no marco analítico do qual partem os teóricos marxistas da dependência.

Los marxistas deben saber que la lucha de clases en el seno de una nación oprimida pasa por la lucha de clases a nivel internacional y, pese a que aquella se desarrolla concretamente en el ámbito de las sociedades nacionales – lo que plantea con toda fuerza la problemática nacional –, no está aislada de las características y la dinámica que asume la lucha entre la nación oprimida y la opresora. Por tanto, es necesario dilucidar la confusión que puede generar por un lado aislar, privilegiar la ‘contradicción mayor’, de clase, en detrimento de la contradicción entre nación oprimida y opresora y, por otro, la subestimación del factor nacional, es decir, la forma como las contradicciones entre las clases antagónicas se manifiestan en el nivel de la sociedad nacional. El razonamiento dialéctico determina la estrecha vinculación que hay entre los dos planos de la lucha de clases (BAMBIRRA, 1978, p. 54).

Se na passagem anterior o argumento da autora se localiza em um plano mais abstrato, na seguinte, Bambirra oferece uma análise mais concreta da interconexão entre as duas dimensões, enfatizando a articulação que se estabelece entre o imperialismo e as classes dominantes dos países dependentes, em função do controle do eixo de acumulação dessas

economias por parte dos capitais imperialistas, cujo impacto se faz sentir de maneira profunda no poder político desses países.

Hoy, cuando las relaciones de dependencia ya han asumido su carácter específico, mediante el cual los capitales imperialistas pasan a controlar el eje central del proceso de acumulación – la industria manufacturera – y a ser parte constitutiva de la economía en el nivel nacional, con todas las implicaciones que eso acarrea en lo que respecta a su **injerencia indirecta pero viva en el poder político**, cuando esta dominación permea incluso los orígenes de las naciones oprimidas, el imperialismo pasa a ser el enemigo de los pueblos en última instancia, pues las burguesías están íntimamente asociadas a él. En tales condiciones, la ‘contradicción mayor’ de clases es, a la vez, la contradicción entre los intereses del proletariado y sus aliados, vale decir las clases dominadas, en contra de la dominación burguesa-imperialista. Todas las grandes revoluciones que hasta hoy han conducido los pueblos hacia el socialismo, han tenido que enfrentarse, antes o después del triunfo, a la agresión imperialista directa, cruel, sobre su territorio (BAMBIRRA, 1978, p. 56, grifos nossos).

A partir dos argumentos de Bambirra e dos escritos dos teóricos marxistas da dependência, identificamos que os Estados nacionais são tomados como unidade de análise no estudo das relações de dependência, entretanto, esses mesmos Estados não são entendidos como blocos monolíticos ou como entes abstratos. Compreendidos como o centro do poder político, o Estado, na perspectiva dos teóricos marxistas da dependência, é a representação da dominação de classe subjacente a tais formações sociais. A imbricação entre a questão nacional e a questão de classe adquire concretude nos Estados dependentes a partir da conformação do bloco no poder³⁸ nesses Estados, por meio da participação de frações de classe dominantes estrangeiras. A dependência, nesse sentido, ao mesmo tempo em que se constitui como uma relação entre Estados, ganha efetividade política através das relações de classe que se configuram nos níveis nacionais e internacionais. Consideramos, portanto, que a unidade de análise da teoria marxista da dependência não é equivocada. Ao adotar o Estado nacional como unidade de análise, a TMD não está negando ou subestimando as determinações que as contradições de classe imputam à análise da realidade latino-americana. Em vez disso, os autores estão explicitando o entrecruzamento entre essas duas dimensões, nacional e classista, destacando os nexos que se constroem a partir dessas contradições.

³⁸ Não são todos os autores da TMD que operam com o conceito de bloco no poder. Marini o emprega em algumas de suas análises (MARINI, 1978b; 1980b; 1982; 1992; MARINI et al., 1978), já na obra de Dos Santos, tal conceito aparece com menor frequência, estando presente no artigo que compõe o dossiê *La cuestión del fascismo en América Latina* (DOS SANTOS et al., 1978). Bambirra, por sua vez, discute as alianças e compromissos das classes dominantes, relacionando-os ao exercício do poder político, sem, no entanto, apropriar-se do conceito de Nicos Poulantzas. A autora discute, ademais, quais setores da classe dominante detêm a hegemonia nos países latino-americanos, em determinados momentos históricos.

Embora reconheçamos que o Estado nacional constitua a unidade de análise que orienta os estudos sobre a dependência, é necessário ressaltar que os autores fazem mais referência às nações, países e economias dependentes, do que propriamente à noção de Estados dependentes. Ainda que nações e países sejam tomados aqui como sinônimos de Estado, é importante precisar a diferenciação entre países dependentes e imperialistas a partir da categoria de Estado, tendo em vista sua existência real e concreta como força de coesão das sociedades, regulando o processo de trabalho, preservando a propriedade privada, organizando a repressão em âmbito nacional, garantindo a dominação de classe.

No que tange particularmente aos escritos de Vânia Bambirra, embora a autora não faça referência à noção de “Estado dependente”, ela aporta elementos que contribuem para caracterizar tal Estado na América Latina. Há elementos elencados pela autora que dizem respeito ao Estado capitalista, ou seja, aos Estados contemporâneos, como sua autonomia relativa em relação às classes dominantes, à unidade e às contradições entre as frações de classe dominantes, o papel do Estado frente às classes populares, e outros elementos que consistem em características específicas dos Estados latino-americanos, como o lugar ocupado pelo capital estrangeiro no sistema de dominação desses países. A discussão sobre a dependência e sobre a forma como a dependência se manifesta nos países latino-americanos, do ponto de vista da dimensão política, é feita, por sua vez, a partir da relação entre as classes dominantes dos países dependentes e o imperialismo e de seus impactos na estrutura de poder de tais Estados e na relação com as classes dominadas desses países. Nos próximos dois itens, avaliaremos esses elementos, buscando localizar nas obras de Bambirra o lugar ocupado pelo Estado em suas análises sobre a dependência.

2.2 Elementos para uma análise da dimensão política da dependência

A produção teórica de Vânia Bambirra sobre a problemática da dependência está relacionada à sua experiência no interior do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), na Universidade do Chile, onde a autora integrou o grupo de pesquisa coordenado por Theotônio dos Santos, entre os anos de 1967 e 1973. Responsável pela linha de pesquisa “*Las estructuras dependientes en la fase de la integración mundial*”³⁹, os esforços da autora se

³⁹ Um estudo sobre a trajetória de Bambirra, de Dos Santos e de Marini no CESO pode ser encontrado no trabalho de monografia de Mateus Filippa Meireles, *Origens da Teoria Marxista da Dependência: o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile e a práxis de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos (1966-1973)*. É por meio desse trabalho que tivemos acesso ao conteúdo referente ao

dirigiram à caracterização das relações de dependência que tiveram lugar na região latino-americana, proporcionando uma diferenciação entre dois grandes grupos de países. Distinguindo-se das tipologias já elaboradas até aquele momento, Bambilra desenvolve uma tipologia própria⁴⁰, a qual se concentra em uma fase específica do processo de integração das estruturas dependentes latino-americanas ao sistema capitalista mundial, que teve lugar a partir do pós-guerra. Para isso, a autora se vale da definição de Dos Santos sobre a dependência⁴¹ e trabalha em um nível de abstração intermediário entre a análise da dependência como um fenômeno geral e a análise das relações de dependência em cada formação social latino-americana, já que sua preocupação reside em diferenciar os processos de dependência que tiveram lugar na região. Como afirma a autora:

[...] aunque la **situación condicionante** básica en la formación, configuración y desarrollo de las sociedades latinoamericanas haya sido una misma **situación de dependencia** de los centros hegemónicos, hay que intentar, a través de las aproximaciones sucesivas a la realidad concreta – o sea, emprendiendo el trayecto desde un nivel más alto de abstracción hacia los niveles más concretos –, el estudio de las manifestaciones históricas específicas y del proceso de cambio de las estructuras dependientes que se forman en el continente. Así es que, en un primer momento partimos de las características generales de un todo indiferenciado, definido como un conjunto de sociedades dependientes [...], para en seguida intentar la diferenciación de sus componentes internos esenciales a través de la agrupación en **tipos**. Por eso, es necesario elaborar una tipología de las estructuras dependientes para, posteriormente, poder llegar al estudio de las características específicas de cada país (BAMBIRRA, 1979, p. 8-9, grifos originais).

Embora a dependência constitua um elemento comum a todos esses países, há diferenças importantes entre tais processos. É a partir da caracterização desses processos, bem como da análise do novo caráter da dependência, que a autora se dedicará a explicitar as relações de classe, a estrutura de dominação, a vinculação da economia nacional à economia

Esquema de Investigación sobre Relaciones de Dependencia en América Latina (Bosquejo Informativo), no qual estão indicadas as áreas e linhas de pesquisa do grupo coordenado por Theotônio dos Santos. No capítulo dedicado a Dos Santos, recuperaremos a composição daquele grupo de pesquisa.

⁴⁰ A autora explicita as diferenças entre sua tipologia e outras tipologias desenvolvidas por outros autores na análise dos países latino-americanos, referindo-se a Gino Germani, Jacques Lambert, Roger Vekemans, Juan L. Segundo, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Bambilra dedica maior atenção à tipologia construída por Cardoso e Faletto, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, tecendo críticas teóricas e metodológicas às suas análises. Cf. BAMBIRRA, 1979, p. 12-22.

⁴¹ Bambilra pontua que é a conceitualização geral feita por Dos Santos, em *La Crisis de la Teoría del Desarrollo y las Relaciones de Dependencia en América Latina*, item que compõe sua obra *Dependencia y cambio social*, que se erige como marco teórico de sua pesquisa. Ainda que disponhamos da definição original completa de Dos Santos, citamos aqui as passagens destacadas pela autora, já que são elas que orientam sua obra: “a) En primer lugar, debemos caracterizar la dependencia como una **situación condicionante**. La dependencia es una situación en la cual cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida... Una situación condicionante determina los límites y posibilidades de acción y comportamiento de los hombres... b) De ahí podemos plantear nuestra segunda conclusión general introductoria: la dependencia condiciona una cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las distintas economías nacionales” (DOS SANTOS, 1970, apud BAMBIRRA, 1979, p. 8, grifos originais).

internacional, o processo de penetração do capital estrangeiro e seu impacto nesses países, o que variará segundo as características de cada formação social, o que não impede, segundo a autora, que se crie uma análise que agrupe tais países segundo traços gerais comuns.

Nosso objetivo aqui não é reconstituir toda a análise de Bamberger sobre a dependência, mas sim o coração de sua análise, para discutir nosso problema de pesquisa, qual seja, o lugar ocupado pelo Estado em suas formulações sobre a problemática da dependência. Nesse segundo item não entraremos na descrição feita pela autora das características e especificidades dos países de tipo A e de tipo B, isso será considerado no terceiro item desse capítulo, sob a ótica da questão do Estado e do poder político. No presente momento, a preocupação recai sobre a dimensão política da dependência, a qual foi objeto de apreciação pela autora.

No que tange propriamente à dimensão política da dependência, encontramos apenas um momento da obra de Bamberger, no qual a autora oferece um tratamento sistemático dessa questão: trata-se do terceiro item do capítulo VII, intitulado *Las condiciones políticas de la dominación del capital extranjero*, de seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Mesmo que esse conteúdo esteja circunscrito à discussão feita pela autora sobre as condições que permitem a industrialização dos países de tipo A na fase da integração monopolista, os apontamentos trazidos por Bamberger contribuem para compreendermos sua análise sobre a dimensão política da dependência, bem como para chamar atenção para a necessidade de uma interpretação integrada da dependência, na medida em que a autora estabelece os nexos existentes entre suas dimensões econômica e política, destacando a centralidade da última para sua preservação. Na perspectiva da autora:

Si bien es cierto que la dependencia económica es quien hace posible y explica **la dependencia política**, no lo es menos que esta **última constituye el factor de preservación de la situación de dependencia estructural**, que ha sido una constante en la historia de los países latinoamericanos desde el período colonial, aún cuando hayan variado sus formas (BAMBERGER, 1979, p. 106, grifos nossos).

Reconhecendo a relevância atribuída por Bamberger à dimensão política da dependência nesse excerto, somos levado(a)s a questionar: se tal dimensão é determinante para a preservação da dependência estrutural, por que teria a autora concentrado sua reflexão sobre esse tema em um limitado espaço de dez páginas, no conjunto de sua obra? A resposta, após um exame cuidadoso de seus escritos, é que embora a autora defina e problematize a “dependência política”, como tal, somente nesse momento, sua análise sobre a dependência está permeada por elementos que remetem direta ou indiretamente àquela dimensão.

Recorremos a esse recurso retórico para chamar atenção para as conclusões que uma leitura apressada de sua obra pode originar. O argumento que preside nossa avaliação dos escritos de Bamberger sobre a dependência, portanto, é o de que sua análise abriga uma articulação entre as dimensões econômica e política da dependência. Assim, reuniremos tanto as referências diretas da autora em relação a essa temática, quanto os elementos existentes em suas obras que possam ser incluídos em uma sistematização em torno dessa dimensão. Passemos, então, ao desenvolvimento de nosso argumento.

O centro da análise de Bamberger sobre a dependência está assentado no processo de integração monopolista mundial. Ainda que a autora se refira à dependência como um fenômeno estrutural desde o período de colonização latino-americana, é sobre a fase do desenvolvimento capitalista que ganha forma após as guerras mundiais que recai sua atenção. Tal escolha não é fortuita, uma vez que é justamente a partir desse momento histórico que a dependência se aprofunda de maneira significativa, assumindo um novo caráter e condicionando os rumos do processo de industrialização que tinha lugar nos países dependentes. É nesse momento que tem lugar um incremento sobremaneira da entrada de capital estrangeiro nos países latino-americanos. Tal fato não representa uma novidade para tais países, já que constituía uma constante em suas economias, o fato novo, por assim dizer, diz respeito à forma por meio da qual se deu tal processo. Se até então, o capital estrangeiro havia penetrado nas economias latino-americanas através, principalmente, de empréstimos e se dirigiam majoritariamente ao setor primário-exportador, no pós-guerra, tais capitais passam a se orientar primordialmente ao setor industrial, sob a forma de investimentos estrangeiros diretos, determinando os rumos que o processo de industrialização assumiria na região. Nesse sentido, a escolha da autora por se debruçar sobre tal período histórico se justifica por se tratar de um momento crucial do desenvolvimento capitalista dependente latino-americano⁴².

Tendo em vista que Bamberger está apoiada em um pressuposto que está na base das formulações da teoria marxista da dependência, a ideia de que o estudo do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos não pode ser dissociado do estudo do desenvolvimento do capitalismo mundial, por ser parte integrante desse mesmo desenvolvimento, a autora se ocupa de caracterizar a fase vivida pelo capitalismo naquele momento, sublinhando seus elementos centrais, para, em seguida, analisar seus impactos e

⁴² A justificativa da escolha de Bamberger é enunciada na seguinte passagem: “Ese corte analítico que hacemos se justifica por ser una época que contiene características especiales porque se inicia una nueva fase del proceso de integración de estas sociedades al sistema capitalista **monopolista** mundial. El sistema monopolista con características de integración mundial ya empieza a formarse desde fines del siglo XIX, pero es sólo en la posguerra que la integración monopólica mundial se cumple en forma plenamente definida y adquiere su carácter de dominante [...]” (BAMBIRRA, 1979, p. 9, grifos originais).

efeitos sobre os países latino-americanos. Ao mesmo tempo, evitando retratar a realidade dos países latino-americanos dependentes como um mero reflexo das determinações externas, a autora analisa as estruturas internas desses países, sublinhando suas especificidades – a coexistência de diferentes modos de produção, as contradições sobre as quais está alicerçada a luta de classes, o caráter da dominação política –, as quais serão decisivas para a tipologia estruturada por Bamberger.

É, portanto, por meio da articulação entre sua descrição do processo de integração monopolista mundial, e sua caracterização da realidade particular dos países dependentes, que Bamberger elabora sua análise acerca do novo caráter da dependência, enfatizando as consequências econômicas e políticas dessa fase histórica do capitalismo para a região latino-americana⁴³.

A explicação de Bamberger sobre a dependência se sustenta em uma análise sobre o processo de acumulação e reprodução capitalista dependente, o qual, em sua concepção, deve ser explicado a partir de sua vinculação com o sistema capitalista mundial. Na seguinte passagem, é possível vislumbrar uma síntese do argumento desenvolvido pela autora:

[...] no se puede analizar el proceso de reproducción del sistema capitalista dependiente desvinculado del sistema capitalista mundial sencillamente porque la reproducción dependiente del sistema pasa por el exterior, es decir, en un primer momento los sectores I (bienes de producción) y II (bienes de consumo manufacturados) están en el exterior, luego, con el desarrollo del proceso de industrialización, el sector II se desarrolla en el seno de varias de las economías latinoamericanas pero el sector I no; para que el sistema se reproduzca tiene que importar maquinaria. A partir de los años cincuenta el sector I empieza a ser instalado en América Latina (en algunos casos antes) pero sigue dependiendo, para su funcionamiento propio y expansión, de maquinaria extranjera. Esta maquinaria, a partir de este periodo, no llega como mercancía-maquinaria sino como capital-maquinaria, es decir, bajo la forma de inversiones directas extranjeras. **Esta es la especificidad de la reproducción dependiente del sistema: la acumulación de capitales pasa por el exterior a través de la importación de maquinaria; luego, cuando ésta empieza a ser producida internamente** – sólo en algunos países y con muchas limitaciones pues los sectores de punta, como electrónica, energía nuclear, etcétera, son monopolios de los países más desarrollados –, **está controlada directamente por grupos extranjeros**, y si bien ya empieza a suplir las necesidades de máquinas del sector II – que por cierto también pasa a ser controlado en gran parte por el capital extranjero – sigue dependiendo de la maquinaria capital del sector I de los países capitalistas desarrollados (BAMBERGER, 1978, p. 28-29, grifos nossos).

⁴³ Bamberger, em *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, faz menção aos procedimentos analíticos que orientaram sua pesquisa em *El capitalismo dependiente latinoamericano*: “Tratábamos [...] de mostrar las modificaciones que ocurren en el seno de estos países en el sistema productivo con el objetivo de adaptarlos a las nuevas necesidades de la nueva etapa de expansión del capitalismo mundial. Luego analizábamos cómo el sistema productivo dependiente tiende a diversificarse en función de esta división internacional del trabajo; cómo surge y se desarrolla la industria y cómo ésta a la larga tiende a rearticular el sistema productivo creando las condiciones para la superación de esta división internacional del trabajo, es decir, entre países productores de materias primas y productos agrícolas y países manufactureros” (BAMBERGER, 1978, p. 27-28).

Nessa passagem, a autora se refere a duas fases distintas da dependência dos países latino-americanos, a primeira delas, na qual o eixo econômico se ancorava na atividade primário-exportadora, e a segunda, marcada pela instalação de indústrias na região⁴⁴. A descrição feita por Bambirra lança luz sobre o fato de que apesar de representarem momentos qualitativamente distintos do desenvolvimento econômico daqueles países, em ambos a acumulação e a reprodução capitalistas se fazem de maneira dependente, o que lhes impõe limites objetivos, como salienta a autora:

La comprensión de este proceso de reproducción dependiente es crucial para vislumbrar las limitaciones específicas y objetivas del desarrollo del capitalismo dependiente sobre todo cuando se logra percibir cómo actúan sobre él los mecanismos acumulativos de la dependencia como son la descapitalización, provocada por las múltiples formas de remesas de ganancias, los consecuentes déficits de las balanzas de pagos, la necesidad creciente de nuevos préstamos y ‘ayudas’ del capital extranjero, y su resultado: el crecimiento del servicio de la deuda, un déficit progresivo y el círculo vicioso de la necesidad de más capital extranjero (BAMBIRRA, 1978, p. 29)

Como já havíamos salientado, é o processo de integração monopolista que recebe maior atenção por parte de Bambirra, o qual é entendido como expressão de uma nova fase de desenvolvimento e de expansão do capitalismo em sua forma imperialista (BAMBIRRA, 1979, p. 88), e tem sua emergência situada no final da década de 1940. Este processo representou um aprofundamento dos fenômenos de monopolização, concentração e centralização de capital, já observados por Lênin em 1917, em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, e encontrou nos Estados Unidos seu principal impulsionador. Terminada a Segunda Guerra Mundial, tal país se consolida como potência hegemônica no

⁴⁴ Ao discutir o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a autora acentua que “[...] desde que se consolidó la Conquista y los españoles destruyeron los imperios incaico y azteca, el curso del desarrollo del capitalismo no ha implicado la **liquidación radical** de los modos de producción que lo han precedido, sino una **superación discontinua y lenta de ellos desde formas más primitivas hacia formas más elaboradas**. Es así como el curso del desarrollo del capitalismo en Latinoamérica pasa desde una **formación socioeconómica dependiente colonial-exportadora, por una formación socioeconómica dependiente capitalista-exportadora**; hasta finalmente llegar a una **formación socioeconómica dependiente capitalista-industrial**. Pero son todas secuencias y formas de superación de un mismo proceso que corresponde a la evolución del capitalismo mundial y que hace redefinir constantemente las formas que asume el capitalismo dependiente” (BAMBIRRA, 1979, p. 45-46, grifos originais). Com base nessa passagem, notamos que, para a autora, embora o capitalismo já se fizesse presente desde a consolidação da colonização ibérica, não constituía o modo de produção dominante nas formações sociais latino-americanas, o que pode ser deduzido a partir de sua periodização – diferentemente das demais, cuja denominação é acompanhada do conceito “capitalista” (formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora e formação socioeconômica dependente capitalista-industrial), à fase colonial é associada a formação socioeconômica dependente **colonial-exportadora**. Outro ponto a ser ressaltado é o fato de Bambirra localizar o surgimento da dependência desde a colonização latino-americana, tal qual Theotônio dos Santos (1973a), que em sua periodização considera a fase colonial como a primeira fase da dependência. Marini (2007 [1972]), por sua vez, diverge em relação aos dois autores, ao afirmar que somente é possível falar em dependência após as independências políticas dos países latino-americanos, no século XIX.

mundo capitalista, tendo vivenciado um monumental desenvolvimento de suas forças produtivas, de sua produção científica e tecnológica, bem como de seu arsenal militar, o que lhe permitiu exercer um papel central nesse processo, como descreve Bambirra:

Es basado en la hegemonía de la superpotencia norteamericana que el desarrollo del sistema capitalista en el plano mundial encontrara las condiciones para consolidar todo el proceso de integración empresarial, comercial, financiera, política, militar y cultural (facilitada por el desarrollo y perfeccionamiento de los múltiples medios de comunicación), sea a través de la proliferación de empresas ‘multinacionales’ que se instalan en todos los países capitalistas, sea a través de los acuerdos regionales de comercio, sea a través de la creación de sistemas financieros internacionales, sea a través de la creación de instituciones y organismos de coordinación de decisiones políticas y militares (BAMBIRRA, 1979, p. 87).

O protagonismo dos Estados Unidos nesse processo é ressaltado pela autora, ademais, como parte de uma ofensiva imperialista. Não nos aprofundaremos nessa análise, porém o que dela nos interessa é tão somente um dos fatores explicativos destacados por Bambirra que teria permitido que tal ofensiva se concretizasse. Em sua perspectiva, trata-se propriamente do grandioso desenvolvimento da economia estadunidense, o qual precisava encontrar vazão no mercado mundial. Assim, em meio a um processo de expansão, concentração e centralização dos monopólios, tais monopólios “[...] necesitan expandir aún más los mercados para invertir sus excedentes económicos crecientes penetrando en aquellos sectores de la vida económica de los países dependientes que son los más dinámicos y fundamentales”⁴⁵ (BAMBIRRA, 1971, p. 40).

É nesse momento, portanto, que começam a ganhar força os investimentos estrangeiros diretos nos países latino-americanos. Até então, o capital estrangeiro chegava àquelas economias por meio de empréstimos, e por meio das divisas procedentes das exportações de produtos primários. Mediante o avanço do processo de industrialização na América Latina, os investimentos de capital passam a se concentrar no setor manufatureiro dos países latino-americanos⁴⁶. Tal processo significou, para esses países, a elevação da dependência a outro patamar, assumindo um novo caráter⁴⁷. Isso porque, por meio dos

⁴⁵ Bambirra descreve os fatores que, de um lado favorecem a saída de capitais ao exterior, e, de outro, atraem tais capitais aos países latino-americanos no capítulo VII de seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979, p. 97-99).

⁴⁶ Esse processo, embora tenha sido uma realidade nos países latino-americanos como um todo, assumiu formas e magnitudes distintas em cada um deles. A discussão sobre as especificidades de tal processo nesses países será feita no terceiro item, a partir da tipologia desenvolvida pela autora.

⁴⁷ O traço específico assumido pela industrialização latino-americana é descrito por Bambirra no seguinte excerto: “Una de las características fundamentales de esta etapa de industrialización, es que ella se verifica como parte del proceso general de integración monopólica mundial del sistema capitalista, bajo la hegemonía de Estados Unidos. Su historia es, entonces, la historia de la penetración del capital extranjero en los sectores más dinámicos, es decir, los manufactureros, y de la agudización de la dependencia estructural que vive el continente;

investimentos diretos, os interesses vinculados ao capital estrangeiro passam a cumprir papel determinante na orientação da tomada de decisões e na continuidade do processo de industrialização nesses países. Bambirra reconhece como principais efeitos da intensificação da entrada de capitais estrangeiros nas economias latino-americanas

- a) El control y dominio, por parte del capital extranjero, de los nuevos sectores y ramas productivos industriales que se empiezan a desarrollar desde entonces.
- b) La intensificación de la monopolización, concentración y centralización de la economía que se expresa a través de la instalación de las grandes empresas y de absorción, por parte de éstas, de empresas nacionales, a través de compras, fusiones, asociaciones, etc.
- c) El proceso de desnacionalización progresiva de la propiedad privada de los medios de producción en los sectores industriales hasta entonces controlados por productores nacionales.
- d) **La integración, cada vez más articulada, de los intereses de las empresas extranjeras a los de las clases dominantes criollas**, lo que se refleja en las políticas económicas nacionales, bien como la integración de las políticas externas de los países dependientes a la política norteamericana para América Latina, acompañada así también de una integración a nivel militar (BAMBIRRA, 1979, p. 89-90, grifos nossos).

A penetração de capitais estrangeiros nos setores industriais latino-americanos se explica, da perspectiva de tais países, em razão da estreita vinculação entre o processo de industrialização desses países e a indústria dos países desenvolvidos. Conforme tal processo avança, mantém-se a necessidade de importação de maquinário para a continuidade e expansão do setor industrial, rumo ao desenvolvimento das etapas seguintes (bens de produção intermediários; bens de produção pesados) (BAMBIRRA, 1979). Tendo em vista os limites a que tais economias estão sujeitas, em razão de sua posição subordinada no mercado mundial, os investimentos de capital estrangeiro se apresentam como uma solução aos entraves enfrentados por tais países⁴⁸.

Tendo em vista que o eixo de acumulação de capital passara a se localizar nas indústrias, as quais estavam, em grande medida, erguidas sob a base de investimentos estrangeiros, o processo de industrialização na região latino-americana passa a se dirigir, então, segundo a articulação entre os interesses daqueles que detêm esse capital, as classes

lo que básicamente fue consecuencia del gran progreso tecnológico y de su control por parte del centro hegemónico, que le permitió ejercer su dominio sobre el proceso productivo y los mercados, sobre la política y la cultura. Es ese dominio el que configura, cada vez más, una Latinoamérica que debemos comprender dialécticamente, no sólo como víctima del sistema imperialista mundial, sino sobre todo como parte constitutiva de éste” (BAMBIRRA, 1971, p. 35).

⁴⁸ Uma análise mais detalhada da interpretação da teoria marxista da dependência acerca do processo de industrialização na América Latina está presente em nossa dissertação de mestrado. Cf. BICHR, 2012.

dominantes estrangeiras⁴⁹, e as classes dominantes locais. Nesse momento, visualizamos a relevância que assume a dimensão política da dependência na explicação dos processos vividos por aqueles países. A dependência econômica, descrita através do processo de reprodução capitalista dependente, manifesta-se concretamente, na subordinação das decisões nacionais latino-americanas às orientações que presidem os interesses das classes dominantes estrangeiras.

A noção de “dependência política”, no pensamento de Bambirra, está associada à sua análise sobre os efeitos da penetração do capital estrangeiro nos países dependentes, tendo como foco as relações entre as classes dominantes locais e o imperialismo, que se manifestam, sobretudo, no processo de tomada de decisões daqueles países, os quais terão impactos decisivos nas classes populares. Segundo a autora, a “dependência política” não se define apenas como uma “[...] imposición de la injerencia extranjera en la vida nacional, sino sobre todo como parte de una situación de dependencia que hace que las tomas de decisiones de las clases dominantes, en función de intereses políticos ‘nacionales’ internos, sean dependientes” (BAMBIRRA, 1979, p. 106). Relacionando tal condição à integração dependente das economias latino-americanas ao sistema capitalista internacional, Bambirra pontua que as classes dominantes desses países não gozaram, em nenhum momento, de efetiva autonomia para dirigir e organizar suas sociedades. Isso não significa, entretanto, que a autora ignore a existência de um grau de autonomia relativa dessas classes frente ao imperialismo, como discutiremos mais à frente.

Embora a autora se concentre na fase de integração monopolista, ela ressalta que a dimensão política da dependência se manifesta desde a independência política dos países latino-americanos⁵⁰, quando tanto o funcionamento do aparelho institucional, quanto os

⁴⁹ A autora não se refere a tais interesses como sendo interesses das classes dominantes estrangeiras, em vez disso, remete-se a interesses imperialistas/do imperialismo ou interesses do capital estrangeiro. Problematizaremos tal ponto mais à frente.

⁵⁰ Cabe salientar que encontramos uma distinção importante entre a dimensão econômica e política da dependência, no que tange à periodização de Bambirra. Se no caso da primeira, a autora localiza o surgimento da dependência na fase colonial (1979, p. 45), conforme evidenciamos em nota anterior, no caso da segunda, há dois argumentos que se chocam. Enquanto que em uma das passagens (1) a autora se refere à “dependência política” como fator de preservação da dependência estrutural, cuja gênese se situaria na fase colonial, em outra (2), Bambirra se remete à subordinação política das classes dominantes latino-americanas aos interesses dos países desenvolvidos, como tendo se iniciado mediante a independência política dos países latino-americanos. Vejamos: 1) “Si bien es cierto que la dependencia económica es quien hace posible y explica **la dependencia política**, no lo es menos que esta última **constituye el factor de preservación de la situación de dependencia estructural, que ha sido una constante en la historia de los países latinoamericanos desde el período colonial**, aún cuando hayan variado sus formas” (BAMBIRRA, 1979, p. 106, grifos nossos). 2) “Es así comprensible que, desde la Independencia, las clases dominantes latinoamericanas, hayan tenido que ajustar tanto el funcionamiento del aparato institucional como sus planes políticos específicos a los intereses de los países capitalistas desarrollados” (BAMBIRRA, 1979, p. 106). Nesse ponto, estamos de acordo com a posição de Marini, para quem a dependência latino-americana se constitui somente com a independência política formal

planos políticos das classes dominantes latino-americanas já se ajustavam aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos. Conforme exemplifica Bambirra, os interesses dessas classes se associam primeiramente àqueles da Inglaterra, e, em seguida, aos dos Estados Unidos:

Primero, haciéndose [as classes dominantes latino-americanas] liberales-oligárquicas para atender la confluencia de sus intereses con aquellos de Inglaterra, durante el período en que ella ocupaba el puesto de potencia dominante. Luego, volviéndose liberales-democráticas (por apertura a las clases medias) con el objeto de compatibilizar sus aspiraciones de modernización e industrialización con los intereses de la exportación de capitales de los Estados Unidos, en la medida en que éstos van tendiendo a remplazar a Inglaterra en el dominio de América Latina⁵¹ (BAMBIRRA, 1979, p. 106)

Mas é precisamente na fase de integração monopolista mundial que tem lugar um aprofundamento da “dependência política”, o qual está vinculado ao domínio do capital estrangeiro de setores chaves das economias latino-americanas, na medida em que as tomadas de decisões mais cruciais passam a ter no capital estrangeiro seu ponto de referência básico, devendo, nesse sentido, ser por ele referendadas (BAMBIRRA, 1979, p. 106-107). As classes dominantes latino-americanas têm um papel determinante nesse processo, dado que a penetração de capitais, para se concretizar, dependia de uma série de decisões políticas e legais que permitissem sua realização. A autora afirma que na medida em que tais decisões implicavam a

[...] institucionalización de un proceso de desnacionalización, de superexplotación de la economía nacional y de sometimiento a la dominación foránea, **suponían en las clases dominantes locales**, controladoras del funcionamiento del sistema por sus representantes políticos **un elevado grado de sometimiento a los intereses del imperialismo** (BAMBIRRA, 1979, p. 107, grifos nossos).

Como exemplos dessas medidas, que facilitaram a entrada do capital estrangeiro, a autora cita a aplicação das orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), direcionadas às economias latino-americanas; as tentativas de reformas defendidas pela Aliança para o Progresso, que buscavam ampliar o mercado para as multinacionais; o alinhamento à política externa estadunidense através da Organização dos Estados Americanos

daqueles países. Antes desse momento, em nossa perspectiva, não é possível falar em dependência. A relação entre metrópole e colônia é de natureza profundamente distinta daquela entre Estados nacionais. Assim, tampouco faz sentido localizar a origem da “dependência política” em um momento distinto daquele da “dependência estrutural”.

⁵¹ Embora a autora, em outros momentos de sua obra, evidencie as diferenças que marcavam as frações de classe dominante, nessa passagem, as classes dominantes aparecem como um bloco homogêneo.

(OEA); e os acordos de ajuda, cooperação e assistência policial e militar, como mecanismos de contenção das subversões à ordem⁵² (BAMBIRRA, 1979, p. 90).

A discussão de Bambirra sobre a “dependência política” culmina em um tema que foi objeto de muitas controvérsias tanto no campo do pensamento social latino-americano, quanto nos movimentos e partidos de esquerda da região. Referimo-nos ao debate em torno da viabilidade de um projeto nacional capitaneado pelas burguesias industriais latino-americanas, o qual, por sua vez, guarda relação com a problemática da revolução burguesa nos países dependentes⁵³. A interlocução dos teóricos marxistas da dependência se deu, nesse sentido, em duas direções principais, a primeira, no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento latino-americano, na figura principalmente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e a segunda, no debate político em torno do caráter da revolução naqueles países, cujo embate se deu, sobretudo, com as interpretações dos Partidos Comunistas latino-americanos⁵⁴. Embora partissem de referenciais teóricos muito distintos, tanto a CEPAL, quanto os partidos comunistas chegavam a um mesmo resultado, a ideia de que seria possível um desenvolvimento nacional autônomo naqueles países. Se no caso da CEPAL, o argumento se sustentava, sobretudo, nas potencialidades que o processo de industrialização representaria para os países latino-americanos – a superação do subdesenvolvimento; no caso dos Partidos Comunistas, tratava-se de uma reedição do “modelo” de revolução burguesa europeia⁵⁵, por meio do qual se resgatava a vocação revolucionária da burguesia⁵⁶.

⁵² Algumas dessas medidas enfrentaram, durante algum tempo, a resistência das burguesias latino-americanas, o que é destacado por Bambirra ao discutir a autonomia relativa dessas classes em relação ao imperialismo. Retomaremos tal ponto mais à frente.

⁵³ Cabe ressaltar que a partir desse momento, entramos em uma discussão que diz respeito, sobretudo, aos países de tipo A, na tipologia de Bambirra, países cuja industrialização se iniciou antes do pós-guerra, como é o caso, por exemplo, de Brasil, Argentina e México. No caso dos países de tipo B, segundo a autora, não se concretizam burguesias industriais com projetos nacionais, tendo em vista que o processo de industrialização, nesses países, é produto do processo de integração monopolista mundial. Tal argumento será retomado no próximo item.

⁵⁴ Essa interlocução é reconhecida por Bambirra, ao recuperar os antecedentes das teorias da dependência: “[...] si se quiere comprender en profundidad los antecedentes teóricos de este pensamiento latinoamericano, su móvil inmediato debe ser buscado en el intento de superación de dos grandes vertientes de la interpretación del proceso de desarrollo en el continente: la elaboración hecha por los partidos comunistas en este período, bajo la influencia del jruschovismo, y la de la Comisión Económica para la América Latina (CEPAL)” (BAMBIRRA, 1978, p. 16). Para uma análise mais detida sobre as críticas dos teóricos marxistas da dependência à CEPAL e aos Partidos Comunistas latino-americanos ver: BICHIR (2012); VARGAS (2009); CORREA PRADO (2015).

⁵⁵ O papel revolucionário da burguesia, mencionado acima, estava associado aos processos que tiveram lugar na Europa, de formação do Estado burguês e de consolidação do capitalismo enquanto modo de produção dominante naqueles países. Há na literatura marxista um amplo debate em torno da questão da revolução burguesa. Uma problematização acerca da existência de um modelo de revolução burguesa pode ser encontrada em POULANTZAS (1977).

⁵⁶ Referimo-nos aqui às interpretações dos Partidos Comunistas latino-americanos sobre o caráter da revolução na região, que, ao caracterizarem tais economias como feudais, identificavam a necessidade de uma revolução nacional-burguesa, na qual se enfrentariam de um lado a burguesia e as classes trabalhadoras, e de outro, o imperialismo e a oligarquia agrária. Tal revolução adquiriria, portanto, um caráter anti-imperialista e antifeudal. Justificava-se, assim, a construção de uma aliança entre as classes populares e a burguesia. Nas palavras de

Bambirra, ao examinar o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial nos países latino-americanos, enfatiza sua especificidade em relação àquele que teve lugar nos países europeus. Diferentemente daqueles processos, na América Latina tal desenvolvimento não se deu por vias revolucionárias, mediante a tomada do poder por novas classes ou por meio de uma transformação radical das relações de produção sobre as quais as antigas classes dominantes se sustentavam. Nos casos latino-americanos, as relações de produção tipicamente capitalistas não apenas tiveram o seu surgimento, mas também sua evolução profundamente vinculada ao setor exportador, constituindo-se, assim, como um de seus traços característicos, a coexistência de diversos modos de produção nessas formações sociais (BAMBIRRA, 1979, p. 46). Nesse sentido, as burguesias industriais latino-americanas estabeleceram, desde sua formação, uma relação de compromisso com a oligarquia⁵⁷ - os capitais gerados no setor exportador eram transferidos, tanto através do sistema bancário, quanto por meio de subsídios

Bambirra: “Por eso, la táctica de esos PC [partido comunista] – que limitaba sus enemigos a los que parecían ser los enemigos burgueses, es decir, las oligarquías tradicionales y al imperialismo – se transformaba en una estrategia reformista, en la medida en que no comprendía que en las nuevas condiciones del capitalismo dependiente la lucha anti-oligárquica y antiimperialista, tenía necesariamente que ser a la vez anti-capitalista. La táctica reformista contemporánea que consistió en hacer avanzar las conquistas populares dentro de los marcos de la democracia burguesa y buscar ‘consolidar y asegurar’ todas las concesiones otorgadas por la burguesía – sean las que correspondían a las necesidades del desarrollo del régimen burgués, o las que éste concedía por presión del movimiento popular – no podría sino conducir a la mantención del capitalismo dependiente y a dificultar el desarrollo de los procesos de insurrección popular” (BAMBIRRA, 1971, p. 49). Cabe destacar a ressalva feita por Bambirra, ao sublinhar que nem todos os Partidos Comunistas latino-americanos poderiam ser considerados dentro da categoria de reformistas, tendo em vista as divisões e dissidências que tiveram lugar a partir da fragmentação do campo socialista. Cf. BAMBIRRA, 1971.

⁵⁷O significado do conceito de oligarquia utilizado por Bambirra é definido em dois momentos, o primeiro, em *El capitalismo dependiente latinoamericano*, quando afirma, “[...] y por oligarquía entendemos todos aquellos sectores de las clases dominantes vinculadas directa o indirectamente al sector primario-exportador, más los latifundistas que producen para el mercado interno o que detentan la propiedad de la tierra sin hacerla producir mayormente) [...]” (BAMBIRRA, 1979, p. 47). O segundo, em *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, quando a autora responde à crítica de Agustín Cueva a respeito de uma ambigüidade inerente a esse termo. De acordo com Bambirra: “Los términos son ambiguos o no lo son: depende de la precisión que les imprima un autor o una corriente de pensamiento. De esta manera no creo que exista una ‘ambigüedad inherente al término ‘oligarquia’”. Cardoso y Faletto, por ejemplo, al utilizarlo lo han precisado y fue con esta misma precisión que muchos otros, entre los cuales yo misma, lo han utilizado: son los sectores burgueses vinculados directa o indirectamente al sector primario-exportador más los latifundistas que producen para el mercado interno o que sencillamente no producen pero mantienen monopólicamente la posesión de la tierra. No se trata pues de ninguna ‘aristocracia feudal’ [...] o esclavista ni ‘simplemente el sector agrario de la burguesía’” (BAMBIRRA, 1978, p. 68). Mesmo diante das ponderações de Bambirra e considerando a integração que a autora faz do conceito de oligarquia em sua análise, atribuindo-lhe, inclusive, o estatuto de classe social, “[...] las clases dominantes oligárquicas” (BAMBIRRA, 1979, p. 47), cumpre sublinhar que tal conceito não pertence originalmente ao arcabouço teórico marxista. Embora a autora não seja a única, já que muitos autores marxistas latino-americanos o empregaram na análise dos processos políticos na região, notamos em sua definição e, seguidamente, na discussão a respeito da relação entre tal “classe” e a burguesia industrial, algumas dificuldades e imprecisões que o uso do conceito de oligarquia oferece margem. Ao abrigar nesse conceito frações distintas da classe dominante, cujos interesses nem sempre coincidem, a análise da autora perde em rigor e precisão. Além disso, em sua análise, tal conceito aparece sob distintas formas, ora como uma formulação mais genérica, “oligarquias”, ora como um esforço de precisar a quais frações das classes dominantes a autora se refere, “oligarquia terrateniente”, “oligarquia financiera”, “oligarquia minera”, “oligarquia comercial exportadora”. Cf. BAMBIRRA, 1979. Para um estudo sobre a conceituação de oligarquia na América Latina, consultar: ALSALDI, 1991.

estatais ao setor industrial, viabilizando sua expansão⁵⁸. Mais à frente, a autora reconhece que tal particularidade não impede, entretanto, que se denomine tal processo como uma revolução burguesa, na medida em que expressou tanto uma disputa pela hegemonia do poder político, quanto um projeto de desenvolvimento próprio por tal classe.

Aunque no se pueda decir que todo ese proceso ha sido el de una revolución burguesa en el sentido tradicional del término, de hecho ha expresado un momento histórico latinoamericano, en el cual **la burguesía industrial**, impulsada por el vigor que le otorga el hecho de controlar una forma más avanzada de organización social de la producción, **ha reivindicado el control hegemónico del poder, ofreciendo un proyecto propio de desarrollo económico-social**. En ese sentido, y sólo en ese sentido, es posible caracterizar todo ese proceso como el de una ‘revolución burguesa’, en las condiciones típicas del desarrollo del capitalismo dependiente (BAMBIRRA, 1979, p. 48, grifos nossos)

Quanto ao caráter propriamente nacional da classe burguesa, Bambirra o situa nos marcos engendrados pelo capitalismo dependente, dadas as limitações advindas de sua vinculação com o sistema capitalista mundial - desde uma condição dominada. Guardada essa consideração, a autora ressalta que a burguesia industrial latino-americana, nos países de tipo A, atuou como “[...] classe **cuyos intereses fundamentales estaban vinculados a un proyecto propio de desarrollo de la nación que ha sido llevado a cabo durante toda una etapa histórica**” (BAMBIRRA, 1979, p. 64, grifos originais). Tal projeto, entretanto, está circunscrito, segundo a autora, a um momento particular do desenvolvimento capitalista mundial, de disputa interimperialista pelo controle de matérias-primas e dos mercados dos países dependentes. Se de um lado os conflitos bélicos e a crise dos anos de 1930 criavam condições para a dinamização da atividade industrial nesses países, de outro, a priorização pelos setores primários por parte dos países imperialistas teria aberto a possibilidade de exploração da atividade industrial pelos “empreendedores nacionais”. Tais condições, portanto, puderam ser aproveitadas por aqueles países que reuniam elementos para a expansão do mercado interno e nos quais a indústria se beneficiou de uma articulação com o setor exportador. Nesses casos, a burguesia industrial pôde se afirmar como classe “empreendedora”, oferecendo um projeto de desenvolvimento nacional à sociedade (BAMBIRRA, 1979, p. 64-65).

Mesmo nesse momento, o projeto de desenvolvimento das burguesias industriais, apesar de seu caráter nacional, é analisado por Bambirra no interior de uma relação de

⁵⁸ A relação de compromisso entre esses dois setores é apontada pela autora no trecho a seguir: “En este sentido, los intereses oligárquicos e industriales, aunque manteniendo su especificidad, se mezclan y se complementan, resultando de allí, en el plano económico y político-social, una serie de conflictos que no ocultan sus antagonismos, pero que los limitan a una situación de compromiso, base sobre la cual se asienta el sistema oligárquico-burgués en estos países” (BAMBIRRA, 1979, p. 47).

coexistência com a dominação imperialista. Os limites e possibilidades dessa relação são exemplificados pela autora no seguinte trecho:

Coexistencia que por otra parte, incorporaba el imperialismo a la amalgama del poder, respetando su injerencia en el sector exportador, pero reservándose el derecho de decidir sobre la política industrial del país, aun cuando ésta se enfrentase a los intereses imperialistas, como en el caso de las tarifas proteccionistas o en el de las nacionalizaciones de fuentes de energía, como por ejemplo del petróleo (BAMBIRRA, 1979, p. 65).

Compreende-se, a partir desse argumento, que Bamberra atribui às burguesias industriais latino-americanas, nessa fase da dependência, anterior ao processo de integração monopolista mundial, uma capacidade de decisão em relação à política industrial de seus respectivos países, poder esse que será significativamente restringido na nova fase da dependência, mediante a penetração massiva de capitais estrangeiros no setor industrial⁵⁹. A autora, contudo, apesar de utilizar o adjetivo **autônomo** para se referir a tal projeto de desenvolvimento nacional, afirma que tal possibilidade não encontrava bases reais nas formações sociais latino-americanas, justamente por entender que tal projeto se erguia sobre as bases de uma coexistência com a dominação imperialista, enfatizando a dimensão tanto econômica, quanto política da dependência.

Remontando, finalmente, à fase seguinte da dependência, Bamberra descreve os efeitos que tiveram lugar nas economias latino-americanas a partir da entrada substantiva de capital estrangeiro no setor industrial, lançando luz sobre a desnacionalização da propriedade dos meios de produção nesses países e seus impactos nos projetos de desenvolvimento das burguesias industriais da região. Em sua análise ganha centralidade a posição de “classes dominantes-dominadas”, assumida pelas burguesias industriais latino-americanas, e o abandono de seu projeto de desenvolvimento nacional “autônomo”. Na perspectiva da autora, a desnacionalização das economias latino-americanas se abre como possibilidade de continuidade do desenvolvimento capitalista naqueles países, tendo em vista as contradições e limites do capitalismo dependente e as dificuldades de dar prosseguimento às demais etapas do processo de industrialização na região. O significado dessa nova condição assumida por aquelas classes dominantes está relacionado, de acordo com Bamberra, à preservação do próprio sistema de dominação daqueles países (BAMBIRRA, 1979, p. 96-105). Com isso, “[...] se termina el sueño utópico de los progresistas y nacionalistas, que pretendían

⁵⁹ A reversão desse processo é identificada pela autora nesse excerto: “[...] dentro de los límites que las burguesías nacionales han podido imponer sus intereses, éstos han sido lo suficientemente amplios como para llevar hacia adelante el desarrollo del capitalismo dependiente, hasta que, a partir de 1945, la nueva expansión del imperialismo logra frustrar en definitiva esta históricamente efímera hegemonía” (BAMBIRRA, 1979, p. 65).

desarrollar una burguesía nacional en Latinoamérica”⁶⁰ (BAMBIRRA, 1971, p. 36). A partir desse momento, portanto, já não se pode falar, na perspectiva de Bambirra, em um projeto de desenvolvimento de caráter nacional levado a cabo pelas burguesias latino-americanas.

Lo que se plantea, con fundamento en la descripción de la situación real de América Latina [...] es que en la medida en que las burguesías en nuestro continente se han asociado como clase al capital extranjero, tuvieron que abdicar de sus proyectos propios de **desarrollo nacional autónomo**. En este sentido, y sólo en este, no pueden tener un proyecto nacional, **no pueden defender los intereses de la nación independientemente de los intereses del capital extranjero, pues ellas están asociadas a éste en calidad de socias menores**. Ellas no disponen de la propiedad privada de los medios de producción fundamentales sino que la comparten con el imperialismo desde una posición desventajosa, aunque eso no signifique que sus ganancias no sean sustanciales” (BAMBIRRA, 1978, p. 64-65, grifos originais)

É precisamente nesse argumento que a autora se apoia para contestar tanto as interpretações cepalinas, quanto as análises dos partidos comunistas latino-americanos. Bambirra, como demonstramos, reconhece a existência de um projeto de desenvolvimento nacional pelas burguesias industriais em um momento específico da história dos países latino-americanos, entretanto, sublinha que tal projeto deixou de ser uma realidade mediante a integração monopolista mundial, que teve como consequência política a associação entre os interesses daquela classe e os interesses do capital estrangeiro.

Ainda que Bambirra coloque em relevo o caráter subordinado dessa associação, ressaltando a posição de “sócias menores” das burguesias nacionais latino-americanas, a autora atenta para uma questão que não deve ser menosprezada, qual seja, a autonomia relativa dessas classes em relação ao imperialismo. Isso porque, de igual maneira o imperialismo tem, por meio dessa integração, seus interesses de preservação do sistema resguardados. Nesse sentido, a autora afirma que tal situação permite que as classes dominantes locais tenham uma margem de manobra em relação ao imperialismo e lhes permite colocar em prática uma série de políticas com um grau de autonomia relativa: “Esta autonomía relativa consiste en la posibilidad que tienen las clases dominantes de los países

⁶⁰ Cabe mencionar, entretanto, como a própria autora ressalta em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina* (1971), as contradições e resistências a esse processo: “Todo esto no se realiza sin choques y contradicciones. Por el contrario, éstas se manifiestan en los desesperados intentos desarrollistas de las burguesías nacionales [...] que pretenden poseer, al menos, parte del control de proceso productivo y del desarrollo económico. Ellas se manifiestan, también, en el nacionalismo populista, que siendo de origen burgués fue radicalizado por el liderazgo pequeño-burgués sobre el movimiento popular, evolucionado en muchos casos hasta el antiimperialismo, y que provocó una serie de movimientos políticos y convulsiones sociales en la década del 50. A modo de ilustración, podemos señalar la revolución boliviana del 52-53; el frustrado intento antiimperialista de Jacobo Arbenz en Guatemala; el contragolpe del general Teixeira Lott, en Brasil, que consolidó la posición del Presidente electo Juscelino Kubitschek; y el movimiento que derroca al dictador Pérez Jiménez en Venezuela” (BAMBIRRA, 1971, p. 36). Esses elementos serão objetos de análise no próximo item.

dependientes, en circunstancias especiales, de hacer vigentes algunos de sus intereses propios que son contradictorios con los del imperialismo” (BAMBIRRA, 1979, p. 108). Segundo a autora, os momentos em que tal autonomia relativa se manifesta estão relacionados, sobretudo, a períodos de crise aguda, os quais geralmente são acompanhados de uma ofensiva dos movimentos populares, nos quais as burguesias dependentes “[...] necesitan implementar toda una serie de medidas políticas y de política económica con el objeto de superar dichas crisis y de expandir y hacer más efectiva su dominación” (BAMBIRRA, 1979, p. 108). Nessas situações de ascenso dos movimentos populares, tais classes se valem da instabilidade que representa tal “ameaça” para afirmar a necessidade de fortalecimento do sistema de dominação em âmbito nacional, buscando concessões e benefícios, junto ao imperialismo, com o intuito de fortalecer sua margem de manobra. A autora exemplifica seu argumento citando algumas ocasiões que expressaram a autonomia relativa das classes dominantes nacionais frente ao imperialismo, como foram os casos da posição de alguns governos latino-americanos em favor da autodeterminação de Cuba na Conferência de Punta del Este, em 1961; as resistências oferecidas, inicialmente, à aplicação das políticas propugnadas pelo FMI; as pressões pela formação da Aliança para o Progresso⁶¹; a resistência do governo militar brasileiro ao controle integral do capital estadunidense sobre a instalação da petroquímica no país, que ao se inclinar a colocar em prática tal projeto com a associação de capitais europeus, garantiu a participação da estatal brasileira no referido empreendimento; as políticas militaristas relativamente autônomas do Brasil e da Argentina, que se expressaram em projetos de desenvolvimento de energia nuclear, na compra de aviões *Mirage*; a nacionalização da *International Petroleum Company* pela Junta militar peruana, entre outros (BAMBIRRA, 1979, p. 108).

Entretanto, como o próprio qualificativo indica, trata-se de uma autonomia **relativa**, o que, de acordo com Bambirra, significa que tal autonomia encontra limites bastante claros:

[...] por mayores que sean las posibilidades de las clases dominantes dependientes, de poder aumentar su autonomía relativa frente al imperialismo, en períodos históricos específicos, y sirviéndose de coyunturas internas e internacionales favorables, éstas jamás serán suficientes como para poner en jaque el funcionamiento del conjunto de las empresas imperialistas ubicadas en los sectores claves de la economía ni concederán las condiciones de actuar en base a una línea política realmente independiente (BAMBIRRA, 1979, p. 109-110).

⁶¹ Bambirra afirma que embora tal programa correspondesse aos interesses imperialistas, significou, em um primeiro momento, uma vitória relativa das burguesias latino-americanas (BAMBIRRA, 1979, p. 108).

Encontramos uma argumentação ainda mais enfática de Bambirra em seu *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (1978), em sua polêmica com as teses de Enrique Semo⁶² sobre a interdependência entre as potências imperialistas e os países dependentes. A autora registra que mesmo diante de uma margem mais ampla de manobra por parte das classes dominantes dependentes, seja em razão da disponibilidade de algum recurso estratégico ou de conjunturas nacionais e internacionais particulares, as relações entre tais classes e o imperialismo ainda se orienta sob os marcos da dependência. Ao argumento sobre a interdependência, Bambirra interpõe a seguinte assertiva:

La historia registra incontables situaciones en que éstas [clases dominantes-dominadas] han tratado de imponer políticas que sin golpear definitivamente el dominio imperialista buscaban restringirlo de manera parcial, y la respuesta del imperialismo en tales condiciones ha sido por lo general una reacción violenta e inescrupulosa: cuando las presiones económicas, diplomáticas y políticas no fueron suficientes, el imperialismo recurrió a la intervención indirecta – las famosas formas de ‘desestabilización’ -, o directa – la agresión militar a través del envío de mercenarios o de sus propias tropas (BAMBIRRA, 1978, p. 100).

Até o presente momento nos centramos nos efeitos do processo de integração monopolista sobre as classes dominantes latino-americanas. Passemos ao exame dos impactos dessa fase da dependência sobre as classes dominadas. Se no caso das classes dominantes, tal fase, ainda que tenha significado a frustração de seus projetos de desenvolvimento nacional e a queda em seu montante de lucro enquanto classe capitalista, preservou sua presença no sistema de dominação daqueles países, no caso das classes dominadas – classe operária, campesinato, classes médias, pequena burguesia –, a ruptura dos esquemas nacionalistas representou o fim das “concessões” colocadas em prática pelas burguesias industriais (BAMBIRRA, 1979). Ainda que a autora reconheça o caráter limitado daquelas concessões, sobretudo no caso da classe operária e do campesinato, e menos no caso das classes médias, que tiveram diversos de seus interesses favorecidos, ela destaca o agravamento das condições de existência dessas classes sociais nessa nova fase, frente ao qual tais classes se sublevarão.

A análise da reação das classes populares a esse processo é feita por Bambirra em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina* (1971), no qual a autora, ao discutir a crise econômica e política na América Latina na década de 1960, fruto das contradições do capitalismo dependente e da fase de integração monopolista, chama atenção para os movimentos protagonizados por tais classes, impactados pela experiência da Revolução

⁶² Enrique Semo, historiador búlgaro, nacionalizado mexicano, teve seus argumentos, desenvolvidos em *La crisis actual del capitalismo* (1975), criticados por Bambirra na referida obra. Segundo a autora, “La consideración de la crítica hecha por Enrique Semo es importante como expresión de un tipo de impugnación que se trata de hacer a este pensamiento [da teoria da dependência] por parte de sectores de los partidos comunistas” (BAMBIRRA, 1978, p. 9).

Cubana, de 1959. A autora cita como expressões do ascenso do movimento popular: a resistência popular à tentativa de golpe militar em 1961 no Brasil e a formação de novas organizações de esquerda nesse mesmo país, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), a Ação Popular e o Movimento Tiradentes, as quais defendiam a necessidade de uma insurreição; a instalação do movimento guerrilheiro na Guatemala entre 1961 e 1963, o qual se inscrevia na esteira da radicalização de setores militares e da resistência armada nas cidades; a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 1961, na Nicarágua; o início de um movimento insurrecional na Venezuela, em 1962, que tinha como expressões as manifestações de rua, a greve dos transportes e os levantamentos militares, lutas que foram capazes, segundo a autora, de unificar o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* e o *Partido Comunista*, por meio de ações de guerrilhas urbanas e rurais; o novo caráter assumido pelo movimento camponês na Colômbia e o surgimento de guerrilhas com caráter insurrecional nesse mesmo país; o movimento camponês no sul do Peru, a formação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e da *Frente de Izquierda Revolucionaria* (FIR), bem como as ações guerrilheiras no centro e no sul do país; tentativas de formação de guerrilhas em países como Paraguai, Argentina, Equador, Honduras e Brasil entre os anos de 1960 a 1963 e a emergência de organizações de esquerda em quase todos os países latino-americanos, cujo objetivo central era preparar a insurreição (BAMBIRRA, 1971, p. 31-32).

Tanto os movimentos acima elencados, quanto a própria Revolução Cubana, podem ser compreendidos, na análise de Bambirra, como respostas das classes dominadas ao recrudescimento da dependência latino-americana. Não é por acaso que tais processos tiveram lugar justamente em meio ao processo de integração monopolista mundial. A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, nesse sentido, é considerada por Bambirra um divisor de águas na luta política na América Latina, uma vez que revela, em sua concepção, que o caráter da revolução na região, a partir daquele momento, não poderia ser outro que não socialista. Seu argumento, em *Los errores de la teoría del foco* (1970), é elucidativo:

Antes de la Revolución Cubana, un movimiento popular podía hacer una revolución mediante un frente unido con una burguesía nacional [...] y llevar a cabo aquellas tareas de la transición. Después de la Revolución Cubana la situación cambió, pues el imperialismo ya no se dejará tomar por sorpresa y las burguesías tienden a buscar la alianza con el imperialismo y a volverse cada vez menos nacionales. Ésta es la razón por la cual ahora se determinará desde un principio el carácter socialista de la revolución, a pesar de que muchas de las tareas que tenga que realizar sean de naturaleza democrático-burguesa. La revolución latinoamericana tendrá que enfrentarse desde un principio al choque con la burguesía ‘nacional’ y con el imperialismo (BAMBIRRA, 1970, p. 29-30).

O argumento de Bambirra em torno do caráter socialista da revolução latino-americana se ancora, ademais, nas evidências concretas de aguda repressão dirigidas às mobilizações e lutas populares na década de 1960 pelas burguesias da região, as quais, em alguns países, atingirão sua maior expressão na ruptura da legalidade democrática, por meio da instauração de golpes militares. Na perspectiva da autora, a nova fase da dependência latino-americana requereria um enfrentamento ao imperialismo, o que naquele momento, dada a integração entre as classes dominantes nacionais e as classes dominantes estrangeiras, deveria assumir, ao mesmo tempo, um caráter anticapitalista, tendo as classes dominadas como sujeitos de tal processo. Para Bambirra, então, a problemática da dependência somente poderia encontrar resolução a partir de uma resposta no plano da política, como salientado na passagem a seguir:

[...] **la ruptura de la dependencia económica tendría que ser a la vez una ruptura política con el imperialismo** (pasando quizá por el enfrentamiento militar) y sería necesaria la movilización popular para llevar a cabo una política antiimperialista. Esto conduciría, dado el nivel de radicalismo engendrado, a una política anticapitalista en su conjunto. Cuestionar el imperialismo, significaría cuestionar el modo de producción capitalista en cuanto tal. La mantención de la dependencia imperialista resulta pues intrínsecamente vinculada a la mantención del capitalismo nacional, lo que garantiza la continuidad de la dominación imperialista mientras exista capitalismo en los países latinoamericanos. [...] la ruptura de la dependencia sólo podrá ser promovida por las clases dominadas, a través de un proceso revolucionario. El socialismo aparece, pues, como la única alternativa efectiva para el desarrollo sin límites de las fuerzas productivas (BAMBIRRA, 1979, p. 111-112, grifos nossos).

No presente item procuramos explicitar as contribuições de Vânia Bambirra à análise da dimensão política da dependência. Foi possível identificar referências diretas à questão da “dependência política” em sua obra, compreendida ali como uma dimensão crucial da dependência. Buscou-se, também, evidenciar os nexos construídos entre tal dimensão e a dimensão econômica da dependência pela autora, a partir de um olhar mais detido sobre a fase de integração monopolista mundial, momento ao qual Bambirra dedicou maior atenção. Destacamos os laços que se estabelecem entre as classes dominantes locais e o imperialismo, em razão da penetração do capital estrangeiro nos setores econômicos-chaves, fenômeno que produz como efeito a restrição do poder de decisão a essas classes, bem como a falência de seus projetos de desenvolvimento nacional, e as respostas da classe trabalhadora frente a tal processo. Recorremos, uma vez mais, à própria autora para demonstrar a importância conferida por ela à dimensão política no corpo teórico das teorias da dependência:

Es necesario insistir que el gran aporte de la teoría de la dependencia fue haber demostrado que éste no es meramente un fenómeno de relaciones internacionales, de

intercambio comercial desfavorable a los países poco desarrollados; sino que son relaciones internas, que configuran una estructura económico-social cuyo carácter y dinámica están condicionados por la subyugación, explotación y dominación imperialistas. **Las consecuencias de orden político que emergen de este análisis son muy claras: las burguesías dependientes no tienen condiciones de enfrentarse al imperialismo y de promover un desarrollo autónomo** (BAMBIRRA, 1978, p. 99, grifos nossos).

Salientamos, por fim, o entendimento da autora de que a superação da dependência econômica está condicionada a um enfrentamento político ao imperialismo, enfrentamento esse que, na concepção de Bamberra, vincula-se indissociavelmente a uma luta de caráter anticapitalista.

Cumpramos lançar luz sobre um ponto problemático de sua análise, a nosso ver, o qual reside no tratamento pouco preciso dado por Bamberra aos interesses do imperialismo ou aos interesses do capital estrangeiro. Nos momentos em que a autora se refere à integração entre tais interesses, a análise é bastante genérica, já que Bamberra não evidencia a quais interesses propriamente ela está se referindo. Ela não se remete a tais interesses como sendo interesses de classes e de frações de classe dominantes. Tais elementos são importantes em um estudo das relações de dependência, já que evidenciariam os nexos profundos existentes entre a dimensão política e a dimensão econômica da dependência, atentando, ademais, para os interesses contraditórios que perpassam as classes dominantes estrangeiras, constituídas por diferentes frações, evitando o risco de apresentá-la como um bloco monolítico.

2.3 A questão do Estado e do poder político na tipologia de Vânia Bamberra

Avançamos em nossa análise do pensamento de Bamberra, deslocando nosso foco, nesse momento, para um estudo sobre a presença do Estado na interpretação da autora sobre a dependência. Se no item anterior realizamos uma primeira aproximação, identificando as bases da dimensão política da dependência, passamos, propriamente, à problematização da questão do poder político, na qual o Estado adquire especial importância. Nosso objetivo aqui é verificar se nos escritos de Bamberra estão presentes elementos que nos permitam compreender como se dá o exercício do poder político nos países dependentes; como se conforma o bloco no poder nesses países; qual classe detém a hegemonia no interior de tal bloco; e como se articulam Estado, classes dominantes e classes dominadas. Partindo dessas questões norteadoras, pretende-se destacar as contribuições de Bamberra na discussão das

especificidades e particularidades do Estado e do exercício do poder político nos países dependentes latino-americanos.

Tendo em vista que a análise de Bambirra sobre a dependência está construída *pari passu* ao desenvolvimento de sua tipologia⁶³, e que sua interpretação acerca das formações sociais latino-americanas é apresentada através de tal tipologia, por meio da qual expõe os vínculos existentes entre a penetração imperialista nos países dependentes latino-americanos, o sistema de dominação sobre o qual se assenta o poder político naqueles países e as contradições internas próprias a tais formações sociais, optamos por examinar a temática do Estado no interior de sua tipologia dos países de tipo A e de tipo B. Assim, consideraremos também as diferenças acentuadas pela autora nos dois grandes grupos de países, do ponto de vista do objeto que nos ocupa.

O critério utilizado pela autora para classificar os países dependentes latino-americanos se baseia na periodização e nas condições que orientam o processo de industrialização nesses países, tendo em vista, segundo a autora, a centralidade que tal processo passa a assumir a partir da primeira Revolução Industrial. A industrialização, que está associada não apenas ao desenvolvimento das forças produtivas, mas também a mudanças nas relações de produção e nas estruturas de classes, passa a orientar o sentido de desenvolvimento das sociedades. Ademais,

El estudio de las **condiciones** [grifo original] que hacen posible el desencadenamiento de un proceso de industrialización en algunos países y sus consecuentes cambios estructurales es lo que nos permitirá, en definitiva, relacionar la situación general de dependencia a los tipos específicos de estructuras dependientes, o sea, distinguir las características más significativas de cada uno de los grandes tipos de sociedades dependientes contemporáneas, logrando así determinar sus leyes básicas de movimiento. **Discutir las condiciones que hacen efectivo un proceso histórico-social, implica determinar los intereses objetivos de las clases sociales que lo han impulsado, y su desarrollo, así como sus límites; determinándose de esta manera las contradicciones que se generan** y, sólo a partir de esta base se pueden vislumbrar sus formas de superación (BAMBIRRA, 1979, p. 29-30, grifos nossos).

Ao distinguir os processos de industrialização que tiveram lugar nos países de tipo A e de tipo B, a autora leva em consideração as condições internas das economias latino-americanas, a conjuntura internacional, o estágio de desenvolvimento vivido pelo capitalismo mundial, e as relações de classe, tanto no que diz respeito à estrutura interna a tais países, quanto à mediação entre os interesses dessas classes e os interesses das classes estrangeiras,

⁶³ Apesar de a tipologia de Bambirra ter sido apresentada em sua obra *El capitalismo dependiente latinoamericano*, sua elaboração já estava em construção desde 1968. Em seu artigo *Diez años de Insurrección en América Latina*, publicado em 1971, já é possível visualizar, ainda que em uma versão preliminar, a distinção que orientaria sua análise em seus escritos posteriores.

cuja relação se dá pela intermediação do Estado nacional. Assim, sua análise sobre o desenvolvimento industrial nos países latino-americanos está perpassada por um estudo da configuração das classes sociais nesses países, acompanhando sua formação, suas alianças e contradições, bem como sua posição quanto à dominação política.

Em sua tipologia, portanto, o primeiro grupo de países, denominado pela autora como “países de tipo A”, correspondia àqueles que, na fase de integração monopolista mundial, já possuíam estruturas diversificadas e um processo de industrialização em expansão, sendo eles México, Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile. O segundo grupo era formado por países cuja industrialização foi produto da integração monopolista, tendo se realizado sob o controle direto do capital estrangeiro - Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba, designados como “países de tipo B”⁶⁴. É a partir de tal diferenciação que orientaremos nossa discussão no presente item, composto por um subitem dedicado à questão do Estado e do poder político nos países de tipo A, e, outro, ao caso dos países de tipo B.

2.3.1 O caso dos países de tipo A

Em sua análise sobre os países de tipo A, em *El capitalismo dependiente latinoamericano*, Bamberger aporta elementos relevantes à caracterização da estrutura de dominação nesses países, discutindo suas transformações de acordo com cada etapa da dependência, as formas assumidas pelo Estado e pelo exercício da dominação política, evidenciando, ao mesmo tempo, as relações de compromisso, as alianças e as contradições que marcam a relação entre as classes sociais em tais formações sociais. A discussão desses temas pela autora está informada por sua análise sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, especialmente no que diz respeito ao processo de industrialização.

⁶⁴ Bamberger afirma que no interior desse grupo, há distinções em relação ao momento em que teve início o processo de industrialização – alguns países a iniciaram imediatamente ao pós-guerra; outros, no final da década de 1950 e início da década de 1960, e outros nos quais tal processo ainda não teria se iniciado, como era o caso de Haiti e Paraguai. Nos dois primeiros casos, não se justificaria uma nova classificação, já que, segundo a própria autora, o caráter da industrialização nesses países não variou substancialmente, como entre tais países e os países de tipo A. No último caso, a autora fala que embora se pudesse criar uma classificação específica para tais países, “países de tipo C”, ela tampouco encontraria razão de ser, em função da evolução histórica particular de cada um deles e da ausência de denominadores comuns. Aproveitamos para retificarmos uma afirmação feita em nossa dissertação de mestrado, na qual consideramos que a tipologia de Bamberger abrigava três tipos distintos, A, B e C. Em entrevista realizada com Vânia Bamberger, em 2012, a autora chamou atenção para o equívoco cometido.

É a partir da compreensão tanto do processo de formação do capitalismo, quanto de formação da burguesia industrial nos países de tipo A que Bamberger construirá sua análise sobre a estrutura de dominação nesses países. Sua análise tem como ponto de origem a “dominação oligárquica”⁶⁵, que expressava um momento da economia desses países no qual seu eixo se ancorava no setor primário-exportador, e que tinha nos proprietários de terra, nos proprietários de minas, nos comerciantes e nos financistas vinculados a tal setor e aos setores a ele complementares, as classes dominantes. Embora a autora faça menção a tal configuração, não é sobre tal processo que sua análise se centrará, já que seu foco reside na transição desse sistema de dominação para o sistema de dominação oligárquico-burguês e, posteriormente, nos impactos da fase de integração monopolista nesse sistema.

Chamamos atenção aqui para um conceito que será utilizado em diversas ocasiões por Bamberger, ao se remeter à problemática da dominação política, qual seja, o de **sistema de dominação**. Diferentemente de Marini, que o define como o conjunto de elementos sobre os quais uma classe baseia seu poder⁶⁶ (MARINI, 1976d, p. 92-93), Bamberger, apesar de emprega-lo diversas vezes, não o define explicitamente em nenhum momento. O exame de seus escritos nos permite indicar, entretanto, que o sentido atribuído pela autora está relacionado ao exercício do poder político e econômico pelas classes dominantes. Baseamos-nos, sobretudo, na passagem que consideramos a mais ilustrativa nesse sentido:

En este sector [exportador] y en aquellos que les son complementarios, se ubican las clases oligárquicas dominantes, sean los terratenientes, los propietarios de minas, los comerciantes y los financistas que **controlan y manipulan, en función de sus intereses y a través del aparato estatal, el poder económico y político de la sociedad. Es en el seno de este sistema de dominación** oligárquico, que es parte del contexto del capitalismo mundial, que surgirá y se irá desarrollando una burguesía vinculada a la industria (BAMBERGER, 1979, p. 43-44, grifos nossos).

Nessa passagem, é possível identificar, ademais, que o controle do poder político e econômico, na perspectiva de Bamberger, é realizado pelas classes dominantes por meio do Estado. Tendo em vista que a autora faz uso tanto do conceito de sistema de dominação, quanto de Estado, acreditamos que os dois não podem ser entendidos como sinônimos. Apesar de o sistema de dominação incluir o aparelho estatal, consideramos que Bamberger faz uso desse conceito com o objetivo de dar foco à dominação de classe, caracterizando, com

⁶⁵ A expressão está entre aspas, pois nos referimos à denominação empregada por Bamberger.

⁶⁶ Voltaremos a essa definição no terceiro capítulo.

isso, as classes que compõem esse sistema, destacando aquela que exerce a hegemonia e o caráter assumido pela dominação de classe em cada momento histórico⁶⁷.

A análise dos sistemas de dominação nos países de tipo A é feita por Bambirra em intrínseca correlação com as mudanças de ordem econômica que tiveram lugar nesses países. Nesse sentido, remontaremos brevemente ao processo de formação da indústria e da burguesia nos países de tipo A, tendo em vista sua relevância na reflexão de Bambirra sobre a configuração do poder político nesses países.

Na concepção de Bambirra, o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países de tipo A se situa no início da segunda metade do século XIX, e é entendido como produto das transformações que tiveram lugar no processo produtivo dos centros mais desenvolvidos do sistema capitalista mundial, associadas à chamada II Revolução Industrial. É, segundo a autora, em função das necessidades surgidas a partir dessa nova fase de desenvolvimento capitalista que os sistemas produtivos daqueles países latino-americanos se modificarão, o que se dá pela combinação entre um aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas, para satisfazer as demandas crescentes dessa etapa da industrialização e uma expansão dos mercados internos, para uma maior absorção dos produtos manufaturados dos países centrais. Tal processo, descrito por Bambirra como um processo de modernização, estrutura-se a partir de mudanças em duas dimensões essenciais, na organização social da produção, por meio da qual as relações capitalistas de produção se generalizam nos setores-chave dessas economias, constituindo, a partir daí, um mercado de trabalho livre⁶⁸; e no nível das forças produtivas, com a introdução de novos sistemas de produção, cujo desenvolvimento implicou uma expansão da capacidade produtiva do setor exportador⁶⁹ (BAMBIRRA, 1979).

Na esteira dessas transformações, a autora chama atenção para a importância que os setores complementares ao setor exportador começam a ganhar na economia desses países. Formados inicialmente a partir das demandas do setor exportador, tais setores se expandem e se modernizam, adquirindo um dinamismo próprio e tendo um papel fundamental na criação do mercado interno, “[...] en la medida que promueve la absorción de mano de obra,

⁶⁷ Nesse sentido, podemos afirmar que tal conceito guarda certa semelhança com o conceito de bloco no poder de Poulantzas, “[...] unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 229).

⁶⁸ A autora ressalta a relação entre tal processo e o surgimento de novas classes sociais - proletariado, classes médias e burguesia industrial. Cf. BAMBIRRA (1979).

⁶⁹ Não pretendemos aqui apresentar o argumento de Bambirra em sua íntegra, já que nosso objeto não é a análise da autora sobre a formação do capitalismo dependente nos países latino-americanos. Para os propósitos de nossa pesquisa, nos interessam apenas os elementos que permitam compreender sua interpretação acerca da dominação política nesses países.

gerando novos setores, a través del aparecimiento de una serie de actividades agrícolas comerciales y de servicio en general (público y privado)” (BAMBIRRA, 1979, p. 38). Para Bamberria, o processo de industrialização nos países de tipo A tem seus germens justamente nesse processo de desenvolvimento dos setores complementares ao setor exportador⁷⁰. Em sua perspectiva, ainda que a dinâmica desses setores estivesse subordinada à dinâmica do setor exportador, isso não impediu que estes ganhassem autonomia e constituíssem uma base econômica real, entendida pela autora como condição para o desenvolvimento industrial urbano (BAMBIRRA, 1979). Uma conclusão sintética de Bamberria sobre tal processo pode ser vislumbrada no trecho a seguir:

Tenemos pues que, aunque todo el proceso de modernización del sector exportador y de los sectores complementarios a éste se realice en función de los intereses hegemónicos de la metrópoli capitalista y del sector oligárquico minero, terrateniente y comercial exportador, en función del cual evolucionan las relaciones de producción y se expande el mercado interno que es en parte sustancial (en los sectores de altos ingresos que viven de la explotación de la plusvalía), atendido por la producción manufacturera europea, la estructura interna, adquiere un relativo dinamismo propio resultante del desarrollo de la industria y que funciona según leyes que son específicas del nuevo modelo de capitalismo dependiente (BAMBIRRA, 1979, p. 41-42)

Essa passagem contém um elemento central da análise de Bamberria sobre o desenvolvimento capitalista dependente nos países de tipo A, o fato de o processo de industrialização ter se estruturado a partir da conjunção entre os interesses dos países capitalistas desenvolvidos e os interesses do setor oligárquico latino-americano, traço que condicionará os rumos desse desenvolvimento, bem como a estrutura de dominação nesses países. No que tange ao condicionamento externo, a autora afirma que embora o desenvolvimento industrial dos países dependentes abra caminhos à superação da divisão internacional do trabalho, a indústria é dele dependente para a sua própria realização. Quanto à articulação entre a indústria e o setor exportador, Bamberria reconhece que mesmo diante de um processo de crescente independização da primeira em relação ao segundo, a sobrevivência e a expansão da indústria permanece condicionada ao setor exportador (BAMBIRRA, 1979, p. 44-45).

Da mesma forma que o processo de industrialização está vinculado ao desenvolvimento do setor primário-exportador, a formação da classe burguesa industrial é associada, por Bamberria, ao sistema de dominação oligárquico, “Es en el seno de este sistema

⁷⁰ Bamberria localiza nesse processo a origem do setor industrial nos países de tipo A, o qual ganhará força, efetivamente, com o avanço do processo de substituição de importações, que tem lugar no período entre a I e II Guerras Mundiais (BAMBIRRA, 1979).

de dominación oligárquico, que es parte del contexto del capitalismo mundial, que surgirá y se irá desarrollando una burguesía vinculada a la industria (BAMBIRRA, 1979, p. 44). A autora chama atenção para a especificidade de tal processo, ao distingui-lo do desenvolvimento capitalista nos países europeus. Segundo a autora,

El desarrollo del capitalismo industrial dependiente no ha implicado por consiguiente el desarrollo de un proceso revolucionario en el sentido de la toma de poder por nuevas clases y de la transformación radical de relaciones de producción bajo la cual se asentaban las viejas clases, como lo ha hecho la burguesía europea. Tal diferencia se explica [...] porque las relaciones de producción típicamente capitalistas se desarrollan en el continente inicialmente en el sector exportador – lo que es ya una característica especial y distintiva del capitalismo dependiente – y es aún bajo su dependencia que se generan las condiciones, no sólo para el surgimiento, sino también para la evolución del capitalismo industrial. Y, durante un largo período, hasta que la dinámica inexorable de la industria se afirme definitivamente sobre el conjunto de la sociedad, lo que define el carácter de estas sociedades en Latinoamérica es la coexistencia de varios modos de producción (BAMBIRRA, 1979, p. 46).

Essa especificidade é reafirmada por Bambirra ao fazer alusão à forma e ao caráter assumido pela revolução burguesa nesses países. A autora se apoia nesse conceito, atentando, entretanto, para as particularidades do processo de revolução burguesa nos países de desenvolvimento capitalista dependente. Entendendo tal processo não apenas do ponto de vista de uma transformação nas relações de produção, mas também, e, **sobretudo**, como uma mudança quanto ao sistema de dominação, Bambirra afirma que embora na América Latina não tenha tido lugar uma revolução burguesa no sentido clássico da Revolução Francesa, a burguesia industrial dos países de tipo A, “[...] impulsada por el vigor que le otorga el hecho de controlar una forma más avanzada de organización social de la producción, ha **reivindicado el control hegemónico del poder**, ofreciendo un proyecto propio de desarrollo económico-social” (BAMBIRRA, 1979, p. 48, grifos nossos). A autora ressalta, contudo, que é somente a partir desse sentido - de emergência da burguesia ao controle do poder - que se poderia definir tal processo como uma “revolução burguesa”⁷¹. Essa reflexão de Bambirra deve ser entendida à luz de uma consideração valiosa da autora acerca da definição do caráter de um processo revolucionário:

⁷¹ O debate em torno da revolução burguesa na América Latina ocupou intelectuais, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais de esquerda ao longo do século XX. Em interlocução com as discussões no seio do marxismo e dos partidos comunistas ao redor do mundo, inúmeras controvérsias emergiram ao se pensar as especificidades das formações sociais latino-americanas e de seu desenvolvimento capitalista. Dentre elas está a própria caracterização desse processo, o que permitiria afirmar sua existência na região? As mudanças nas relações de produção? O desenvolvimento das forças produtivas? As transformações no seio do Estado? Quais as diferenças entre as revoluções burguesas europeias e as revoluções burguesas latino-americanas? Seria mesmo possível afirmar que houve uma revolução burguesa nesses países? Pensando no caso particular brasileiro, indicamos algumas referências desse debate: SODRÉ, 1944; PRADO Jr., 2010 [1942]; FERNANDES, 1976; SAES, 1985; VIANNA, 1978; COUTINHO, 1999.

Es necesario tener presente que el carácter de un proceso revolucionario se define no sólo por las clases que lo realizan, sino también por las tareas que cumplen, por los enemigos que enfrentan y, por la clase que va a detentar hegemoníicamente el poder. De esta manera, detectar la forma y la medida de la participación directa o indirecta de la burguesía industrial en estos movimientos [...] no es la cuestión fundamental. Lo más relevante es definir en qué medida las tareas que son cumplidas por dichos movimientos corresponden a los intereses fundamentales de aquella clase – y no solamente las que fueron propuestas en sus manifiestos y programas – y en perjuicio de cuáles sectores y clases dominantes. Para eso, es suficiente analizar el sentido del desarrollo – a través, por ejemplo, de las políticas económicas – que ha llevado a orientar estas sociedades y los gobiernos y mecanismos de poder que han resultado de estos movimientos revolucionarios (BAMBIRRA, 1979, p. 57).

A ponderação feita por Bambirra se dirige precisamente a explicitar os movimentos mais profundos que estão no bojo dos processos revolucionários. Dada sua complexidade, não bastaria, na concepção da autora, uma análise de seus elementos mais aparentes, que se encontram na superfície desse processo, mas sim uma investigação de seu sentido e dos interesses de classe que o orientam. Esse esclarecimento encontra justificativa, uma vez que o próprio caminho por meio do qual a burguesia industrial ofereceu e impôs seu projeto de desenvolvimento à sociedade nos países dependentes, na perspectiva da autora, deu-se através de movimentos político-sociais, impulsionados aparentemente pelas classes médias, pela pequena burguesia e pelo campesinato⁷² (BAMBIRRA, 1979, p. 48). O processo de conquista do poder político pela burguesia nos países de tipo A, embora não tenha seguido as vias “clássicas”, ou seja, tendo sido resultado de uma grande ruptura, repetiu, segundo Bambirra, um mecanismo de ascensão bastante empregado por outras burguesias industriais, a utilização de outras classes como “[...] ‘grupo de choque’ para abrir su camino por las veredas del orden institucional” (BAMBIRRA, 1979, p. 56). Ainda que aqueles movimentos expressassem interesses reais daquelas classes sociais, que estavam manifestos em seus programas reivindicativos, os interesses que se cristalizaram a partir desse processo, foram os interesses das burguesias industriais.

A observação dos argumentos desenvolvidos por Bambirra acerca da ascensão da burguesia industrial ao poder, nos permite afirmar que, para a autora, tal processo teria sido produto do próprio desenvolvimento capitalista que teve lugar nos países de tipo A, o qual conduziu à agudização das contradições econômico-sociais presentes no sistema de dominação oligárquico. Ao avaliar as possibilidades que cada classe social desses países teria de oferecer um projeto de desenvolvimento à sociedade, a autora salienta que a burguesia

⁷² Como expressões desses movimentos, a autora cita o “tenentismo” e o “varguismo”, no caso do Brasil; a Revolução mexicana, de 1910; o movimento que conduziu ao poder Hipólito Yrigoyen e, seguidamente, o “peronismo”, na Argentina; o “batlismo” no Uruguai; e o movimento que culminou na formação da Frente Popular no Chile (BAMBIRRA, 1979, p. 49).

industrial era a única classe capaz, naquele momento, de levar à frente o desenvolvimento capitalista, garantindo a preservação do sistema de dominação em seu conjunto, como pode ser visualizado no excerto a seguir:

Todo eso delineaba un campo fértil para que la clase que se desarrollaba paulatinamente – la burguesía industrial –, impulsada por las condiciones favorables generadas por el conflicto bélico de 1914-18 y posteriormente por la crisis del capitalismo mundial, fuera la única clase que pudiera aprovecharse de los antagonismos existentes entre todos estos sectores y clases con las oligarquías, para imponerse frente a éstas y reivindicar para sí una participación preponderante en el control del poder. Y es importante el grado de consciencia de clase que ha tenido la burguesía industrial en todo ese proceso; aunque, en la medida que **objetivamente** [grifo original] era ella la única clase que de hecho representaba los intereses del desarrollo y de sobrevivencia del sistema de dominación en su conjunto, por situarse en el nivel más importante de éste, esta cuestión pasa a segundo plano; o sea, **la dinámica de las contradicciones económico-sociales, engendradas en el seno del sistema oligárquico conducían de manera irreversible, a la consolidación del poder burgués** (BAMBIRRA, 1979, p. 56, grifos nossos).

O trecho que destacamos nessa passagem contém elementos problemáticos, a nosso ver. Consideramos que Bambirra, ao afirmar que as contradições presentes no interior do sistema oligárquico conduziriam por si, irreversivelmente, à consolidação do poder burguês, reproduz uma leitura tanto economicista, quanto teleológica. Ainda que reconheçamos a relação existente entre esses dois processos, e o potencial impacto da agudização dessas contradições na criação de uma crise política, de questionamento do sistema de dominação, não se trata de um caminho inevitável ou irreversível. Há diversas condicionantes que devem ser consideradas, sobretudo, no que tange à luta política, que desafiam e impõem problematizações a essa leitura da realidade social, a qual se apoia, em certa medida, em uma teleologia da história.

Explicitados até aqui os elementos que conformam a análise de Bambirra sobre a emergência da classe burguesa ao poder, avançamos em direção à caracterização feita pela autora do sistema de dominação burguês-oligárquico.

Conforme destacado por Bambirra, a “revolução burguesa” nos países de tipo A não representou uma ruptura com o antigo sistema de dominação, antes refletia a relação de interdependência entre a burguesia industrial e a oligarquia. Desde sua gênese como classe, em razão das divisas advindas das exportações financiarem a continuidade do processo de industrialização, estabeleceu-se uma complementaridade entre seus interesses e os interesses oligárquicos, o que, em nenhum momento, ocultou as contradições e conflitos que marcavam

a relação entre essas duas classes⁷³. É nos marcos de uma situação de compromisso⁷⁴ que a burguesia questiona os obstáculos mais agudos à industrialização, exigindo a flexibilização do Estado e a inclusão dos interesses do capitalismo industrial no exercício do poder, conforme pontua Bambirra, sem, contudo, opor-se, radicalmente, aos interesses mais fundamentais das oligarquias (BAMBIRRA, 1979, p. 58). As oligarquias, segundo a autora, por sua vez, preservam seus privilégios básicos⁷⁵, permanecendo na condição de classes dominantes, abrindo, entretanto, o sistema de dominação à burguesia industrial e perdendo sua hegemonia política.

De ese proceso resulta un sistema de dominación más complejo e impuro: el de la dominación burguesa-oligárquica. Es necesario pues, comprender que, si bien la burguesía industrial logra tener la hegemonía económico-social sobre todo el proceso de desarrollo que resulta de su ‘revolución burguesa’, ésta es una **hegemonía comprometida**. Y es esta hegemonía burguesa comprometida la que define el carácter y el modo de funcionamiento del capitalismo dependiente en estos países de América Latina, y define también sus posibilidades y sus límites (BAMBIRRA, 1979, p. 58, grifos originais)

Se a relação entre a burguesia e as oligarquias, no interior do sistema de dominação, é analisada por Bambirra como uma situação de compromisso, na medida em que a burguesia renunciou a parte de seus interesses em favor das oligarquias, e que esta última pôde preservar não apenas seu poder econômico, mas também sua participação nos mecanismos de poder político (BAMBIRRA, 1979), as concessões feitas pela burguesia às classes dominadas são descritas pela autora como “[...] concessiones dentro del juego de la política democrática burguesa y eran, en estos casos, condiciones necesarias dentro del proceso de modernización que el desarrollo capitalista requiere” (BAMBIRRA, 1979, p. 60), não tendo, contudo, significado para a burguesia uma renúncia aos seus interesses. Bambirra ressalta, entretanto, que nem todas as classes dominadas se beneficiaram da mesma forma – enquanto as classes médias⁷⁶ foram as mais beneficiadas pelo desenvolvimento burguês, passando a integrar a burocracia do aparelho estatal, as concessões ao campesinato foram

⁷³ Uma contradição central apontada por Bambirra diz respeito à estrutura agrária dos países de tipo A, marcada pelos grandes latifúndios, que, do ponto de vista da burguesia industrial, representavam um entrave à expansão do mercado interno. Cf. BAMBIRRA, 1979.

⁷⁴ Bambirra empresta de Lênin a noção de compromisso para caracterizar tal relação: “Llámase compromiso en política a la concesión hecha en ciertas exigencias, a la renuncia de una parte de las propias reivindicaciones en virtud de un acuerdo con otro partido” (LÊNIN, 1961 [1917], p. 117).

⁷⁵ A autora faz referência ao caso mexicano, no qual, em razão do processo revolucionário iniciado em 1910, as oligarquias tiveram seus interesses feridos, mediante a concretização da reforma agrária (BAMBIRRA, 1979).

⁷⁶ Bambirra utiliza o conceito de classes médias com o seguinte sentido: “[...] son todas aquellas que no están vinculadas directamente con el proceso productivo y más bien se sitúan en los niveles intermedios, entre los detentadores directos de la plusvalía y la clase obrera. Son los que están localizados en el sector terciario, como los profesionales, burócratas, los militares, etc.” (BAMBIRRA, 1979, p. 49).

ínfimas. No caso do proletariado, a autora, depois de mencionar algumas conquistas como a legislação trabalhista, a legislação sindical e o reconhecimento legal de seus partidos políticos, por alguns períodos, afirma que grande parte delas “[...] servían para mantener el control del aparato burgués sobre la clase obrera” (BAMBIRRA, 1979, p. 60).

Aqui chegamos em um ponto fundamental da análise de Bambirra para nossa pesquisa, no qual sua interpretação do sistema de dominação, do exercício do poder político e do Estado se entrecruzam. Trata-se de sua discussão sobre a forma política específica assumida pela situação de compromisso sobre a qual o sistema de dominação burguês-oligárquico se sustentava – o populismo⁷⁷, o qual é definido pela autora como uma

[...] concepción ideológica-doctrinaria que consistía en presentar los intereses burgueses industriales mezclados con los intereses de toda la nación y de todo el pueblo, identificar con un líder popular como si fueran intereses supraclases y a la vez de todas las clases. Y a través de este eclecticismo se llamaba a la unidad nacional, o sea, a la unidad de interés para realizar la política de desarrollo capitalista nacional (BAMBIRRA, 1979, p. 61).

A caracterização por Bambirra da forma política representada pelo populismo estava assentada em dois pilares fundamentais, o Estado e a liderança política carismática. No que diz respeito ao Estado, a autora chama atenção para seu forte protagonismo nesse momento histórico, na medida em que

[...] el papel del Estado iba más allá de aquel de benefactor y se le hacía actuar como un Estado empresario, o sea, un Estado que llama para sí no sólo a las tareas de ‘regulador de la vida social’, sino además de promotor directo de todas aquellas obras de infraestructura indispensables para el desarrollo de la empresa capitalista moderna (BAMBIRRA, 1979, p. 62).

É por meio desse Estado que se desenvolve, segundo a autora, uma política econômica protecionista de corte nacionalista e modernizante, orientada a impulsionar a industrialização. Ainda que o sentido dessa política adquirisse um caráter industrializante, ela se circunscrevia aos limites proporcionados pela situação de compromisso entre os interesses da burguesia e das oligarquias, de forma que tais Estados salvaguardavam os interesses das oligarquias financeiras, comerciais e exportadoras. A autora pondera, entretanto, que ao fazer isso, tais Estados não estavam apenas preservando os interesses oligárquicos, senão protegendo os interesses do sistema de dominação em seu conjunto (BAMBIRRA, 1979, p. 59).

⁷⁷ O tema do populismo foi objeto de rico e polêmico debate na América Latina a partir da década de 1960. Para um panorama das diferentes vertentes e interpretações acerca do tema, cf. KAYSEL, 2014.

Ao lado do Estado, Bambirra destaca a relevância assumida pela liderança carismática de políticos que estiveram à frente dos governos latino-americanos entre as décadas de 1930 e 1960. A autora tem em mente, sobretudo, as figuras, de Getúlio Vargas, presidente brasileiro, em seus mandatos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, de Lázaro Cárdenas, presidente mexicano entre 1934 e 1940, de Juan Domingo Perón, presidente argentino, em seu primeiro governo, de 1946 a 1955, os quais representavam, em sua perspectiva, a síntese do caráter sobre o qual se erigia o sistema de dominação burguês-oligárquico, o paternalismo oligárquico, articulado ao traço modernizante da burguesia industrial, o que lhes permitiu encarnar os projetos de desenvolvimento nacional em seus respectivos países. Nas palavras da autora:

La bien dosificada utilización de estos caracteres otorgaba a los líderes populistas, el carisma necesario para que, jugando con los rasgos conservadores y modernos, los primeros aún vigentes en las sociedades latinoamericanas y los segundos en curso de desarrollo pudieron motivar las grandes masas, controlarlas y utilizarlas como instrumento de realización de la política del desarrollo capitalista (BAMBIRRA, 1979, p. 62).

Identificamos nessa passagem de Bambirra uma semelhança entre sua concepção de populismo e a de Francisco Weffort, em seu artigo *Estado e massas no Brasil*, de 1965, tendo em vista a importância atribuída pela autora à dimensão manipuladora e controladora exercida sobre as classes trabalhadoras, por tais governos⁷⁸, traço presente na análise formulada por Weffort, ao caracterizar os governos populistas brasileiros. No artigo de Weffort, o autor chama atenção para a relação que se estabeleceu entre os líderes populistas e as “massas”, afirmando haver uma aproximação entre o Estado e as massas, “[...] o Estado, por meio dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas [...]” (WEFFORT, 2003, p. 58). Ao mesmo tempo, ao fazer referência à participação políticas das “massas populares”, afirma que estas “[...] são a raiz efetiva do poder, mas nesta mesma condição, não passam de ‘massa de manobra’. Conferem legitimidade a um chefe populista (e, por intermédio dele, ao Estado) pois servem de instrumento para a aquisição e preservação do poder [...]” (WEFFORT, 2003, p. 63). Essa semelhança, contudo, encerra-se aí, uma vez que a autora se diferenciara do autor no que tange à sua concepção do Estado brasileiro. Não é por acaso que recuperamos essa interlocução de Bambirra com Weffort, já que a autora se dedica a critica-lo em duas de suas obras, *El capitalismo dependiente latinoamericano*, e *Teoría de la*

⁷⁸ Citamos outro trecho de Bambirra, no qual se evidencia sua interpretação acerca do populismo, ao se referir a tal política como “[...] métodos populistas usuales de manipulación y de control sobre las masas proletarias y pequeñoburguesas” (BAMBIRRA, 1979, p. 90).

*dependencia: una anticrítica*⁷⁹. Remontaremos nesse momento, aos argumentos da autora quanto à sua interpretação do processo político brasileiro, cuja ênfase se dirige precisamente à análise de Weffort sobre o Estado.

A crítica de Bambirra se centra nas formulações de Weffort acerca do controle do poder político entre 1930 e 1950 no Brasil. Na concepção de Weffort, o período que se inicia com a revolução de 1930 caracteriza uma relação de compromisso de novo tipo, na qual nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político, o que “[...] abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano” (WEFFORT, 2003, p. 53). Nessa situação, em que os grupos dominantes não são capazes de oferecer as bases de legitimidade do Estado, Weffort atenta para a emergência das massas populares urbanas como “[...] única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro” (WEFFORT, 2003, p. 54). Embora o autor reconheça que tal Estado permaneça representando a solução de compromisso e de equilíbrio daquelas classes, este, ao encontrar legitimidade nas massas, eleva-se à condição de “[...] árbitro que decide em nome dos interesses nacionais”⁸⁰ (WEFFORT, 2003, p. 55). A conclusão de Weffort é de que:

O Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de **Estado de massas**, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular (WEFFORT, 2003, p. 56, grifos nossos).

Bambirra expressa sua discordância em relação a diversos pontos da análise de Weffort. O primeiro deles, que pode ser deduzido da exposição que fizemos da interpretação de Bambirra, diz respeito ao papel hegemônico exercido pela burguesia industrial durante o período analisado por Weffort. Segundo a autora, o não reconhecimento por Weffort desse papel o impede de esclarecer quem efetivamente controlou o poder estatal a partir da revolução de 1930⁸¹. A segunda crítica está relacionada à primeira, e se remete à consideração

⁷⁹ As críticas de Bambirra presentes nessa obra já foram objetos de discussão no primeiro item do presente capítulo.

⁸⁰ Para uma análise acerca da complexa e contraditória relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais brasileiras sob o populismo, cf. BOITO JR., 1991.

⁸¹ Cumpre destacar a existência de um largo debate na historiografia brasileira sobre a revolução de 1930, sendo que uma de suas vertentes reconhece, na esteira da formulação de Weffort, a conformação de uma crise de hegemonia no pós-1930 e de um “vazio de poder”, que teve como resposta a formação de um Estado de compromisso. Esse é o argumento de Boris Fausto (1970), em *A revolução de 1930: historiografia e história*. Diferentemente de Bambirra, para quem a burguesia industrial exercerá a hegemonia no interior do sistema de

do autor sobre nenhuma classe exercer o poder político com exclusividade. Apesar de a autora concordar com Weffort sobre esse ponto, Bambirra salienta que não é necessário que alguma classe exerça o poder político com exclusividade para deter a hegemonia do poder. Caso isso ocorresse, não haveria necessidade de se falar de hegemonia, já que a exclusividade significaria a ausência de qualquer tipo de participação de outras classes no poder. Bambirra ressalta, ademais, que o poder político geralmente é compartilhado entre as várias classes que compõem o sistema de dominação, e, que, somente em circunstâncias históricas muito especiais, seria possível verificar o controle absoluto de uma classe sobre as outras (BAMBIRRA, 1979, p. 67).

Outro objeto de questionamento por parte de Bambirra se refere ao fato de Weffort associar tal momento político a um processo de autonomização do Estado em relação às classes dominantes. A autora se remete à seguinte passagem de Weffort:

Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece **o poder do Estado como instituição, e esse começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira**. Relativamente independente desta, com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes (WEFFORT, 1979, p. 55, grifos originais)⁸².

Bambirra não contesta a autonomia relativa do Estado, nem a possibilidade desse Estado se impor, em determinados momentos, como instituição, sobre as classes economicamente dominantes, como destaca Weffort, entretanto, a autora pontua que “[...] en el capitalismo esto se verifica, siempre y cuando los intereses específicos de grupos económicos entran en contradicción aguda con los intereses del sistema en su conjunto” (BAMBIRRA, 1979, p. 67). Ainda assim, essa autonomia, em nenhum momento significaria a capacidade do Estado de opor-se aos interesses do conjunto das classes dominantes. O significado dessa autonomia é associado por Bambirra à possibilidade de que políticas orientadas ao interesse de determinada classe possam ferir interesses particulares de setores dessa classe:

dominação, na concepção de Fausto, nenhuma fração de classe deteria tal hegemonia. Uma análise das distintas interpretações acerca desse processo pode ser encontrada em: PANSARDI, 2009.

⁸² Bambirra, ao citar a presente passagem, desloca seus grifos para o trecho “[...] começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes.” Cumpre mencionar que em seu livro, Bambirra cita o trecho na língua espanhola, mas faz referência ao artigo em português, publicado na *Revista Civilização Brasileira*, n.7, em maio de 1966. A autora afirma que tal artigo foi publicado posteriormente em *Pensamiento crítico*, em Cuba. A partir do cotejamento com a versão publicada em *Pensamiento crítico*, notamos que há palavras diferentes no referido trecho publicado naquela revista e na transcrição de Bambirra, o que nos leva a crer que se trata de uma tradução feita pela própria autora da versão em português, para a língua espanhola.

Por ejemplo, una política económica determinada que sea concebida en función fundamentalmente de los intereses de la burguesía industrial en cuanto clase, puede herir intereses particulares de algunos sectores de esta misma clase. Pero nunca el Estado en cuanto institución puede oponerse a los intereses del conjunto de las **clases dominantes** (BAMBIRRA, 1979. p. 67, grifos originais).

A última crítica de Bambirra se dirige à definição de “Estado de massas” de Weffort. A autora questiona o argumento de Weffort de que nenhum dos grupos dominantes pudesse oferecer uma base sólida para o Estado. Bambirra reafirma sua tese acerca do sistema de dominação burguês-oligárquico, enfatizando que, se por um lado os principais recursos para manutenção do aparelho estatal se originavam do setor primário-exportador, o qual proporcionava, ademais, grande parte dos capitais para a indústria, por outro, a política de desenvolvimento implementada estava orientada em função dos interesses industriais. Nesse sentido, era sobre a base dessa “hegemonia comprometida” que o Estado brasileiro estava fundado. Malgrado o apoio buscado pelo Estado burguês-oligárquico nas massas populares urbanas constituísse um fato inquestionável, tal fato não justificava, na perspectiva da autora, que tal Estado fosse caracterizado como um Estado de massas: “Que las masas respalden gobiernos que son expresiones del poder oligárquico-burgués debido a las concesiones que se les otorgan, no justifica que se caracterice este Estado burguês-oligárquico, fundado en la dominación de estas clases, como ‘Estado de masas’” (BAMBIRRA, 1979, p. 68). Em sua visão, tal conceito, além de equivocado, encobriria e confundiria o verdadeiro caráter da dominação no Brasil. Bambirra conclui sua crítica com o seguinte comentário:

El Estado en la sociedad burguesa es el instrumento de dominación de las clases dominantes y ninguna forma específica y particular que asuma esta dominación, sea a través de gobiernos populistas, socialdemócratas, laboristas, etc., puede ocultar el hecho de que los intereses fundamentales que él sirve y representa son los de los propietarios de los medios de producción industrial (BAMBIRRA, 1979, p. 68).

Nosso objetivo aqui, ao nos demorarmos sobre a interlocução de Bambirra com Weffort, não reside em nos posicionarmos em relação aos equívocos ou acertos de um ou outro autor⁸³, na medida em que, para isso, necessitaríamos nos aprofundar no debate sobre o

⁸³ Atendo-nos apenas aos argumentos aqui enunciados, tecemos algumas considerações. Concordamos com as duas primeiras considerações de Bambirra a Weffort, com relação à hegemonia da burguesia industrial no sistema de dominação burguês-oligárquico, e à sua ponderação sobre a exclusividade do exercício do poder político; quanto às demais críticas, acreditamos ser necessárias algumas ponderações: estamos de acordo com a definição de Bambirra de autonomia relativa do Estado e com sua análise sobre tal momento histórico brasileiro não corresponder a tal circunstância, entretanto, não consideramos que essa crítica caiba à análise de Weffort, já que o autor não perde de vista que o Estado permanece sendo a solução de compromisso e de equilíbrio entre as classes (cf. WEFFORT, 2003, p. 55). De maneira semelhante, compreendemos que o conceito de “Estado de massas” pode se prestar a equívocos e confusões e que este não expressa o conteúdo de classe que orienta a dominação política naquele momento histórico, como sublinha Bambirra, mas, uma vez mais, devemos ressaltar,

populismo, tema bastante complexo e sinuoso, que foge ao escopo de nossa pesquisa, mas sim de explicitar, a partir dessa controvérsia, a concepção da autora sobre Estado e o lugar do Estado em sua análise sobre os processos políticos nos países de tipo A. Cabe, contudo, assinalarmos que Bambilra passa rapidamente pela problemática do populismo, não se dedicando a oferecer uma concepção mais elaborada ou sistemática sobre tal fenômeno, nem tecendo um diálogo com outras formulações acerca desse tema. Nesse mesmo sentido, consideramos que a análise da autora carece de um estudo mais detalhado do papel do Estado no fenômeno populista, que explicitasse as particularidades que essa forma de Estado representa.

Retomemos nossa argumentação, avançando agora para as transformações que a fase de integração monopolista impõe ao sistema de dominação nos países dependentes de tipo A. Conforme salientamos no item anterior, o projeto de desenvolvimento nacional das burguesias industriais latino-americanas, que já estava circunscrito às possibilidades de um desenvolvimento capitalista dependente, e aos limites impostos pela dominação imperialista, sofre um profundo golpe nessa nova fase, com a agudização da crise econômica e política na região a partir do início da década de 1960, cujo resultado é a desnacionalização dos meios de produção, a desnacionalização da burguesia industrial, e a decadência dos governos “populistas”, como assinala a autora:

[...] el resultado de la desnacionalización de la propiedad privada de los medios de producción tenía que determinar el fin de los proyectos de desarrollo nacional autónomo. La consecuencia de este proceso en el plano político fue sin duda el abandono realista, por parte de las burguesías nacionales del nacionalismo populista, es decir, de la ideología que preconizaba el desarrollo nacional antimperialista con base en la pretendida alianza con las clases dominadas (BAMBIRRA, 1978, p. 18-19).

A integração dessas burguesias ao imperialismo, na condição de classes dominantes-dominadas, não pode ser entendida senão pela intermediação dos Estados latino-americanos. Bambilra, ao descrever os fatores que, a partir da metade da década de 1950, possibilitaram a entrada do capital estrangeiro nos países de tipo A, destaca aqueles de caráter propriamente político, no qual o Estado tem participação decisiva:

a) los nuevos estímulos que se crean a las inversiones extranjeras, a través de supresión de barreras fiscales, tales como incentivos tributarios, aduaneros, cambiarios, etc.;

a partir de nossa leitura do artigo de Weffort, que o autor não nega, em qualquer momento, o caráter do Estado como instrumento de dominação das classes dominantes.

- b) criação de uma série de facilidades para remesar utilidades, bajo diversas formas que son reglamentadas ‘liberalmente’ para facilitar el envío de ganancias: beneficios, depreciaciones, royalties, sobreprecio de insumos importados, etc.;
- c) adopción de los esquemas de políticas económicas estabilizadoras preconizadas por el Fondo Monetario Internacional, con el objeto de crear las condiciones para mantener una estabilidad monetaria mínima que asegure un nivel más alto de acumulación y estimule la concentración y centralización de capitales;
- d) y, por último, como consecuencia de lo anterior, la implementación de una política represiva, orientada especialmente en contra del movimiento obrero, para asegurar un alto nivel de la tasa de plusvalía (BAMBIRRA, 1979, p. 98-99).

Ao mesmo tempo em que tais políticas tiveram um papel determinante no fortalecimento do capital estrangeiro nos países latino-americanos, ao facilitarem sua penetração nos setores chaves dessas economias, elas também propiciaram que os interesses das classes dominantes estrangeiras, ligadas a esse capital, passassem a formar parte do sistema de dominação desses países, conforme afirma Bambilra: “De esta manera, el capital extranjero, o sea, los empresarios extranjeros, pasan a ser uno de los componentes más en la amalgama del poder que dirige el destino de las sociedades dependientes” (BAMBIRRA, 1979, p. 158). Essa passagem tem enorme relevância para nossa pesquisa, na medida em que a autora lança luz sobre uma consequência política crucial, a nosso ver, da situação de dependência que condiciona e estrutura tais países. Às consequências já mencionadas no item anterior, quando discutimos a dimensão política da dependência, cabe incorporar duas mais, que estão intimamente relacionadas e remetem aos impactos desse processo sobre o Estado.

A primeira delas se refere à agudização das contradições internas que permeiam os Estados latino-americanos. Bambilra, ao discutir os Estados dos países de tipo A, chama atenção para uma contradição entre seu caráter burguês e sua função como representante dos diversos interesses presentes na sociedade, ou como na expressão por ela utilizada, sua função de “Estado amalgamado”. Essa contradição, intrínseca ao Estado capitalista, assume um caráter ainda mais agudo nos países dependentes, segundo a autora. Para além das disputas que têm lugar no seio das classes dominantes, Bambilra está se referindo aos antagonismos que marcam a relação entre a burguesia industrial e as classes dominadas. De acordo com a autora, frente à necessidade que a burguesia industrial tem de expandir sua acumulação de capital, recorrendo, para isso, através do Estado, a políticas econômicas de restrição de salários e de restrição de créditos às pequenas indústrias, esse mesmo Estado se vê diante de seu papel de assegurar a estabilidade política e a continuidade do capitalismo dependente, tendo que mediar os interesses contraditórios entre as classes. Quanto maior o comprometimento do Estado com a implementação daquelas políticas econômicas repressivas, cujos impactos se expressam na classe operária, nas classes médias, e na pequena

burguesia, maior será o enfrentamento do Estado em relação a essas classes, e mais profunda será a ruptura de seu caráter “amalgamado”. Bambirra exemplifica tal contradição enfrentada pelo Estado a partir dos casos brasileiro, argentino, chileno e mexicano, atentando para suas nuances em cada situação⁸⁴, mas afirma que mesmo no caso brasileiro, no qual o enfrentamento do Estado em relação às classes dominadas se deu de maneira mais violenta, o Estado não pôde prescindir de certas funções de proteção daquelas classes. De acordo com Bambirra,

El Estado burgués ha de hacer concesiones, como ha ocurrido siempre en todos los países capitalistas, a fin de que pueda rearticular y organizar el movimiento popular bajo su control. Y es así como él se ve forzado a crear organismos de asistencia social y de garantías de derechos mínimos de los trabajadores, ha de conceder aumentos de sueldos que, si bien dado su carácter sumamente controlado no lleguen a afectar significativamente los niveles de acumulación, en cualquier forma representan límites a la política económica estabilizadora de la burguesía (BAMBIRRA, 1979, p. 156).

Em momentos de crise, entretanto, essas concessões se transformam em obstáculos à recuperação do sistema, e o Estado coloca em prática políticas repressivas, como foi o caso da crise do desenvolvimento capitalista dependente na década de 1960. Como resposta à crise econômica, que evidenciava os limites do processo de industrialização na região e as novas condicionantes que o processo de integração monopolista impunha às suas economias, as burguesias, já integradas ao imperialismo, adotam medidas de estabilização monetária e buscam conter as ameaças de greves, as mobilizações populares e qualquer atividade que pudesse representar um perigo à preservação do sistema de dominação (BAMBIRRA, 1971). Diante da ameaça que a ascensão dos movimentos populares significava, como descrevemos anteriormente, ao colocar em xeque o sistema de dominação sobre o qual se assentava o poder político naqueles países, a burguesia, que já não é capaz de manter o controle do aparelho estatal dentro dos moldes tradicionais ou de arranjos de tipo

⁸⁴ Enquanto no caso brasileiro, o enfrentamento do Estado em relação às classes dominadas se deu de maneira mais violenta, tendo em vista o caráter assumido pelo sistema de dominação e pelo desenvolvimento capitalista nesse país, culminando no golpe de Estado de 1964, no caso do Chile, por enfrentar a resistência de um movimento fortemente organizado, a burguesia chilena teve que realizar diversas concessões às classes dominadas, cuja maior expressão foi a vitória da Unidade Popular em 1970. Na Argentina, de maneira semelhante ao Chile, porém em menor magnitude, a burguesia não foi capaz de desarticular o movimento popular, com a profundidade vista no caso brasileiro, tendo que fazer concessões que feriam o processo de acumulação, dificultando a superação da crise do capitalismo argentino. O México, por sua vez, representa, segundo a autora, o país no qual a burguesia pôde gozar de maior estabilidade econômica e política institucional, por ter vivido a mais ampla “revolução burguesa” na região. Embora a autora não negue o caráter altamente repressivo do regime capitalista mexicano, ela afirma que o forte controle hegemônico da burguesia industrial integrada ao imperialismo sobre o aparelho estatal fez com que a contradição entre o caráter burguês do Estado e sua função de “amalgama” de interesses de várias classes não assumisse a forma crítica que teve lugar nos demais países de tipo A (BAMBIRRA, 1979, p. 156-158).

“populistas”, abre mão da legalidade democrática⁸⁵, e o Estado assume uma forma política distinta, sob as ditaduras militares latino-americanas, que consagra a participação do grande capital internacional no sistema de dominação, e na qual o enfrentamento às classes dominadas adquire um caráter profundamente violento (BAMBIRRA, 1971; 1979).

A outra consequência que essa mudança no sistema de dominação dos países de tipo A produz no Estado, diz respeito à contradição entre seu caráter nacional e seu compromisso com os interesses do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo em que esse Estado é expressão dos interesses do desenvolvimento capitalista em âmbito nacional, ele é também o representante dos interesses do capital estrangeiro no interior da economia nacional. Nesse sentido, ao tentar conduzir uma política nacionalista capaz de reduzir seu endividamento, tal Estado enfrenta a resistência dos interesses do capital forâneo. Bambirra, ao discutir tal problemática, faz menção a uma possibilidade aberta a alguns Estados latino-americanos, já explicitada por Marini, qual seja, o subimperialismo⁸⁶, o qual se dá nos marcos de uma contradição entre os interesses das subpotências regionais e os interesses imperialistas. Aqueles Estados que gozaram de maior desenvolvimento, Brasil, México e Argentina⁸⁷, frente à necessidade de expandirem seus mercados, tentam “[...] imponer su poderío sobre los países menos desarrollados como una necesidad vital que ultrapasa los límites de los lentos acuerdos regionales y de las estrictas conveniencias del capital extranjero en cuanto tal” (BAMBIRRA, 1979, p. 160). Essa possibilidade, entretanto, está condicionada à capacidade que tais Estados reúnam em dois sentidos essenciais:

1) de la capacidad de decisión sobre la orientación de las inversiones básicas que se realizan internamente a fin de poder orientarlas en el contexto de una política económica que corresponda a los intereses prioritarios del capitalismo nacional en su conjunto; 2) de la capacidad de implementar, en el plan internacional una política de competencia orientada hacia las metas de conquista de dominio sobre los países vecinos que le garantice por lo menos una participación junto a la hegemonía imperialista (BAMBIRRA, 1979, p. 161).

⁸⁵ Bambirra, ao descrever tal processo, destaca como as contradições entre as classes dominantes, frente ao avanço popular, tornam-se secundárias, ganhando lugar, nesses momentos, uma unidade entre tais classes como recurso à manutenção do sistema de dominação. Cf. BAMBIRRA, 1971.

⁸⁶ A autora define o subimperialismo como sendo “[...] la explotación de un país dependiente más desarrollado sobre otros menos desarrollados, en la búsqueda del control sobre parte sustancial del mercado de éstos; a través, no sólo de exportaciones, pero, sobre todo, de inversiones en sectores económicos básicos – de recursos naturales o de instalaciones de industrias – lo que supondría un cierto dominio político y militar por parte del país subimperialista” (BAMBIRRA, 1979, p. 176). No terceiro capítulo apresentaremos a formulação original de Marini.

⁸⁷ Embora a autora afirme que essa tendência tenha se manifestado mais nos casos do Brasil e da Argentina, na conclusão de seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979) a autora aponta o México também como potencial país subimperialista.

A autora, embora assinale alguns movimentos protagonizados, sobretudo pelo Brasil, no sentido de expandir-se economicamente no mercado regional e de reunir as bases para o fortalecimento de seu poderio militar, faz questão de definir o subimperialismo como uma **tendência**, afirmando que até aquele momento, nenhum dos três países teria sido capaz de concretizar tal tendência, tornando-a realidade. Colabora para isso, precisamente, o condicionamento ao qual estão sujeitos os países dependentes, ou seja, seu desenvolvimento se dá nos marcos interpostos pela dominação imperialista, dominação essa que se aprofundou na fase de integração monopolista mundial e cujas implicações sobre o Estado significaram uma agudização de sua dependência, a partir de uma restrição ainda mais ampla de seu poder de decisão em âmbito nacional.

Apresentados os principais elementos que orientam a análise de Bambirra sobre a questão do Estado e do exercício do poder político nos países de tipo A, passamos agora às formulações da autora em torno dessas temáticas no que tange aos países de tipo B.

2.3.2 O caso dos países de tipo B

Conforme salientado anteriormente, a dependência, embora constitua um fenômeno geral aos países latino-americanos, assume formas e magnitudes distintas de acordo com as especificidades de cada formação social. No caso da tipologia construída por Bambirra, que diferencia dois grandes grupos de países, de tipo A e de tipo B, é possível identificar, a partir de sua análise, os elementos que caracterizam tal dependência, conferindo-lhe suas particularidades. Para os objetivos que orientam o presente subitem, a problemática do Estado e do poder político nos países de tipo B, o caminho que percorreremos é semelhante àquele que apresentamos no subitem anterior, tendo em vista que a autora, em sua exposição, analisa tais elementos à luz do desenvolvimento capitalista nesses países. A caracterização de Bambirra dos países de tipo B, entretanto, recebe um enfoque menor pela autora, fato que pode ser notado pelo espaço dedicado à análise desses países em seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano*, a qual ocupa menos da metade do número de páginas daquela relacionada aos países de tipo A. Ao mesmo tempo, a autora, no intuito de demarcar suas especificidades, apresenta seu estudo acerca desses países em estreita comparação com os processos que tiveram lugar nos países de tipo A. Fazemos essas considerações, pois elas ver-se-ão refletidas em nossa argumentação, à medida que os elementos centrais à nossa pesquisa, a questão do Estado e do poder político, carecem de

maior desenvolvimento no caso dos países de tipo B. Uma vez realizados esses apontamentos, passemos à apresentação propriamente de nosso objeto.

Assim como no caso dos países de tipo A, Bambirra constrói sua explicação em relação ao exercício e à configuração do poder político tendo como ponto de partida as particularidades do processo de desenvolvimento desses países. A ênfase de sua argumentação está na condição por meio da qual tais países se integraram ao mercado mundial, como enclaves, e em como tal realidade ensejou os limites e possibilidades de seu desenvolvimento capitalista, repercutindo decisivamente na conformação do sistema de dominação daqueles países. Entendendo o enclave como uma forma específica de exploração econômica estrangeira, a autora explicita como os efeitos dessa exploração configuraram uma forma de dependência ainda mais aguda do que naqueles países de tipo A, restringindo as pretensões de um desenvolvimento de caráter nacional.

De maneira semelhante aos países de tipo A, a gênese do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do processo de modernização do sistema econômico dos países de tipo B se localiza na segunda metade do século XIX, mediante a II Revolução Industrial, tendo como impulso as necessidades das economias europeias, traduzidas em um aumento da demanda de produtos primários por parte dos grandes centros capitalistas. Tal processo, que teve como epicentro os setores primários exportadores, não seguiu, entretanto, o mesmo curso daqueles países, tendo se dado de maneira praticamente isolada do conjunto da sociedade, não gerando as condições para o desenvolvimento de um processo de industrialização no interior da economia nacional. As reformas liberais modernizantes que tiveram início naquele momento, como expressão da expansão do capitalismo comercial, não foram acompanhadas de um desenvolvimento de setores complementares à economia exportadora, nem da criação das bases para a formação de um mercado interno, estando diretamente vinculadas às necessidades do próprio enclave⁸⁸. As razões dos limites que tal processo enfrentou nos países de tipo B devem ser buscadas, segundo a autora, no controle exercido sobre os setores produtivos chaves dessas economias – setores primário-exportadores – por parte de empresários estrangeiros, o qual se deu de forma sistemática e intensiva (BAMBIRRA, 1979).

⁸⁸ Como afirma a autora: “Si bien la presencia del enclave provoca una cierta expansión de un proceso de modernización, a través de la construcción de ferrocarriles, puertos, creación de nuevos servicios para atender fundamentalmente las necesidades de los sectores burocráticos creados por el enclave, etc., sus beneficios son en general capitalizados directamente por él, dado que éste retiene el control de todos los sectores que están conectados a su funcionamiento” (BAMBIRRA, 1979, p. 76).

Tal controle externo sobre os setores primário-exportadores encontra sua materialidade na relação subordinada das economias dos países de tipo B às economias dos países imperialistas, na medida em que os lucros gerados nos primeiros países são canalizados em direção aos últimos. Ao mesmo tempo em que tal relação tem implicações no que diz respeito à frágil articulação que se estabelece entre aquele setor e a economia nacional em seu conjunto, um de seus efeitos decisivos, para Bambirra, é o estrangulamento da capacidade de dinamização daquelas economias, como é destacado pela autora na seguinte passagem:

La característica fundamental de una economía de enclave estriba en que, sea por su vinculación íntima con la metrópoli, sea por su forma misma de funcionamiento, en general no provoca efectos dinamizadores para la economía y sociedad en su conjunto [...] Esto, porque las ganancias generadas se canalizan directamente hacia la metrópoli y la única parte que queda en la sociedad dependiente es la que se destina al pago de impuestos al Estado (BAMBIRRA, 1979, p. 75).

Ademais, esse controle se manifesta na formação do mercado daqueles países, o qual se constitui enquanto um prolongamento direto do mercado do centro metropolitano, na medida em que o consumo tanto dos trabalhadores, quanto das classes dominantes locais, encontra sua principal fonte nos produtos importados. Nesse sentido, tampouco se criam as condições para a expansão de um mercado nacional.

Dadas tais condições de desenvolvimento e dependência dos países de tipo B, Bambirra chama atenção para a configuração do sistema de dominação nesses países, o qual é definido pela autora como oligárquico-imperialista. Em sua perspectiva, nas economias de enclave, as classes dominantes locais, constituídas pelas oligarquias ligadas ao setor primário-exportador (latifundiários, comerciantes, intermediários e exportadores), “[...] no ejercían un auténtico control aunque en algunos casos mantuviesen un control relativo y limitado sobre algunos sectores productivos (sectores agrícolas, por ejemplo) o sobre partes del proceso productivo” (BAMBIRRA, 1979, p. 75). O controle exercido pelos empresários estrangeiros sobre os setores chaves das economias daqueles países impunha efetivamente profundas limitações ao exercício de um controle sobre as economias nacionais e à tomada de decisões por parte das classes dominantes locais no que diz respeito aos rumos do desenvolvimento daqueles países. É nesse sentido que podemos afirmar que dentro do sistema de dominação oligárquico-imperialista que caracterizava os países de tipo B, eram as classes dominantes imperialistas que detinham a hegemonia. Às oligarquias daqueles países coube, segundo a autora, a posição de classes dominantes-dominadas, uma vez que funcionavam como mantenedoras imediatas do sistema de dominação – era por seu intermédio que a dominação imperialista se concretizava (BAMBIRRA, 1979).

Em razão das características assumidas pelas economias de enclave, marcadas pelo domínio econômico e político imperialista, não se formam burguesias industriais nacionais, nem têm lugar processos que se assemelham, em qualquer medida, a uma revolução burguesa. Diferentemente do caso dos países de tipo A, nos quais se criaram as condições para um processo de industrialização com conteúdo nacional, nos países de tipo B, a industrialização será produto do processo de integração monopolista mundial, estando desde seu início subordinada aos interesses do capital estrangeiro (BAMBIRRA, 1979). Bambirra compara os dois processos nessa passagem:

Es por todo esto que allí [nos países de tipo B] no hubo cosa alguna siquiera parecida a un remedo de ‘revolución burguesa’. Ésta, en los países del tipo A, ha sido impulsada en buena medida por la expansión industrial del período 1914-1918 y a inicios de la década de los años 30. Pero en los países del tipo B, durante estos mismos períodos, lo que acaece es cualitativamente distinto. No hay estímulos para optar por alguna forma de desarrollo económico, produciéndose solamente estancamiento y crisis. Ocurre que, como lo hemos planteado antes, para que se produjera una política de expansión industrial en estos períodos, habría sido imprescindible la existencia de un proceso anterior de industrialización en marcha. En estos países [...] no se han cumplido las condiciones para esto y, por tanto, no existían las condiciones favorables para impulsar una dinámica propia de expansión capitalista industrial (BAMBIRRA, 1979, p. 78).

À medida que não se formou uma classe burguesa com aspirações de concretizar um projeto de desenvolvimento nacional e de se alçar à condição de classe dominante, o sistema de dominação nos países de tipo B não sofreu alterações significativas mediante o processo de industrialização ocorrido a partir do pós-guerra, já que a articulação entre os interesses das oligarquias e do imperialismo se manteve, tornando-se ainda mais estreita apenas. Tanto as oligarquias preservaram sua posição de classes dominantes-dominadas, quanto o capital estrangeiro pôde incrementar sua participação nas economias daqueles países através de investimentos dirigidos à instalação de indústrias⁸⁹, consolidando definitivamente sua hegemonia no sistema de dominação (BAMBIRRA, 1979).

Embora não tenha se construído um projeto de desenvolvimento nacional orientado pelos interesses burgueses industriais, como nos países de tipo A, constituíram-se em alguns países de tipo B, de acordo com Bambirra, movimentos sociais de caráter nacional de questionamento do sistema de dominação oligárquico-imperialista vigente, que expressavam “[...] la rebeldía del campesinado, de la clase obrera (portuarios, ferroviarios, sectores de electricidad, construcción civil, etc.) y de sectores de las clases medias asalariadas

⁸⁹ Para a autora, as condições estruturais que favoreceram a intensificação da penetração do capital estrangeiro no pós-guerra e seu domínio sobre os setores manufatureiros, são: o prévio controle exercido por tal capital sobre os setores exportadores; o endividamento crescente das economias dos países de tipo B; e a aliança existente entre os interesses vinculados ao enclave e os interesses oligárquicos. Cf. BAMBIRRA, 1979, p. 126-131.

en contra de transferencias de los costos de la crisis hacia sus espaldas” (BAMBIRRA, 1979, p. 79). Tais movimentos, que foram capitaneados pelas pequenas burguesias e pelas classes médias daqueles países, tinham como referência, de acordo com a autora, o desenvolvimento de um capitalismo moderno e nacional, na medida em que para aquelas classes, tal desenvolvimento poderia corresponder às suas aspirações de ascensão social. Dessa forma, na ausência de uma burguesia industrial, coube à pequena burguesia e às classes médias erigir as bandeiras de um desenvolvimento burguês⁹⁰ (BAMBIRRA, 1979).

Mesmo reconhecendo as dimensões alcançadas por alguns desses movimentos, como foi o caso do movimento sandinista na Nicarágua, da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) no Peru, e do *Movimiento Nacional Revolucionario* (MNR) na Bolívia⁹¹, a autora enfatiza que nenhum deles foi capaz de enfrentar efetivamente as bases do sistema de dominação oligárquico-imperialista, o que, em sua perspectiva, explica-se pelo fato de o nacionalismo pequeno-burguês, como denomina Bambilra, não oferecer um projeto de desenvolvimento alternativo viável àquelas sociedades, limitando-se a um anti-imperialismo capitalista, o qual se caracterizava muito mais por uma negação do imperialismo, do que pela apresentação de um tipo de desenvolvimento distinto daquele sobre o qual se assentava o sistema de dominação oligárquico-imperialista. Conforme ela ressalta: “[...] al igual que en los países del tipo A, el antiimperialismo era planteado en función de un desarrollo nacional

⁹⁰ De acordo com Bambilra, tais movimentos assumiram, em alguns casos, formas “populistas”, porém, diferentemente do caráter que tal fenômeno adquiriu nos países de tipo A, nos países de tipo B, à medida que não representavam interesses burgueses claros e coerentes, tratava-se de um “populismo” defensivo, “[...] que buscaba anteponer la nación al imperio, afirmándose más por la negación de éste que por una alternativa efectiva de desarrollo, o un ‘populismo’ oligárquico, manipulado por la oligarquía, para a la vez chantajear al imperialismo y contener el movimiento popular” (BAMBIRRA, 1979, p. 81). A autora, apesar de citar a APRA e o MNR como exemplos de movimentos que adquiriram formas populistas, não desenvolve tal argumento, nem se aprofunda em uma caracterização do tipo particular de populismo que teve lugar nos países de tipo B.

⁹¹ Bambilra discute com maior profundidade os movimentos ocorridos no Peru e na Bolívia, através da análise da APRA e do MNR, considerados pela autora como dois modelos emblemáticos do nacionalismo pequeno-burguês que se conformou nos países de tipo B. A autora revela, a partir dessa análise, os limites engendrados nesses movimentos, orientados por uma concepção de revolução nacional democrática burguesa e cuja liderança era exercida pelas classes médias e pela pequena burguesia daqueles países. Ainda que tais movimentos se diferenciem em suas trajetórias, no grau de radicalidade de suas políticas e na relação com o socialismo, ambos fracassaram, evidenciando as contradições de um anti-imperialismo nos marcos de um sistema democrático-burguês, como explicita Bambilra: “El APRA es el ejemplo más contundente de fracaso del movimiento orientado por el nacionalismo pequeñoburgués y, aunque haya ganado varias veces las elecciones, jamás ha llegado al poder. El MNR por el contrario, ha logrado alcanzar el poder a través de un proceso revolucionario, pero no ha podido llevar hasta sus últimas consecuencias una política antiimperialista y tampoco ha podido realizar un amplio proceso de modernización, por medio de transformaciones democrático-burguesas, aún cuando hayan logrado la nacionalización de minas y llevado a cabo una reforma agraria” (BAMBIRRA, 1979, p. 119-120).

autónomo que no ponía en jaque el capitalismo y no era capaz de ofrecer una alternativa económico-social superior, o sea socialista⁹²” (BAMBIRRA, 1979, p. 116-117).

Apesar das limitações apontadas, tais movimentos ainda representavam ameaças à manutenção do sistema de dominação nos países de tipo B, razão pela qual foram reprimidos pelas classes dominantes locais, no plano econômico, por meio da contenção de salários e de créditos, bem como da redução de empregos; no plano político, com a emergência de governos ditatoriais; e no plano militar, mediante a violenta repressão sofrida pelos movimentos populares, a qual foi acompanhada, em alguns casos, de intervenções militares estadunidenses, como no caso nicaraguense (BAMBIRRA, 1979). As oligarquias foram capazes de conter tais movimentos, conseguindo manter seu sistema de dominação inalterado⁹³, como faz questão de ressaltar Bambirra,

Frente a estas debilidades generales de los movimientos sociales que se han levantado en estos países, las oligarquías han sido las ganadoras. Han logrado reprimir sistemática y violentamente a los movimientos populares y, frente a la inviabilidad de las aspiraciones desarrollistas de las clases medias, han mantenido inalterable sus sistemas de dominación” (BAMBIRRA, 1979, p. 81)

Uma vez discutido o sistema de dominação que se conforma nos países de tipo B, consideramos agora os elementos presentes na análise de Bambirra que dizem respeito à questão do Estado nesses países. Primeiramente cabe pontuar que as referências ao Estado em sua argumentação sobre as particularidades da dependência naqueles países são escassas, diferentemente de sua explanação acerca dos países de tipo A. No caso dos países de tipo B, as menções ao Estado estão relacionadas fundamentalmente às suas atribuições econômicas. Se no caso dos países de tipo A o Estado teve um significativo papel nos processos de industrialização, intermediando e promovendo a transferência de recursos dos setores exportadores para o setor industrial, esse protagonismo não encontra correspondência nos países de tipo B, já que neles, em razão do controle exercido pelos empresários estrangeiros sobre os setores chaves daquelas economias, o Estado não teve condições de atuar como investidor no setor industrial, tendo em vista a escassez de divisas disponíveis para concretizar tal transferência. Os recursos controlados pelo Estado, oriundos em grande parte

⁹² Diante das experiências frustradas de nacionalismo pequeno-burguês, Bambirra afirma que a Revolução Cubana demonstrou que “[...] las grandes transformaciones nacionales y sociales que en definitiva terminan con la dependencia, sólo se pueden emprender cuando se rompen definitivamente los límites burgueses y se abre, enseguida, la etapa de construcción socialista” (BAMBIRRA, 1979, p. 126). Uma análise de Bambirra sobre o processo revolucionário cubano pode ser encontrada em sua obra *La revolución cubana: una reinterpretación* (1976 [1973]).

⁹³ Bambirra assinala que as oligarquias se valeram da existência daqueles movimentos populares e da ameaça que representavam ao sistema de dominação como um todo, para utiliza-los como um instrumento de barganha perante o imperialismo, exigindo maiores concessões ao Estado oligárquico (BAMBIRRA, 1979).

dos impostos pagos pelos convênios com o capital estrangeiro em razão de sua exploração agrícola e mineira, dirigiam-se, segundo a autora, basicamente a atividades de tipo *benefactor*, não restando capitais para investimentos mais amplos de infraestrutura (BAMBIRRA, 1979). Depreende-se, daí, que a capacidade de decisão e de ação do Estado nesses países é significativamente mais restrita do que nos países de tipo A.

Bambirra, considerando o papel do Estado e a contradição entre a necessidade de divisas para a industrialização e o controle externo do setor exportador nos países de tipo B, afirma que estes se encontram frente a um dilema, marcado pela “[...] necesidad de mantener la dependencia para garantizar la sobrevivencia del régimen y la necesidad de cuestionarla para posibilitar el crecimiento económico” (BAMBIRRA, 1979, p. 166). Para a autora, a única possibilidade, nos marcos do capitalismo, residiria no fortalecimento do Estado e de sua função enquanto empresário, assumindo o controle sobre o setor primário daqueles países. Essa possibilidade está articulada, na argumentação de Bambirra, à composição de uma nova aliança, que unisse a pequena burguesia ao imperialismo, em um enfrentamento à oligarquia latifundiária. Sob a condição de que os setores mais radicais da pequena burguesia e da classe trabalhadora fossem neutralizados, ambos se beneficiariam de tal aliança. Como ressalta a autora,

El imperialismo ganaría, con esto, la posibilidad de una penetración más amplia en estos países, siempre que se ampliaran sus mercados, favoreciendo la apertura de nuevas inversiones y de nuevos sectores productivos. La pequeña burguesía ganaría la posibilidad de realizar, controlando buena parte del aparato estatal, sus objetivos de modernización y de participación más directa en el aparato institucional, abriendo nuevas oportunidades para aprovecharse de los frutos del desarrollo capitalista y de ascender socialmente a la categoría de sector dominante. Es obvio que esto sólo sería posible a través de la alianza con los demás sectores oligárquicos-comerciales, exportadores, financieros, industriales, cuyos privilegios serían mantenidos en lo fundamental (BAMBIRRA, 1979, p. 170-171).

Embora Bambirra vislumbre na estruturação de um capitalismo de Estado em tais países um possível caminho para seu desenvolvimento econômico, ela própria adverte para o potencial fracasso dessa estratégia, dado que os setores industriais mais importantes seguiriam sendo controlados pelo capital estrangeiro e dificilmente tal capital teria interesse em desenvolver o setor de bens de produção nessas economias. Assim, “El fortalecimiento del capitalismo de Estado dependiente sería mucho más aparente que real [...]” (BAMBIRRA, 1979, p. 171). Para a autora, a única alternativa de desenvolvimento amplo para tais países rediria fora do sistema capitalista, na alternativa socialista (BAMBIRRA, 1979, p. 178-179).

Tendo em vista a importância da construção de Bambirra em torno da tipologia dos países latino-americanos dependentes à teoria marxista da dependência, procuramos, no

presente item, evidenciar as especificidades do Estado e das formas assumidas pelo exercício do poder político nos países de tipo A e de tipo B. Como já salientamos, tais questões são objetos de maior desenvolvimento em seu estudo sobre os primeiros países. No que se refere precisamente à sua análise sobre o Estado, as escassas referências no caso dos países de tipo B dificultam uma sistematização em torno das características do aparelho estatal nesses países, e, conseqüentemente, uma comparação entre os dois casos na tipologia da autora. Seguindo o procedimento metodológico empregado pela autora, precisaríamos operar por uma analogia negativa, identificando, nos traços definidos sobre os Estados nos países de tipo A, aqueles que estão ausentes nos países de tipo B, como é o caso de seu papel como investidor no setor industrial, como empresário nas economias. Bambirra não constrói efetivamente uma caracterização dos Estados dos países de tipo B. No caso dos países de tipo A, por outro lado, a autora discute a relação do Estado com as classes dominantes e com as classes dominadas, a autonomia relativa do Estado em relação ao imperialismo, a questão do subimperialismo como uma possibilidade para tais Estados, entre outros elementos.

Um ponto que nos chama atenção na análise de Bambirra diz respeito ao espaço dedicado em sua obra à configuração e ao exercício do poder político, o qual reflete, em sua concepção, a dominação econômica que estrutura a relação entre as classes sociais nesses países. Fazendo uso do conceito de sistema de dominação, a autora explicita as alianças, as contradições e os conflitos no interior de tal sistema, atentando para as mudanças e continuidades que marcaram o desenvolvimento capitalista dependente desses países, refletindo-se na composição do sistema de dominação, assim como no exercício da hegemonia pelas classes que o integravam. Destacamos, especialmente, a ênfase de Bambirra na articulação entre os interesses das classes dominantes locais e os interesses imperialistas, cujos efeitos se fazem sentir profundamente na capacidade de decisão e de ação das classes dominantes locais, e do Estado dos países dependentes. Em nossa perspectiva, trata-se de uma formulação crucial da autora, que evidencia a intrínseca vinculação entre as dimensões econômica e política da dependência, a qual ganha concretude e existência real por meio da relação de dominação entre as classes. Ao mesmo tempo, tal formulação explicita o papel subordinado dos Estados dependentes frente aos Estados imperialistas, demonstrando as limitações e restrições a que aqueles Estados estão sujeitos, já que suas decisões políticas estão, em grande medida, condicionadas ao consentimento destes. Embora a autora não faça referência ou utilize o conceito de Estado dependente, acreditamos que suas obras aportam elementos que nos permitem avançar rumo à sua caracterização e definição.

Capítulo 3 – Estado, política e dependência no pensamento de Ruy Mauro Marini

A obra de Ruy Mauro Marini ocupa um lugar de destaque no movimento de recuperação da produção intelectual da TMD no Brasil. Desde a década de 2000, os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo, formulados por Marini no final da década de 1960, vêm ganhando atualizações, críticas e revisões por diversos estudiosos e estudiosas no campo do marxismo brasileiro⁹⁴. Embora tais conceitos adquiram centralidade nas principais obras de Marini, *Dialética da Dependência e Subdesenvolvimento e Revolução*, o conjunto de sua produção teórica é bastante amplo, abrangendo estudos dedicados à interpretação de realidades particulares, como a brasileira e a chilena, passando por temáticas como democracia, integração regional, universidade e movimento estudantil, processos revolucionários e contrarrevolucionários, bem como reflexões em torno das vanguardas políticas e do pensamento político e social – adotando a América Latina como ponto de partida e chegada para suas reflexões.

O tema que nos ocupa nessa pesquisa, o Estado, também foi objeto de análise por Marini, não tendo sido realizado, entretanto, até o momento, um estudo sistemático da produção de Marini em torno de tal questão. Embora nosso principal objetivo seja refletir sobre o lugar do Estado nas formulações da TMD, tal esforço não nos impediu de dar alguns passos rumo a uma análise do espaço ocupado por tal temática na obra do autor. Até muito pouco tempo atrás, o acesso dos leitores e leitoras brasileiro(a)s aos escritos de Marini se limitava às coletâneas organizadas por Emir Sader, *Dialética da Dependência*, publicada em 2000, e por Roberta Traspadini e João Pedro Stédile, *Ruy Mauro Marini – Vida e Obra*, publicada em 2005. Somado ao esforço já mencionado da Editora Insular e do Instituto de Estudos Latino-americanos, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cumpre destacar o importante papel cumprido pelo sítio eletrônico *Ruy Mauro Marini – Escritos*⁹⁵, criado por meio da iniciativa de Claudio Colomboni e Francisco Pineda, que disponibilizou a obra de Marini quase em sua integralidade⁹⁶, totalizando aproximadamente 340 arquivos (livros, artigos, compilações, entrevistas, resenhas, avanços de pesquisa, cursos),

⁹⁴ Citamos alguns exemplos de revisão e atualização de seu pensamento como os de AMARAL; CARCANHOLO (2008; 2009); CARCANHOLO (2013); CARCANHOLO; CÔRREA (2016); LUCE (2011; 2012; 2013a; 2013b); SEABRA; BUENO (2012). No campo de seus interlocutores críticos, ainda que sob diferentes matizes, podemos indicar, FONTES (2010); BERRINGER (2013); SOUZA (2013). Nessa mesma esteira, a revista *Cadernos Cemarx* (2016) elaborou recentemente um dossiê com artigos a respeito da atualidade do pensamento de Marini.

⁹⁵ O endereço do sítio eletrônico “Ruy Mauro Marini – Escritos” é: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>.

⁹⁶ No próprio sítio eletrônico estão indicadas as obras de Marini que ainda não foram disponibilizadas e que permanecem objeto de busca pelo comitê responsável.

constituindo-se como principal ferramenta de acesso aos escritos do autor. O recurso ao acervo eletrônico, ao lado da pesquisa realizada nas bibliotecas da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM)⁹⁷, permitiram a realização de um mapeamento da obra de Marini e de uma análise quantitativa e qualitativa da presença do conceito de Estado em seus escritos, cujos resultados são apresentados a seguir⁹⁸.

A partir da seleção de três palavras-chave, Estado, aparelho de Estado e aparelho estatal⁹⁹, foi possível obter um panorama da presença desse tema na obra de Marini. Fizeram parte dessa seleção inicial artigos científicos, livros, entrevistas, exposições, avanços de pesquisa e resenhas de livros, os quais estão abrangidos entre os anos de 1961 e 1996. Tendo em vista que nossa preocupação residia na identificação das passagens em que Marini discute propriamente o aparelho estatal, não foram contabilizados artigos que faziam mera referência a cargos/funções no aparelho estatal, como secretário de Estado; departamento de Estado; chefe de Estado. Nesse sentido, foram contabilizados 163 artigos¹⁰⁰. Embora tais artigos estejam distribuídos ao longo das diferentes fases da produção teórica de Marini, é possível identificar uma maior concentração entre os anos de 1973 e 1980, período no qual encontramos 99 artigos. Outro elemento observado diz respeito à frequência com que o conceito de Estado aparece em cada artigo. Em 83 artigos, há entre uma e três referências; em 42 artigos, entre quatro e nove referências, e em 38 artigos, estão presentes 10 ou mais referências.

⁹⁷ Os artigos *El Estado en América Latina* (1975) e *Fuerzas Armadas y gran capital* (1980), não estão disponíveis no sítio eletrônico Ruy Mauro Marini – Escritos, tendo sido consultados na Biblioteca da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, durante o ano de 2015, no período de doutorado sanduíche.

⁹⁸ Até o presente momento, realizamos esse mapeamento apenas no caso de Ruy Mauro Marini. Pretende-se, mais à frente, estendê-lo para as obras de Theotônio dos Santos e de Vânia Bambirra. As obras de Dos Santos foram reunidas por iniciativa do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e disponibilizadas online em 2015, no seguinte sítio eletrônico: <<http://ru.iiec.unam.mx/3105/1/ObrasReunidasTheotonioDosSantos.pdf>>. No caso de Vânia Bambirra, o projeto Memorial-Arquivo Vânia Bambirra, conduzido por Carla Ferreira e Mathias Seibel Luce, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, permitirá em breve o acesso ao conjunto de seus escritos, o que possibilitará a continuidade desse trabalho. Grande parte de sua obra já se encontra disponibilizada eletronicamente, no seguinte sítio: <<https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/>>.

⁹⁹ Tendo em vista que a maior parte dos artigos de Marini foi publicada em língua espanhola, a busca foi feita a partir das palavras Estado e aparato estatal. Nos artigos em inglês as palavras-chave buscadas foram *State* e *State apparatus*, e, em português, Estado, aparelho de Estado e aparelho estatal.

¹⁰⁰ A contagem das obras foi realizada considerando os seguintes critérios: 1) No caso dos livros, foi contabilizada apenas uma das edições, optando-se pelas edições ampliadas e/ou corrigidas; 2) Quanto aos artigos, atentou-se tanto para a existência de traduções para diferentes idiomas, quanto para a publicação de artigos com o mesmo conteúdo, porém sob distintos títulos, publicados em mais de uma revista. Nessas situações, foi contabilizada apenas uma versão do artigo; 3) Os livros *Subdesarrollo y revolución*, *Reforma y contrarrevolución – Estudios sobre Chile e América Latina – dependência e integração*, embora sejam compostos por artigos já publicados em periódicos e revistas, foram incluídos na contagem, uma vez que conformam um novo material.

A leitura e análise dos artigos selecionados evidenciaram que o tratamento e a importância atribuída à discussão do Estado nas obras de Marini variam consideravelmente: em muitos artigos, as referências ao Estado são pontuais, como nos casos em que o autor faz menção aos Estados nacionais – Estado argentino, Estado cubano; ou quando se remete aos golpes de Estado na América Latina, sem, no entanto, desenvolver uma análise desses processos; em outros, Marini discute as funções do Estado, tanto no que diz respeito à estrutura geral do Estado capitalista, quanto no que atina aos Estados latino-americanos; em alguns artigos é possível notar imprecisões de Marini, ao não distinguir entre Estado e governo, sobretudo ao discutir as políticas econômicas de um determinado governo; em outros artigos há discussões conceituais de Marini sobre o Estado – acerca da definição de Estado; da relação entre Estado e poder; da autonomia relativa do Estado; da relação entre Estado e classes dominantes; do papel e do caráter do Estado no processo de transição do capitalismo ao socialismo; da mediação entre Estado, política e economia; etc.; outros artigos são dedicados à conceituação do Estado de contrainsurgência e do Estado de quarto poder, concepções forjadas por Marini à luz dos regimes militares latino-americanos e dos processos de redemocratização, respectivamente. Nesse sentido, ainda que a análise dos escritos de Marini evidencie que o tema do Estado não ocupa lugar central na obra do autor, há contribuições importantes do autor à reflexão em torno de tal temática.

Observando os propósitos e o escopo de nossa investigação, traçamos um recorte temporal que vai de 1965 a 1979, período no qual se concentram os escritos do autor acerca dessa problemática. A partir daquela seleção inicial, por palavras-chave, e aplicada essa periodização, foram identificados 119 artigos, os quais foram analisados segundo os objetivos da pesquisa. Tendo em vista a amplitude do material investigado, privilegiamos aqueles escritos mais representativos de Marini no que tange às seguintes orientações temáticas: O lugar do Estado e da política na produção de Ruy Mauro Marini sobre a dependência e Contribuições de Ruy Mauro Marini ao estudo do Estado capitalista dependente latino-americano, os quais constituirão os itens do presente capítulo. No primeiro item, apresentaremos um estudo sobre a concepção de Estado de Marini, avançando, em seguida, para uma análise da presença do Estado e da política em um conjunto de escritos que reúnem a visão do autor sobre a problemática da dependência. O segundo item estará dedicado à questão das especificidades do Estado capitalista dependente latino-americano, centrando-se, sobretudo, em dois temas que representam, em nossa perspectiva, dois importantes aportes de Marini à análise dos Estados latino-americanos, suas formulações em torno do subimperialismo e do Estado de contrainsurgência. Cabe ressaltar que embora tenhamos

conhecimento dos estudos contemporâneos no campo da teoria marxista da dependência, sobretudo no que diz respeito à discussão sobre a superexploração do trabalho e do subimperialismo, nosso olhar se centrará nas formulações originais de Marini, o que não impedirá, entretanto, que indiquemos referências sobre tais estudos.

3.1 O lugar do Estado e da política na produção de Ruy Mauro Marini sobre a dependência

A produção de Marini sobre a problemática da dependência, embora perpassasse quase toda sua obra, está concentrada entre os anos de 1965 e 1979, período no qual o autor se debruçou mais detidamente sobre a análise da dependência dos países latino-americanos. Se em 1965, ano no qual identificamos a primeira referência do autor a tal fenômeno, em seu artigo *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*, o conceito de dependência era empregado para descrever a relação entre a indústria brasileira e a exportação, em 1972 tal conceito encontrará o auge de sua formulação em uma de suas principais obras, *Dialéctica de la dependencia*. É nessa obra que Marini, ao articular a explicação sobre a dependência ao conceito de superexploração do trabalho, lançará as bases para, como bem ressalta Bambirra (1978), explicitar a especificidade assumida pelo desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Ainda que nesse livro se encontrem os fundamentos centrais de seu entendimento acerca da dependência, tal análise não se encontra completa sem a consideração dos seguintes escritos, *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1972); *En torno a Dialéctica de la dependencia* (1974); *Las razones del neodesarrollismo* (1978); *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), nos quais o autor aporta novos elementos, esclarece questões, responde a críticas e desenvolve alguns de seus argumentos anteriores. São, portanto, essas obras que integrarão nossa análise nesse primeiro item. Antes de entrarmos propriamente na temática que nos concerne, consideramos relevante explicitar a concepção de Estado que informa os escritos de Marini.

3.1.1 A concepção de Estado de Marini

Não há na obra de Marini algum escrito que reúna ou sistematize sua concepção sobre Estado, fato que embora dificulte, não impede que se reconstitua, a partir do agrupamento de elementos dispersos em diferentes momentos de sua produção, a visão do

autor sobre tal objeto¹⁰¹. Além de encontrarmos definições sobre o Estado nos artigos dedicados especificamente ao tema, constituem fontes para tal procedimento artigos que discutem temas como a transição ao socialismo, a universidade na América latina, análises concretas de Marini sobre processos políticos na América Latina, como nos casos chileno, cubano, nicaraguense, nos quais estão presentes referências às formulações marxistas clássicas, críticas a concepções de Estado de outros autores, como é o caso de Louis Althusser, Celso Furtado, Lelio Bassio, bem como elaborações e interpretações próprias de Marini em torno do aparelho estatal.

Embora a problemática do Estado não tenha ocupado lugar central nas obras de Marini, a confrontação com seus escritos, por um lado, e com os programas de dois de seus cursos, História mundial econômica I e II, oferecidos na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), em 1980¹⁰², por outro, permitem afirmar que Marini estava familiarizado não apenas com a discussão do Estado nos autores marxistas clássicos – Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, como também com os debates que lhe eram contemporâneos, nas figuras de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que, a partir de suas originais contribuições, trouxeram novo fôlego ao estudo do Estado sob a ótica do marxismo. Sua filiação teórica ao marxismo, nesse sentido, além de se mostrar evidente em sua análise sobre o processo de acumulação e reprodução capitalista, também se explicita em seu entendimento acerca do aparelho estatal, na medida em que destaca como elemento central sua indissociabilidade com a dominação de classe. Tal nexos é sublinhado em sua resenha sobre o livro *Dialéctica del Desarrollo*, de Celso Furtado¹⁰³, quando Marini chama atenção para o equívoco cometido pelo autor, em sua interpretação da conhecida passagem de Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, segundo a qual “[...] há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa

¹⁰¹ Os artigos que constituem as fontes para reconstituir a definição de Marini de Estado extrapolam a periodização que orienta nosso capítulo, na medida em que tivemos que recorrer a artigos escritos posteriormente ao período selecionado. Como o objetivo era mais oferecer uma visão dos principais elementos que conformam sua perspectiva geral sobre Estado, do que realizar uma história dos conceitos, acreditamos que isso não acarretará prejuízos à pesquisa.

¹⁰² Os programas das disciplinas referidas estão disponíveis no sítio eletrônico “Ruy Mauro Marini – Escritos”, na seguinte página: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_cursos_marini.html>.

¹⁰³ Nessa resenha, Marini tece críticas à concepção de Celso Furtado sobre o Estado, discordando, ao mesmo tempo, de aspectos de sua leitura das obras de Marx, Engels e Lênin. Uma das críticas diz respeito à visão de Furtado sobre a obra de Lênin, para o qual o leninismo corresponderia a “[...] un retorno a las ideas de Marx de 1848” (FURTADO, 1965, p. 60, apud MARINI, 1965c, p. 214). Na perspectiva de Marini, “[...] aun si dejamos de lado al análisis del imperialismo proporcionado por Lenin, el aspecto más evidente de sus formulaciones derivada de lo retomado de las tesis de Marx sobre el Estado, principalmente la de la dictadura del proletariado, que Marx sólo define a raíz de la Comuna de París, de 1871 [...]” (MARINI, 1965c, p. 214).

independência momentânea em face das classes” (ENGELS, 1977, p. 194). Ao atribuir ao Estado a capacidade de desempenhar um papel autônomo nos conflitos de classe¹⁰⁴, Furtado teria desconsiderado que “[...] el ejercicio **directo e indirecto** [grifos originais] del poder por la clase dominante son grados de su dominación efectiva sobre el **aparato del Estado, el cual, en ninguna hipótesis, se desvincula, en el pensamiento marxista, de la dominación de clase**” (MARINI, 1965c, p. 214, grifos nossos).

Identificamos três passagens na obra de Marini, orientadas propriamente à definição do que é o Estado, as quais, por sua vez, abrigam duas visões distintas. Na primeira delas, presente no artigo *La pequeña burguesía y el problema del poder*¹⁰⁵ (1973), Marini salienta a relação existente entre Estado e poder político, remetendo-se à estrutura e à função do aparelho estatal e pontuando os mecanismos por meio dos quais tal instituição exerce a dominação de classe:

Entendido como capacidad coercitiva, el poder político en la sociedad capitalista lo ejerce la burguesía a través del Estado, con el fin de someter a su explotación de clase a los demás grupos sociales. Es por esta razón que la teoría marxista identifica al Estado con el aparato burocrático-represivo representado por el gobierno, la burocracia, los tribunales, las prisiones, la policía, las fuerzas armadas. Esa expresión material del poder burgués se completa con el derecho, el cuerpo de normas cuya infracción activa automáticamente al aparato estatal para forzar su cumplimiento e imponer sanciones (MARINI, 1976d, p. 92)

As outras duas definições estão localizadas em artigos escritos no ano de 1978, fundando-se sobre uma mesma concepção de Estado. No artigo jornalístico *Reedición de “El Principito”*: *Las dictaduras hacen girar el sol*, o Estado é entendido como “[...] el resultado de las fuerzas que constituyen la sociedad real” (MARINI, 1978a, online), e em *Estado de contrainsurgencia*, intervenção de Marini no debate *La cuestión del fascismo en América Latina*, tal definição é reforçada, “[...] siendo el Estado como lo es, la fuerza concentrada de la sociedad, la síntesis de las estructuras y relaciones de dominación que allí existen [...]” (MARINI et al., 1978, online). Embora constituam definições sucintas, não encontrando maior desenvolvimento nas obras de Marini, nelas se distinguem duas visões de Estado. Enquanto a primeira delas está centrada no entendimento do Estado como um aparelho, expressão do poder burguês e de caráter burocrático-repressivo, a segunda se aproxima mais de uma concepção relacional do Estado, na medida em que este é definido como resultado das

¹⁰⁴ O equívoco cometido por Furtado comprometia, na perspectiva de Marini, sua compreensão do problema político no marco da luta de classes, o que podia ser vislumbrado tanto em sua concepção acerca das potencialidades do regime democrático, quanto em sua análise a respeito do regime militar (MARINI, 1965c).

¹⁰⁵ O referido artigo foi incorporado ao livro *El reformismo y la contrarrevolución - Estudios sobre Chile* (1976).

forças que constituem a sociedade¹⁰⁶. O estudo das obras de Marini, inscritas em nossa periodização, nos permite afirmar que é a primeira concepção que subsidia a maioria de suas análises entre os anos de 1965 e 1979¹⁰⁷.

Avançando em relação ao entendimento de Marini acerca do Estado, cumpre destacar sua interlocução com a formulação desenvolvida por Louis Althusser, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1980 [1970]), tendo em vista que é a partir da confrontação com tal perspectiva que Marini constrói sua definição de sistema de dominação, conceito que adquire grande importância em suas formulações sobre o exercício do poder político. O autor questiona a noção ampliada de Estado, proposta originalmente por Antonio Gramsci, reformulada por Althusser, em sua concepção em torno dos aparelhos ideológicos do Estado e, recuperada, por sua vez, por Nicos Poulantzas. Fiel à concepção leninista de Estado, a qual se centra no aspecto coercitivo do aparelho estatal, Marini argumenta que a formulação de Althusser acaba diluindo aquilo que confere especificidade ao aparelho estatal, e propõe, em seu lugar, o conceito de sistema de dominação:

Esta concepción del Estado – el Estado como esfera de la coerción, para decirlo con Lenin – se diluye cuando se le borran los límites, hasta hacerlo coincidir con el sistema de dominación sobre el cual reposa. Es lo que han hecho recientemente Althusser y, en cierta medida, Poulantzas, cuando, recurriendo a algunas proposiciones de Gramsci, desarrollan el tema de los aparatos ideológicos del Estado: escuela, sindicato, partidos, iglesias, medios masivos de comunicación, familia. Por esto nos parece útil distinguir entre el sistema de dominación, que incluye el conjunto de elementos en los que una clase basa su poder, y la expresión institucional de ese poder, el Estado, tomado como cúspide del sistema de dominación (MARINI, 1976d, p. 92-93)

Nesse caso, não é o Estado que assume um sentido ampliado, mas sim o sistema de dominação, o qual é composto pelo conjunto de elementos por meio dos quais a classe dominante exerce seu poder. O Estado, na concepção de Marini, não apenas integra tal sistema, senão ocupa seu cume.

As diferenças entre as concepções de Estado de Marini e de Althusser se fazem notar, ademais, no que tange à relação entre o sistema de dominação (no caso de Marini) e os

¹⁰⁶ Aventamos, inicialmente, a hipótese de que essa mudança na definição de Marini de Estado estaria relacionada às suas leituras das obras de Nicos Poulantzas, já que esse mesmo movimento tem lugar no pensamento do autor grego. Entretanto, Marini apenas faz referência às obras *Poder político e classes sociais* (1977 [1968]), e *Fascismo e Ditadura* (1972 [1970]), obras nas quais tal transformação ainda não havia se concretizado. É de *Fascismo e Ditadura* a concepção de Estado como um aparelho. Ao mesmo tempo, como os artigos que mencionamos são de 1978, não podemos afirmar com precisão que Marini tenha tido acesso à obra *O Estado, o poder, o socialismo*, publicada em francês no mesmo ano, na qual a concepção relacional do Estado encontra sua forma mais acabada na obra de Poulantzas. Para um estudo sobre as mudanças no pensamento de Nicos Poulantzas acerca do Estado, cf. CODATO, 2008.

¹⁰⁷ Tendo em vista que a demonstração desse argumento escapa ao escopo sobre o qual se assenta essa pesquisa, ela será objeto de pesquisas subsequentes.

aparelhos ideológicos do Estado (no caso de Althusser) e o exercício da dominação de classe. Diferentemente de Althusser, para quem os aparelhos ideológicos do Estado, “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (1980a, p. 43), exercem necessariamente a função de dominação de classe, Marini considera, em seu artigo *La universidad brasileña* (1977g), que as instituições que compõem o sistema de dominação podem escapar ao controle da classe dominante:

Siendo indiscutible que la mayoría de las instituciones que componen lo que podríamos llamar sistema de dominación (Marini, 1976) normalmente se encuentran bajo el control de la clase dominante, es decir, la clase que detenta el poder del Estado, el término aparato ideológico de Estado se presta a confusión, puesto que no permite distinguir qué instituciones del sistema de dominación escapan al control de la clase dominante ni cuándo ocurre esto (MARINI, 1977g, online).

Marini se remete a casos como o do partido revolucionário, que se propõe a derrotar a classe dominante, e a imprensa que combate a ideologia dominante. Para o autor, tais instituições não poderiam ser consideradas aparelhos ideológicos do Estado. É em sua análise sobre a relação entre universidade e Estado, que se torna mais evidente seu entendimento acerca da relação entre as instituições do sistema de dominação e o Estado. De acordo com o autor, “[...] Son las condiciones históricas, determinadas por la lucha de clases, las que determinan la vinculación o la desvinculación, así como el grado de una y otra, de la universidad en relación al Estado” (MARINI, 1977g, online). Notamos nesse argumento de Marini certa incongruência, já que o autor, mesmo identificando a possibilidade de que algumas instituições escapem ao controle das classes dominantes, ainda as denomina como partes do sistema de dominação. Como uma instituição pertencente a tal sistema poderia se eximir do exercício da dominação? Seu argumento seria mais coerente se considerasse tais instituições como externas ao sistema de dominação, solução que tampouco resolveria um problema ainda maior, qual seja, o da possibilidade de que tais instituições subsistam no capitalismo, isto é, de que elas, enquanto instituições capitalistas, sejam capazes de efetivamente operar em um sentido anticapitalista.

Outro elemento discutido por Marini diz respeito aos mecanismos empregados pelo Estado no exercício da dominação. Se naquela primeira definição do autor, bem como em sua contestação às teses de Althusser, Poulantzas e Gramsci em torno da noção ampliada de Estado, ficava evidente a relevância atribuída ao aspecto coercitivo do Estado, na seguinte passagem o autor enfatiza a imprescindibilidade da ideologia, a qual complementa e torna efetiva a dominação burguesa.

En efecto, **ningún Estado puede asentarse exclusivamente en la coerción**. Aún el Estado esclavista, basado en una relación de opresión-explotación casi indisfranzable y que, por eso mismo, se sostiene siempre con las armas en la mano, aún ese Estado es forzado a emplear medios no coercitivos – la costumbre, la idea de la inferioridad del esclavo, etc. – para ejercer su poder. **Con el advenimiento de la sociedad burguesa, esto se acentuará, al verse la clase dominante forzada a conciliar la opresión y la explotación de las otras clases con el proyecto histórico que les propuso, centrado en las nociones de igualdad y de libertad, así como de progreso. Esa será la tarea de la ideología burguesa** (MARINI, 1987, online, grifos nossos).

Na concepção de Marini, a ideologia adquire profunda importância para a burguesia, enquanto instrumento para o exercício do poder político. Como o autor salienta: “Ninguna clase en la historia, antes de ella [burguesia], concedió a la ideología papel tan decisivo en su modo de dominación” (MARINI, 1987, online). Marini se refere precisamente aos efeitos ideológicos produzidos por meio do direito burguês, o qual teve no conceito de cidadania sua maior expressão:

[...] la burguesía debió realizar una labor titánica, hasta convertir a la igualdad en subordinación igual de todos a la ley; a la libertad, en la libre disposición de la propia fuerza de trabajo; y al progreso, en perspectiva individual de promoción social. **La piedra de toque de esa construcción ideológica, en el plano de la dominación, fue el concepto de ciudadanía – o la titularidad individual de los derechos políticos – mediante el cual la burguesía escamoteó las clases sociales e hizo a cada uno partícipe aislado de la vida del Estado**. El individuo ha sido confrontado así, sin ninguna defensa, al Estado, fuente y guardián del orden establecido y que cumple su función mediante el monopolio de la fuerza (MARINI, 1987, online, grifos nossos).

Identificamos, nessa passagem, uma interlocução implícita de Marini com Poulantzas, sobretudo no que tange à elaboração do autor grego em torno da noção de efeito de isolamento, já apresentada no primeiro capítulo, a qual se manifesta de maneira ainda mais clara em outro trecho de Marini, quando este atenta para o papel da ideologia burguesa no bloqueio da percepção da classe trabalhadora de sua unidade enquanto classe:

[...] más allá de la conciencia que puedan tener de su pertenencia de clase, los obreros productivos o improductivos, cualquier que sea la modalidad bajo la cual realizan su trabajo y el ámbito donde lo hacen, del mismo modo que otras clases o fracciones de clase sometidas al capital, tienen intereses comunes, cuya percepción establece la base posible de un proyecto de vida solidario. Esta es la razón por la cual todas las instituciones y mecanismos del juego político que caracterizan a la sociedad burguesa, así como sus variadas expresiones ideológicas, visan a bloquear esa percepción, a disolver la unidad latente entre los trabajadores antes que esta tome forma, a cerrarle el paso a la comprensión de los hechos reales que constituyen la esencia del orden capitalista y de su desarrollo (MARINI, 1993, online)

Essas passagens nos permitem afirmar que na concepção de Marini, o Estado, ao mesmo tempo em que se vale da coerção, da qual detém o monopólio legítimo (MARINI, 1987), sustenta-se, também, por meio do direito, na ideologia, como mecanismo para o exercício do poder político.

Ainda no que tange ao exercício do poder político, porém nesse momento, do ponto de vista da relação entre Estado e classes dominantes, convém ressaltar as considerações do autor a respeito da questão da autonomia relativa do Estado. Em seus artigos, *El Estado en América Latina* (1975) e *Estado y crisis en Brasil* (1977) estão suas principais reflexões em torno do tema¹⁰⁸. Situando tal discussão no campo da teoria marxista do Estado, Marini afirma que o termo relativo se refere ao fato de que mesmo nos casos em que o Estado aparente atuar com independência¹⁰⁹ frente às classes sociais, este se mantém diretamente vinculado às classes dominantes que representa, ainda quando as políticas de Estado firmam interesses daquelas classes. Segundo o autor, isso se explica porque

[...] la clase dominante deposita en el Estado, en tanto que organización por excelencia de sus intereses, la responsabilidad de conducción de sí misma. Cuando hay suficiente armonía entre las fracciones que la componen, la presencia de los intereses generales de la clase dominante se hace más visible y el margen de autonomía del Estado en lo que se refiere a su interpretación e implementación se restringe. Cuanto más se agudizan los conflictos al interior de la clase dominante, o aun si ésta encuentra ante sí una clase dominada con suficiente fuerza como para contestar su dominación, mayor es ese grado de autonomía. Es por lo que un Estado fuerte, en el sentido autoritario, es siempre una expresión de debilidad de la clase que él representa (MARINI et al., 1975, p. 34).

Tal ideia é reafirmada por Marini em *Estado y crisis en Brasil*, quando o autor a define como uma lei geral da sociedade capitalista, estando a autonomia relativa do Estado em razão inversa à capacidade da burguesia de manter sua dominação de classe, deduzindo-se, daí, que “[...] un Estado capitalista fuerte es siempre la contrapartida de una burguesía débil” (MARINI, 1977e, online).

Além dos elementos já elencados, que conformam a concepção do autor sobre o Estado, cumpre destacar a relevância que este assume em suas análises sobre os processos revolucionários e sobre a transição socialista. Tanto em sua polêmica com Lelio Bassio,

¹⁰⁸ Há outros artigos nos quais Marini se remete ao bonapartismo, como forma de Estado, caso de *La universidad brasileña*, “[...] la burguesía necesita un Estado más fuerte, que pueda incluso asumir cierta independencia respecto a ella, sin que esto implique el debilitamiento de su dominación de clase, como se da, por ejemplo, en la forma del Estado bonapartista” (MARINI, 1977g, online); e a governos de tipo bonapartista, como nas caracterizações de diferentes governos brasileiros, em *Subdesarrollo y revolución*, sem que no entanto teorize sobre a autonomia relativa do Estado.

¹⁰⁹ No artigo, a palavra dependência aparece em vez de independência, porém, considerando o sentido do argumento de Marini, acreditamos que se trata de um equívoco no momento da redação ou da reprodução do artigo.

intelectual e militante socialista italiano, em *Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso* (1972), quanto em seu prólogo à obra *La revolución cubana: una reinterpretación* (1976), de Vânia Bambirra, Marini explicita a centralidade que a tomada do poder do Estado adquire para a transição socialista, quando afirma que o problema central de toda política revolucionária consiste na conquista do poder político (1972) e que

La lucha por el socialismo es, fundamentalmente, una **lucha política**, en el sentido de que el proletariado tiene que contar con el poder del Estado para quebrar la resistencia de la burguesía a sus designios de clase e **imponer** a los sectores más débiles de ésta, a las capas medias burguesas, que subsisten todavía durante un cierto tiempo, una política que **destruya sus bases materiales de existencia** (MARINI, 1976e, p. 11, grifos originais).

É, porém, em seus escritos sobre o Chile, reunidos em *El reformismo y la contrarrevolución – Estudios sobre Chile* (1976), que identificamos o estudo mais aprofundado de Marini acerca da problemática do poder político. Analisando desde as condições para a chegada da Unidade Popular ao governo, passando pelas contradições do que se denominou “via chilena ao socialismo”, e chegando, por fim, à análise do golpe militar de 11 de setembro de 1973, Marini aporta importantes elementos para pensar a complexa relação entre poder político, Estado e classes sociais, à luz da situação concreta chilena. Partindo da particularidade do desenvolvimento capitalista dependente no país, e da configuração que assume a luta de classes a partir daí, Marini problematiza a estratégia subjacente ao governo de Allende, segundo a qual seria possível construir uma aliança entre a pequena e média burguesia e as classes trabalhadoras, no sentido de “[...] transformar la sociedad chilena sin romper de manera brusca el marco institucional en que se desenvuelve” (MARINI, 1976d, p. 82). Segundo o autor,

La especificidad de la ‘vía chilena’ (término que engloba una amplia gama de posiciones) estaría en que la toma del poder no precede, sino que **sigue** a la transformación de la sociedad; en otras palabras, es la modificación de la infraestructura social lo que, alterando la correlación de fuerzas, impone y hace posible la modificación de la superestructura. La toma del poder se realizaría así gradualmente y, en cierto sentido, pacíficamente, hasta el punto de conformar un nuevo Estado, correspondiente a la estructura socialista que se habría ido creando (MARINI, 1976d, p. 86-87, grifo original).

Marini, apoiando-se nas experiências revolucionárias do século XX, e nas contradições e limitações ensejadas pelo modelo político chileno, contrapõe-se àquela estratégia, enfatizando que a transformação da economia capitalista monopolista em uma economia socialista somente poderá ter lugar com a apropriação pelos trabalhadores do aparelho de Estado, como afirma na seguinte passagem:

La verdadera solución a los problemas planteados a las masas por la acumulación del capital es por tanto el surgimiento de un nuevo sistema de dominación, capaz de reorientar el desarrollo de las fuerzas productivas. En otros términos, **los problemas que plantea a las masas la acumulación capitalista sólo se resuelven con la revolución política** (MARINI, 1976d, p. 84, grifos originais).

Reivindicando uma vez mais Lênin, Marini salienta que a tomada do poder se apresenta como condição para o processo de transformação social, constituindo-se como um traço peculiar da revolução socialista:

Teoría y práctica van, pues, de la mano cuando se trata de establecer una determinada jerarquía entre los dos polos de la relación considerada: toma del poder - transformación social. El desplazamiento radical y – como subraya Lenin – violento de la burguesía por el proletariado en el poder político, como condición para llevar a cabo la transformación social, aparece así como un rasgo peculiar de la revolución socialista, que la diferencia netamente de la revolución burguesa (MARINI, 1976d, p. 92).

Elencamos aqui alguns dos principais elementos que compõem a concepção de Marini sobre Estado, destacando reflexões presentes tanto em suas análises mais gerais, quanto em seus estudos sobre as realidades concretas latino-americanas. Uma vez realizado esse breve panorama da perspectiva de Marini sobre Estado, avançamos nesse momento rumo à discussão sobre o lugar do Estado e da política em seus escritos acerca da problemática da dependência.

3.1.2 Reflexões em torno da presença do Estado na formulação geral de Marini sobre a dependência

Nesse subitem, direcionaremos nossa atenção para um conjunto de escritos de Marini que contemplam, em nossa perspectiva, suas formulações mais gerais acerca da definição de dependência, sendo eles *Dialéctica de la dependencia* (1972), *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1972); *En torno a Dialéctica de la dependencia* (1974); *Las razones del neodesarrollismo* (1978); *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979). Ainda que o tratamento de tal problemática se estenda para além desses artigos, encontramos neles um esforço do autor, situado em nível mais alto de abstração, de conceituar e caracterizar as especificidades do processo de acumulação de capital que tem lugar nas economias dependentes. Reconhecemos que *Dialéctica de la dependencia* constitui a obra

mais representativa do autor nesse sentido, já que nela estão concentradas as principais teses de Marini, entretanto, consideramos que tal obra deva ser analisada em conjunto com os artigos acima elencados, tendo em vista que o autor, em momentos posteriores, aportou novos elementos àquela primeira formulação, complementando seu entendimento sobre aquele tema¹¹⁰.

Em *Dialéctica de la dependencia*, Marini objetiva, partindo da construção teórica de Marx em *O capital*, particularmente de sua teoria do valor, empreender uma análise em um nível intermediário de abstração, que o permitisse compreender o caráter dependente das economias latino-americanas e sua legalidade específica (MARINI, 2005 [1994], p. 90). O percurso seguido pelo autor em sua argumentação consiste em identificar, inicialmente, a forma e a natureza da integração daquelas economias ao mercado mundial, ressaltando seu papel no processo de industrialização nos países europeus, para, em seguida, explicitar os impactos que essa integração exerceu naquelas economias. Sem desconsiderar o relevante papel desempenhado pelas economias latino-americanas na formação da economia capitalista mundial nos séculos XVI, XVII e XVIII, como produtora de metais preciosos e gêneros “exóticos”, Marini afirma que é somente no século XIX, depois de 1840, que sua articulação com a economia mundial se realiza plenamente, já enquanto países formalmente independentes politicamente, com o estabelecimento da divisão internacional do trabalho. Para o autor, é somente a partir desse momento que se poderia falar em dependência¹¹¹. Entendida como “[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 2007 [1972], p. 102)¹¹², a dependência é explicada pelo autor a partir do caráter

¹¹⁰ O próprio autor, em seu Memorial, chama atenção para o fato de que *Dialéctica de la dependencia* refletia os resultados de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, razão pela qual o autor ofereceu resistência à sua publicação, uma vez que considerava necessário avançar em suas investigações: “Cedo me dei conta de que não poderia manter o texto sem publicar, como era minha intenção inicial, preocupado como estava em concluir a pesquisa que o texto apenas anunciava. [...] Minha relutância em publicar *Dialéctica de la dependencia* devia-se à consciência que eu tinha de que o texto era insuficiente para dar conta do estado de minhas investigações e ao meu desejo de desenvolvê-lo. Essa relutância foi vencida, em parte, como indiquei, pela dificuldade que tive para impedir sua difusão e, em parte, porque o avanço do processo chileno me convocava de modo crescente a uma participação mais ativa, obstaculizando minha concentração nas questões teóricas gerais que me preocupavam. A partir de fins de 1971, assumi responsabilidades políticas cada vez maiores, que acabaram por me absorver” (MARINI, 2005 [1994], p. 92-94).

¹¹¹ Marini faz questão de expor sua divergência em relação ao entendimento de André Gunder Frank quanto à gênese da dependência latino-americana, ressaltando que o autor alemão não distingue entre situação colonial e situação de dependência. Ainda que haja uma continuidade de uma em relação à outra, tais situações não podem ser consideradas homogêneas, segundo Marini (2007 [1972], p. 103).

¹¹² Tendo em vista que utilizamos a antologia organizada por Carlos Eduardo Martins, *América Latina, dependencia y globalización*, que reúne as obras *Dialéctica de la dependencia*, *En torno a Dialéctica de la*

contraditório que marca a participação das economias latino-americanas no mercado mundial, a qual tem como fundamento a transferência de valor, razão pela qual tais economias buscam compensar as perdas daí resultantes pelo recurso à superexploração do trabalho, no âmbito de sua produção interna, o que se reflete em uma forma particular do ciclo das economias dependentes, que reproduz estes mecanismos. Acompanhemos o raciocínio desenvolvido por Marini¹¹³.

A análise dos laços que vinculam as economias latino-americanas à economia capitalista mundial é realizada por Marini através de um estudo integrado da participação da América Latina no desenvolvimento capitalista dos países industriais, e dos mecanismos operados nos países dependentes que proporcionam tal participação, cuja articulação revela o caráter contraditório inscrito nesse processo. A oferta de alimentos e de matérias-primas proporcionada pelos países latino-americanos aos países industriais, ao mesmo tempo em que contribuiu para que se alterasse o eixo da acumulação capitalista nesses países, requereu, no âmbito da produção interna latino-americana, o recurso a uma maior exploração do trabalhador, produzindo consequências no ciclo do capital na economia dependente, o qual assume um caráter específico (MARINI, 2007 [1972]).

A América Latina, mediante sua integração à divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, cumpre dois papéis fundamentais no desenvolvimento da grande indústria dos países europeus, ao contribuir para o aumento tanto da oferta mundial de alimentos, quanto das matérias-primas. Diante do avanço da grande indústria, a oferta de alimentos proporcionada pelos países latino-americanos atende um incremento da demanda, ocasionado pelo crescimento da classe trabalhadora naqueles países, na medida em que tais bens são incorporados como meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho. Ao lado do aumento do número de trabalhadores, o desenvolvimento industrial traz consigo um incremento na produtividade do trabalhador, o que exige a incorporação de uma maior quantidade de matérias-primas ao processo produtivo, tarefa que será cumprida, mais uma vez, pela América Latina (MARINI, 2007 [1972]).

Embora a participação da América Latina na exportação de alimentos, de um lado, e de matérias-primas, de outro, para os países industriais, possua naturezas distintas, elas se complementam no que tange aos seus efeitos nas economias industriais. O aumento da oferta mundial de alimentos, alavancada pela produção latino-americana, somada à queda dos preços

dependencia e *Las razones del neodesarrollismo*, de Marini, faremos a distinção entre elas empregando o ano original de publicação de cada obra entre colchetes, sendo [1972], [1974] e [1978], respectivamente.

¹¹³ Recuperamos essa sistematização dos principais argumentos de Marini em *Dialéctica de la dependencia* (2007 [1972]) de nossa dissertação de mestrado. Cf. BICHIR, 2012.

dos bens primários no mercado mundial, permite que aqueles países centrais adquiram, através do comércio internacional, os meios de subsistência que se incorporarão à composição dos bens-salários dos trabalhadores desses países, viabilizando sua especialização na produção industrial. Há, com isso, uma diminuição do tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho, o que acarreta, por sua vez, uma queda no valor real da força de trabalho. Essa diminuição do valor da força de trabalho, nesses países, converte-se em um incremento da taxa de mais-valia, correspondendo, assim, a um aumento da mais-valia relativa¹¹⁴. De acordo com Marini, constitui também um aumento relativo da composição orgânica do capital¹¹⁵ na medida em que diminui relativamente o montante do capital variável, o que constitui, mesmo que em termos relativos, uma queda da taxa de lucro. Simultaneamente, o afluxo de matérias-primas, provenientes da América Latina, possibilitou de fato um aumento da industrialização e de sua escala, ampliando a produtividade de todos os ramos da indústria europeia, e pressionando para baixo as taxas de lucro, na medida em que se dá a ampliação do capital constante, não apenas em termos relativos. Nesse sentido, a América Latina, além de contribuir para sua expansão industrial, permitiu que o eixo de acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, passando a acumulação a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador (MARINI, 2007 [1972], p. 105).

Esse papel, exercido pela América Latina, revela-se, contudo, contraditório. A redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, resultante dos efeitos provocados pela oferta de alimentos latino-americanos, ao se converter em mais-valia relativa, também atua como fator contrarrestante. Tendo em vista que a um aumento da capacidade produtiva corresponde, segundo Marini, um consumo mais que proporcional de matérias-primas, à elevação da mais-valia se soma uma elevação simultânea do valor do capital constante, o que implicará uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2007 [1972]).

¹¹⁴ Marini distingue mais-valia relativa de produtividade. Segundo o autor, ainda que a produtividade represente a condição por excelência da mais-valia relativa, ela não implica necessariamente um aumento da mais-valia relativa. O aumento de produtividade está relacionado à criação de mais produtos no mesmo intervalo de tempo, sem obrigatoriamente representar um aumento de valor. Já a mais-valia relativa é determinada pelo grau de exploração do trabalho e não pela produtividade em si. Conforme aumenta o trabalho excedente, em relação ao trabalho necessário, aumenta também a taxa de mais-valia. Nesse sentido, uma queda no valor dos bens-salários, bens necessários à reprodução da força de trabalho, poderá incidir em um aumento da mais-valia relativa. “La plusvalía relativa está ligada indisolublemente, pues, a la desvalorización de los bienes-salario, para lo que ocurre en general, pero, no forzosamente, a la productividad del trabajo” MARINI (2007 [1972], p. 107).

¹¹⁵ A composição orgânica do capital é dada pela relação capital constante (instalações, maquinário, matérias-primas) /capital variável (força de trabalho).

A queda tendencial da taxa de lucro será, nesse sentido, contrabalançada pela própria América Latina, a partir de sua participação na produção de matérias-primas industriais:

(...) es mediante el aumento de una masa de productos cada vez más baratos en el mercado internacional, como América Latina no sólo alimenta la expansión cuantitativa de la producción capitalista en los países industriales, sino que contribuye a que se superen los escollos que el carácter contradictorio de la acumulación de capital crea para esa expansión (MARINI, 2007 [1972], p. 109).

Ainda no que tange à participação da América Latina no comércio internacional, Marini chama atenção para o caráter desigual sobre o qual se assentam as relações estabelecidas entre os países latino-americanos e os países industriais. Avançando em relação à concepção cepalina sobre a deterioração dos termos de troca, o autor revela a transferência de valor, e de mais-valia que está por trás do intercâmbio firmado entre tais países, a qual se dá por meio de dois mecanismos¹¹⁶, o primeiro, relacionado a uma maior produtividade do trabalho –

“[...] por efecto de una mayor productividad del trabajo, una nación puede presentar precios de producción inferiores a sus concurrentes, sin por ello bajar significativamente los precios de mercado que las condiciones de producción de éstos contribuyen a fijar” (MARINI, 2007 [1972], p. 111-112)

– e o segundo, ao monopólio de produção, através do qual os países são capazes de fixar o preço de seus produtos acima do valor de sua produção, eludindo, com isso, a lei do valor. Nisso reside, segundo Marini, a raiz do caráter desigual do intercâmbio entre os países, à medida que “[...] implica que las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen [...]” (MARINI, 2007 [1972], p. 112). Nesse sentido, a deterioração dos preços dos produtos primários latino-americanos, a qual não encontra correspondência em uma desvalorização real desses bens¹¹⁷, é compensada pelo recurso a um aumento do valor realizado, via transferência de valor, o que se dá por meio de um incremento da exploração do trabalho na América Latina (MARINI, 2007 [1972]).

Dessa forma, os países latino-americanos, desfavorecidos pelo intercâmbio desigual, em vez de buscarem corrigir o desequilíbrio entre os preços e os valores de seus produtos, gerado a partir do comércio internacional, procuram compensar suas perdas através do aumento da exploração do trabalhador, no âmbito de sua produção interna, o que se dá por

¹¹⁶ Marcelo Carcanholo chama atenção para a existência de três mecanismos de transferência de valor presentes na análise de Marini. Cf. CARCANHOLO, 2013.

¹¹⁷ Marini destaca que “[...] la depreciación de los bienes primarios [...] no puede corresponder a la desvalorización real de esos bienes, debido a un aumento de productividad en los países no industriales, ya que es precisamente allí donde la productividad se eleva más lentamente” (MARINI, 2007 [1972], p. 109-110).

mecanismos como o incremento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Enquanto os dois primeiros, ao obrigá-los a um dispêndio excessivo da força de trabalho, provocando seu esgotamento prematuro, negam ao trabalhador as condições necessárias para que ele reponha o desgaste de sua força de trabalho, o último retira a possibilidade de o trabalhador consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal¹¹⁸ (MARINI, 2007 [1972], p. 116). Tais mecanismos, empregados com o intuito de aumentar, por meio de um incremento da mais-valia, o valor apropriado (e, inclusive, o valor produzido, ao se utilizar do aumento da intensidade do trabalho), bem como a taxa de lucro das classes dominantes latino-americanas, compensando a transferência de valor resultante do intercâmbio desigual, implicam em uma remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor (MARINI, 2007 [1972], p. 113-120). Nisso consistiria, segundo Marini, a superexploração do trabalho.

A contradição que se conforma com a participação da América Latina no processo de acumulação de capital nos países industriais, cuja base de sustentação na economia dependente latino-americana é a superexploração do trabalho, constitui o marco fundamental da dependência latino-americana¹¹⁹, determinando, nessa medida, a especificidade do ciclo de valorização do capital nas economias dependentes da região. O caráter específico assumido por tal ciclo na América Latina é evidenciado por Marini:

Desarrollando su economía mercantil, en función del mercado mundial, América Latina es llevada a reproducir en su seno las relaciones de producción que se encontraban en el origen de la formación de ese mercado, y que determinaban su carácter y su expansión. Pero ese proceso estaba marcado por una profunda contradicción: llamada a coadyuvar a la acumulación de capital con base en la capacidad productiva del trabajo, en los países centrales, América Latina debió

¹¹⁸ O autor afirma que esse último mecanismo consiste em “[...] reducir el consumo del obrero más allá de su **límite normal** [...] implicando así un modo específico de aumentar el tiempo de trabajo excedente” (MARINI, 2007 [1972], p. 114, grifos nossos). Mathias Luce, atentando para o fato de que “Como todas as categorias no marxismo, o valor da força de trabalho é uma categoria histórica e relacional” (LUCE, 2013a, p. 173), aponta que o pagamento da força de trabalho, no caso do Brasil, dá-se abaixo de seu valor historicamente determinado. Como indícios importantes da impossibilidade histórica de reposição da capacidade de trabalho em países dependentes, podem ser destacados o maior índice de acidentes de trabalho, de doenças relacionadas ao trabalho, e, em última instância, uma menor expectativa de vida dos trabalhadores, o que demonstra que estes não recebem o suficiente ou necessário para a reposição de sua força de trabalho. Cf. OSORIO (2013); LUCE (2013a). Um estudo empírico que discute a superexploração do trabalho na agroindústria brasileira pode ser encontrado em: GUANAIS, 2016.

¹¹⁹ Marcelo Carcanholo, em diálogo com os escritos de Marini, identifica a superexploração como uma categoria específica do capitalismo dependente: “[...] la superexplotación es una categoría específica del capitalismo dependiente. Y ¿cuál sería la razón de esto? ¿Cuál es la especificidad que define la condición dependiente? En función de la inserción subordinada de las economías dependientes en la lógica mundial de la acumulación capitalista, se definen mecanismos estructurales de transferencia de valor que es producido en esas economías, pero que es realizado y acumulado en el ciclo del capital de las economías centrales” (CARCANHOLO, 2013, p. 106).

hacerlo mediante una acumulación fundada en la superexplotación del trabajador. En esta contradicción radica la esencia de la dependencia latino-americana. [...] Nacida para atender a las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada pues sobre el mercado mundial, la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo (MARINI, 2007 [1972], p. 121).

A produção latino-americana, orientada à exportação, tem sua realização concretizada no mercado externo, fato que caracteriza uma separação entre os dois momentos fundamentais do ciclo do capital das economias latino-americanas, o de produção e o de circulação de mercadorias. O efeito dessa separação se manifesta na contradição, inerente à produção capitalista, entre capital e trabalhador enquanto produtor e comprador de mercadorias, a qual ganha contornos distintos do processo que teve lugar nas economias industriais (MARINI, 2007 [1972]).

Diferentemente das economias europeias, que tiveram sua produção associada à criação de um mercado consumidor interno, na qual o consumo individual do trabalhador constitui elemento fundamental para a criação de demanda para seus produtos, nos países dependentes latino-americanos, o consumo individual dos trabalhadores não interfere da mesma maneira, de acordo com Marini, na realização do produto, na medida em que a circulação dos bens primários latino-americanos se completa no comércio internacional. Tendo em vista a separação entre produção e circulação nos países dependentes latino-americanos, a tendência do sistema, na perspectiva de Marini, é a de explorar ao máximo a força de trabalho, sem a preocupação em criar condições para que este a reponha, comprimindo, assim, seu consumo individual¹²⁰, processo esse que condiciona os rumos da produção latino-americana, a qual deverá buscar no mercado externo a saída para a sua realização: “Es así como el sacrificio del consumo individual de los trabajadores en aras de la exportación al mercado mundial deprime los niveles de demanda interna y erige al mercado mundial en única salida para la producción” (MARINI, 2007 [1972], p. 123).

A essa separação entre produção e circulação, soma-se outra, no nível do mercado interno – uma diferenciação de esferas de circulação nas economias dependentes. Enquanto o consumo dos trabalhadores, restringido em razão da superexploração do trabalho, dá-se na “esfera ‘baixa’ da circulação”, fundamentando-se na produção interna, o consumo dos “não trabalhadores”, relacionado à “esfera ‘alta’ da circulação”, encontra-se imbricado, por meio das importações, com a produção externa. Tal cisão apenas se aprofundará mediante o

¹²⁰ Tal superexploração do trabalhador latino-americano tem lugar à medida que a disponibilidade de mão de obra na região se mantenha alta (MARINI, 2007 [1972]).

processo de industrialização. Marini destaca que a produção industrial latino-americana se constituiu de maneira independente das condições de salário dos trabalhadores, à medida que os bens produzidos não faziam parte, ou somente participavam de maneira muito limitada na composição do consumo popular (MARINI, 2007 [1972], p. 129). O autor sintetiza sua caracterização desse processo na seguinte passagem:

Dedicada a la producción de bienes que no entran, o entran muy escasamente, en la composición del consumo popular, la producción industrial latinoamericana es independiente de las condiciones de salario propias a los trabajadores; esto en dos sentidos. En primer lugar porque, al no ser un elemento esencial del consumo individual del obrero, el valor de las manufacturas no determina el valor de la fuerza de trabajo; no será, pues, la desvalorización de las manufacturas lo que influirá en la cuota de plusvalía. Esto dispensa al industrial de preocuparse de aumentar la productividad del trabajo para, haciendo bajar el valor de la unidad de producto, depreciar la fuerza de trabajo, y lo lleva, inversamente, a buscar el aumento de la plusvalía a través de una mayor explotación – intensiva y extensiva – del trabajador, así como la rebaja de salarios más allá de su límite normal. En segundo lugar, porque la relación inversa que de ahí se deriva para la evolución de la oferta de mercancías y del poder de compra de los obreros, es decir, el hecho de que la primera crezca a costa de la reducción del segundo, no le crea al capitalista problemas en la esfera de la circulación, una vez que, como hicimos notar, las manufacturas no son elementos esenciales en el consumo individual del obrero (MARINI, 2007 [1972], p. 129-130).

À medida, entretanto, que a oferta industrial passe a coincidir com a demanda existente, a economia dependente será instada a ampliar tal demanda, o que se dará, segundo o autor, via aumento da demanda das camadas médias e do aumento da produtividade do trabalho. À luz da nova divisão internacional do trabalho, que se configura no pós-guerra, Marini analisa os condicionantes do processo de industrialização nos países latino-americanos, relacionando-o ao momento vivido pelas economias “centrais”. Referindo-se a essa nova fase da dependência, marcada pela profunda penetração de capital estrangeiro naqueles países e do recurso à tecnologia externa, o autor chama atenção para a persistência da superexploração, quando afirma que

“[...] incidiendo sobre una estructura productiva basada en la mayor explotación de los trabajadores, el progreso técnico hizo posible al capitalista intensificar el ritmo de trabajo del obrero; elevar su productividad y, simultáneamente, sostener la tendencia a remunerarlo en proporción inferior a su valor real. Para ello concurrió decisivamente la vinculación de las nuevas técnicas de producción a ramas industriales orientadas hacia tipos de consumo que, si tienden a convertirse en consumo popular en los países avanzados, no pueden hacerlo bajo ningún supuesto en las sociedades dependientes (MARINI, 2007 [1972], p. 134).

Ao ressaltar a concentração das novas técnicas de produção nos ramos produtivos de bens suntuários, e o nexos desse processo com a permanência dos mecanismos de superexploração do trabalho, Marini sublinha os problemas de realização daí advindos. É

precisamente nesse momento, ao se referir aos mecanismos de enfrentamento dessa problemática, que Marini faz referência ao Estado, afirmando que

El recurso utilizado para solucionarlos [os problemas de realização] ha sido el de **hacer intervenir al Estado (a través de la ampliación del aparato burocrático, de las subvenciones a los productores y del financiamiento al consumo suntuario)**, así como a la inflación, con el propósito de transferir poder de compra de la esfera baja a la esfera alta de la circulación; ello implicó rebajar aún más los salarios reales, con el fin de contar con excedentes suficientes para efectuar el traspaso de ingreso (MARINI, 2007 [1972], p. 134, grifos nossos).

Somada a essa resolução, Marini identifica a necessidade de as economias industriais dependentes se expandirem para o exterior, exportando manufaturas tanto de bens essenciais, quanto de bens suntuários. Considerando a agudização dessas tendências, Marini recupera sua argumentação em torno do subimperialismo¹²¹, entendida pelo autor como “[...] una forma particular que asume la economía industrial que se desarrolla en el marco del capitalismo dependiente” (MARINI, 2007 [1972], p. 136).

A análise do processo de integração da América Latina à economia mundial empreendida por Ruy Mauro Marini, apesar de suas limitações, reconhecidas pelo próprio autor em seu artigo *En torno a Dialéctica de la Dependencia*¹²², capta dimensões essenciais da conformação da dependência latino-americana e ressalta o caráter não apenas complexo, como também contraditório desse processo:

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional (MARINI, 2007 [1972], p. 123).

Tendo em vista que nosso objetivo aqui consiste antes em expor os argumentos de Marini acerca da dependência, com o intuito de identificar o lugar do Estado nessa análise, do que nos debruçarmos propriamente sobre as complexas questões e controvérsias que envolvem o conceito de superexploração, não nos aprofundaremos no debate que Marini (1978) travou com Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978) em torno desse conceito,

¹²¹ Desenvolveremos a argumentação de Marini sobre o subimperialismo no segundo item desse capítulo.

¹²² “En efecto, pese al cuidado puesto en matizar las afirmaciones más tajantes, su extensión limitada llevó a que las tendencias analizadas se pintaran a brochazos, lo que les confirió a veces un perfil muy acusado. Por otra parte, el nivel mismo de abstracción del ensayo no propiciaba el examen de situaciones particulares, que permitieran introducir en el estudio un cierto grado de relativización” (MARINI, 2007 [1974], p. 137).

nem avançaremos nos debates e polêmicas que permeiam os estudos contemporâneos entre os intérpretes e estudiosos da teoria marxista da dependência¹²³.

Recorremos a essa breve exposição dos argumentos de Marini em *Dialéctica...*, no sentido de evidenciar que no núcleo da explicação do autor sobre a dependência não encontramos uma reflexão em torno do papel do Estado. Com exceção da passagem que acabamos de expor, na qual o autor se remete já às especificidades do processo de industrialização nos países dependentes, não há referências ao Estado nem em sua análise sobre o intercâmbio desigual e sobre as transferências de valor, nem em sua formulação acerca da superexploração do trabalho, conceito que adquire grande relevância na explicação da dependência, como o próprio autor ressalta, em seu posfácio, ao afirmar que sua tese central naquela obra é a de que “[...] el fundamento de la dependencia es la superexplotación del trabajo¹²⁴ (MARINI, 2007 [1974], p. 148). Tal ausência chama atenção, dada a importância do Estado enquanto regulador dos contratos de trabalho nas economias nacionais, mediando as relações entre as classes sociais, tanto no âmbito da produção, quanto no âmbito da circulação¹²⁵.

Essa ausência do Estado na análise de Marini em *Dialéctica...* foi destacada por José Luis Solís González¹²⁶, em seu artigo *El Estado en el debate latinoamericano sobre el subdesarrollo y la dependencia: un enfoque crítico* (2016). Apesar das imprecisões e limitações que estão subjacentes à análise deste autor – como, por exemplo, no tratamento pouco rigoroso quanto às distinções que caracterizam as distintas vertentes no interior das

¹²³ Aos escritos de Jaime Osorio (2004; 2009; 2013) e Adrián Sotelo Valencia (2003; 2012), discípulos e estudiosos do pensamento de Ruy Mauro Marini de longa data, podemos elencar um movimento mais recente de debate sobre o conceito de superexploração do trabalho, que teve lugar no Brasil, consubstanciando-se em uma série de artigos, dentre os quais podemos citar: AMARAL; CARCANHOLO (2008; 2009); CARCANHOLO (2013); CARCANHOLO; CÔRREA (2016); LUCE (2012; 2013a). Alguns dos temas que têm sido discutidos dizem respeito à atualidade e validade do conceito de superexploração do trabalho; à revisão da formulação original de Marini; à extensão ou não do uso do conceito na análise dos países imperialistas.

¹²⁴ Essa importância também é reconhecida por Vânia Bambirra, ao se referir à contribuição de Marini à TMD: “El gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente” (BAMBIRRA, 1978, p. 69-70).

¹²⁵ Mathias Luce, durante a arguição, nos chamou atenção para a necessidade de reconhecer a presença do Estado nessa obra de Marini, ainda que esta não se manifeste explicitamente. Embora reconheçamos que o Estado, em *Dialéctica de la dependencia*, apareça em “estado prático” – denominação tomada de Althusser (1980b) –, tal elemento não invalida, entretanto, nossa argumentação, uma vez que ela está centrada precisamente no fato de Marini não integrar de maneira sistematizada em seu construto explicativo, em sua exposição acerca da dependência latino-americana, uma análise a respeito do lugar do Estado nesse processo.

¹²⁶ Solís González salienta, ademais, que na análise de Marini estão ausentes as determinações da luta de classes: “La otra ausencia notable en el análisis de Marini es la **no especificación** de las determinaciones que la lucha de clases introduce en los fenómenos descritos. La tasa de plusvalía, la productividad, el valor de la fuerza de trabajo, etc., son categorías que expresan la lucha de clases, **no simples variables** de un modelo cuya mecánica es ineluctable” (SOLÍS GONZÁLEZ, 2016, online, grifos originais). Tal crítica, entretanto, não é original, uma vez que foi formulada por Cardoso e Serra, em 1978, no artigo *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

teorias da dependência, ao considerar André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Aníbal Quijano como integrantes do “exogenismo dependentista” (o próprio termo “exogenismo dependentista” é problemático, por ser mais depreciativo que elucidativo); na desconsideração de Vânia Bambirra como parte da tradição dependentista; e na sua generalização vazia, ao afirmar que “Es un hecho verdaderamente sorprendente el que los autores dependentistas hayan descuidado tan notablemente el problema del Estado y su relación con el capital” (SOLÍS GONZÁLEZ, 2016, online), na medida em que o autor usa como referência apenas a obra *Dialéctica...* de Marini, como base de sustentação de seu argumento – consideramos pertinentes suas considerações a respeito daquela passagem de Marini sobre o Estado:

Esto deja la impresión de que: a) la intervención del Estado es **producto de una voluntad superior y exterior** al proceso de acumulación (la de la clase burguesa); b) que esta intervención en la economía se da **ex-post**, es decir, en los momentos de dificultad por parte del capital; c) que el Estado es un **instrumento ad-hoc** que responde funcionalmente a las necesidades de la acumulación. Esto revela una concepción del Estado bastante alejada del análisis marxista contemporáneo (SOLÍS GONZÁLEZ, 2016, online, grifos originais).

A passagem descrita realmente oferece margens a tais críticas, sobretudo se tomada isoladamente dos demais escritos de Marini. Como já demonstramos, no início do presente item, um estudo mais profundo do conjunto de sua obra nos permitiu reunir elementos acerca da concepção marinista de Estado, o que, evidentemente, não impede que se formulem críticas acerca de obras e artigos em particular. Precisamente nos escritos que constituem objeto do presente subitem, notamos que não há uma articulação entre a explicação de Marini sobre a conformação e o fundamento da dependência e o Estado, centro do poder político. O eixo explicativo do autor está assentado nos condicionantes econômicos da dependência, deixando pouco espaço para as determinações de ordem política. Tais determinações aparecem de maneira tímida, em um trecho no qual Marini destaca que à medida que o mercado mundial se desenvolve, a exploração dos países dependentes passa a se ancorar menos na violência política e militar, do que na reprodução das relações econômicas. Transcrevemos o mencionado trecho a seguir:

En efecto, a medida que el mercado mundial alcanza formas más desarrolladas, el uso de la violencia política y militar para explotar a las naciones débiles se vuelve superfluo, y la explotación internacional puede descansar progresivamente en la reproducción de relaciones económicas que perpetúan y amplifican el atraso y la debilidad de esas naciones (MARINI, 2007 [1972], p. 110).

Buscando justamente responder às críticas imputadas a um pretense economicismo na obra de Marini, Adrián Sotelo Valencia, grande estudioso de sua obra, destaca o lugar do Estado no mecanismo da superexploração do trabalho, quando afirma que

La superexplotación no opera como un procedimiento hueco o como un ‘mecanismo económico autónomo’ (‘autárquico’), sin mediaciones y sobredeterminaciones de las estructuras de clase y político-culturales, como se ha llegado a atribuir superficialmente a los principales planteamientos de la teoría de la dependencia por parte de sus críticos. Por el contrario, es un sistema complejo, operativo y multifacético; no sólo estructural sino que, además, **requiere del concurso del Estado y del poder político, quien lo asegura, incluso por medio de la represión, para que opere eficazmente en tanto formación económico-social** (SOTELO, 2012, p. 115-116, grifos nossos).

Embora concordemos com a afirmação de Sotelo Valencia, enfatizamos novamente que tal papel do Estado não está explicitado naqueles escritos, o que aponta para a premência de avançarmos nesse sentido, na reflexão e no desenvolvimento de uma análise acerca do lugar do Estado e da política no entendimento sobre a problemática da dependência, e, no caso da contribuição propriamente de Marini, na explicação sobre a superexploração do trabalho. Cabe salientar que essa necessidade foi reconhecida pelo próprio Marini, ao final de seu posfácio, restringindo-se, entretanto, às implicações da superexploração:

No nos queda, en esta breve nota, sino advertir que las **implicaciones de la superexplotación trascienden el plano de análisis económico y deben ser estudiadas también desde el punto de vista sociológico y político**. Es avanzando en esa dirección como aceleraremos el parto de la teoría marxista de la dependencia, liberándola de las características funcional-desarrollistas que se le han adherido en su gestación (MARINI, 2007 [1974], p. 148, grifos nossos).

Consideramos que essa ressalva de Marini não deve permanecer circunscrita apenas às implicações da superexploração, mas também à sua conformação e gênese.

Passemos aos demais artigos de Marini, que, em nossa perspectiva, complementam suas formulações em *Dialéctica...* Nesse momento, não mais nos deteremos em reconstituir os argumentos do autor acerca da dependência, tendo em vista que consideramos que é naquela obra que se encontram os fundamentos de sua tese. Nosso intuito consiste em identificar se nesses artigos estão presentes elementos acerca do Estado em sua análise sobre aquela problemática.

No artigo *El ciclo del capital en la economía dependiente*, Marini avança no sentido de detalhar as distintas fases do ciclo do capital nos países dependentes, ressaltando

suas particularidades¹²⁷. Dos escritos analisados nesse item, é aquele no qual a relevância do Estado é reconhecida com maior ênfase. A presença do Estado está identificada em sua descrição da primeira fase da circulação, aquela na qual o capital, sob a forma dinheiro, é empregado na compra de meios de produção e na contratação da força de trabalho. Ao elencar as fontes das quais tal capital provêm, ao lado do capital privado interno e do capital estrangeiro, Marini ressalta o papel do Estado, por meio dos investimentos públicos, discutindo tanto a origem quanto o destino desses investimentos. Quanto à origem, o autor destaca que eles estão associados, de um lado, à mais-valia que é transferida ao Estado através dos impostos diretos sobre o capital e sobre os salários, dos impostos indiretos que se aplicam sobre as rendas, e como parte do capital variável, por meio dos impostos sobre o trabalho ou impostos indiretos pagos pelos trabalhadores, e, de outro, do processo direto de exploração levado a cabo pelo Estado, na medida em que as empresas estatais atuam no sistema capitalista como capitais privados, tendo participação na produção de mais-valia, e mediando sua apropriação pelo Estado. No que tange à aplicação dos gastos estatais, Marini salienta que estes se dividem entre gastos produtivos e improdutivos. Enquanto os últimos se relacionam aos gastos do Estado com sua própria burocracia, sendo considerados improdutivos, os primeiros, gastos que farão parte do processo de acumulação de capital, remetem-se tanto aos investimentos estatais, quanto às transferências de mais-valia ao capital privado, orientados a tornar mais rentável o investimento privado, dentre os quais Marini menciona os gastos de infraestrutura, as subvenções diretas e indiretas ao capital privado. O autor chama atenção, ademais, para os gastos sociais, os quais embora sejam considerados improdutivos, impactam na reprodução e qualificação da força de trabalho, tendo, portanto, papel importante na valorização (MARINI, 1979a). A importância atribuída por Marini ao Estado nesse processo é sintetizada no excerto a seguir:

Como se puede ver, la importancia del papel del estado en el ciclo del capital propiamente dicho (y no en términos más generales en la creación de condiciones para la valorización, donde ese papel es aún más amplio) es considerable, dada la capacidad que tiene de transferir hacia sí parte de la plusvalía generada por el capital privado, la de producir él mismo plusvalía y, finalmente, la de captar parte del capital variable de los salarios pagados a la fuerza de trabajo. Esto explica, en cierto modo, el peso que tiene la inversión pública en la economía dependiente (MARINI, 1979a, online).

¹²⁷ Se em *Dialéctica...* Marini enuncia os traços gerais que caracterizam o ciclo do capital dependente, nesse artigo o autor descreve com maior profundidade cada fase de tal ciclo, destacando, como uma de suas especificidades, o protagonismo exercido pelo capital estrangeiro nessas economias.

Em *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*, produto de uma conferência proferida por Marini na Itália, o autor identifica os vínculos entre a análise de Marx e sua análise sobre a superexploração do trabalho, buscando precisar tal conceituação, bem como discute as especificidades do ciclo do capital nas economias dependentes, elencando algumas respostas da burguesia e do capital frente às contradições que marcam tal ciclo. É precisamente no momento em que o autor disserta sobre esse último tema que localizamos sua alusão ao Estado. Ao discutir as tendências que operam nos países latino-americanos, principalmente naqueles de maior desenvolvimento industrial, o autor ressalta que uma delas reside na intervenção estatal, a partir da criação de um mercado estatal, via investimento em infraestrutura. De acordo com Marini,

Se trata allí de hacer jugar al Estado ya no sólo desde el punto de vista de promotor de ciertas inversiones de infraestructura, sino como creador de un mercado estatal, un mercado público. Ésta se da mediante el aumento de la intervención estatal en obras de infraestructura (hidroeléctricas, carreteras, obras públicas en general) lo que crea evidentemente toda una demanda estatal para la industria más sofisticada, sobre todo la industria pesada, sea mediante la orientación del gasto estatal hacia el desarrollo de una industria que no tiene relación con el consumo popular, al impulsarse la creación de una industria bélica (MARINI, 1981, online).

Embora Marini reconheça o papel do Estado somente nessa tendência, é inegável sua participação nas duas outras tendências que completam o argumento do autor. São elas: a readequação da estrutura de circulação na perspectiva de criação de um mercado interno dinâmico para a produção industrial, por meio de políticas salariais e creditícias, transferindo recursos da classe trabalhadora para as camadas média e alta; e a expansão comercial em direção ao mercado externo, direcionando a produção industrial, que não se realiza totalmente no plano interno, para o exterior.

No caso de *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*, artigo no qual o autor se concentra no estudo dos esquemas de reprodução do capital, desenvolvidos por Marx no segundo tomo de *O capital*, com vistas a avançar rumo à compreensão do desequilíbrio intersetorial entre a produção de bens suntuários e de bens de consumo necessário nas economias dependentes, as referências ao Estado são escassas e estão vinculadas ao debate de Marini com Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira e Gilberto Mathias, mais precisamente, ao lugar do Estado na análise de seus interlocutores.

Em *Las razones del neodesarrollismo* (1978), Marini contesta as críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, reunidas no artigo *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia* (1978), sobretudo no que tange aos conceitos de superexploração do

trabalho e subimperialismo¹²⁸. Quanto à discussão que nos ocupa aqui, cumpre acentuar que Marini minimiza, ainda que de maneira pontual e particularizada¹²⁹, a omissão do Estado em sua análise sobre a superexploração do trabalho, ao ressaltar o papel do Estado brasileiro, durante a ditadura militar, tanto na política econômica¹³⁰ de contenção salarial, quanto no emprego de mecanismos coercitivos, sobre a taxa de eficácia do exército industrial de reserva, viabilizando a “[...] tendencia del capitalismo brasileño a la fijación del salario real por debajo del valor de la fuerza de trabajo” (MARINI, 2007 [1978], p. 188). Nesse artigo, o autor se posiciona, ademais, frente à crítica ao suposto economicismo em sua análise, argumento que exporemos em sua íntegra:

Su ataque a mi pretendido ‘**reduccionismo económico**’ raya ya con la caricatura, cuando sostienen que la economía no es sino el marco en que se ejerce la lucha política, la cual corresponde a una esfera autónoma, donde las opciones y consecuentes decisiones sólo se explican por la acción de las fuerzas mismas que allí actúan. Se rompe, de este modo, la unidad de análisis, que convierte a la política, para decirlo con Lenin, en ‘la expresión concentrada de la economía’ y se abandona el supuesto metodológico fundamental del marxismo, que el propio Marx expuso con tanta precisión en su prólogo de 1859: ‘El modo de producción de la vida material determina (*bedingen*) el proceso de la vida social, política y espiritual en general’. Reducida a sí misma, la lucha política se ve así desprovista de toda base explicativa sólida (MARINI, 2007 [1978], p. 201, grifos originais).

Embora não seja nosso intuito nos aprofundarmos na polêmica que teve lugar entre Cardoso e Serra (1978) e Marini (1978), avaliamos como relevante a recuperação desse ponto especificamente, para os propósitos de nossa pesquisa, na medida em que traz à luz a questão de como se articulam, na obra de Marini, as dimensões econômica e política. Reconstituamos o debate. A passagem de *Las desventuras....* que ensejou aquela resposta de Marini está apoiada no argumento de que sua análise, em *Dialéctica...*, por ignorar a dinâmica da luta de classes, recai em um economicismo e em um voluntarismo. Vejamos a formulação de Cardoso e Serra:

¹²⁸ Os esclarecimentos de Marini em relação ao subimperialismo contêm explicações acerca do Estado, que estão reunidas, inclusive, no item *El Estado como factor de realización*, desse artigo.

¹²⁹ Dizemos isso em razão de se tratar de uma análise que não se encontra desenvolvida e por Marini estar se referindo especificamente ao caso brasileiro, em um período específico.

¹³⁰ Resgatamos aqui o significado atribuído por Marini à concepção de política econômica (no sentido de *policy*, não de *politics*): “Lo que define una política es la coherencia interna de las medidas que la componen, coherencia que no se da necesariamente **antes** de su ejecución, sino que puede establecerse retrospectivamente. En este caso, lo que se configura no es la inexistencia de una política, sino más bien el hecho de que ésta expresa los intereses reales que operan en el plano de la economía y que poseen una racionalidad intrínseca, más que los puntos de vista de un puñado de políticos que hayan logrado imprimir a la intervención del gobierno en la economía su propia racionalidad. En otras palabras: la política no es atributo de la tecnocracia, sino más bien la presencia de intereses de clase en el plano del Estado. Por esto mismo, reflexionar sobre una política económica es, antes que nada, preocuparse por sacar de la sombra los intereses de clase que la han inspirado” (MARINI, 1976d, p. 119-120, grifo original).

Siendo así, mostró, mejor que nadie, que su análisis, de apariencia dialéctica, en realidad practica un impío reduccionismo económico que, al proyectar un cono de sombra sobre las alternativas históricas y las opciones políticas en cada coyuntura, instaura la primacía del **economicismo** y del **voluntarismo**. [...] La lucha entre las clases, la creatividad de la historia, que permite el desdoblamiento de los conflictos en la dirección de alternativas menos sujetas al acicate de las ‘leyes de la dependencia’, desaparecen del análisis, para reaparecer al final como un *fiat* que permite romper el dilema entre fascismo y socialismo (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 51-52, grifos originais).

Esse argumento, que aparece como uma das conclusões do artigo daqueles autores, já havia sido evidenciado em outro momento, quando ao contestar a explicação de Marini sobre os fundamentos do intercâmbio desigual, afirmavam que sua análise eludia um princípio básico, aquele da dinâmica da qual deriva a luta de classes. Embora reconheçam que a luta de classes se desenvolve a partir das contradições sociais e econômicas, os autores enfatizam que é “[...] el juego **político** que hace mover en una u otra dirección los parámetros económicos dentro de los cuales se desarrolla la lucha entre las clases” (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 27, grifos originais). Nesse sentido, a análise de Marini, em suas perspectivas, teria matado o nervo da análise política.

Além da resposta de Marini (1978) já reproduzida acima, o autor dedicou um item daquele artigo à problematização do enfoque sobre o qual estava assentada a argumentação de Cardoso e Serra, qual seja, o “sociologismo”. Nesse item, intitulado *Marxismo y sociologismo*, o autor, propõe-se a explicitar como na análise marxista, o entendimento da luta de classes não se desvincula, em hipótese alguma, dos nexos materiais sobre os quais se erige. Entendendo a luta de classes como “[...] **la síntesis** de las condiciones en que los hombres hacen su existencia [...]” (MARINI, 2007 [1978], p. 162, grifos originais), e ressaltando sua centralidade tanto em Marx e Engels, quanto em Lênin, Marini chama atenção, contudo, para o fato de que esta não tem a capacidade de se explicar por si só ou, então, de constituir a explicação para tudo. Em sua concepção,

[...] para un marxista, la tarea reside siempre en el plano del análisis abstracto como en el del concreto, en conocer **qué es lo que explica la lucha de clases y esto remite, necesariamente, al examen de las condiciones materiales en que ella se da**” (MARINI, 2007 [1978], p. 162, grifos nossos).

E mais à frente, completa

[...] por elevado que sea el nivel de abstracción, el análisis marxista está siempre **informado** por la lucha de clases y **remite** necesariamente a ella. En ningún momento, el análisis marxista se detendrá en la **descripción neutral** de un hecho, por más ajeno que parezca ser a la acción de los hombres, ni perderá de vista sus implicaciones por las relaciones que, sobre la base de ese hecho, éstos establecen entre sí, relaciones que, en una sociedad de clases, se expresan siempre en **la lucha**

de clases. Y es esto lo que lo distingue de los análisis no marxistas, por más que éstos, ante la incapacidad de explicar una realidad social dada, recurran al ‘ábrete sésamo’ de la lucha de clases, el cual, en este caso, no abre, sino que cierra la puerta al tesoro del conocimiento (MARINI, 2007 [1978], p. 163, grifos originais).

Por fim, ressalta os limites do enfoque “sociologista” de Cardoso e Serra, após ter reforçado a validade de seu argumento a respeito dos fundamentos do intercâmbio desigual e da superexploração do trabalho¹³¹:

Los autores de las *Desventuras* se darán cuenta, ahora, que hacer reverencias a la lucha de clases no es la panacea para los problemas del conocimiento (menos aún cuando ésta es olvidada en la primera ocasión que se presenta, en favor de proposiciones tautológicas que la excluyen) y que las cuestiones que los preocupan en este apartado [Dialéctica de la dependencia] se rigen por **leyes económicas objetivas** [grifos originais], que la CEPAL nunca fue capaz de formular. **El enfoque sociologista, por atractivo que parezca, no nos permitirá jamás saber por qué**¹³² [grifo original] **la clase obrera de los países capitalistas avanzados ha podido librar su lucha de clase con mejores resultados que la de las economías capitalistas dependientes. Para entenderlo, hay que tomar en cuenta ‘la presión sorda de las condiciones económicas’**, como diría Marx (MARINI, 2007 [1978], p. 165-166, grifos nossos).

Malgrado as condições por meio das quais tal debate se travou e se difundiu¹³³, às quais se somam imprecisões e equívocos de Cardoso e Serra com relação à obra de Marini, além do emprego de recursos escusos no momento da crítica, atribuindo a Marini afirmações que não estão presentes em sua obra, ou deslocando passagens de seu lugar original, modificando, assim, seu sentido e significado¹³⁴, o que evidencia o forte caráter de enfrentamento político que tal polêmica adquiriu, entendemos que o ponto destacado por aqueles autores merece atenção. Concretamente, *Dialéctica...* não traz em seu seio referências à esfera sobre a qual a luta de classes se concretiza, qual seja, a esfera política. Marini, ao discutir sua posição em torno da luta de classes, antes esclarece a concepção marxista que orienta seus escritos, não se preocupando propriamente em retificar ou solucionar a ausência identificada por aqueles autores em *Dialéctica...* Nos demais escritos de Marini, especialmente *Subdesarrollo y revolución* (1969) e *El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile* (1976)¹³⁵, tomamos contato com análises que se apoiam precisamente na

¹³¹ A visualização do argumento completo de Marini está em Cf. MARINI, 2007 [1978].

¹³² Nessa passagem, com exceção da palavra “por que”, que corresponde a um grifo original do autor, os grifos consecutivos são nossos.

¹³³ Para um estudo mais aprofundado sobre as condições na qual se deu a controvérsia entre Cardoso e Marini, consultar: CORREA PRADO, 2010.

¹³⁴ Cf. MARINI, 2007 [1978].

¹³⁵ Não nos aprofundaremos nos estudos de caso realizados por Marini, uma vez que estes não se resumem apenas ao caso do Brasil, em *Subdesarrollo y revolución*, ou ao caso chileno, em *El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile*. Embora tais países tenham sido objetos recorrentes de reflexões do autor, Marini também produziu análises sobre Cuba, Peru, Nicarágua, Venezuela, Argentina, entre outros. Cabe

vinculação entre as diferentes esferas de existência, econômica, política e social. A presença desses elementos nos permite afirmar que o conjunto da obra do autor não é marcado pelo economicismo, porém não nos habilita, entretanto, a ignorar que no conjunto dos escritos analisados até então, Marini parece prescindir, em grande medida, das determinações de ordem política na explicação da dependência.

No que tange propriamente ao lugar do Estado na análise de Marini sobre a dependência – nos escritos acima referidos –, consideramos que ele está ausente no que diz respeito às razões que determinam e originam as relações de dependência, ou seja, em sua argumentação em torno do intercâmbio desigual, da transferência de valor e da superexploração do trabalho. Encontramos uma referência do autor ao ponto mencionado no artigo *El Estado en América Latina*, no qual Marini ressalta o papel do Estado na garantia do recurso à superexploração do trabalho, recorrendo a um grau elevado de repressão (MARINI, 1975). Por outro lado, a presença do Estado é significativa em sua análise sobre a industrialização dependente. Frente às contradições próprias do processo de reprodução do capital nas economias dependentes – cisão do ciclo do capital nessas economias, divisão entre esfera alta e baixa de consumo, superexploração do trabalho – as soluções encontradas pelas economias dependentes passam, em grande medida, pelos Estados latino-americanos, como evidenciamos anteriormente. É por meio dos gastos públicos do Estado, de seu papel na readequação da estrutura de circulação, transferindo recursos da classe trabalhadora para as camadas média e alta; e da expansão comercial em direção ao mercado externo, direcionando a produção industrial para o exterior, que tais países buscam contrarrestar os limites da industrialização no capitalismo dependente. De maneira semelhante, e como um desenvolvimento desse processo, o Estado adquire importância na análise de Marini sobre o subimperialismo, a qual será retomada no próximo item.

3.2. Contribuições de Ruy Mauro Marini ao estudo do Estado capitalista dependente latino-americano

Até o presente momento nos concentramos em analisar o lugar do Estado e da política na formulação de Marini sobre a dependência. Passamos agora a uma investigação acerca do que consideremos como os principais aportes do autor à reflexão em torno das

salientar, contudo, que nos remetemos a elementos presentes naquelas duas obras, à medida que se relacionem aos objetivos de nossa pesquisa.

particularidades do Estado dependente. Tendo em vista que o foco dos estudos de Marini esteve intrinsecamente vinculado à realidade latino-americana, as considerações que faremos se remetem mais propriamente aos Estados dessa região. Assim como no primeiro item, no qual dedicamos uma parte de nossa argumentação à concepção mais geral de Marini em torno do Estado, iniciaremos este item reunindo as formulações do autor quanto às características assumidas pelo Estado nos países dependentes, para, em seguida, avançarmos para as concepções do autor sobre subimperialismo e Estado de contrainsurgência.

3.2.1 Apontamentos sobre o caráter dependente dos Estados latino-americanos

A reflexão mais sistemática do autor acerca do caráter dependente dos Estados latino-americanos encontra-se em dois de seus artigos, sendo eles *El Estado en América Latina* (1975), fruto de uma mesa redonda da qual participaram, além de Marini, Agustín Cueva, Arnaldo Córdova, Clodomiro Almeyda e Sergio Bagú, e *Estado y crisis en Brasil* (1977). Enquanto no primeiro, Marini constrói uma periodização do processo de formação e consolidação dos Estados latino-americanos, relacionando-o ao desenvolvimento capitalista dependente e à articulação das classes dominantes no bloco no poder¹³⁶, no segundo, a discussão se concentra nas relações entre Estado, burguesias dependentes e burguesias imperialistas, ganhando destaque a argumentação de Marini em torno da questão da autonomia relativa do Estado frente a tais classes.

O primeiro ponto a ser salientado diz respeito ao emprego por Marini do conceito de Estado dependente. Embora o autor não se ocupe propriamente em formular uma definição, ele faz uso, nesses dois artigos, do adjetivo dependente para qualificar os Estados latino-americanos. Isso ocorre em dois momentos: no primeiro, quando, depois de discutir a relação entre a debilidade das burguesias dependentes e a força dos Estados nos países dependentes, contrapõe-se ao conceito de burguesia de Estado,

Sin embargo, por mucho que esto nos permita entender ciertas particularidades del **Estado dependiente latinoamericano**, no nos debe inducir a confusiones, como el que suscita el concepto de 'burguesía de Estado', que vienen aplicando para Latinoamérica algunos estudiosos (MARINI et al., 1975, p. 35, grifos nossos).

E, no segundo, ao discutir os nexos entre o Estado dependente e a burguesia imperialista,

¹³⁶ Ainda que Marini não empregue o conceito de bloco no poder nesses dois artigos, consideramos que tal conceito expressa com maior precisão os argumentos por ele desenvolvidos. O autor utiliza o conceito de bloco no poder nos seguintes escritos: MARINI, 1978b; 1980; 1982; 1992; MARINI et al., 1978.

Finalmente, en la medida en que la situación que acabamos de indicar implica que el **Estado dependiente** se encuentra referido también a la burguesía imperialista, las contradicciones que se establecen en el seno de ésta operan en el sentido de ampliar su autonomía relativa, ahora en relación a la misma burguesía imperialista (MARINI, 1977e, online, grifos nossos).

Ao buscar precisar as particularidades do Estado dependente latino-americano, Marini faz questão de ressaltar que tal Estado está sujeito às determinações gerais do Estado capitalista, por se constituir enquanto órgão de dominação da burguesia, subordinando “[...] toda la sociedad al imperio del capital” (MARINI et al., 1975, p. 9). Nesse sentido, sua função geral é a mesma de todos os Estados no capitalismo, qual seja, a de garantir a reprodução do capital e a dominação da classe burguesa. Suas características, entretanto, distinguem-se, em diversos aspectos, dos Estados que se formaram nos países europeus e nos Estados Unidos.

No que tange à formação dos Estados latino-americanos, depreende-se da análise realizada por Marini que, para o autor, tais Estados conformaram-se, desde sua gênese¹³⁷, como Estados capitalistas, argumento que fica evidente em três momentos de seu artigo *El Estado en América Latina*: 1) quando o autor resalta que o desajuste entre as relações de produção e as formas políticas nos países latino-americanos representava uma contradição apenas aparente, já que na base do Estado se encontravam interesses burgueses perfeitamente definidos e o motor da economia estava constituído por áreas nas quais imperavam relações de tipo capitalista; 2) quando afirma que o Estado capitalista na América Latina começou a se constituir em 1840; 3) quando caracteriza o Estado oligárquico-burguês como um Estado capitalista, forma política correspondente à economia exportadora. Nesse sentido, entendemos que ainda que Marini problematize o desajuste entre as formas econômicas e as formas políticas, que caracterizam os períodos de transição, na prática ele reconhece que há uma correspondência entre ambas no caso latino-americano, já que salienta que eram as relações de tipo capitalista o motor daquelas economias, e atribui ao Estado formado após as independências latino-americanos um caráter capitalista. Tais desajustes são interpretados pelo autor à luz da explicação sobre os períodos de transição, formulada originalmente por Étienne Balibar¹³⁸ (1969 [1965]), segundo a qual, tais períodos são marcados por um aparente

¹³⁷ Marini entende que a gênese dos Estados latino-americanos somente se dá a partir dos processos de independência na região, tendo em vista que os Estados coloniais constituíam mais bem apêndices do Estado metropolitano (MARINI et al., 1975).

¹³⁸ Embora não encontremos nesse artigo qualquer referência a Balibar, sabemos, a partir da leitura de *Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso*, que sua fonte reside na formulação daquele autor, já que Marini cita, em uma nota de rodapé, a definição de Balibar sobre os períodos de transição: “Para Balibar, ‘los períodos de transición están caracterizados, al mismo tiempo que por las formas de la no correspondencia, por la coexistencia de varios modos de producción’. O, aún más precisamente ‘en los períodos de transición el desajuste de las

desajuste entre as formas econômicas e políticas, o que explicaria, de acordo com Marini, “[...] la llamada ‘supervivencia’ de relaciones de producción aparentemente atrasadas respecto al desarrollo global de la sociedad, así como el sostenimiento de formas políticas sin correspondencia visible con el modo de producción dominante” (MARINI et al., 1975, p. 10). Embora tal desajuste se dê concretamente, como, por exemplo, na persistência de relações de produção escravistas no Brasil na segunda metade do século XIX¹³⁹ e de relações “semifeudais” nos demais países latino-americanos, frente a formas políticas burguesas, este apenas implica uma contradição aparente, segundo Marini, uma vez que “En la base del Estado encontramos intereses burgueses perfectamente definidos y el motor de la economía [...] está constituido por áreas en que imperan ya relaciones de tipo capitalista” (MARINI et al., 1975, p. 10).

Chamamos atenção para um elemento que explica, em grande medida, esse argumento de Marini, qual seja, seu entendimento acerca da interação entre as determinações internas e externas. Para o autor, o capitalismo latino-americano existiria com mais força em seu exterior do que em seu interior, querendo com isso dizer que ele modifica e aperfeiçoa, primeiramente, suas relações com a economia internacional, para, em seguida, adequar suas relações internas àquelas (MARINI et al., 1975, p. 9). Nesse argumento, encontramos a raiz de sua interpretação acerca do caráter capitalista do Estado latino-americano. Na medida em que a integração das economias latino-americanas no mercado mundial se faz nos marcos do processo de acumulação capitalista, é essa relação que condicionará a estrutura interna daquelas economias, ainda que as relações de produção se assentem em outras formas que não a capitalista. É nesse sentido que é possível localizar, na perspectiva de Marini, a formação do Estado capitalista latino-americano em 1840, mesmo quando não se podia falar ainda de uma classe burguesa propriamente.

Em outra passagem, associada à gestação do Estado burguês, a dominância do nível externo sobre o interno também se faz notar, tendo em vista que Marini acentua que: “Son las condicionantes nacionales, más que las internacionales, las que determinan la duración de ese proceso en cada país, aunque sean **las condiciones internacionales las que lo impulsan en todo el continente**” (MARINI, 1975 et al., p. 10, grifos nossos). Ainda que nesse último excerto o autor esteja ressaltando a relevância das condicionantes nacionais, à

relaciones y de las instancias sólo refleja la coexistencia de dos modos de producción (o más) en una sola ‘simultaneidad’ y la dominación de uno sobre otro” (MARINI, 1972, p. 148)

¹³⁹ Uma problematização em torno dos tipos de Estado no caso brasileiro e um contraponto ao argumento de Marini podem ser encontrados em: SAES, 1985.

medida que delas depende a duração do processo de formação do Estado burguês, a origem de tal movimento é fruto de impulsos externos às formações sociais latino-americanas.

No que tange à formação da burguesia enquanto classe, Marini considera que nesse processo reside uma das especificidades do Estado latino-americano, uma vez que suas características capitalistas se manifestam mais rapidamente do que nos casos europeu e estadunidense, tendo em vista que sua gênese se dá em um momento no qual o capitalismo se consolidava enquanto modo de produção dominante na Europa, e muitos Estados europeus já se haviam conformado. De acordo com o autor,

[...] la clase capitalista en América Latina – además de estar permeada por el capital internacional – tiene ante sus ojos, antes aún de haber perfilado plenamente su carácter de clase, el modelo de dominación burguesa en aquellas sociedades a las cuales está ligada por lazos económicos y culturales (MARINI et al., 1975, p. 9).

Segundo Marini, a formação do Estado burguês latino-americano deve ser entendida como um processo de luta entre as distintas frações das classes dominantes, na tentativa por impor sua hegemonia sobre as demais. É precisamente tal elemento que orienta sua periodização dos Estados na América Latina. O autor, além de distinguir entre duas formas distintas de Estado, o Estado oligárquico-burguês e o Estado burguês, faz referência ao populismo, como uma forma de transição entre aqueles dois Estados, e ao Estado militar, produto da crise do Estado burguês. Conforme evidenciamos anteriormente, todas essas formas de Estado, na perspectiva de Marini, correspondem ao mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista¹⁴⁰, contudo a diferenciação elaborada por Marini entre o que ele chama de formas políticas assumidas pelo Estado, não é objeto de elucidação. Se no caso do Estado oligárquico-burguês e do Estado burguês, vislumbramos uma classificação segundo a configuração do bloco no poder, ou mais precisamente, à(s) classe(s) que exerce(m) a hegemonia no bloco no poder, nos outros dois casos, do populismo e do Estado militar, tal critério não é seguido.

O Estado oligárquico-burguês, compreendido por Marini como a forma política correspondente à economia exportadora, forma-se a partir de 1840, enquanto

[...] un Estado capitalista que impone al conjunto de la sociedad el interés de las fracciones de la clase dominante en mejores condiciones para promover la vinculación a la economía mundial, concediendo participación minoritaria a las demás fracciones dominantes locales y aplastando políticamente a la inmensa masa de campesinos y artesanos¹⁴¹ (MARINI et al., 1975, p. 11).

¹⁴⁰ Apoiamo-nos na elaboração de Poulantzas acerca dos tipos de Estado. Cf. POULANTZAS, 1977.

¹⁴¹ Nessa passagem, ao lado dos camponeses e artesãos, poderiam ser incluídos os escravos, já que em muitos países latino-americanos a escravidão ainda não havia sido abolida naquele momento.

Já na década de 1880, tal Estado passa por transformações – reformas eleitorais, reformas na educação, etc. – cujo significado está associado, segundo o autor, a uma ampliação progressiva da aliança de classes, maior no caso da burguesia, e menor no caso dos setores médios urbanos, burgueses e pequeno-burgueses. A conversão daquele Estado em Estado burguês se dará, entretanto, apenas a partir da década de 1930, com a concretização da aliança/compromisso entre a ascendente burguesia média, industrial e comercial, e a antiga burguesia proprietária de terra e mercantil. No bojo desse processo de transformação estaria, segundo o autor, o populismo¹⁴², como a forma de transição do Estado oligárquico-burguês, para o Estado burguês, que refletiu a criação de novos mecanismos de dominação sobre as classes proletárias camponesas e pequeno-burguesas, mecanismos esses que, se por um lado ampliavam sua participação na vida política, significavam, por outro, o aprofundamento do controle político e ideológico da burguesia¹⁴³ (MARINI, 1975).

Marini encerra sua periodização referindo-se ao Estado militar, fruto da crise política que se instaurou no Estado burguês, e que implicou a mudança de regime político em diversos países latino-americanos. Enfatizando os casos brasileiro e chileno, o autor salienta que tal Estado se sustenta por meio de uma repressão generalizada e do recurso a mecanismos

¹⁴² A discussão sobre populismo por Marini ganha maior desenvolvimento em *Subdesarrollo y revolución*, associada à sua análise sobre o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista. Utilizado entre aspas por Marini, o conceito de populismo é entendido pelo autor como “*juego político*”, cujos produtos são precisamente os regimes de tipo bonapartista. Segundo Marini: “Históricamente, y desde el punto de vista del desarrollo de las fuerzas productivas, esta situación corresponde al término de la etapa de la industrialización de primer grado, sustitutiva de bienes de consumo no durable, y la necesidad de implantar una industria pesada, productora de bienes intermedios, de consumo durable y de capital” (MARINI, 1977a, p. 12-13). E, mais à frente: “El bonapartismo se plantea, en esta perspectiva, como el recurso político de que se sirve la burguesía para enfrentarse a sus adversarios. Basándose en las masas populares urbanas, a las que seduce por su fraseología populista y nacionalista, pero más concretamente por sus intentos de redistribución del ingreso, ella intenta poner de pie un nuevo esquema de poder, en el cual, mediante el apoyo de las clases medias y del proletariado y sin romper el esquema de colaboración vigente, le sea posible sobreponerse a las antiguas clases terrateniente y mercantil. Por las implicaciones que tiene en las relaciones económicas con el centro imperialista hegemónico, ello tiende a combinarse con la búsqueda de fórmulas capaces de promover el desarrollo capitalista autónomo del país” (MARINI, 1977a, p. 13-14). Marini classifica como exemplos de regimes bonapartistas, o governo de Perón, na Argentina, os governos de Vargas, Jânio Quadros (“bonapartismo carismático”) e João Goulart (“bonapartismo de massas”), no Brasil. Para uma caracterização mais detida desses governos e de sua definição como bonapartista pelo autor, consultar: MARINI, 1977a.

¹⁴³ Nessa periodização realizada por Marini, o autor não faz qualquer menção ou associação do processo de formação do Estado burguês à revolução burguesa nos países latino-americanos. Em *Subdesarrollo y revolución*, entretanto, Marini afirma que a revolução burguesa na América Latina não ocorreu segundo os cânones europeus, o que estaria relacionado às condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana. Ao analisar o caso brasileiro especificamente, o autor considera que sua revolução burguesa teve lugar entre 1930 e 1937, tendo como sua expressão o “Estado novo”, “El ‘Estado Novo’ no sólo significa la consolidación de la burguesía en el poder: representa también, la renuncia de esa clase a cualquier iniciativa revolucionaria, su alianza con las viejas clases dominantes en contra de las alas radicales de la pequeña burguesía, así como de las masas proletarias y campesinas, y el encauzamiento del desarrollo capitalista nacional por la vía trazada por los intereses de la coalición dominante que él expresa” (MARINI, 1977a, p. 85).

de dominação oriundos do antigo arsenal fascista, como forma de legitimação¹⁴⁴. Outra característica distintiva desse Estado, e ao mesmo tempo central, diz respeito à diferenciação que tem lugar na classe burguesa, com a ascensão do grande capital, em estreita associação com o capital estrangeiro, à hegemonia do bloco no poder. Marini afirma, ademais, que é precisamente o grau de desenvolvimento da burguesia nacional e seu grau de integração com o capital estrangeiro que distinguirão os Estados latino-americanos nessa nova fase do Estado burguês na região.

Conforme anunciamos, o tema da autonomia relativa do Estado também será analisado por Marini à luz das especificidades latino-americanas e será entendido, pelo autor, como “[...] resultado de contradicciones de clases inherentes a la situación de dependencia” (MARINI, 1977e, online). Embora constitua um traço característico de todos os Estados, na ótica da teoria marxista do Estado, na perspectiva de Marini, nas sociedades dependentes latino-americanas, tal elemento se manifesta de maneira ainda mais aguda, o que se deve, na concepção do autor, à debilidade da burguesia desses países. Sua debilidade é explicada tanto em função das particularidades do processo de acumulação nos países dependentes, que impactam o exercício de sua dominação, quanto por sua articulação e integração com a burguesia internacional. De um lado, as frações burguesas dominantes são parte de um conjunto de classes e frações de classes “[...] que se basan o en modos de producción distintos, aunque subordinados, o en fases más retrasadas del desarrollo capitalista”¹⁴⁵ (MARINI, 1977e, online), e, de outro, “[...] ha tenido siempre a su lado la presencia de una burguesía extranjera mucho más poderosa” (MARINI et al., 1975, p. 34). A força do Estado, por seu turno, justifica-se, segundo Marini, em razão do processo permanente de superexploração dos trabalhadores que têm lugar no âmbito daquelas economias, o que exige um Estado forte, sobretudo no que se refere à sua capacidade repressiva (MARINI et al., 1975).

É no marco da vinculação entre as burguesias latino-americanas e as burguesias imperialistas e das contradições daí advindas, que podemos vislumbrar as particularidades da

¹⁴⁴ Marini desenvolverá sua argumentação em torno desse Estado, produto dos golpes militares na América Latina, em escritos posteriores, a partir do conceito de Estado de contrainsurgência, conceito que será objeto de nossa análise proximamente.

¹⁴⁵ Reproduzimos o argumento completo de Marini: “[...] en dichos países, las estructuras precapitalistas, aunque articuladas e integradas bajo la dominación del modo de producción capitalista, son objeto de un proceso lento de absorción, mientras que, en condiciones de dependencia, el mismo modo de producción capitalista encuentra dificultades para generalizar la plusvalía relativa e impedir así la tendencia a la fijación de la plusvalía extraordinaria (lo que se expresa en obstáculos a la nivelación de la cuota de ganancia). En consecuencia, las fracciones burguesas dominantes, que corresponden al desarrollo objetivo del modo de producción, se encuentran inmersas en un conjunto de clases y fracciones de clases que se basan o en modos de producción distintos, aunque subordinados, o en fases más retrasadas del desarrollo capitalista” (MARINI, 1977e, online).

autonomia relativa do Estado dependente, tendo em vista que é precisamente o Estado que intermedeia o processo de integração entre elas. Marini faz referência ao papel cumprido pelo Estado em tal processo em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, ao relacionar o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção ao fortalecimento do Estado nacional nos países dependentes, afirmando que

[...] el capital exportado por los países imperialistas a las zonas dependientes exige allí del Estado nacional una capacidad creciente en materia de obras de infraestructura, defensa del mercado interno, negociaciones financieras y comerciales con el exterior, financiamiento interno y creación de condiciones políticas (en particular en el terreno laboral) favorables a la inversión extranjera (MARINI, 1977f, online).

Na medida em que essa integração não se faz sem contradições, erigindo-se sob a égide de uma cooperação antagônica¹⁴⁶, a burguesia nativa, como prefere denominar Marini – em vez de burguesia nacional –, vê-se frente à necessidade de se apoiar no Estado, no sentido de garantir sua preservação, o qual, ao atuar como intermediador, tem sua autonomia relativa aumentada em relação à burguesia nativa, ampliando sua capacidade de ação na economia dependente. A autonomia relativa do Estado também se manifesta em relação às burguesias imperialistas, associada, nesse caso, às contradições interimperialistas que têm lugar no seio daquelas burguesias. À medida que tais contradições se agudizam, o Estado dependente vê sua autonomia relativa frente às burguesias imperialistas aumentar. Essas contradições, entretanto, não se circunscrevem, como enfatiza Marini, apenas ao plano do mercado mundial, convertendo-se, mediante a integração imperialista, em contradições internas das próprias economias dependentes (MARINI, 1977e).

Realizados alguns apontamentos a respeito das formulações de Marini sobre o Estado dependente, avançamos agora em direção a duas contribuições significativas do autor ao estudo do Estado nos países dependentes latino-americanos, sua análise sobre o subimperialismo e sobre o Estado de contrainsurgência.

¹⁴⁶ Marini emprega o conceito de cooperação antagônica, formulado pelo marxista alemão August Thalheimer, para definir, em *Subdesarrollo y revolución*, o caráter assumido pela relação entre a burguesia dos países dependentes latino-americanos e o imperialismo na fase de integração imperialista, evidenciando a existência de diferenciações e mesmo oposições de interesses entre aquelas burguesias e as burguesias imperialistas. Tal conceito assumirá, ademais, grande importância em sua formulação acerca do subimperialismo.

3.2.2 O subimperialismo como uma particularidade dos Estados dependentes

No presente subitem, dedicamos atenção a um conceito que ocupou importante lugar nos escritos de Marini, qual seja, o de subimperialismo, como expressão própria de uma fase do desenvolvimento capitalista dependente. Mais uma vez insistimos que nosso objetivo ao nos debruçarmos sobre tal temática se distancia de uma reconstituição do percurso realizado pelo autor para sua formulação, ou mesmo de um estudo aprofundado dos escritos nos quais tal conceito aparece, já que pretendemos apenas identificar como tal análise contribui para refletirmos sobre as especificidades do Estado dependente latino-americano¹⁴⁷.

O subimperialismo, entendido por Marini não apenas como uma categoria, mas também como um fenômeno histórico (1977f), tem sua emergência localizada na fase imperialista de integração dos sistemas produtivos, cujos impactos na América Latina se farão sentir, sobretudo, por meio da intensa penetração de capitais estrangeiros em seus setores industriais. Tal como descrevemos no primeiro item, esse momento, que representa uma nova etapa da dependência latino-americana, significou a agudização das contradições que marcavam o ciclo do capital daquelas economias, sobretudo no que diz respeito à relação entre a produção e o consumo, implicando em um divórcio ainda mais profundo das necessidades da maioria da população daqueles países. A incorporação de novas tecnologias aos meios de produção, ainda que tenha possibilitado um aumento de produtividade nas economias dependentes, não produziu como efeito uma redução do recurso à superexploração do trabalho, razão pela qual a capacidade de consumo dos trabalhadores se manteve restringida. Nesse sentido, a produção industrial latino-americana se vê diante de graves problemas de realização, para os quais ela deverá buscar solução. É no bojo dessa limitação que se desenvolverão mecanismos para contrarrestar tal tendência, como a exportação de manufaturas, o aumento da capacidade de compra do Estado e o incremento do consumo suntuário, através da distribuição regressiva dos salários (MARINI, 1977a), como elencamos. Tais mecanismos, empregados por diferentes países latino-americanos, assumem um diferente caráter, quando conjugados com uma política expansionista, podendo, somente a partir daí, ser reconhecidos como partes de uma política subimperialista, segundo a concepção de Marini.

¹⁴⁷ Para um estudo aprofundado sobre o conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini, cf. LUCE, 2011.

Produto, portanto, tanto da reestruturação do sistema capitalista mundial e das leis próprias da economia dependente¹⁴⁸, o subimperialismo é concebido por Marini a partir da articulação entre sua dimensão econômica e política¹⁴⁹, na medida em que

[...] implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional (MARINI, 1977f, online).

Embora Marini elabore uma definição geral sobre o subimperialismo, esta se baseia fundamentalmente na experiência histórico-concreta brasileira, já que apenas o Brasil foi capaz de reunir aquelas condições, na perspectiva do autor. Isso não significa, entretanto, que tal possibilidade estivesse vedada a outros países¹⁵⁰, como salienta o autor em *Dialéctica de la dependencia*,

[...] el subimperialismo [...] no es un fenómeno específicamente brasileño ni corresponde a una anomalía en la evolución del capitalismo dependiente. [...] es tan sólo una forma particular que asume la economía industrial que se desarrolla en el marco del capitalismo dependiente (MARINI, 2007 [1972], p. 136).

Nessa mesma passagem, Marini explicita os elementos que permitiram que o Brasil se conformasse como um país subimperialista:

Es cierto que son las condiciones propias a la economía brasileña, que le han permitido llevar lejos su industrialización y crear incluso una industria pesada, así

¹⁴⁸ Sendo elas, a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro e a monopolização acentuada em favor da indústria suntuária (MARINI, 1977a, p. XIX).

¹⁴⁹ Como o próprio autor ressalta em mais de uma passagem, não é possível prescindir da dimensão política do subimperialismo: “[...] la caracterización del subimperialismo va más allá de la simple economía, no pudiendo llevarse a cabo, si no se recurre también a la sociología y a la política” (MARINI, 2007 [1972], p. 136); “Hemos dicho ya, en otras oportunidades, que **la concreción histórica del subimperialismo no es una cuestión meramente económica**. La existencia de condiciones propicias a su desarrollo no asegura de por sí a un país su conversión en un centro subimperialista” (MARINI, 1977a, p. XIX-XX, grifos nossos); “El subimperialismo brasileño **no es sólo la expresión de un fenómeno económico. Resulta en una amplia medida del proceso mismo de la lucha de clases en el país y del proyecto político**, definido por el equipo tecnocrático-militar que asume el poder en 1964, **aunados a condiciones coyunturales en la economía y la política mundiales**. Las condiciones políticas se relacionan con la respuesta del imperialismo al paso de la monopolización a la integración jerarquizada, que ya mencionamos, y más específicamente su reacción ante la revolución cubana y el ascenso de masas registrado en América Latina en la década pasada [...] Las condiciones económicas se relacionan con la expansión del capitalismo mundial en los años sesenta y su particular expresión: el *boom* financiero” (MARINI, 1977f, online, grifos nossos).

¹⁵⁰ Em seu prefácio à quinta edição de *Subdesarrollo y revolución*, o autor reconhece que do ponto de vista meramente econômico, de oitenta países dependentes por ele considerados, apenas seis detinham uma composição orgânica mais alta, cuja produção industrial incidia em aproximadamente um terço do produto bruto. Dentre eles estavam três países latino-americanos, Brasil, Argentina e México (MARINI, 1977a). Nesse sentido, cabe ressaltar que o subimperialismo, embora configure uma particularidade dos Estados dependentes, não consiste em uma característica geral a todos esses Estados.

como las condiciones que caracterizan a su sociedad política, cuyas contradicciones han dado origen a un Estado militarista de tipo prusiano, las que dieron lugar en Brasil al subimperialismo [...] (MARINI, 2007 [1972], p. 136).

Ainda que não pretendamos examinar os estudos de caso realizados por Marini no presente capítulo, consideramos necessário recorrermos à sua análise sobre o subimperialismo brasileiro, uma vez que tal estudo permite entrever, com maior clareza, o papel cumprido pelo Estado nessa política, bem como os nexos e contradições entre as classes dominantes locais e as classes dominantes imperialistas, que emergem de tal processo.

O subimperialismo brasileiro tem sua gênese identificada por Marini em um momento de grandes mudanças no país, e deve ser entendido no marco das crises econômica e política que tiveram lugar na década de 1960. Refletindo as necessidades de acumulação de capital e a reconfiguração do bloco no poder, cuja hegemonia passara, segundo Marini, aos monopólios industriais e ao capital financeiro nacional e internacional (MARINI, 1977a), sua emergência se dá no governo de Castelo Branco, e enfrentará resistências tanto de ordem interna, quanto externa. Se no plano externo, as contradições estavam relacionadas ao fato de tal política estar engendrada pela dominação imperialista, estabelecendo-se sobre as bases de uma cooperação antagônica, bem como às disputas interburguesas no âmbito regional, especificamente entre a burguesia brasileira e a argentina, no plano interno produziu atritos e fissuras entre as frações da burguesia brasileira, entre a burguesia e o regime militar, e entre as classes dominantes e as classes dominadas.

Em sua análise sobre o subimperialismo brasileiro, Marini chama atenção para o destacado papel do Estado na viabilização dessa política. Ao mesmo tempo em que evidencia sua capacidade para criar e subsidiar a demanda para a produção, assegurar campos de investimento no exterior, por meio das empresas estatais, de créditos governamentais ou de garantias a operações privadas na América Latina e África (MARINI, 1977e, online), chamando atenção, inclusive, para o estímulo proporcionado por tal Estado à indústria nuclear e à indústria bélica, explicita sua participação nos processos políticos internos de alguns países latino-americanos, como foram os casos da Bolívia, Chile e Uruguai, apoiando movimentos contra-revolucionários (MARINI, 2005 [1978], p. 252). Situando essa posição do Estado brasileiro no marco da cooperação antagônica, Marini afirma que se trata antes de uma política de subpotência¹⁵¹, do que de uma potência propriamente dita, tendo em vista os

¹⁵¹ Marini ressalta, entretanto, que o conceito de subpotência não substitui o de subimperialismo: “Es natural que, sobre la base de esa dinámica económica, Brasil ponga en práctica una política de potencia. Pero reducir el subimperialismo a esta dimensión y pretender remplazar el concepto mismo de subimperialismo por el de subpotencia no hace sino empobrecer la realidad compleja que tenemos ante nuestros ojos y no permite entender el papel que desempeña hoy día Brasil en el plano internacional. El subimperialismo brasileño implica una

limites dentro dos quais está circunscrito o subimperialismo brasileiro, ou seja, o de se constituir enquanto “[...] extensión indirecta del imperialismo norteamericano [...]”¹⁵² (MARINI, 1977a, p. 76).

No que tange à problemática de nossa pesquisa, entendemos que o conceito de subimperialismo de Marini lança luz sobre a existência de graus distintos de poder entre os Estados dependentes latino-americanos, evidenciando, ao mesmo tempo, a articulação entre uma determinada fase do desenvolvimento capitalista e a construção de uma política de expansão regional por parte do Estado brasileiro¹⁵³.

3.2.3 Estado de contrainsurgência

Passamos ao último ponto deste capítulo, aquele que concentra, em nossa perspectiva, a principal contribuição de Marini a respeito do Estado dependente latino-americano, trata-se de sua formulação em torno do conceito de Estado de contrainsurgência. Forjado na segunda metade da década de 1970, tal conceito aparece primeiramente em alguns artigos jornalísticos¹⁵⁴ de Marini, alcançando, porém, o ponto mais alto de sua sistematização na intervenção do autor no seminário *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, ocorrido em 1978, no México, o qual deu origem ao dossiê *La cuestión del fascismo en América Latina*, contando, ademais, com as contribuições de Pío García, Agustín Cueva e Theotônio dos Santos. Embora essa elaboração de Marini não tenha recebido a mesma atenção que os conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo por parte de seus estudiosos¹⁵⁵, ela representa um percurso

política de subpotencia; pero la política de subpotencia que practica Brasil no nos da la clave de la etapa subimperialista en que éste ha entrado” (MARINI, 1977f, online).

¹⁵² Tal elemento representa antes um traço conjuntural de manifestação do subimperialismo brasileiro, do que uma característica constitutiva da categoria de subimperialismo. Agradecemos a indicação de Mathias Luce acerca desse ponto.

¹⁵³ Nos últimos dez anos o conceito de subimperialismo tem sido resgatado para analisar a posição brasileira atual em relação aos países latino-americanos. São exemplos desses estudos: LUCE, 2013b; ZIBECCHI, 2012; FONTES, 2010; SEABRA; BUENO, 2012.

¹⁵⁴ São eles: *¿Hacia una “democracia viable” en América Latina?; Fricciones entre el imperialismo y la Junta, la izquierda debe avanzar; Latinoamérica: el Estado contrarrevolucionario; Brasil: una dictadura sin adversarios definidos; Brasil: un régimen en crisis; Carter: esquema táctico para América Latina; Carter: los militares y la redemocratización; Una nueva etapa: Nicaragua y América Latina*. Cabe destacar que em alguns deles, o autor emprega Estado contrarrevolucionário, em vez de Estado de contrainsurgência.

¹⁵⁵ Cumpre destacar que Jaime Osorio (2016) recupera as formulações de Marini sobre o Estado de contrainsurgência em seus escritos, quando analisa os Estados latino-americanos durante as décadas de 1960 e 1970. Recentemente, no dossiê publicado pela revista *Cadernos Cemarx*, há um artigo de Iván López Ovalle e Mateo Crossa Niell, dedicado à discussão do Estado no pensamento de Marini, no qual os autores dão ênfase às concepções de Marini de Estado de contrainsurgência e de Estado de quarto poder. Cf. OVALLE; NIELL, 2016.

necessário no entendimento de sua análise sobre a nova fase da dependência latino-americana, cuja expressão política foi precisamente o Estado de contrainsurgência.

Concebido à luz dos golpes militares que tiveram lugar na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 - Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Nicarágua – tal conceito significou uma mudança interpretativa de Marini a respeito dos regimes políticos estabelecidos naqueles países, uma vez que até aquele momento seus escritos acerca dessa problemática estavam construídos sob a chave analítica do fascismo¹⁵⁶. Com isso não queremos dizer que o autor tenha incorrido em uma tradução mecânica do conceito, mas sim que sua formulação sobre o Estado de contrainsurgência implica um passo adiante em sua análise, já que enfatiza as particularidades do processo vivido pelos países dependentes, em um espaço-tempo distinto, e enfrentando condições bastante diversas daquelas experimentadas pelos países europeus na primeira metade do século XX.

O primeiro ponto que merece ser assinalado é que tal conceito não se refere apenas às ditaduras militares, ele tem um escopo mais amplo, pois corresponde ao processo contrarrevolucionário latino-americano, abrangendo também regimes civis, como afirma Marini, ao se referir ao caso venezuelano. Na concepção do autor, o Estado de contrainsurgência “[...] **es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas**, independientemente de la forma que asuma ese Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente” (MARINI et al., 1978, online, grifos originais).

Produto da contrarrevolução latino-americana, a conformação desse Estado é entendida pelo autor a partir de três dimensões fundamentais, quais sejam, a mudança na estratégia global estadunidense, dentro da qual se insere a doutrina de contrainsurgência, as transformações no seio do bloco no poder nos países latino-americanos, e a resistência protagonizada pelas classes populares. Analisemos mais detalhadamente os argumentos de Marini.

Quanto à primeira delas, o autor a situa no âmbito das modificações na balança de poder entre Estados Unidos e União Soviética, na direção de um maior equilíbrio entre os dois países. Diante dessa nova situação, Marini acentua a formulação de uma nova estratégia estadunidense para enfrentar os movimentos revolucionários, conduzida a partir do governo de John F. Kennedy, cujo centro residia na doutrina de contrainsurgência. Ancorada em três consignas, o aniquilamento do inimigo, a conquista de bases sociais e a institucionalização, tal

¹⁵⁶ Consultar, sobretudo, os escritos de Marini sobre o golpe militar chileno. Cf. MARINI (1976d).

política teve na América Latina um de seus principais laboratórios, contando com a colaboração ativa das classes dominantes locais, constituindo-se como ponto de sustentação dessa política.

Voltando-se precisamente para as classes dominantes latino-americanas, Marini atenta para os impactos da integração imperialista dos sistemas de produção no bloco no poder, e, conseqüentemente, no próprio Estado latino-americano. Os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira que caracterizaram esse processo na América Latina, impulsionaram o desenvolvimento de uma burguesia monopolista naqueles países, estreitamente vinculada à burguesia imperialista, sobretudo, à estadunidense. Às contradições particulares do capitalismo dependente, da qual a superexploração do trabalho é uma das principais expressões, impõem-se novas fissuras entre as classes e frações de classes latino-americanas, como resultado da maior centralização de capital e da proletarização da pequena burguesia que a integração imperialista enseja. Como reconhece Marini,

El resultado de ese proceso es la ruptura, el abandono de lo que había sido, hasta entonces, la norma en América Latina: **el Estado populista, es decir, el ‘Estado de toda la burguesía’**, que favorecía la acumulación de todas sus fracciones (aunque éstas aprovecharan desigualmente los beneficios puestos a su alcance). En su lugar, se crea un nuevo Estado, que se preocupa fundamentalmente de los intereses de las fracciones monopólicas, nacionales y extranjeras, y establece, pues, mecanismos selectivos para favorecer su acumulación; las demás fracciones burguesas deben subordinarse a la burguesía monopólica, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopólico, mientras que la pequeña burguesía, aunque sin dejar de ser privilegiada en la alianza de clases en que reposa el nuevo poder burgués, es forzada a aceptar una redefinición de su posición, pierde importancia política y queda, ella también totalmente subordinada, con sus condiciones de vida vinculadas a las iniciativas y al dinamismo de la burguesía monopólica (MARINI et al., 1978, online, grifos originais).

Tendo essa passagem como referência, vemos como o Estado de contrainsurgência se inscreve na periodização de Marini. Retomando nossa introdução ao presente item, podemos afirmar que tal Estado representaria, na percepção do autor, a consolidação do Estado burguês na América Latina. Se em sua exposição em *El Estado en América Latina*, Marini evidenciava que o Estado populista foi um Estado de transição entre o Estado oligárquico-burguês¹⁵⁷ e o Estado burguês, e, nesse momento, afirma que o Estado de contrainsurgência sucedeu o Estado populista, entendemos que o Estado de contrainsurgência qualifica a forma assumida pelo Estado burguês naquela fase da dependência latino-

¹⁵⁷ Encontramos aqui a mesma problemática já identificada no pensamento de Bambirra, o uso do conceito de oligarquia.

americana, de integração imperialista dos sistemas de produção, e frente à política contrarrevolucionária que impactou profundamente aqueles países.

É, portanto, sobre a base concreta de rupturas e cisões no interior do bloco no poder e de hegemonia das frações monopolistas nacionais e estrangeiras¹⁵⁸ que se conforma o Estado de contrainsurgência, o qual se defronta, ademais, com a ascensão e radicalização de movimentos populares camponeses e operários¹⁵⁹, frente aos quais, sobretudo após a experiência revolucionária cubana de 1959, oporá uma forte e violenta reação.

Estabelecidas as bases sobre as quais se estrutura o Estado de contrainsurgência, avancemos rumo à sua caracterização. De acordo com Marini, seu traço distintivo residiria na existência de dois ramos centrais de decisão no poder executivo. Marcado por um poder executivo hipertrofiado¹⁶⁰, seus ramos centrais de decisão estão articulados pela combinação entre um ramo militar e outro econômico, como descreve o autor:

De un lado, la **rama militar**, constituida por el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, que expresa a la institución militar al nivel de la toma de decisiones y que reposa sobre la estructura vertical propia a las Fuerzas Armadas; el Consejo de Seguridad Nacional, órgano deliberativo supremo, en el que se entrelazan los representantes de la rama militar con los delegados directos del capital; y los órganos del servicio de inteligencia, que informan, orientan y preparan el proceso de toma de decisiones. De otro lado, la **rama económica**, representada por los ministerios económicos, así como las empresas estatales de crédito, producción y servicios, cuyos puestos clave se encuentran ocupados por tecnócratas civiles y militares. Así, **el Consejo de Seguridad Nacional es el ámbito donde confluyen ambas ramas**, entrelazándose, y se constituye en la cúspide, el órgano clave del Estado de contrainsurgencia (MARINI et al., 1978, online, grifos originais).

Ainda de acordo com o autor, a tomada de decisões tem seu epicentro justamente no poder executivo, afastando-se da influência das demais instâncias de poder, legislativa e judiciária. Ao destacar o papel cumprido pelas Forças Armadas no Estado de contrainsurgência, Marini faz questão de pontuar que não se trata de uma “burguesia de

¹⁵⁸ Ao explicitar os conflitos que têm lugar no interior do bloco no poder, Marini adverte que mesmo sendo um “Estado do capital monopolista”, no sentido de que é essa fração que exerce a hegemonia, tal fato não exclui a participação das demais frações burguesas. Sua preocupação, ao ressaltar esse ponto, estava em esclarecer que tal Estado, ainda que hegemonizado pela fração monopolista, garantia a exploração e a dominação da classe burguesa em seu conjunto: “[...] es incorrecto suponer que las capas burguesas no monopólicas pueden estar interesadas en la supresión de un Estado que constituye la síntesis de las relaciones de explotación y dominación en que ellas basan su existencia” (MARINI et al., 1978, online). O autor complementa seu argumento, relacionando tal ponto ao fracasso das frentes antifascistas na América Latina, que não contaram com o apoio das frações não monopolistas da burguesia, “[...] no reside en otra causa el fracaso de los frentes antifascistas que se han intentado poner en marcha en América Latina y que han chocado siempre con el rechazo de la burguesía no monopólica, independientemente de las fricciones que ésta mantiene con el bloque en el poder” (MARINI et al., 1978, online).

¹⁵⁹ Um estudo a respeito da ascensão dos movimentos populares na América Latina pode ser encontrado em BAMBIRRA, 1971.

¹⁶⁰ Marini ressalta que a hipertrofia do Executivo não constitui elemento distintivo desse Estado em relação ao “moderno Estado capitalista” (MARINI et al., 1978, online).

Estado”, nem de uma classe social propriamente dita. Para o autor, os tecnocratas que ocupam a gestão do Estado, tanto civis, quanto militares, constituem-se enquanto a representação política do capital, “[...] un cuerpo de funcionarios cuya voluntad económica y política es rigurosamente la de la clase a que sirve” (MARINI et al., 1978, online). Nesse sentido, o exercício do poder político é compartilhado, segundo o autor, entre as Forças Armadas e a burguesia monopolista. Ao recorrer às Forças Armadas como mecanismo último de defesa do poder burguês, tal burguesia confere a esse aparelho especial do Estado, segundo Marini “[...] la misión de solucionar el problema; está, pues, pasando del terreno de la política al de la guerra” (MARINI et al., 1978, online).

Como já advertimos, Marini se ocupa de distinguir o Estado de contrainsurgência latino-americano, do Estado fascista europeu, afirmando que embora ambos correspondam a formas particulares de contrarrevolução burguesa, recorrendo ao terrorismo de Estado como mecanismo de enfrentamento aos seus opositores, há elementos que os diferenciam significativamente. Os próprios processos de contrarrevolução dos quais tais Estados são produtos lhes imputam traços característicos, como é o caso da relação entre tal Estado e as classes trabalhadoras. No caso do fascismo europeu, o Estado que se conformou a partir da crise do sistema de dominação não foi capaz de excluir a classe trabalhadora da vida política por meio da força, tendo sido necessário isolá-la ideológica e politicamente, em razão de seu desenvolvimento político, segundo Marini (1976c). Como afirma o autor, tal processo implicou que “La vieja democracia liberal y todo lo que legitimaba la dominación burguesa debieron ser cuestionadas, en nombre de nuevos mitos que aseguraran que esa dominación no se cuestionara en los hechos mismos” (MARINI, 1976c, p. 2). Já no caso do processo de contrarrevolução na América Latina¹⁶¹, o Estado não pôde contar com um apoio real das classes trabalhadoras, o que explica, de acordo com o autor, o fato de que “La violación de los principios más elementales de la ideología burguesa¹⁶² tiene que hacerse en nombre de esa ideología”¹⁶³ (MARINI, 1976c, p. 2). Essa diferença é explicitada com maior clareza na seguinte passagem:

A diferencia del fascismo europeo, que fue capaz de arrastrar a las amplias masas pequeñoburguesas y de morder incluso al proletariado, ganando allí cierto grado de

¹⁶¹ Na perspectiva de Marini, o processo de contrarrevolução latino-americana, a despeito dos traços particulares que assume em cada sociedade concreta, desenvolve-se inicialmente sob um período de desestabilização, no qual as forças reacionárias procuram, de um lado, reunir o conjunto da burguesia, e, de outro, provocar a divisão no seio do movimento popular; passando, em seguida, à concretização de golpes de Estado, conduzidos pelas Forças Armadas, e à instauração de ditaduras militares (MARINI et al., 1978, online).

¹⁶² De maneira mais precisa, trata-se da “ideologia democrática burguesa”.

¹⁶³ Marini identifica no discurso outro traço distintivo da contrarrevolução latino-americana (MARINI et al., 1978).

apoyo entre trabajadores desempleados y hasta obreros en actividad, la burguesía monopólica en América Latina no puede pretender reunir verdadera fuerza de masas, que le permita enfrentar políticamente, en las urnas y en las calles, al movimiento popular. Por esto, se da como meta el restablecimiento de las condiciones de funcionamiento del aparato estatal, aunque sea temporalmente, para poder accionarlo en su provecho (MARINI et al., 1978, online).

Outros dois elementos enunciados por Marini dizem respeito, por um lado, ao discurso ideológico de defesa da democracia burguesia e do Estado burguês, que tem lugar no processo de contrarrevolução latino-americano, diferentemente de sua negação por parte do discurso fascista europeu, e, por outro, o objetivo da política de desestabilização levada a cabo pela burguesia latino-americana, que buscava antes liquidar a luta de classes, por meio da intervenção aberta das Forças Armadas, do que conquistar uma força política própria superior àquela do movimento revolucionário, como foi o caso do fascismo (MARINI et al., 1978).

Um último ponto que cumpre ressaltar a respeito da análise de Marini sobre o Estado de contrainsurgência está relacionado aos impactos que as transformações relacionadas tanto às novas condições da luta de classes na América Latina, quanto à mudança que tem lugar na estratégia estadunidense, exercem sobre tal Estado a partir da metade da década de 1970. A revisão da política de contrainsurgência estadunidense, frente à crise econômica vivida por aquele país e aos avanços das forças revolucionárias em diversas partes do mundo, ganhou concretude, sobretudo, a partir do governo de Jimmy Carter, e significou para a América Latina a busca por uma nova política, através tanto da eliminação de pontos de fricção, como no caso do canal do Panamá, quanto de um processo de institucionalização política, na direção de uma democracia “viável”, ou “democracia restringida” (MARINI et al., 1978). No que tange às mudanças nas condições da luta de classes na região, Marini se refere às transformações que têm lugar em alguns países, nos quais o processo de diversificação da burguesia monopolista se encontrava mais avançado, como era o caso do Brasil. Segundo o autor, tal diversificação implica mudanças no bloco no poder, na medida em que o centro das contradições interburguesas se desloca do conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrária e entre as camadas inferiores da burguesia e o setor monopolista, para as divisões no seio do grande capital, ou seja, entre a própria burguesia monopolista. Em sua análise,

[...] no es posible ya, en estas circunstancias, enmascarar las luchas interburguesas tras justificaciones de corte nacionalista ni tampoco pretender encauzarlas hacia fórmulas del tipo frente antifascista, ya que ellas **dividen por igual a los sectores burgueses nacionales y extranjeros que operan en el país y enfrentan a fracciones del gran capital** (MARINI et al., 1978, online, grifos originais).

Sob estas circunstancias, de agudização das contradições interburguesas, Marini chama atenção para um movimento de transformação no Estado de contrainsurgência, por

meio do qual a centralização do poder político, concentrada na elite tecnocrático-militar, tenderia a se flexibilizar, restabelecendo o lugar do parlamento como esfera de discussão e a ação dos partidos e da imprensa, de maneira que as disputas entre as frações burguesas pudessem gozar de um espaço mais amplo para sua luta política (MARINI et al., 1978). Embora tal mudança não representasse uma ruptura do traço essencial do Estado de contrainsurgência, qual seja, “[...] la institucionalización de la participación directa del gran capital en la gestión económica y la subordinación de los poderes del Estado a las Fuerzas Armadas, a través de los órganos estatales que se han creado, en particular el Consejo de Seguridad Nacional” (MARINI et al., 1978, online), Marini indica como possibilidade um reposicionamento das Forças Armadas nesse Estado, assumindo a partir daquele momento uma posição de quarto poder, controlando os demais poderes, o que corresponderia, concretamente, à preservação de seu poder político. Para o autor, tratar-se-ia de um **Estado de quarto poder**, como descreve no trecho a seguir:

Cualquiera que sea la fórmula adoptada – y lo más probable es que ella presente variantes en los diversos países del continente –, se marcha, sin embargo, hacia un Estado de cuatro poderes, o más precisamente, al **Estado del cuarto poder**, en el cual las Fuerzas Armadas ejercerán un papel de vigilancia, control y dirección sobre el conjunto del aparato estatal. Esta característica estructural y de funcionamiento del Estado no será, desde luego, sino el resultado del avasallamiento del aparato estatal por las Fuerzas Armadas (más allá de las estructuras propias de la democracia parlamentaria que éste ostente) y del ordenamiento legal de origen militar impuesto a la vida política, en particular las leyes de seguridad nacional (MARINI et al., 1978, online, grifos originais).

Tal conceito, ainda que tenha sido retomado em escritos posteriores de Marini, foi objeto de menor elaboração e sistematização pelo autor do que o de Estado de contrainsurgência. Tendo em vista que nossa periodização abrange os anos de 1965 e 1979, não avançaremos em suas formulações acerca do Estado de quarto poder, cumprindo apenas ressaltar que este representava antes uma projeção acerca da forma que os Estados latino-americanos poderiam assumir em um contexto de transição à redemocratização, do que uma análise propriamente de situações concretas.

Pudemos, no presente capítulo, observar como a questão do Estado aparece nas formulações de Marini sobre a dependência, bem como suas contribuições à reflexão das particularidades do Estado dependente. Consideramos que o autor aporta elementos relevantes para a análise dessa problemática, tais como sua periodização dos Estados latino-americanos, sua formulação em torno do fortalecimento do Estado nas economias dependentes, assim como os conceitos de Estado de contrainsurgência e de subimperialismo, os quais podem, em

nossa perspectiva, ser compatibilizados com sua interpretação geral sobre a dependência, na medida em que desenvolvem e complementam aquela análise. Cabe ressaltar, entretanto, a necessidade de reflexões que avancem e localizem o papel do Estado nos mecanismos de transferência de valor, via intercâmbio desigual, bem como sobre sua categoria central, qual seja, a superexploração do trabalho. Nesse mesmo sentido, atentamos para a importância de análises que se debrucem sobre os estudos de caso realizados por Marini, uma vez que tais estudos podem lançar nova luz sobre os nexos entre Estado, política e dependência na obra do autor.

Capítulo 4 Estado, política e dependência no pensamento de Theotônio dos Santos

O presente capítulo está dedicado a um exame da presença da temática do Estado na sistematização de Theotônio dos Santos em torno da problemática da dependência latino-americana. Tal como fizemos com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, observamos a periodização que abrange os anos de 1965 a 1979 para a seleção das obras a serem estudadas. No caso de Dos Santos, a escolha da referida periodização se mostra ainda mais pertinente tendo em vista as mudanças que tiveram lugar em seu pensamento, na medida em que data justamente do final da década de 1970 e início da década de 1980 o estreitamento de sua interlocução teórica com a perspectiva do sistema-mundo, através da colaboração com Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank e Samir Amin¹⁶⁴, bem como o direcionamento de suas pesquisas para a análise do que o autor denominou por “Revolução Científico-Técnica”. Nesse sentido, concentramos nossos estudos nas seguintes obras: *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano* (1969), *La Crisis Norte Americana y América Latina* (1971), *Dependencia y cambio social* (1972), *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*¹⁶⁵ (1972), *Imperialismo y empresas multinacionales* (1973) e *Imperialismo y dependencia*¹⁶⁶ (1978), além dos artigos *A ideologia fascista no Brasil* (1965), *Socialismo y fascismo en América Latina hoy* (1977), *Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura – 50 años de crisis social* (1977) e *La cuestión del fascismo en América Latina*¹⁶⁷ (1978)¹⁶⁸.

Tendo em vista o conjunto de temas discutidos por Dos Santos nessas obras, nosso recorte está assentado em dois elementos bastante presentes em seus escritos. O primeiro deles diz respeito ao esforço realizado pelo autor de definição da dependência, buscando conceituar tal fenômeno concreto, diferenciando-o da díade desenvolvimento-

¹⁶⁴ Como o próprio autor afirma em seu Memorial, “Nesta época também se realizou em Dakar, no Senegal, um seminário que colocou em contato um grupo de pensadores que continuaram até hoje a discussão do sistema mundial. Impedido, por razões de saúde de Vânia, de participar da reunião de Dakar só vou me integrar mais intensamente nestes seminários na década de 80, mas estive em contato permanente com sua evolução através de Immanuel Wallerstein, que foi o grande inspirador deste esforço de compreensão do sistema mundial” (DOS SANTOS, 1996, online).

¹⁶⁵ Essa obra consiste em uma versão ampliada de *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*, publicada em 1969, com a incorporação de uma análise acerca do novo caráter da dependência.

¹⁶⁶ Em *Imperialismo e dependência*, Dos Santos reúne três trabalhos anteriores seus, *La Crisis Norte Americana y América Latina*, *Dependencia y cambio social*, *Imperialismo y corporaciones multinacionales*, articulando-os à luz de suas reflexões desenvolvidas no decorrer da década de 1970.

¹⁶⁷ Tal artigo corresponde ao debate que teve lugar no seminário *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, ocorrido em 1978, no México, o qual deu origem ao dossiê *La cuestión del fascismo en América Latina*, publicado na revista *Cuadernos políticos*, do qual participaram Pío García, Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini. A coleção completa da revista *Cuadernos políticos* pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <www.cuadernospoliticos.unam.mx>

¹⁶⁸ Os anos em parênteses correspondem às datas de primeira publicação.

subdesenvolvimento que havia orientado os estudos sobre a realidade latino-americana durante a década de 1950, sob a égide das teorias do desenvolvimento. Trata-se de uma importante contribuição de Dos Santos à construção da Teoria Marxista da Dependência, já que, a partir desse esforço, ficam evidentes as fontes nas quais tal perspectiva teórica se apoia, seus interlocutores críticos, bem como os pressupostos centrais que norteiam essa nova interpretação acerca da realidade latino-americana. Buscamos, nesse momento, identificar o lugar ocupado pelo Estado em sua definição de dependência, refletindo sobre os aportes de Dos Santos para a análise do caráter dependente dos Estados latino-americanos.

No segundo item terá lugar uma análise da interpretação de Dos Santos sobre os processos políticos contrarrevolucionários na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, quando o autor, ao observar um avanço da fascistização, propõe o conceito de fascismo dependente para caracterizar os regimes militares que se consolidaram na região. Tendo em vista a importância que essa discussão adquiriu na obra de Dos Santos e nossos propósitos de pesquisa, consideramos que tal tema permite lançar luz sobre a articulação entre Estado, política e dependência na análise do autor sobre aquele fenômeno.

4.1 O lugar do Estado na conceituação de Theotônio dos Santos sobre a dependência

É na obra de Theotônio dos Santos que encontramos, dentre os três autores, uma definição mais sistemática sobre a dependência e sobre sua conformação enquanto corpo teórico¹⁶⁹. Tal preocupação está intimamente relacionada ao papel cumprido pelo autor na coordenação do grupo de pesquisa dedicado precisamente ao estudo da problemática da dependência no Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO)¹⁷⁰, na Universidade do Chile. Formado em 1967, o grupo de pesquisadores era composto por Vânia Bambilra, pelos chilenos Sérgio Ramos, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, além do peruano José Martínez. A pesquisa estava organizada em torno de dois temas principais, “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia” e “La evolución histórica de la dependencia”, coordenadas por Theotônio dos Santos, e continha três linhas de pesquisa, 1) “El Proceso de

¹⁶⁹ Com isso não queremos dizer que na produção teórica de Marini e Bambilra inexistem reflexões sobre a teoria marxista da dependência ou definições sobre o fenômeno concreto da dependência. O primeiro capítulo de *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, de Vânia Bambilra, é dedicado precisamente à reconstituição do contexto histórico da “teoria da dependência”, assim como o artigo *La crisis teórica*, de Ruy Mauro Marini, e sua introdução ao tomo II, “La teoría de la dependencia”, da obra *La teoría social latino-americana: textos escogidos*, organizado em parceria com Mária Millán, nos quais o autor faz uma breve história das ideias do pensamento latino-americano.

¹⁷⁰ Para um estudo sobre o papel do CESO na conformação da teoria marxista da dependência, consultar: MEIRELES, 2014.

Integración Mundial y América Latina”, coordenado por Theotônio dos Santos e Sérgio Ramos; 2) “Las Relaciones de Dependencia y el Movimiento de Capitales en América Latina”, cuja coordenação estava a cargo de Orlando Caputo e Roberto Pizarro; e 3) “Las Estructuras Dependientes en la Fase de Integración Mundial”, sob a responsabilidade de Vânia Bambirra e José Martínez (DOS SANTOS et al., 1967, p. 3 apud MEIRELES, 2014, p. 76-77). Ruy Mauro Marini se integraria a tal grupo em 1970, propondo, durante sua permanência no CESO, um seminário de pesquisa intitulado “Teoría marxista y realidad latinoamericana” (MARINI, 2005 [1994]). Embora se tratasse de um esforço coletivo, com a participação de sete pesquisadores (com a chegada de Marini), foram as obras de Bambirra, Dos Santos e Marini que ganharam maior difusão, seja pelo fôlego teórico de suas obras, seja pela diáspora protagonizada por tais autores, que depois do golpe militar chileno, em 1973, migraram para o México, país onde residiram durante um largo período.

Em *Dependencia y cambio social* e em *Imperialismo y dependencia*, obras que refletem o acúmulo produzido por Dos Santos ao longo de seus anos no interior do CESO, o autor procura sistematizar as formulações que conformaram as bases teóricas da teoria marxista da dependência¹⁷¹. Trata-se de uma tentativa tanto de afirmar tal teoria no campo das Ciências Sociais, desfazendo equívocos e contestando críticas direcionadas aos pressupostos que orientavam tal enfoque, quanto de demarcar, de um lado, suas profundas diferenças com as teorias do desenvolvimento, chamando atenção para os limites teóricos e políticos dessas últimas, limites esses que teriam sido superados, segundo o autor, pela TMD e, de outro, suas raízes marxistas, estabelecendo nexos entre os debates sobre colonialismo e imperialismo no marxismo e na TMD.

Tendo como ponto de partida as teorias do desenvolvimento, as quais, embora gestadas na Europa e nos Estados Unidos¹⁷², encontraram solo fértil na América Latina, Dos

¹⁷¹ Cumpre salientar que Theotônio dos Santos não utiliza a denominação teoria marxista da dependência, empregando, em vez disso, sua forma genérica, “teoria da dependência”. O autor, entretanto, em mais de uma passagem, faz referência à existência de diferentes posições em seu interior, criticando, inclusive, o uso do termo dependentistas para se referir aos estudiosos da dependência. Como afirmamos anteriormente, o uso de “teorias da dependência” no plural, soluciona, em grande medida, a diversidade teórica e metodológica dos autores e autoras que se dedicaram ao estudo da dependência. Consideramos que Theotônio dos Santos está se referindo mais precisamente ao grupo de pesquisa ligado ao CESO, no Chile, motivo pelo qual utilizaremos o termo TMD.

¹⁷² O autor não explicita quais autores estariam incluídos na denominação “teorias do desenvolvimento”. Em nossa dissertação de mestrado (BICHIR, 2012), entretanto, assinalamos que há na literatura sobre desenvolvimento, distintas denominações atribuídas aos autores que debatem tal temática durante a década de 1950 e 1960. Ora são agrupados em torno do amplo guarda-chuva “teorias do desenvolvimento”, como o fazem Dos Santos, Marini e Bambirra, ou “teorias da modernização” (CHIROT; HALL, 1982), na medida em que suas obras compartilham o mesmo objeto de preocupação, qual seja, a passagem de sociedades tradicionais, arcaicas ou subdesenvolvidas para sociedades modernas ou desenvolvidas, ora são reunidos a partir do campo de conhecimento, “economia do desenvolvimento”, dos quais participariam Walt Whitman Rostow (1969; 1974), William Arthur Lewis (1960), Ragnar Nurkse (1957), Paul N. Rosenstein-Rodan (1969), Gunnar Myrdal (1957),

Santos evidencia seu caráter a-histórico e formalista. Embora o autor reconheça a existência de distintas vertentes e variantes no interior dessas teorias¹⁷³, ele elenca algumas assunções que as unificam:

1. Se supone que desarrollarse significa dirigirse hacia determinadas metas generales correspondientes a cierto estadio de progreso del hombre y de la sociedad, cuyo modelo se abstrae de las sociedades más desarrolladas del mundo actual. A este modelo se le llama sociedad moderna, sociedad industrial, sociedad de masas, etcétera.
2. Se supone que los países subdesarrollados marcharán hacia esas sociedades cuando eliminen ciertos obstáculos sociales, políticos, culturales e institucionales representados por las ‘sociedades tradicionales’, los ‘sistemas feudales’, o los ‘restos del feudalismo’, según las distintas corrientes.
3. Se supone que es posible distinguir ciertos procedimientos económicos, políticos y psicológicos que permitan movilizar en forma más racional los recursos nacionales, y que puedan ser clasificados y usados por el planeamiento.
4. A ello se añade la necesidad de coordinar ciertas fuerzas sociales y políticas que apoyen la política de desarrollo. Asimismo, se hace hincapié en la necesidad de contar con un fundamento ideológico que organice la voluntad nacional de los diferentes países para realizar las ‘tareas’ del desarrollo (DOS SANTOS, 1973a, p. 15-16).

Para o autor, os pressupostos centrais sobre o qual tais teorias se erigiam residiam em uma concepção linear da história e em uma concepção do desenvolvimento como um modelo, um *telos* passível de ser alcançado por todos os países. Contrapondo-se a tais fundamentos, Dos Santos revela o caráter ideológico daquelas narrativas, na medida em que identifica o desenvolvimento como parte de um processo histórico, com temporalidades e espacialidades próprias.

Las sociedades capitalistas desarrolladas guardan correspondencia con una experiencia histórica que ya ha sido completamente superada, por muy diferentes razones: por sus fuentes básicas de capitalización privada basada en la explotación del comercio mundial, por la incorporación de amplias masas trabajadoras a la producción industrial, por la importancia del desarrollo tecnológico interno de estos países. Todas esas condiciones históricas concretas no pueden repetirse hoy (DOS SANTOS, 1973a, p. 17).

Seu caráter ideológico se expressaria ademais na sublimação das contradições de classe presentes no seio das sociedades latino-americanas, uma vez que tal projeto de

entre outros; “sociologia do desenvolvimento” ou “sociologia da modernização”, contando como representantes nomes como o de Gabriel A. Almond e James S. Coleman (1960), e Seymour M. Lipset (1966).

¹⁷³ De acordo com Dos Santos: “Las diversas teorías del desarrollo tienen, evidentemente, grandes diferencias internas en cuanto a sus enfoques, y han evolucionado hacia formas nuevas en las décadas de 1950 y 1960. Esta evolución fue un reflejo de los cambios, sea de los intereses de las distintas fuerzas participantes en el desarrollo o en su retraso, sea de las dificultades teóricas planteadas por los numerosos intentos de explicar el subdesarrollo y el desarrollo. Nuestro intento de reducirlas a un solo esquema, tomando de ellas únicamente los elementos que consideramos esenciales, puede suscitar muchas críticas. Sin embargo, este procedimiento es legítimo en la medida en que se trata de un examen de los principios epistemológicos que orientan posiciones completamente divergentes desde otros puntos de vista” (DOS SANTOS, 1973a, p. 15).

desenvolvimento é apresentado como a panaceia do progresso da nação em sua totalidade, elemento que é contestado por Dos Santos, ao se contrapor à possibilidade de uma ideologia geral do desenvolvimento¹⁷⁴, quando afirma que “Las clases interesadas en el desarrollo difieren y buscan diferentes vías de desarrollo. En consecuencia, existen necesariamente modos, no solo distintos, sino opuestos de definir qué es el desarrollo y cuáles son los medios que permiten alcanzarlo” (DOS SANTOS, 1973a, p. 20).

Em sua análise sobre as teorias do desenvolvimento ganha destaque o modelo de desenvolvimento “para dentro”, que teve na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) sua maior expressão intelectual, a partir de sua *intelligentsia* composta por nomes como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, e que encontrou na burguesia industrial sua principal entusiasta. Criada em 1948, no bojo da formação de comissões regionais pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁷⁵, desenvolveu-se na década de 1950 em meio a um otimismo motivado tanto pela prosperidade do capitalismo mundial, quanto pelas perspectivas de desenvolvimento nacional nos países latino-americanos, sobretudo daqueles que avançavam em seu processo de industrialização, como era o caso do Brasil, Argentina e México. Entendido por Dos Santos como parte integrante das teorias do desenvolvimento¹⁷⁶,

¹⁷⁴ Para um estudo aprofundado sobre a ideologia do desenvolvimento – sua conformação, seus pressupostos e seus representantes, consultar: CORREA PRADO, 2015.

¹⁷⁵ Como descrevemos em nossa dissertação de mestrado (cf. BICHR, 2012), a origem da CEPAL está estreitamente vinculada a um processo mais amplo, de consolidação da hegemonia estadunidense, em que os Estados Unidos tomaram para si a tarefa de reestruturar a economia capitalista mundial, o que implicou um esforço para normalizar o funcionamento do mercado mundial e para ampliar o escopo de sua acumulação de capital (MARINI, 1977f, online). Conjugado à reestruturação capitalista, colocava-se para os Estados Unidos a necessidade de manutenção de uma relativa estabilidade na ordem mundial (WALLERSTEIN, 2003, p. 74). Como resposta a essas problemáticas, tal país participou ativamente da criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944, (WALLERSTEIN, 2003) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), bem como da estruturação, a partir da ONU, de comissões econômicas regionais, movimento no qual a CEPAL está inserida, ao lado da Comissão Econômica para a Europa (1947) e da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (1947). Embora criada em meio a esse contexto, a CEPAL assume contornos distintos daqueles propugnados pelos Estados Unidos, na medida em que adquire certa autonomia em relação ao projeto segundo o qual havia sido gestada. Esse movimento é ressaltado por Ruy Mauro Marini: “Su objetivo era estudiar los problemas regionales y proponer políticas de desarrollo. En realidad la misión fundamental atribuida a esas comisiones fue la de ser agencias de elaboración y difusión de la teoría del desarrollo en el contexto de la política de domesticación ideológica que los grandes centros contrapuseron a las demandas y presiones de lo que vendría a llamarse Tercer Mundo. Dando inicio formalmente a sus trabajos en 1948, en Santiago de Chile, la CEPAL no rehuye la misión que le había sido confiada, pero, lejos de limitarse a la mera difusión, asume el papel de **verdadera creadora de ideología**, una vez que trata de captar y explicar las especificidades de América Latina” (MARINI, 1994, p. 139, grifos nossos).

¹⁷⁶ Embora concordemos com Dos Santos que o pensamento cepalino guarde relação com as teorias do desenvolvimento, sobretudo em razão de se assentar sobre a ideologia do desenvolvimento, consideramos pertinente ressaltar seus traços distintivos, como é o caso do entendimento da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como faces distintas de um mesmo processo, sua relevante crítica à teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo (1996 [1817]), evidenciando o impacto que a deterioração dos termos de troca exerce nas economias latino-americanas, e a formulação dos conceitos de centro e periferia, chamando atenção para a existência de uma hierarquia de poder no sistema internacional. Em nossa perspectiva, trata-se de um

o pensamento cepalino exerceu um papel significativo na difusão da ideologia do desenvolvimento na região, alimentando e, ao mesmo tempo, sendo retroalimentada pelas experiências desenvolvimentistas dos governos latino-americanos. Em sua concepção, o modelo de desenvolvimento que foi formulado na América Latina na década de 1950 poderia ser sintetizado nos seguintes pontos:

1° El cambio desde un desarrollo ‘hacia afuera’ a un desarrollo ‘hacia adentro’ liberaría a los países subdesarrollados de la dependencia del comercio exterior y generaría una economía controlada por ellos mismos. Esos cambios se definían como el proceso de ‘transferencia de los centros de decisión hacia adentro’ de las economías subdesarrolladas. Se hablaba también del cambio de un desarrollo ‘inducido’ por las situaciones incontrolables del comercio mundial hacia un desarrollo nacional planeado por su propio poder nacional.

2° Otro efecto previsto como resultado de la industrialización sería el debilitamiento del poder de las oligarquías tradicionales dedicadas a producir para el comercio externo (latifundistas, dueños de minas y comerciantes exportadores), y una consecuente redistribución del poder nacional que hiciera posible una mayor participación de las clases medias y de los sectores populares; es decir, se esperaba una democratización política.

3° Esta democratización se relaciona con la tendencia a conseguir una mejor redistribución del ingreso, más aún, a convertirse en una sociedad de consumo de masas, como se creía (y se cree todavía) que es Estados Unidos. Es decir, la industrialización integraría las masas rurales al moderno sistema productivo capitalista, en calidad de productoras y consumidoras.

4° **La creación de un centro nacional de decisiones económicas a través de la conversión de la economía ‘hacia adentro’, la consecuente democratización política por medio del debilitamiento de las oligarquías y el fortalecimiento de las clases medias, y la integración económica de los sectores populares en una sociedad de consumo de masas, todo ello configuraría una sociedad nacional independiente cuya expresión final sería un Estado nacional independiente. Este Estado no sería liberal sino intervencionista, aunque siempre respetuoso de la iniciativa privada. Tal sería el ‘Estado desarrollista’.**

5° Por último, en el plano de la conciencia, se esperaba que el desarrollo industrial, al sentar las bases de una sociedad independiente, permitiría superar nuestro atraso científico, tecnológico y cultural. Fundamentalmente, se confiaba en que desaparecerían los fundamentos de la denominada ‘alienación cultural’ de América Latina (DOS SANTOS, 1973a, p. 23-25, grifos nossos).

Embora as expectativas plasmadas no modelo de desenvolvimento propugnado pela CEPAL encontrassem correspondência na realidade vivida por alguns países latino-americanos durante aquela década, seus limites não tardaram em se fazer notar, mediante a

pensamento autêntico e original latino-americano, no sentido atribuído por Leopoldo Zea (2005), já que ainda que beba das fontes das teorias do desenvolvimento, representa um esforço por construir explicações a partir da realidade particular da região, dando lugar a uma teoria própria. Tal esforço pode ser elucidado na seguinte passagem de Celso Furtado: “O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. [...] Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1965, p. 184-185).

crise econômica que tem lugar nos anos de 1960, que coloca em xeque alguns dos fundamentos sobre os quais se assentava o pensamento cepalino. Dentre os pontos destacados acima por Dos Santos está a internalização dos centros de decisão, ou seja, a conquista por parte das economias “subdesenvolvidas” de uma autonomia sobre as decisões políticas nacionais, descrito pelo autor como um “Estado nacional independente”. Tal elemento adquire particular importância em nossa discussão, já que se trata de uma divergência crucial entre a teoria marxista da dependência e o pensamento cepalino. A conceituação binária subdesenvolvimento-desenvolvimento, dentro da qual o Estado assumia um forte protagonismo, entendido como o agente por excelência da transição das economias latino-americanas rumo ao almejado desenvolvimento nacional autossustentado, passa a ser objeto de profundas críticas, face à crescente importância assumida pelo capital estrangeiro nas economias latino-americanas. Como afirma o autor, referindo-se especificamente a tal ponto:

[...] En cuanto a la transferencia de los centros de decisión al interior de la economía, tampoco se ha producido lo previsto. Un conjunto de trabajos y datos recientes demuestran que la industrialización de los últimos años se caracteriza por el control creciente que ejerce el capital extranjero sobre la gran industria. Este control surge al mismo tiempo que se consolidan la concentración y el monopolio del sector industrial, **destruye paulatinamente las posibilidades de un desarrollo nacional independiente y somete a la sociedad, la opinión pública, la economía y el Estado al control cada vez mayor del capital extranjero.** Frente a esta realidad, el control de la economía se desnacionaliza todavía más. Es decir, pese a que en los países subdesarrollados se han creado fuerzas poderosas ligadas al mercado interno de esos países, ellas no son nacionales sino internacionales” (DOS SANTOS, 1973a, p. 29-30, grifos nossos).

Um dos elementos sobre os quais Theotônio dos Santos apoia sua crítica às teorias do desenvolvimento é precisamente o Estado, ao evidenciar as limitações que a nova fase do imperialismo impunha aos Estados latino-americanos. No lugar de uma concepção que admitia a possibilidade de que aqueles Estados alcançassem um desenvolvimento nacional autônomo, Dos Santos afirma o condicionamento a que tais Estados estavam sujeitos, em virtude da crescente penetração do capital estrangeiro na região, como pode ser notado na seguinte passagem:

Es indudable que **el creciente control ejercido por el capital extranjero limita, al mismo tiempo, las posibilidades de establecer un Estado nacional independiente.** El Estado, inmerso en una realidad constituida por el poderío de los monopolios extranjeros, formados por empresas internacionales que controlan la tecnología, el capital y las técnicas administrativas, no reúne las condiciones requeridas para oponerse a esa realidad, y termina por ser controlado y dominado por los intereses de tales sectores. Observamos todavía algunas resistencias en este sentido, y creemos que están condenadas al fracaso por la misma evolución económica; ellas se apoyan en la fuerza del capitalismo de Estado en América Latina (DOS SANTOS, 1973a, p. 30, grifos nossos).

As origens dessa diferença estão relacionadas à própria reflexão em torno da problemática da dependência. Como Dos Santos evidencia, as teorias da dependência emergem como produto de seu tempo histórico, respondendo à crise das teorias do desenvolvimento e aos desafios que as transformações pelas quais passava o capitalismo – aprofundamento do processo de concentração, centralização e internacionalização do capital –, ensejavam à interpretação da realidade latino-americana. A emergência do conceito de dependência é situada pelo autor no trecho a seguir:

[...] el desarrollo de la industrialización en nuestros países no solo no ha eliminado muchos de los obstáculos atribuidos a la sociedad tradicional, sino que ha creado nuevos problemas y tensiones muy agudas que se reflejan en la crisis general de América Latina. Esta crisis del modelo de desarrollo dominante en las ciencias sociales de nuestros países (y del proyecto de desarrollo que él implica) puso en crisis esta ciencia misma y la propia noción de desarrollo y de subdesarrollo, así como también el papel explicativo de tales conceptos. **De dicha crisis nace el concepto de dependencia, como posible elemento explicativo de esta situación paradójica.** Se trata de explicar por qué no nos hemos desarrollado de la misma manera que los países hoy desarrollados. Nuestro desarrollo está condicionado por ciertas relaciones internacionales definibles como relaciones de dependencia. Esta situación somete nuestro desarrollo a ciertas leyes específicas que lo definen como dependiente (DOS SANTOS, 1973a, p. 34-35, grifos nossos).

Essa nova concepção sobre o desenvolvimento, que tem no conceito de dependência seu elemento central, é forjada a partir de um referencial teórico bastante distinto daquele das teorias do desenvolvimento, apoiado, sobretudo, no debate marxista sobre o imperialismo. Reconhecendo a centralidade dessas formulações para a construção de tal enfoque, Dos Santos atenta, entretanto, para o elemento que as distinguiria: “El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos originó la teoría del colonialismo y [d]el imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia” (DOS SANTOS, 1973a, p. 38). As teorias da dependência representariam, portanto, em sua perspectiva, um desdobramento da teoria do imperialismo, tendo como ponto de partida um olhar da realidade dos países dependentes. A dependência, nesse sentido, é definida por Dos Santos a partir dos seguintes aspectos:

[...] En primer lugar, debemos caracterizar la dependencia como una situación condicionante. La dependencia es una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella. La relación de interdependencia establecida por dos o más economías, y por estas y el comercio mundial, adopta la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros (los dependientes) solo pueden hacerlo como reflejo de esa

expansión, que puede influir positiva y/o negativamente en su desarrollo inmediato (DOS SANTOS, 1973a, p. 42).

[...] la dependencia condiciona cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las diferentes economías nacionales. En este sentido, podemos decir que esas economías nacionales, si bien no condicionan las relaciones de dependencia en general, delimitan sus posibilidades de expansión, o, mejor dicho, las redefinen en el plano de su funcionamiento concreto (DOS SANTOS, 1973a, p. 44).

[...] Un tercer aspecto, fundamental para comprender la dependencia, se refiere a la articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los que dominan en las sociedades dependientes. La dominación ‘externa’ es impracticable, por principio. La dominación solo es posible cuando halla apoyo en los sectores nacionales que obtienen beneficios de ella. [...] Al señalar la correspondencia necesaria entre los intereses de la dominación y los de los ‘dominadores dominados’ (**de ahí el carácter concreto de las clases dominantes en los países dependientes**) mostramos que, pese a la existencia de conflictos internos entre esos intereses dominantes, estos son intereses fundamentalmente comunes. [...] El concepto de compromiso, o de combinación de los distintos intereses que configuran la situación de dependencia, es un elemento fundamental para elaborar una teoría de la dependencia (DOS SANTOS, 1973a, p. 46, grifos nossos).

Embora extensas, tais passagens permitem vislumbrar os elementos nos quais Dos Santos sustenta sua definição de dependência. Nelas não está presente uma formulação explícita a respeito do Estado, no entanto, o terceiro aspecto sublinhado pelo autor corresponde a um traço distintivo importante do Estado capitalista dependente. Dos Santos, ao chamar atenção para a articulação existente entre os interesses das classes dominantes imperialistas e os interesses das classes “dominantes-dominadas”, dos países dependentes, evidencia que a dependência não se caracteriza por uma dominação externa *tout court*¹⁷⁷. É precisamente a associação entre aqueles interesses, no seio do Estado dependente, que confere concretude à dependência. Dos Santos retomará, em escritos posteriores, tal característica, incorporando novos elementos. Em 1978, em *La cuestión del fascismo*, Dos Santos indica que é a grande burguesia internacional que detém a hegemonia no bloco no poder, nos Estados latino-americanos, o que, em sua análise, restringiria a soberania e a autonomia de tais Estados¹⁷⁸. Na edição de 1986 de *Imperialismo y dependencia*, Dos Santos reformula aquela passagem (grifada na citação acima), substituindo a palavra “concreto”, por “específico”¹⁷⁹, ao se referir à correspondência entre os interesses daquelas classes, ressaltando que nisso

¹⁷⁷ A expressão francesa significa simplesmente, somente.

¹⁷⁸ Voltaremos a esse argumento no segundo item desse capítulo.

¹⁷⁹ “Al mostrar la correspondencia necesaria entre los intereses de la dominación y los intereses de los ‘dominadores dominados’ (de ahí el carácter **específico** de las clases dominantes de los países dependientes) mostramos que, a pesar de que existen conflictos internos entre esos intereses dominantes, son intereses fundamentalmente comunes” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 366, grifos nossos). Embora utilizemos a edição de 2011 de *Imperialismo y dependencia*, realizamos o cotejamento com a quarta edição, de 1986. Não tivemos acesso à primeira edição de 1978.

residiria a particularidade das classes dominantes nos países dependentes. Nesse sentido, embora o autor não opere propriamente com o conceito de Estado dependente ou Estado capitalista dependente¹⁸⁰, nem formule uma definição sistemática a respeito de suas características, Dos Santos considera o caráter dependente dos Estados latino-americanos em suas análises.

Como já expusemos no capítulo dedicado à Vânia Bambirra, Dos Santos, bem como os demais teóricos marxistas da dependência, estão ancorados em uma concepção marxista de Estado, que enfatiza seu caráter de classe, e, em uma diferenciação que denota uma hierarquia de poder entre os Estados capitalistas – Estados imperialistas e dependentes – salientada por Lênin. Erigidos sobre essa base, e avançando em direção à análise da dependência, tendo como enfoque as formações sociais latino-americanas, os teóricos marxistas da dependência inauguram uma nova explicação sobre o desenvolvimento, divergindo profundamente daquela proposta pelos teóricos do desenvolvimento, já que, ao lançar luz sobre a problemática da dependência e sobre as contradições que perpassam o Estado capitalista dependente, explicitam a inviabilidade de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo conduzido por aqueles Estados, dado os profundos vínculos entre as classes burguesas nacionais e internacionais no interior do bloco no poder.

Finalizamos esse item com um trecho de Dos Santos, no qual o autor reforça a dimensão política sobre a qual está assentado o conceito de dependência:

El tomar en consideración el fenómeno internacional nos lleva no solo al concepto de economía mundial, sino a un conjunto de conceptos duales como países imperialistas y coloniales, dominantes y dependientes, centrales y periféricos. Al establecer tales conceptos entramos de lleno en una **problemática mucho más dialéctica y claramente política**: vamos hacia el concepto de capital financiero, concentración y centralización económicos y del poder, militarismo, capitalismo monopolista de Estado, exportación de capitales, burguesías nacionales o dependientes, enclaves, economías exportadoras, mercado interno, movimiento de liberación nacional, reforma agraria, relaciones entre clase obrera y campesinado, etc. Salimos así de las oscuras y neutras regiones teóricas del crecimiento económico en sí, de la modernización, burocratización y racionalización en sí, de los agentes del desarrollo en sí, de los ‘empresarios’, etc. No es que estos problemas no tengan relevancia, sino que hay que insertarlos en el contexto del proceso histórico concreto, que se manifiesta bajo la forma de una economía y sociedad internacionales en proceso de desarrollo bajo el impacto de los intereses del capitalismo y, en la mitad de nuestro siglo, de las economías socialistas. De esta manera, el problema del desarrollo económico se concreta en la cuestión nacional, en la cuestión del Estado, de la cultura y de la lucha de clases, bajo las condiciones

¹⁸⁰ Theotônio dos Santos faz uso do conceito de Estado dependente nessa passagem: “Este es pues uno de los secretos de la actual economía internacional: los Estados nacionales, imperialistas o dependientes se ocupan de financiar, bien por mecanismos de extorsión fiscal, bien por mecanismos inflacionarios (déficit presupuestario), los movimientos comerciales y financieros del gran capital internacional” (DOS SANTOS, 2011, p. 396).

específicas de inserción de los países dependientes en la economía y sociedad internacionales (DOS SANTOS, 2011, p. 432, grifos nossos).

4.2 O fascismo dependente latino-americano

Dirigimos nosso olhar a partir desse momento para um tema que ocupa espaço significativo nas reflexões de Theotônio Dos Santos, qual seja, sua caracterização dos regimes militares latino-americanos como fascistas. Os escritos de Dos Santos sobre o tema se inscrevem em um amplo campo de debates que tiveram lugar na América Latina durante a década de 1970, os quais se debruçavam sobre o contexto de radicalização política e de contrarrevolução, no qual a consolidação de golpes militares estava imersa¹⁸¹. Tal discussão adquire relevância para nossa pesquisa já que nos permite analisar a forma como o autor se posicionou em relação tanto à crise política que teve lugar nos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, quanto às transformações do próprio Estado naquele momento.

Ao longo de seus escritos sobre o tema entre 1965 e 1979, evidencia-se uma constante oscilação em sua análise a respeito tanto do reaparecimento de movimentos e regimes fascistas como fenômeno internacional, quanto da emergência do fascismo nos países latino-americanos. No movimento de reconstituição de seu pensamento, defrontamo-nos com uma dificuldade decorrente das variadas leituras e interpretações que o autor formula sobre o tema, que denotam o próprio ritmo de escrita do autor, já que ao escrever no calor dos acontecimentos, Dos Santos está impactado pelas transformações de ordem econômica, política e social que ocorreram naquele dado momento histórico – aprofundamento/atenuação da crise capitalista mundial, variações quanto ao grau de repressão à classe trabalhadora pelos regimes militares latino-americanos, alterações na forma dos Estados dependentes e na

¹⁸¹ Helgio Trindade, em seu artigo *El tema del fascismo en América Latina*, apresenta um mapa do debate sobre o fascismo na América Latina, localizando suas origens na década de 1930 e analisando a retomada dessa problemática na década de 1970, frente ao agravamento das crises políticas na região. Inspiradas em grande medida, segundo o autor, pela discussão suscitada pela publicação de *Fascismo e Ditadura*, de Nicos Poulantzas, poderiam ser distinguidas três correntes que se valeram do conceito de fascismo para explicar aquela realidade: “[...] en primer lugar, una concepción que resiste la transposición del concepto fascista posterior a su primera significación europea y que prefiere referirse a términos más generales como ‘procesos de fascistización’ o ‘fascismo en proyecto’; en segundo lugar, el análisis que recupera la idea original de fascismo — juzgándola adaptada a su empleo como concepto explicativo para la América Latina de los años ’70 — utilizando un calificativo del tipo ‘fascismo-dependiente’ o ‘fascismo-atípico’; en tercer lugar, el uso del concepto de fascismo *latu sensu*, disociándolo de cualquier condicionamiento característico de los fenómenos europeos y englobando en su propia especificidad la dinámica de las formaciones sociales latinoamericanas” (TRINDADE, 1983, p. 432). Sem avançarmos propriamente na classificação dos autores em cada corrente, ou mesmo em nossa concordância ou discordância com os argumentos de Trindade, citamos apenas algumas referências desse debate: ZEA (1976); CUEVA (1976); ZAVALETA MERCADO (1979); CASSIGOLI (1976); KAPLAN (1976); BORON (1977).

relação entre tais Estados e os Estados imperialistas, bem como na configuração da luta de classes na região. Tal argumento, entretanto, não pretende isentar o autor de suas imprecisões ou incongruências, mas somente situar os desafios impostos à escrita quando buscamos dar respostas imediatas à realidade social vivida.

Essas oscilações se fazem notar, sobretudo, em seu estudo sobre o caso concreto brasileiro, quando o autor ora identifica traços fascizantes na ação política dos governos militares, no Estado brasileiro e em movimentos gestados na sociedade civil, ora define o regime político militar como fascista propriamente. Em alguns momentos aponta o fascismo como uma possibilidade, em outros, argumenta sua existência real. Embora a primeira leitura predomine entre os anos de 1965 a 1970 e a segunda, na década posterior, é possível encontrar a interposição dessas interpretações nessas duas fases¹⁸².

Para além das intempéries que a análise conjuntural coloca ao labor do(a)s cientistas sociais, entendemos que tais oscilações se devem à própria concepção do autor sobre fascismo e à chave analítica na qual tal problemática é por ele discutida. O autor transita de um esforço por identificar os elementos presentes ou ausentes nos processos políticos latino-americanos que permitiram caracteriza-los como fascistas, à luz das experiências fascistas “clássicas”, para a elaboração do conceito de fascismo dependente, procedimento por meio do qual o autor amplia, por um lado, o escopo do conceito “clássico” de fascismo, e, por outro, atribui o qualitativo dependente, para indicar as particularidades que o fascismo adquire nos países latino-americanos.

Sua reflexão a respeito da emergência do fascismo na região data de 1965, quando o autor, em *A ideologia fascista no Brasil*, ainda de maneira bastante ensaística, questiona-se sobre a existência de condições para um ascenso fascista no país. Nesse artigo, aliás, o autor está muito mais preocupado com o fortalecimento de uma ideologia e de um movimento fascista, do que propriamente com a conformação de um regime político fascista, como pode ser visualizado na seguinte passagem:

Uma outra questão é o fascismo no poder, que não nos cabe tratar aqui. O que podemos ressaltar é que, no poder, o fascismo passa a realizar uma política nitidamente monopolista, militarista, policial e expansionista, o que entra em conflito com as suas bases iniciais. Por isso, não nos interessa aqui analisar o estado

¹⁸² Tendo em vista o escopo e os objetivos de nossa pesquisa, não nos debruçaremos sobre os estudos realizados por Dos Santos sobre o fascismo no Brasil. Nosso interesse recai antes sobre sua sistematização acerca do fascismo dependente, desenvolvida em seus artigos *Socialismo y fascismo en América Latina* e *La cuestión del fascismo en América Latina*, nos quais propõe tal caminho analítico para compreender os processos políticos que tiveram lugar na região durante a década de 1970. Para um estudo sobre o fascismo brasileiro na concepção de Dos Santos, consultar: DOS SANTOS, 1965; 1969; 1973b; BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1998 [1977].

fascista, mas as condições sociais que originam o movimento fascista e que permitem que ele chegue ao poder (DOS SANTOS, 1965, mimeo).

Entre os anos de 1965 e 1973, notamos que sua preocupação recai fundamentalmente sobre o avanço do processo de fascistização no Brasil, explícita no artigo já assinalado e em suas obras *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano* (1969) e na primeira edição de *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano* (1972). A consolidação de novos golpes militares e o avanço da violenta repressão aos movimentos políticos e sociais de esquerda na década de 1970 ganham expressão no pensamento do autor, como fica evidente no excerto adiante

El golpismo se convirtió en la tendencia dominante en el Cono Sur donde triunfaron los golpes militares de Bolivia (1971), Uruguay (1973), Chile (1973), Argentina (1976). Asimismo el gobierno peruano se desvió hacia la derecha en 1976 y el gobierno militar ecuatoriano también revela tendencias derechistas. Otras experiencias militares progresistas como la de Honduras se ven cuestionadas y las dictaduras centroamericanas de Nicaragua, Guatemala y El Salvador continuaron de pie. El gobierno civil de Colombia se ve cada vez más controlado por fuerzas militares de derecha y solamente Panamá mantiene una actitud progresista debido a la lucha por el canal. [...] En contra de estas tendencias fascistizantes sólo se destacan los dos importantes países petroleros del subcontinente que son Venezuela y México, los cuales forman una alianza con Costa Rica y Panamá y en parte Colombia, apoyados por James Carter. Al mismo tiempo Jamaica y Guyana se aproximan a Cuba y refuerzan un posible frente antifascista, que podría atraer también otros países del Caribe (DOS SANTOS, 1978, p. 30-31).

Impactado por tais transformações, Dos Santos empreenderá um esforço por ampliar sua análise para a região, a qual se consubstanciará em suas formulações sobre o fascismo dependente. Ainda que possamos identificar a gênese de tal conceito em 1972, quando aparecia ainda sob a forma de ideia em sua obra *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*, consideramos que este alcança sua maior sistematização nos artigos *Socialismo y fascismo en América Latina hoy* (1977) e em sua contribuição ao dossiê *La cuestión del fascismo en América Latina* (1978), que contava, ademais, com intervenções de Pío García, Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini, razão pela qual voltaremos nossa atenção para os argumentos desenvolvidos nesses últimos. Naquele momento, em 1972, tratava-se de uma breve indicação sobre o caráter dependente e colonial que o fascismo adquiriria nos países latino-americanos, como pode ser vislumbrado a seguir, quando o autor se refere às perspectivas que se abriam diante da crise latino-americana:

La opción que se va desarrollando en este proceso es, pues, entre una profunda revolución social que permita establecer las bases de una nueva sociedad sobre las ruinas del viejo orden decadente y que ofrezca a Latinoamérica un papel de gran importancia en la fundación del mundo del futuro y, de otro lado, la alternativa de la victoria de las fuerzas más retrógradas y bárbaras de nuestro tiempo, la cual sólo se

podrá hacer sobre la destrucción física de los liderazgos populares y de gran masa de sus militantes. ¿Cómo concretarse esta segunda y terrible alternativa en América Latina? Sólo a través de la formación de un movimiento de masas pequeño-burgués con apoyo en capas marginales de la población y del latifundio decadente, fundado en una ideología profundamente irracionalista, que pudiera fundamentar tal carga de barbarie y atraso. **Este sería nuestro fascismo colonial o dependiente.** Desgraciadamente, las formas de esta situación ya se anuncian en América Latina, a través de algunos países, como Guatemala, y en Brasil, donde dichas formas se hicieron públicas a través de acciones terroristas, y en muchas otras partes bajo manifestaciones menos claras¹⁸³ (DOS SANTOS, 1973b, p. 60, grifos nossos).

Esse trecho permite entrever somente alguns aspectos genéricos que conformariam o que Dos Santos denomina por fascismo dependente, como é o caso de seus traços de barbárie e atraso, de sua composição social formada pelas massas pequeno-burguesas, pelas camadas marginais da população e pelo latifúndio decadente, de sua ideologia irracionalista e de sua capacidade de aniquilação física de lideranças populares.

Já nos dois artigos, em 1977 e 1978, o autor constrói seus argumentos evidenciando, de um lado, as razões que justificam a análise dos processos políticos que têm lugar na América Latina como fascistas, e, de outro, os aspectos que lhe conferem especificidade, relacionados, segundo o autor, às características da nova fase imperialista¹⁸⁴ e às contradições próprias dessas formações sociais capitalistas dependentes. Concentraremos nosso olhar sobre tais artigos, por considerarmos que neles há um esforço do autor em precisar com maior cuidado sua concepção em torno do fascismo e sistematizar sua compreensão a respeito do fascismo na América Latina, diferentemente de outros momentos na obra de Dos Santos, quando as diferenças entre fascismo como movimento e como regime não se fazem tão explícitas, ou quando a visão do autor se centra no caso específico brasileiro.

Embora sua análise sobre o fascismo na América Latina e sua própria concepção em torno do fascismo sofram mudanças ao longo de sua obra, dois elementos estão presentes em todas as suas reflexões. O primeiro deles é a referência às experiências fascistas europeias,

¹⁸³ Identificamos que essa passagem já estava presente na edição de 1969, de seu livro *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*, entretanto com uma diferença significativa. Naquela ocasião, o autor ainda não utilizava o termo fascismo dependente: “La opción que se va desarrollando en este proceso es, pues, entre una profunda revolución social que permita establecer las bases de una nueva sociedad sobre las ruinas del viejo orden decadente y que ofrezca a Latinoamérica un papel de gran importancia en la fundación del mundo del futuro y, de otro lado, la alternativa de la victoria de las fuerzas más retrógradas y bárbaras de nuestro tiempo, la cual sólo se podrá lograr sobre la destrucción física de los liderazgos populares y de gran parte de sus militantes. ¿Cómo puede concretarse esta segunda y terrible alternativa en América Latina? Sólo a través de la formación de un movimiento de masas pequeño-burgués con apoyo en capas marginales de la población y del latifundio decadente, fundado en una ideología profundamente irracionalista que pudiera fundamentar tal carga de barbarie y de atraso. **Este sería nuestro fascismo colonial.** Desgraciadamente, las formas de esta situación ya se anuncian en América Latina a través de algunos países como Guatemala, y Brasil, donde dichas formas se hicieron públicas a través de acciones terroristas, y en muchas otras partes bajo manifestaciones menos claras” (DOS SANTOS, 1969, p. 35-36, grifos nossos).

¹⁸⁴ Remetemo-nos aqui à fase imperialista descrita por Dos Santos nas décadas de 1960 e 1970.

fontes para o autor tanto de sua concepção de fascismo, quanto para sua formulação em torno do fascismo dependente (DOS SANTOS, 1977; DOS SANTOS et al., 1978), ou neofascismo (DOS SANTOS; BAMBIRRA, 1998 [1977]). Já o segundo, diz respeito à díade socialismo-fascismo, chave interpretativa que orienta suas elaborações sobre o tema. A discussão sobre o fascismo no pensamento de Dos Santos aparece sempre articulada com sua oposição possível, o socialismo, razão pela qual em diversos momentos aquele aparece como um horizonte, como uma perspectiva, já que a radicalização política poderia se consubstanciar também em seu pólo oposto no espectro político, na constituição de uma alternativa socialista.

É de sua análise sobre as características assumidas pelo imperialismo após a segunda guerra mundial, de crescente concentração, centralização e internacionalização do capital, e da configuração de uma nova fase depressiva, cujo epicentro é a crise econômica estadunidense¹⁸⁵, que emana sua avaliação da possibilidade de emergência de um novo ciclo político fascista. Não se tratava, nesse sentido, de um fenômeno isolado latino-americano, mas sim de uma tendência internacional, como assinala o autor em sua obra *Imperialismo y dependencia*, descrevendo a reconfiguração do fascismo na década de 1970:

Desde fines de la década del 60, entramos así en una nueva era política. Ella es el anuncio de las tendencias aún subterráneas que aflorarán durante estos años de crisis general del sistema y que podrán ser matizadas por periodos de recuperación, pero que continuarán profundizando en su conjunto las contradicciones del capitalismo hasta hace muy poco aparentemente ablandadas por la fase de acumulación. En este cuadro **no se puede despreciar el ascenso del fascismo**. Este ha reaparecido en la escena mundial como movimiento organizado y dispone aún de fuertes puntos de apoyo en gobiernos como los de Brasil y España, así como anteriormente los encontraba en las dictaduras de Grecia y Portugal. En nuestros días (1978), han encontrado un baluarte en la junta militar chilena. En Italia se ha descubierto una red de relaciones fascistas que compromete a altos personeros demócrata cristianos y altas jerarquías de la OTAN en un intento frustrado de golpe de Estado en 1970. La CIA (*Central Intelligence Agency*) ha participado activamente del desarrollo de estas conspiraciones (DOS SANTOS, 2011, p. 17-18, grifos nossos).

A caracterização de Dos Santos dessa fase histórica como um momento de crise do capitalismo, situada por ele entre 1966 e 1977, é um primeiro elemento que lhe possibilita relacionar os dois tipos de fascismo, já que, remetendo-se ao contexto e às condições que possibilitaram a formação de regimes fascistas nos anos de 1920 e 1930, o autor afirma que o fascismo se configura como uma solução política contrarrevolucionária própria da fase imperialista do capitalismo¹⁸⁶. Nesse sentido, o autor pontua:

¹⁸⁵ Um estudo sobre a crise econômica estadunidense e seus impactos na América Latina pode ser encontrado em sua obra *La crisis norte-americana y América Latina* (1972).

¹⁸⁶ Nas palavras de Dos Santos: “[...] al señalar que el fascismo es un régimen de excepción, basado en el terror, lo delimitamos conceptualmente como una **forma contrarrevolucionaria propia de la época del imperialismo**

Considero que estas situaciones de crisis de largo plazo son las que obligan a la clase dominante, y en el caso específico de la época imperialista al capital financiero, a buscar un régimen de excepción para impedir la resolución revolucionaria que las coyunturas de crisis plantean (DOS SANTOS et al., 1978, online).

Em sua análise sobre o fascismo, o autor ressalta seu surgimento como movimento político na Europa nas décadas de 1920 e 1930, em um momento de crise do imperialismo – primeira grande crise dessa nova fase do imperialismo (DOS SANTOS et al., 1978). Essa crise, que tinha sido produto das disputas interimperialistas, que culminaram na I Guerra Mundial, e que alcançou seu auge entre 1929 e 1933, estava acompanhada, por sua vez, de um fortalecimento da organização operária, que se manifestava no ascenso do movimento socialista mundial (DOS SANTOS, 1977; 2011). Frente à crise e à ameaça política que o avanço da classe trabalhadora representava, tal movimento, cuja base social era formada predominantemente pela pequena burguesia, mas que encontrava expressão também no lumpemproletariado e nos setores decadentes da oligarquia proprietária de terra, chega ao poder quando é capitaneado pelo grande capital nacional daqueles países¹⁸⁷. De acordo com o autor:

El fascismo sólo se convierte en una fuerza capaz de llegar al poder y mantenerse en él cuando atrae el interés y el apoyo del gran capital. Este apoyo se produce cuando éste necesita de las bandas fascistas para enfrentarse al comunismo o la revolución popular. La gran burguesía acepta pactar con esos bandos de desclasados y admite entregarles el poder sólo como último recurso, cuando su base social está profundamente minada (DOS SANTOS, 1977, p. 180-181).

Nessa passagem é possível identificar que o autor distingue movimento fascista de regime fascista. Em sua concepção, o triunfo do fascismo e sua transformação em “régimen permanente” (DOS SANTOS, 1977, p. 182) estavam atrelados a algumas condições históricas. Tais condições se configuravam, segundo o autor:

i) quando a revolução proletária se conforma como uma possibilidade concreta ou aparente e a classe trabalhadora ainda não dispõe de força suficiente para conquistar o poder;

y, por tanto, podemos comprender por qué este fenómeno surge exactamente después de la primera guerra mundial, que es la primera gran crisis del imperialismo” (DOS SANTOS et al., 1978, online, grifos nossos).

¹⁸⁷ O trânsito histórico dos movimentos fascistas para regimes fascistas é reconhecido pelo autor nesse trecho: “Habiendo surgido en Italia en 1919 y llegado al poder en 1922, el movimiento fascista se extendió a toda Europa, a Estados Unidos y a América Latina. Posteriormente con el golpe de Estado de Pilsudsky en Polonia, en 1926, de inspiración fascista y con la victoria del nazismo en Alemania en 1933, el fenómeno fascista se presenta ya no solamente como un movimiento político, sino como una alianza de Estados nacionales que se extiende a España, Japón y posteriormente a casi toda Europa Continental ocupada por Alemania y formada de gobiernos colaboracionistas del nazismo” (DOS SANTOS, 1977, p. 180).

ii) frente à necessidade de uma unidade nacional, obrigando a grande burguesia a se apoiar em setores marginais para assegurar seu poder;

iii) quando “[...] el Estado democrático-liberal o formas poco articuladas de Estados de excepción no sean capaces de alcanzar la legitimidad social suficiente para mantenerse ni de asegurar los medios de represión” (DOS SANTOS, 1977, p. 183).

Embora esse argumento do autor esteja inscrito em sua discussão sobre o fascismo em geral, no item “*Sobre la teoría del fascismo*” de seu artigo *Socialismo y fascismo en América Latina* (1977), acreditamos que são nelas que o autor se apoia para afirmar a emergência do fascismo latino-americano. Avancemos para uma discussão mais detalhada sobre os dois artigos indicados acima.

Os dois artigos que abrigam as formulações mais sistemáticas de Dos Santos a respeito do fascismo dependente guardam uma semelhança entre si: ambos foram elaborados como subsídios para intervenções orais do autor em congressos, o primeiro, no *Encuentro de la Tribuna Internacional sobre El Socialismo en el Mundo*, em Cavtat, Iugoslávia, e o segundo, no Seminário Permanente sobre América Latina, intitulado *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, realizado no México. Trata-se, portanto, de esforços de síntese do autor em torno da problemática do fascismo na América Latina e da defesa de sua tese sobre a conformação de um fascismo dependente na região, considerado pelo autor uma forma “atípica” de fascismo¹⁸⁸.

Ainda que tenham sido escritos em um intervalo curto de tempo, entre 1976 e 1978¹⁸⁹, é possível observar diferenças importantes quanto às concepções de fascismo, que impactam em sua formulação acerca do fascismo nos países dependentes latino-americanos, bem como no lugar dedicado ao Estado em sua elaboração. Embora Theotônio dos Santos não reconheça qualquer transformação daquele artigo para este, mencionando apenas, no início do artigo de 1978, que “Mi contribución a este seminario deberá versar sobre algunas consideraciones de carácter conceptual ya que en las aportaciones anteriores se llegó a un nivel de planteamiento histórico y teórico bastante preciso” (DOS SANTOS et al., 1978, online), consideramos que existem duas construções teóricas distintas, argumento que buscaremos explicitar a partir de um exame dos principais elementos discutidos pelo autor nos dois artigos. Para fins de organização, reconstituiremos sua análise cronologicamente, para, em seguida, procedermos a uma comparação entre ambas.

¹⁸⁸ “Los régimes dictatoriales actuales son pues una primera fase de un proceso de fascistización de más largo plazo. Cabe pues discutir más teóricamente la cuestión del fascismo, sea bajo su forma clásica, sea bajo su **forma dependiente y atípica**” (DOS SANTOS, 1977, p. 180, grifos nossos).

¹⁸⁹ Indicamos aquí o ano em que os congressos ocorreram.

Em *Socialismo y fascismo en América Latina* (1977), Dos Santos constrói sua análise sobre o fascismo dependente a partir da descrição do contexto histórico latino-americano de agudização da luta política, no qual, frente à polarização revolução-contrarrevolução, o avanço dos regimes políticos da região em direção a soluções fascistas se colocava como uma possibilidade iminente, como salienta o autor:

La historia política reciente del subcontinente latinoamericano está marcada por la decadencia o debilitamiento de las corrientes nacionalistas y democráticas burguesas y por una radicalización política que tiende a poner frente a frente regímenes de fuerza con creciente contenido fascista y movimientos populares revolucionarios de progresiva tendencia socialista (DOS SANTOS, 1977, p. 173).

O autor recupera os processos políticos que tiveram lugar em países como o Brasil, República Dominicana, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Uruguai, El Salvador e Guatemala para compor sua caracterização do processo de radicalização política na região e assinalar como a constituição dos regimes militares nesses países, que contaram com forte apoio estadunidense, representavam respostas ao ascenso da classe trabalhadora e indicavam que “[...] las opciones ideológicas intermedias van perdiendo fuerza y dando lugar a soluciones extremas que rompen con una tradición histórica de compromisos e inaugura una nueva fase económico social y político ideológica” (DOS SANTOS, 1977, p. 177). Ainda que o autor, nessa mesma passagem advirta que “Eso no quiere decir que esas opciones intermedias no subsistan e incluso se mantengan en el poder en ciertos países” (DOS SANTOS, 1977, p. 177), o fascismo e o socialismo aparecem, em seu pensamento, como as alternativas mais prováveis naquele momento histórico.

Analisando a conformação dos regimes militares na região, o autor relaciona sua emergência à crise do populismo e ao fracasso do projeto de desenvolvimento nacional das burguesias locais. É no bojo do novo modelo de acumulação, hegemônico pelo grande capital internacional, e da articulação de uma contrarrevolução em nível continental, para fazer frente à ameaça socialista representada pela difusão da experiência revolucionária cubana¹⁹⁰, que aqueles regimes se construíram (DOS SANTOS, 1977).

Um elemento que nos chama a atenção nesse artigo é a alternância existente sobre a denominação dos regimes militares latino-americanos como fascistas, o que tem implicações para sua concepção de fascismo dependente. Em alguns trechos, o autor descreve

¹⁹⁰ Dos Santos chama atenção para as limitações ideológicas e sociais que estavam colocadas para as frentes populares formadas naquele período e afirma que a dificuldade de conduzir aquelas mobilizações a processos revolucionários socialistas, abriu caminho para que os movimentos contrarrevolucionários fortalecessem os golpes de Estado como saídas para a crise econômica e política. Cf. DOS SANTOS, 1977, p. 177.

o fascismo na região como uma tendência, como uma ameaça ou como um processo em curso:

[...] regímenes de fuerza con **creciente contenido fascista** [...] (DOS SANTOS, 1977, p. 173, grifos nossos);

[...] que pretenda instaurar **definitivamente** [grifo original] un régimen totalitario de carácter fascista, sólo hay una tenue barrera. Los regímenes dictatoriales actuales son pues una **primera fase de un proceso de fascistización** de más largo plazo” (DOS SANTOS, 1977, p. 179-180, grifos nossos);

La **amenaza del fascismo** se ha convertido en el problema político fundamental de América Latina (DOS SANTOS, 1977, p. 190, grifos nossos).

Já em outras passagens, o autor define aqueles regimes como fascistas propriamente:

En estas condiciones es natural que, en segundo lugar, se produzca cierta independencia relativa entre el movimiento político fascista relativamente débil [...] y el **Estado fascista** dominado por la élite empresarial, militar y tecnocrática. [...] En tercer lugar, tales contradicciones internas debilitan estos **regímenes fascistas** [...] (DOS SANTOS, 1977, p. 187, grifos nossos).

La victoria de varios **golpes fascistas** en América Latina y en otras partes del Tercer Mundo [...] (DOS SANTOS, 1977, p. 188, grifos nossos).

La clase obrera latinoamericana tiene sin embargo algunas experiencias políticas importantes que pueden acelerar su desarrollo organizativo y político independiente y en consecuencia, tiene capacidad para hegemonizar la **lucha antifascista** y darle un contenido radical de liquidación de sus raíces económicas y, por lo tanto, de conducir de manera continua y revolucionaria la etapa del derrumbe del **fascismo** hacia la etapa inmediatamente superior de lanzamiento de las bases para la revolución socialista (DOS SANTOS, 1977, p. 189, grifos nossos).

Essa oscilação nos coloca diante da questão: Dos Santos, ao se referir ao fascismo dependente, estaria refletindo sobre uma tendência que se prefigurava na região, ou definindo efetivamente os regimes políticos latino-americanos como fascistas?

Tal questionamento é reforçado, ademais, pela maneira como o autor estabelece a relação entre fascismo “clássico” e fascismo dependente, já que Dos Santos se concentra antes em discutir os traços que diferenciariam o último do primeiro, do que indicar os elementos que permitiriam caracterizar aqueles regimes como fascistas, em primeiro lugar. Embora o autor dedique um item a cada um desses pontos, “*Sobre la teoría del fascismo*” e “*Sobre el fascismo dependiente*”, a correspondência entre ambos carece de desenvolvimento.

Ainda que o autor reconheça as particularidades que o fascismo assumiu nos países europeus, ele formula uma definição geral de fascismo, a qual está assentada em três de suas dimensões:

a) movimento político fascista - possui uma origem de classe pequeno burguesa, desenvolve-se em oposição ao avanço do movimento revolucionário e se apoia no princípio da autoridade e da disciplina como solução à instabilidade social gerada pela crise e pelo crescimento do movimento operário (DOS SANTOS, 1977, p. 183);

b) ideologia fascista - marcada por um irracionalismo e pela valorização de “[...] elementos culturales románticos, heroicos y místicos y su vínculo directo con lo político”. Essa ideologia estava apoiada, ademais, na tentativa de “[...] conciliación entre el totalitarismo en el orden público y el criterio privado en lo económico, rompiendo sin embargo con el capitalismo liberal puro y afirmando el papel de la intervención estatal y de las grandes empresas capitalistas” (DOS SANTOS, 1977, p. 183);

c) regime político fascista - concebido como um regime totalitário e repressivo do grande capital, exercido por um setor social de sua confiança, apontado por Dos Santos como sendo geralmente a pequena burguesia, que busca “[...] **destruir** la oposición comunista y ablandar la posición liberal, paralizar la crítica social e intelectual, destruir cualquier elemento ideológico de resistencia a su dominio total” (DOS SANTOS, 1977, p. 183, grifo original), e que apresenta tendências expansionistas e anti Estado liberais, apoiadas em ideais nacionalistas, raciais, imperialistas e tradicionais e em um anticomunismo.

Essa caracterização construída por Dos Santos, de caráter mais genérico, não abriga uma concepção acerca do Estado fascista. Tal concepção aparece, entretanto, em outro momento, quando o autor descreve a formação dos Estados fascistas como produto de movimentos políticos fascistas. Tendo em vista que o autor reconhece a possibilidade de que o Estado fascista também pudesse emergir de ocupações ou golpes militares¹⁹¹, acreditamos que a não incorporação do Estado fascista em sua definição mais geral sobre fascismo se deva precisamente a tal razão¹⁹².

Analisando, portanto, a conversão do movimento fascista em regime político, Dos Santos destaca que o Estado fascista, embora seja resultado da fusão entre o movimento pequeno burguês e a grande burguesia, expressa os interesses hegemônicos do grande capital, o que cria, segundo o autor, uma contradição aparente entre tal Estado e a base social do fascismo, já que uma vez instaurado, tal regime deve “[...] destruir el ala antimonopolista del movimiento, sujetar los grupos paramilitares y lograr un acuerdo político e ideológico con el

¹⁹¹ Essa possibilidade é aventada nesse trecho: “Teóricamente se podría admitir la existencia de un Estado fascista que no fuese generado por un movimiento fascista sino por una ocupación o un golpe militar y así sucedió en Europa desde 1939 a 1945. Por otro lado se podría admitir el ascenso al poder de un movimiento fascista en posición subordinada aunque no se lograra establecer un Estado fascista, sino solamente formas parciales del mismo” (DOS SANTOS, 1977, p. 180).

¹⁹² Desenvolveremos tal argumento mais à frente.

sector de los conservadores dispuestos a aliarse con el fascismo” (DOS SANTOS, 1977, p. 181). Nesse sentido, esse Estado não expressa necessariamente os ideais que orientavam o movimento fascista, tendo que mediar entre aqueles ideais e as condições objetivas. Dos Santos salienta, ademais, que o Estado fascista não se distingue do Estado liberal em sua essência, mas somente em sua forma, que, de acordo com ele, “[...] es importante pero no decisiva” (DOS SANTOS, 1977, p. 181).

Precisamente por não considerar decisiva a forma do Estado fascista, o autor não se demora em sua descrição, enunciando que este procura eliminar a distinção entre a sociedade civil e o Estado, estabelecendo uma adesão incondicional do indivíduo ao Estado; suprimir o sistema de partidos, conformando um partido único como extensão do Estado; apoiar-se em uma forte verticalização e militarização da vida social e em formas corporativas, por meio das quais busca controlar diretamente as contradições nacionais que emergem da luta de classes e garantir uma intervenção estatal mais direta (DOS SANTOS, 1977, p. 182). Ao elencar, por sua vez, os elementos essenciais que tal Estado preserva, a defesa da propriedade privada, a “organização empresarial capital”¹⁹³ e o direito civil burguês, que o assemelharia ao Estado liberal, Dos Santos está se referindo, na prática, a traços que são característicos dos Estados capitalistas, ou seja, do tipo de Estado capitalista, e não somente da forma de Estado liberal¹⁹⁴. Essas semelhanças, que Dos Santos atribui à forma e não ao tipo de Estado, são reforçadas no trecho adiante:

[...] el fascismo¹⁹⁵, a pesar de su apariencia ideológicamente totalitaria, económicamente estatista y políticamente anti o unipartidista, es decir, en su conjunto anti-liberal, no deja de ser una expresión extrema de aquellos elementos esenciales que conforma el orden liberal capitalista. La oposición entre liberalismo y fascismo a pesar de ser real y de expresar estadios distintos del capitalismo, no es sin embargo absoluta (DOS SANTOS, 1977, p. 182).

Cumprе salientar que o autor destaca ainda um último elemento que concerne ao Estado fascista, qual seja, o favorecimento extraordinário que este proporciona ao avanço do monopólio, estimulando a concentração e a centralização de capital, agudizando a

¹⁹³ O trecho aparece entre aspas por se tratar da expressão empregada pelo autor.

¹⁹⁴ Utilizamos a distinção elaborada por Poulantzas (1977) entre tipos e formas de Estado, já enunciada anteriormente.

¹⁹⁵ Conquanto o autor use fascismo em vez de Estado fascista na passagem referida, trata-se da continuidade de sua argumentação sobre aquele Estado, razão pela qual, mesmo diante dessa imprecisão conceitual, ela foi incluída como parte da exposição. É digno de nota, entretanto, o descuido do autor, já que ele próprio se dedicou a distinguir entre movimento fascista, ideologia fascista e regime fascista. Isso também ocorre nos dois parágrafos imediatamente anteriores ao referido. Cf. DOS SANTOS, 1977, p. 182.

exploração¹⁹⁶ da força de trabalho e elevando as taxas de lucro, elementos que se revertiam, segundo Dos Santos, em favor do grande capital (DOS SANTOS, 1977, p. 182). Novamente, não se trata de um traço distintivo do Estado fascista, mas sim de uma característica assumida por diferentes formas de Estado na fase imperialista do capitalismo. Cabe ressaltar que sua descrição do Estado fascista está marcada, ademais, por uma alternância entre os conceitos de Estado efetivamente, e o de regime político¹⁹⁷, sem, contudo, explicitar o sentido que está conferindo a cada um deles, ou demonstrar que não se tratam de conceitos equivalentes¹⁹⁸.

Passando à análise de Dos Santos acerca dos regimes militares latino-americanos, cumpre salientar que esta reflete aquela oscilação acima mencionada. Em um primeiro momento, o autor faz referência às medidas adotadas pelos governos contrarrevolucionários, sob o domínio do grande capital, nacional e, principalmente, internacional, sem, contudo, denomina-las como fascistas ou integra-las ao item dedicado a tal análise (“*Sobre el fascismo dependiente*”), afirmando somente que

¹⁹⁶ O autor utiliza “sobreexplotación” e não “explotación”, entretanto, consideramos que não se trata do mesmo significado atribuído por Marini, em seu conceito de superexploração do trabalho. Buscando evitar tal polêmica, optamos, nesse caso, pelo uso do conceito de exploração.

¹⁹⁷ Um exemplo dessa oscilação pode ser verificada nesse trecho: “Pero el **Estado fascista** es un resultado de la fusión de este movimiento pequeño burgués con la burguesía, particularmente con los grandes capitalistas y tiene una base social distinta. Vimos que el movimiento fascista sólo puede llegar al poder de la mano de los conservadores y específicamente cuando el gran capital, que domina al Estado y a la sociedad, lo necesita, lo acepta y lo promueve. El **régimen fascista** deberá reflejar en consecuencia los intereses hegemónicos del gran capital. Esto entra en contradicción aparente con la base social del fascismo. Esta contradicción se manifiesta cuando el **régimen** se instaura y tiene que destruir el ala antimonopolista del movimiento, sujetar los grupos paramilitares y lograr un acuerdo político e ideológico con el sector de los conservadores dispuestos a aliarse con el fascismo. Cabe aún al **régimen** liquidar toda resistencia liberal, que se oponga a su consolidación. De esta manera, el **régimen fascista** no es una aplicación ‘a outrance’ de los ideales confusos y demagógicos del movimiento que le da origen y no obedece necesariamente a un patrón rígido. El **régimen** no lograría subsistir si aplicase mecánicamente tales ideales. Los **regímenes fascistas** concretos son el resultado de un compromiso entre esos ideales y las condiciones objetivas. Como todo proceso sociopolítico, es un producto también del pragmatismo. El **Estado fascista** no se diferencia del liberal en su esencia sino en su forma, que es importante pero no decisiva” (DOS SANTOS, 1977, p. 181, grifos nossos).

¹⁹⁸ Poulantzas, em sua distinção entre tipos de Estado e formas de Estado, inclui também uma reflexão a respeito das formas de regime político. Em *Poder político e clases sociales*, o autor afirma: “É evidente que essas formas de Estado só podem ser estudadas concretamente na sua conjunção com as **formas de regime**, que dizem respeito à **cena política** e à periodização propriamente política. As formas de Estado fixam os limites desse espaço particular que é a cena política, circunscrevendo o quadro geral do papel dos partidos em relação ao bloco no poder. A cena política diz respeito às modalidades concretas da representação política partidária relativamente à ação aberta ou declarada das forças sociais. A combinação das formas de Estado e da configuração da cena política nos apresenta os regimes políticos” (POULANTZAS, 1977, p. 314-315, grifos originais). Essa distinção aparece, ademais, em *Fascismo e Ditadura*, quando Poulantzas se refere às particularidades do fascismo, enquanto Estado e forma de regime: “Antes de entrar na análise concreta do Estado fascista, é preciso dizer duas palavras sobre os **critérios pertinentes** que o especificam, enquanto forma de Estado e enquanto forma de regime. [...] Indiquemos simplesmente que os factores de diferenciação das **formas de Estado** capitalista são: a) as relações do económico, do político e da ideologia num estágio determinado do M. P. C.; b) os caracteres gerais da luta de classes no **período** correspondente das formações capitalistas: neste caso [fascismo], os caracteres gerais da crise política – forma de Estado de excepção. Os factores de diferenciação das **formas de regime** são as modalidades concretas da luta política de classe numa **conjuntura** determinada: neste caso, a crise política específica à qual correspondiam os fascismos” [...] (POULANTZAS, 1972, p. 99, v.2, grifos originais).

Este conjunto de elementos políticos, jurídicos, ideológicos y económicos indican claramente que las dictaduras no vienen por un período pasajero sino para durar. Para que esta tendencia a la **duración** [grifo original] se convierta en una ideología abiertamente anti-liberal, que **pretenda instaurar definitivamente** [grifo original]¹⁹⁹ **un régimen totalitario de carácter fascista**, sólo hay una tenue barrera. Los regímenes dictatoriales actuales son pues una **primera fase de un proceso de fascistización de más largo plazo** (DOS SANTOS, 1977, p. 179-180, grifos nossos).

As medidas indicadas pelo autor dizem respeito, sobretudo, a mudanças que estavam ocorrendo nos Estados latino-americanos. Dentre elas, destacam-se a restrição das liberdades democrático-burguesas; a repressão sobre os movimentos populares e partidos políticos; a censura dos meios de comunicação de massa; o controle das universidades e dos intelectuais; a implantação de um Estado de exceção, que suspende a legislação liberal; o fortalecimento do Executivo, o debilitamento ou extinção do parlamento e o aumento do poder repressivo do Estado; o compromisso entre setores conservadores e fascistas na busca de uma solução política autoritária; o crescimento da intervenção estatal na economia. O autor pondera que não se criam as condições para a formação de um Estado corporativo, tendo em vista o

[...] carácter altamente impopular de las medidas económicas que se adoptan para favorecer al gran capital y destruir la capacidad de reacción política de las grandes mayorías democráticas, e incluso de los sectores pequeño burgueses que apoyaron el golpe pero no se sienten contentos con el proceso de concentración económica y centralización de capitales que patrocina el gobierno generado por el golpe. A pesar de sentirse atraídos por un gobierno corporativista, los sectores pequeño burgueses no atraen la confianza suficiente del gran capital, ni disponen de la fuerza necesaria para imponerle sobre todo al capital internacional, su punto de vista y su participación institucional en el Estado por la vía del corporativismo (DOS SANTOS, 1977, p. 178).

Ainda que possamos sugerir a existência de um vínculo entre tais medidas e a concepção de Dos Santos sobre o Estado fascista, essa relação não está explicitada pelo autor nesse artigo. Nesse sentido, caberia uma questão: Quais elementos impediriam que Dos Santos os caracterizasse como Estados fascistas propriamente, nesse momento? Ou trata-se, antes, de um lapso do autor, ao não explicitar que seriam justamente estes os traços que lhe permitiriam definir os Estados latino-americanos como fascistas?

Quando se dirige propriamente à caracterização do fascismo dependente, Dos Santos o faz indicando as diferenças entre este e o fascismo dos modelos clássicos, centrando-se na especificidade da relação que se estabelece entre movimento e Estado fascista nos países latino-americanos e no caráter da dependência que a nova fase imperialista lhes impõe. Nesse

¹⁹⁹ Apenas a palavra “definitivamente” foi destacada no texto pelo autor.

momento, a referência do autor ao caráter fascista dos Estados latino-americanos é explícita²⁰⁰. Ao se remeter à composição desse Estado, o autor enuncia a dominância de uma elite empresarial, militar e tecnocrática, afirmando que os setores fascistas atuavam predominante “en la sombra” (DOS SANTOS, 1977, p. 187), não ocupando as posições de mando centrais. Tal Estado estava apoiado na doutrina de segurança nacional, base ideológica que teria permitido, segundo o autor, unificar politicamente a maioria dos militares. Descrevendo os traços essenciais dessa ideologia, o autor procura evidenciar o seu nexos com o conteúdo fascista clássico, reconhecendo, ainda assim, suas profundas diferenças:

Su contenido fascista es poco similar al clásico, pero es muy claro: esta ideología sustituye la figura del jefe por una élite tecnocrática militar y civil, la del partido por el aparato burocrático nacional militar; por otro lado, la idea de la represión y del orden como factores del desarrollo nacional de la fortaleza de la nación es típicamente fascista (DOS SANTOS, 1977, p. 187).

Entendendo que a verdadeira natureza do fascismo dependente residiria na necessidade de sobrevivência do grande capital internacional e local, Dos Santos acentua, entretanto, a subordinação do último ao primeiro, quando afirma que os Estados fascistas latino-americanos fortalecem antes o capital internacional do que o nacional. Tal característica produz impactos significativos na relação entre tais Estados e o movimento político fascista²⁰¹, a qual se funda em uma independência relativa. Impostos de cima para baixo e não como produtos de um forte movimento político fascista, esses Estados encontram sua sustentação antes na repressão pela elite, do que na mobilização de uma base social. Dos Santos indica que a mobilização do movimento fascista por tais Estados somente se fez necessária como instrumento de desestabilização do poder das massas (DOS SANTOS, 1977, p. 187).

A fragilidade da base social constituída por aqueles Estados é sublinhada pelo autor nesse excerto:

Tal Estado no puede recurrir sin problemas a mediaciones corporativas, pues no tiene mayores esperanzas de subordinar orgánicamente a la clase obrera y hasta a la pequeña burguesía, en general descontenta con el carácter claramente entreguista y pro-monopólico de la política fascista (DOS SANTOS, 1977, p. 187).

²⁰⁰ O caráter fascista desses Estados é reconhecido no excerto adiante: “En estas condiciones es natural que, en segundo lugar, se produzca cierta independencia relativa entre el movimiento político fascista relativamente débil (que sólo alcanza cierto auge en situaciones críticas cuando este movimiento asume un carácter ideológicamente muy difuso) y el **Estado fascista** dominado por la élite empresarial, militar y tecnocrática” (DOS SANTOS, 1977, p. 187, grifos nossos).

²⁰¹ Dos Santos, nesse artigo, define o movimento fascista latino-americano como relativamente débil, sem apresentar, contudo, elementos que corroborem seu argumento.

Ao evidenciar a carência de apoio social e de legitimação ideológica desse Estado, o que, por um lado abria espaço para a sobrevivência política do movimento popular, e por, outro, exigia o permanente recurso a medidas repressivas, e ressaltar que tal regime se sustentava “[...] mucho más en una apatía política de amplios sectores pequeño burgueses y obreros que en una capacidad real de ganar su apoyo activo” (DOS SANTOS, 1977, p. 187), Dos Santos conclui que o fascismo dependente gozava de uma debilidade muito maior do que aquela dos modelos clássicos.

Partindo da análise que o autor elabora nesse artigo, consideramos que o exercício de estabelecer uma comparação entre Estado fascista clássico e Estado fascista dependente latino-americano, segundo a concepção de Dos Santos, vê-se dificultada. Isso porque o autor não explicita com clareza os traços fundamentais que lhe permitem definir os Estados latino-americanos como fascistas. Nossa hipótese é de que são naquelas transformações elencadas pelo autor, ao se referir aos governos contrarrevolucionários, que Dos Santos se apoia para identificar a formação de um Estado fascista na América Latina, entretanto, essa relação não encontra lugar na própria argumentação do autor. Chama atenção, ademais, o fato de tais traços não aparecerem em sua definição sobre o Estado fascista clássico, quando seu enfoque recai sobre a relação entre o grande capital e a pequena burguesia, as suas semelhanças e diferenças com o Estado liberal e seu caráter corporativista. Já ao se referir às características assumidas pelo Estado fascista na América Latina, o autor coloca em evidência a hegemonia exercida pelo grande capital internacional no bloco no poder e a fragilidade de sua base social, a qual é compensada pelo recurso contínuo à repressão, traços que o distinguiriam dos Estados fascistas clássicos. A semelhança entre tais Estados é reconhecida somente em sua caracterização da base ideológica sobre a qual o Estado fascista latino-americano se sustenta, ao afirmar que “[...] la idea de la represión y del orden como factores del desarrollo nacional de la fortaleza de la nación es típicamente fascista” (DOS SANTOS, 1977, p. 187).

Enfatizando a ameaça fascista na América Latina como um problema político fundamental e a relevância que a luta antifascista adquiria na região nesse contexto, Dos Santos reforça sua máxima socialismo ou fascismo, ao realçar que “[...] el fascismo es una solución desesperada, el último recurso de supervivencia del gran capital en la fase del proceso de la revolución socialista mundial” (DOS SANTOS, 1977, p. 189). Mesmo atenuando sua afirmação logo em seguida, ponderando a preocupação das classes dominantes em oferecer uma perspectiva democrático-burguesa, como resposta a um possível fracasso dos regimes fascistas, a tônica de sua análise está construída sob aquele imperativo.

Em sua intervenção em *La cuestión del fascismo*, o autor opera com uma concepção mais abrangente e generalizante sobre o regime político fascista do que no primeiro artigo, definindo-o como um regime de exceção do grande capital, que recorre sistematicamente ao uso de métodos terroristas de repressão (DOS SANTOS et al., 1978, online). Segundo o próprio autor, seu objetivo, ao situa-lo em um plano “suficientemente general” (DOS SANTOS et al., 1978, online), teria por objetivo lançar luz sobre seus aspectos essenciais – seu caráter de classe, sua época histórica e seu método de repressão, afastando-se de uma definição que se apoiasse em elementos como o apoio da pequena burguesia, o partido único ou a perseguição a judeus, traços particulares e não essenciais do fascismo.

Deparamo-nos, nesse artigo, ao mesmo tempo com o argumento de Dos Santos sobre a dificuldade de definir com precisão as características do Estado fascista, já que, em sua perspectiva, o Estado assumiu diversas formas particulares sob tal regime. Nesse sentido, o fascismo é descrito como “[...] una forma muy general del Estado, caracterizada por regímenes de excepción que utilizan el terror, lo que los distingue de otras formas particulares de regímenes del gran capital” (DOS SANTOS et al., 1978, online). A reduzida relevância que o Estado assume na definição de Dos Santos sobre o fascismo latino-americano se explicita, ademais, em sua divergência com Marini, quando questiona a centralidade conferida pelo autor ao Estado de Segurança Nacional em sua caracterização dos processos políticos na região. Para Dos Santos, tratar-se-ia de um aspecto secundário, já que, em sua concepção, o elemento essencial residiria na “[...] lucha del gran capital por imponer su hegemonía y la necesidad de recurrir para ello al Estado de excepción y al terror” (DOS SANTOS et al., 1978, online).

É precisamente por se fundamentar em uma concepção tão genérica de fascismo que o autor pode reconhecer os regimes latino-americanos como fascistas, avançando, seguidamente, para a identificação dos aspectos particulares que tal fascismo adquire nesses países dependentes.

Embora o autor não empregue o conceito de fascismo dependente nessa ocasião²⁰², referindo-se, em vez disso, ao “fascismo latino-americano”, Dos Santos se preocupa em evidenciar suas especificidades. Sua emergência, ainda que esteja circunscrita à fase imperialista do capitalismo, assim como as experiências fascistas clássicas, corresponde a um momento histórico distinto, no qual a concentração, centralização e internacionalização do capital adquirem grandes magnitudes e a intervenção do Estado na economia se tornou mais

²⁰² O autor apenas faz referência, em uma nota de rodapé, ao seu artigo *El fascismo dependiente*, cujo título, na realidade, é *Socialismo y fascismo en América Latina*.

profunda (DOS SANTOS, 1977). Restringindo sua análise aos países dependentes de desenvolvimento médio²⁰³, que alcançaram certo nível de industrialização, Dos Santos chama atenção para o impacto que essas transformações tiveram nas estruturas internas daqueles países, configurando um tipo distinto de fascismo²⁰⁴.

A argumentação do autor nesse artigo se concentra no papel cumprido pelas pequenas burguesias no fascismo latino-americano e na peculiaridade assumida pela questão nacional. Embora tais questões já estivessem presentes no artigo anterior, elas ganham um aprofundamento maior nesse caso. Remontando à importância que a pequena burguesia teve como base social do movimento político fascista europeu na década de 1920, tanto na formação do regime fascista, quanto em sua preservação, Dos Santos sublinha sua fragilidade nos países latino-americanos, dado o elevado grau de dependência daquela classe diante do grande capital nesses países. Como já havia enunciado naquele artigo, no fascismo latino-americano, é antes o grande capital que mobiliza a pequena burguesia como instrumento de massas para a tomada do poder e destruição das oposições populares e liberais²⁰⁵, desmobilizando-as tão logo tais objetivos sejam alcançados (DOS SANTOS et al., 1978, online).

Quanto à questão nacional, esta adquire outro caráter no fascismo latino-americano. Se no caso europeu, tal regime se inscreve em um contexto de luta interimperialista entre as grandes burguesias nacionais daqueles países, no caso da América Latina, as burguesias locais estão profundamente associadas ao capital internacional, que representa a fração hegemônica no bloco no poder²⁰⁶. O regime fascista latino-americano, portanto, ao privilegiar os interesses da fração monopolista internacional, encontra fortes

²⁰³ Dos Santos centra sua análise no fascismo na América Latina, porém ressalta a possibilidade de sua emergência em outros países dependentes: “[...] no se trata de un fenómeno solamente latinoamericano y puede ser generalizado para ciertos países de Asia, como Indonesia, o de África, como Sudáfrica, en los que hay un desarrollo capitalista que ya alcanzó un cierto nivel de industrialización, pero que no logra ni puede superar las características dependientes, lo que lleva a contradicciones bastantes específicas que tienden a ser resueltas por la forma de un Estado de excepción con la utilización sistemática del terror” (DOS SANTOS et al., 1978, online).

²⁰⁴ Cumpre mencionar que o autor afirma que as tendências contrarrevolucionárias do capital financeiro se dão com maior frequência nos países de desenvolvimento médio ou de imperialismo tardio, uma vez que é nesses países “[...] donde se combina esta situación revolucionaria con situaciones de lucha nacional que obligan a la clase dominante a un gran esfuerzo ideológico de identificación nacional y político de centralización del poder, para responder a las tendencias revolucionarias. Al mismo tiempo la clase dominante debe encontrar una estrategia económica que le permita responder a las exigencias de acumulación de capital para superar la crisis” (DOS SANTOS et al., 1978, online).

²⁰⁵ Como exemplos, Dos Santos cita o caso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida no Brasil, em 1964, pouco tempo antes do golpe militar, e as mobilizações que tiveram lugar no Chile contra a Unidade Popular, no golpe de 1973, e na Argentina, no golpe de 1976.

²⁰⁶ Embora Dos Santos se refira a “bloque del poder”, acreditamos que ele faz referência ao conceito poulantziano de bloco no poder, que em espanhol significa “bloque en el poder”. Cf. POULANTZAS, 1979.

limitações tanto à mobilização de uma base social nacional (DOS SANTOS et al., 1978), quanto à projeção daquelas burguesias locais ao exterior²⁰⁷. Refletindo a respeito da particularidade que a questão nacional assume no regime fascista dependente, Dos Santos afirma, entretanto:

[...] yo no diría que la cuestión nacional está liquidada simplemente por la afirmación del monopolio internacional en los mercados nacionales, aunque estén altamente internacionalizados. El desarrollo del capitalismo siempre implica un cierto grado de afirmación nacional, un cierto grado de integración de la economía a nivel nacional, un cierto grado de intervención del Estado en el sentido de fortalecer esta base nacional (DOS SANTOS et al., 1978, online).

Dentro dessa perspectiva, propriamente, é que o autor atenta para a possibilidade de desenvolvimento de um nacionalismo militar na região. De acordo com ele, a necessidade de fortalecimento do Estado, que a etapa monopolista do capital exigia naquele momento²⁰⁸, criava ilusões na pequena burguesia, no capital nacional e no setor tecnocrático civil-militar dos países dependentes a respeito da capacidade dos Estados latino-americanos assumirem certa autonomia em relação ao capital internacional. No entanto, o fascismo latino-americano estava circunscrito às limitações impostas pelas relações de dependência, o que representava restrições tanto à autonomia, quanto à soberania daqueles Estados (DOS SANTOS et al., 1978). O autor reconhece nessa contradição mais um aspecto particular aos fascismos dependentes.

Observando a possibilidade representada pelo fortalecimento do nacionalismo militar e o apoio dado pelo grande capital às “democracias restringidas”, Dos Santos reconhece que os regimes fascistas latino-americanos poderiam ser substituídos por regimes civis, chamando atenção para a importância que o movimento democrático popular assumiria diante desse novo contexto. Nesse artigo, portanto, a disjuntiva socialismo ou fascismo, que havia marcado seus escritos até então, é atenuada, o que não significa, porém, que ela esteja ausente. Como o próprio autor explicita na seguinte passagem:

La tendencia, por tanto, es que este movimiento popular pueda crear una situación democrática avanzada que no tendrá condiciones de sobrevivir dentro de los marcos

²⁰⁷ Esse argumento está presente no artigo anterior, quando o autor, depois de assinalar as aspirações das burguesias brasileira e argentina em “[...] lograr un poder económico y político imperial sobre América del Sur”, expõe os obstáculos por elas enfrentados, afirmando que “[...] cualquier proceso de expansión hacia el exterior encuentra un mercado ocupado por estos gigantes multinacionales difíciles de derrotar o aun de competir con ellos” (DOS SANTOS, 1977, p. 184). Em seu artigo com Vânia Bambirra, entretanto, Dos Santos recupera a análise de Ruy Mauro Marini sobre o subimperialismo para caracterizar as tendências expansionistas do regime “neofascista” brasileiro. Cf. BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1998, p. 167.

²⁰⁸ Dos Santos se refere ao papel que o desenvolvimento da infraestrutura estatal nos países latino-americanos tem no ciclo de acumulação do capital internacional.

del capitalismo y por ende planteará el problema del socialismo. De aquí que la cuestión de las relaciones entre democracia y socialismo sea una de las más importantes para la izquierda en América (DOS SANTOS et al., 1978, online).

Conforme antecipamos, as concepções de Theotônio dos Santos sobre fascismo se modificam de um artigo para outro, o que produz algumas transformações em sua análise sobre o fascismo dependente latino-americano. No artigo de 1977, o autor se dedica a evidenciar as diferenças entre o movimento político fascista e o regime fascista, analisando como seu deus o trânsito do primeiro para o segundo nas experiências fascistas clássicas. Embora Dos Santos identifique alguns traços gerais sobre o Estado fascista, tais elementos não são incorporados em sua definição sobre o fascismo, a qual está apoiada em características a respeito do regime político, da ideologia, e do movimento fascista.

O segundo artigo, por sua vez, está assentado em uma definição bastante geral do regime político fascista, que encontra justificativa, de acordo com Dos Santos, no privilégio dos aspectos essenciais desse regime, sua época histórica, seu caráter de classe e seu método de repressão. Nesse momento, o autor explica porque o Estado não ganha maior destaque em sua definição, o que se devia, em sua perspectiva, à variedade de formas por ele assumidas nos regimes fascistas. Assim, Dos Santos afirma apenas que o fascismo está ancorado em uma forma muito geral de Estado, caracterizada por regimes de exceção que recorrem ao terror como método de repressão. Consideramos que houve um alargamento no conceito de fascismo daquele momento para este, no sentido de fortalecer sua hipótese a respeito da caracterização dos regimes militares latino-americanos como fascistas. Se no primeiro artigo sua análise sobre o fascismo clássico e sobre o fascismo dependente estava marcada por uma fraca correspondência entre ambos, já que o autor não expõe com clareza os nexos que os articulam, concentrando-se, antes, nas diferenças de um para outro, no segundo, tal relação está mais bem explicitada.

No que tange propriamente à caracterização do fascismo dependente, nota-se que em *Socialismo y fascismo en América Latina* Dos Santos hesita em definir os regimes latino-americanos como fascistas propriamente. Sua análise oscila entre a indicação de elementos que permitiram afirmar que se tratava de um processo de fascistização ainda em curso, sem, entretanto, atribuir-lhes o qualitativo fascista, e a descrição dos traços específicos que definiam os regimes fascistas dependentes. Um desses elementos são as transformações que tiveram lugar nos Estados latino-americanos, alterações no interior do bloco no poder, na modalidade de intervenção do Estado na economia, na relação dos ramos do aparelho do Estado (relação entre executivo e legislativo), no grau de violência do aparelho repressivo, no

estabelecimento de um Estado de exceção. Como o autor, porém, não assenta sua definição de fascismo em uma caracterização da forma de Estado, nem deixa claro que são aquelas transformações nos Estados dependentes latino-americanos que lhe permitem caracterizar tal regime como um regime fascista, a comparação entre o Estado fascista “clássico” e o Estado fascista dependente no pensamento de Dos Santos se mostra obstaculizada.

Se naquele artigo tal comparação se vê dificultada, em *La cuestión del fascismo*, ela encontra-se impossibilitada. Embora nesse artigo aquela oscilação já não se faça presente, uma vez que sua argumentação está fundamentada no reconhecimento do caráter fascista dos regimes militares latino-americanos, por outro lado, nesse artigo, o autor não elabora sequer uma definição sobre o Estado fascista, como pontuamos anteriormente. Ainda que Dos Santos destaque a particularidade da questão nacional no fascismo latino-americano, atentando para o caráter dependente de tais Estados e para as contradições geradas pela nova fase imperialista, refletidas na configuração do bloco no poder nesses Estados, a ausência de uma reflexão em torno da forma específica que o Estado fascista reveste inviabiliza um cotejamento entre sua forma clássica, e sua forma “atípica”.

Tendo em vista que esse último artigo é construído em interlocução com Ruy Mauro Marini, cujo conceito de Estado de contrainsurgência foi objeto de análise no segundo capítulo, Dos Santos diverge da proposição realizada por Marini. Diferentemente de Marini, que, ao considerar o conceito de fascismo inadequado para analisar os regimes políticos latino-americanos, vê-se diante da necessidade de forjar um novo conceito, Dos Santos considera que tal conceito poderia ser traduzido para a situação latino-americana, desde que identificadas suas nuances. Outro ponto que distancia os dois autores, como já ressaltamos, diz respeito precisamente à importância atribuída por cada um ao Estado em sua análise. Se como o próprio autor chamou atenção, Marini atribui papel central à questão do Estado de Segurança Nacional em sua argumentação, Dos Santos considera tal aspecto secundário, enfatizando que

Esta caracterización me parece muy peligrosa, porque nos desvía hacia un aspecto secundario: para mí el aspecto central es la lucha del gran capital por imponer su hegemonía y la necesidad de recurrir para ello al Estado de excepción y al terror. **Las formas que utiliza el gran capital me parecen un aspecto secundario.** Pueden ser importantes en ciertos periodos históricos que tienen que ser analizados, pero son secundarias desde el punto de vista conceptual [...] (DOS SANTOS et al., 1978, online, grifos nossos).

Mesmo que essa consideração de Dos Santos esteja relacionada à possibilidade por ele vislumbrada de que o grande capital substituísse os regimes fascistas por regimes civis

democráticos, ela expõe como a reflexão em torno das formas de Estado e de regime ocupam um lugar menor em sua análise, o que enfraquece, inclusive, sua própria hipótese a respeito do fascismo latino-americano. Se tal aspecto é secundário, por que então denominar tal regime político como fascista e não como ditadura militar? Divergimos dessa concepção, apoiando-nos nas formulações de Nicos Poulantzas, em *Fascismo e Ditadura* (1972 [1970]) e em *A crise das ditaduras* (1978 [1975]), e de Atílio Boron, em *El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina* (1977), e salientamos que a forma assumida pelo Estado capitalista é determinante para definir os regimes políticos e, o que é ainda mais relevante, tem impactos centrais na luta de classes. Não seria outra a razão para que Marx se debruçasse sobre a forma específica revestida pelo Estado francês sob o governo de Luís Bonaparte, proporcionando uma refinada análise sobre o bonapartismo, um regime político particular do capitalismo, mesmo depois de já ter lançado as bases para a caracterização do Estado capitalista.

Entendemos, portanto, que a análise sobre o fascismo não pode prescindir de um estudo aprofundado da forma assumida pelo Estado em tais regimes. Nesse sentido, o caráter de classe, o período histórico e o método de repressão, elementos utilizados por Dos Santos em seu artigo de 1978 para definir o regime fascista, são, em nossa perspectiva, insuficientes para caracterizar os regimes latino-americanos como fascistas. Não pretendemos, com isso, negar a importância de se associar tal regime à fase vivida pelo capitalismo, às particularidades do processo de reprodução do capital no imperialismo, ao elevado grau de repressão e à hegemonia do grande capital, mas sim destacar seu caráter demasiadamente genérico, o que dificulta a diferenciação entre tal regime e outros regimes de exceção. Tal questão já havia sido assinalada por Poulantzas, que, ao buscar “[...] pôr em evidência os traços essenciais do fascismo como fenômeno político específico” (POULANTZAS, 1972, p. 9, v.1), afirma que é precisamente na identificação da forma particular adquirida pelo Estado fascista que reside sua distinção de outras formas de regimes capitalistas de exceção. Reproduzimos a argumentação do autor:

O fascismo não é mais do que uma forma particular de regime da forma de Estado capitalista de exceção: há outras, nomeadamente o bonapartismo e as diversas formas de ditadura militar. Assim, não se pode analisar o fenômeno preciso do fascismo senão propondo, ao mesmo tempo, uma teoria do Estado de exceção e da crise política, teoria que recobre igualmente as outras formas de regimes capitalistas de exceção (POULANTZAS, 1972, p. 7-8, v.1).

[...] o Estado fascista é uma **forma específica do Estado de exceção**, que em nenhum caso se poderá confundir com as outras formas de Estado capitalista. O **Estado fascista** constitui uma **forma crítica de Estado e de regime, que corresponde a uma crise política** (POULANTZAS, 1972, p. 9, v.1, grifos nossos).

Reconhecidos tais elementos, o autor percorre um longo caminho, desde uma caracterização das crises políticas que conduzem à criação de Estados de exceção, passando pela crise política específica da qual o Estado fascista emerge, sistematizando proposições gerais sobre a forma de Estado de exceção, para, enfim, chegar à forma assumida pelo Estado fascista, um tipo particular de regime de exceção. Desse percurso surge uma caracterização dos Estados de exceção apoiada em elementos como a forma de intervenção do Estado na economia; a autonomia relativa do Estado em relação às classes dominantes; a relação entre os aparelhos ideológicos e os aparelhos repressivos do Estado; a dominância de determinado ramo ou aparelho de Estado; bem como em modificações no sistema jurídico, no princípio do sufrágio, e no índice de burocratização. Nesse sentido, características como, por exemplo, o caráter intervencionista do Estado na economia, o recrudescimento da repressão física ou as mudanças no sistema jurídico, também presentes na análise realizada por Dos Santos em *Socialismo y fascismo en América Latina*, indicam, na concepção de Poulantzas, traços definidores dos Estados de exceção, Estados esses que se configuram como produtos de crises políticas, e podem estar articulados a três formas de regime político, fascismo, bonapartismo e ditadura militar.

A forma particular sobre a qual se funda o Estado fascista, como forma de regime político, é, na perspectiva do marxista grego, “[...] o ‘grau’ em que apresenta as características atrás mencionadas²⁰⁹, grau que difere segundo os regimes de exceção. Mas são também as **formas** de funcionamento e de relações dos aparelhos de Estado [...]” (POULANTZAS, 1972, p. 124, v.2, grifos originais). Segundo o autor, o Estado fascista é marcado pela presença, no seio dos aparelhos ideológicos de Estado, de um partido de massas, o que faz com que aquele seja caracterizado por uma mobilização permanente das massas populares; por uma articulação específica entre o partido fascista e o aparelho repressivo de Estado, que em um primeiro momento reflete o domínio deste por aquele, sendo seguido, por uma inversão nessa relação; pela dominância do aparelho de Estado por uma polícia política, ramo particular do aparelho repressivo do Estado; por uma ordem de subordinação dos aparelhos de Estado que vai, em ordem decrescente, da polícia política, para a administração burocrática, para o

²⁰⁹ As características às quais Poulantzas se refere precisamente são: “1. As formas e modalidades de intervenção do Estado no económico e nas relações sociais em geral, e as formas e modalidades da autonomia relativa do Estado em relação às classes dominantes. 2. O papel, as formas, e as suas relações mútuas, do aparelho de Estado e dos aparelhos ideológicos de Estado, o que corresponde a modificações do direito, que regula precisamente essas formas e relações. 3. A relação geral dos ramos no seio do próprio aparelho de Estado, o que corresponde, no Estado capitalista, à relação geral executivo-legislativo. 4. A relação geral no seio dos aparelhos ideológicos de Estado” (POULANTZAS, 1972, p. 99-100, v.2).

Exército; pelo papel adquirido pelo partido, pela família e pela propaganda na ideologia, entendidos pelo autor como sendo o “[...] tríptico dominante dos aparelhos ideológicos de Estado” (POULANTZAS, 1972, p. 127, v.2).

Considerando que nosso objetivo aqui não reside em esmiuçar a análise poulantziana, ou indicar seus acertos e equívocos, mas sim lançar luz sobre a relevância de se incorporar um estudo mais profundo sobre o Estado na discussão sobre o fascismo, ressaltamos que Poulantzas, ao abrigar em sua análise uma diferenciação entre tipos de Estado, formas de Estado e formas de regime político, explicitando a articulação entre as três dimensões, proporciona uma análise mais precisa sobre tal problemática. Tal diferenciação também se faz presente em *A crise das ditaduras*, obra na qual, como já havíamos indicado no primeiro capítulo, Poulantzas destaca a necessidade de se distinguir a forma de Estado de exceção das demais formas de Estado burguês. Referindo-se especificamente ao caso dos países dependentes, o autor afirma:

[...] a diferença entre a forma de Estado de exceção e as outras formas de Estado burguês não deve ser considerada apenas em relação à fase do imperialismo, mas também em relação ao **lugar que estas formas ocupam na cadeia imperialista**. E este lugar que determina algumas particularidades da luta de classes nos diversos países. No caso de países **dominados e dependentes**, a diferença deve ser entendida com referência à **zona de dependência**, e não levar a uma comparação mecânica com o que se passa nos países dominantes. De fato, comparando-se superficialmente, e segundo o padrão europeu-centrista, os regimes dos países dominados e dependentes com a ‘democracia à la ocidental’, é evidente que todos, mais ou menos, parecerão bem distantes deste modelo ideal típico e, **comparados com ele**, parecerão regimes de exceção. De um lado, isto pode levar à subestimação da diferença decisiva entre a forma de Estado de exceção (de guerra aberta) e as outras formas de Estado burguês no sentido que estes termos assumem **para os países dominados**. [...] Por outra parte, isto pode fazer acreditar que a fase atual do imperialismo condena inelutavelmente os países dominados – salvo se se fizer uma transição pura e simples para o socialismo – a fascismos, a bonapartismos ou a ditaduras reacionárias (POULANTZAS, 1978, p. 101-102, grifos originais).

Ainda nessa direção, recuperamos a análise de Boron, o qual intervém de maneira crítica no debate sobre o fascismo na América Latina. Apoiado nas análises que Poulantzas e Gramsci formularam a respeito do fascismo europeu, o autor problematiza o emprego desse conceito na interpretação das ditaduras militares latino-americanas. Para Boron, os equívocos a que poderiam levar uma definição imprecisa do caráter daqueles regimes poderiam se estender para muito além de uma contenda meramente teórica, adquirindo impactos nas estratégias das lutas populares na região. Como o autor ressalta, “La necesidad de su rigurosa caracterización no se funda, por esto mismo, en una mera preocupación lexicológica sino en una exigencia impuesta por la coyuntura política vigente” (BORON, 1977, p. 482).

Reconhecendo, assim, a centralidade que tal discussão ocupava naquele contexto, Boron enfatiza:

[...] es necesario que la vanguardia latinoamericana lleve a cabo, como señalaba Lenin, un diagnóstico concreto de una situación concreta que evite caer en la trampa de una **identificación abstracto-formal de los regímenes dictatoriales latinoamericanos**. La inseparable unidad del trabajo teórico y la praxis política impone la obligación de enriquecer el esfuerzo analítico a fin de descifrar los interrogantes planteados por la transformación de la dominación burguesa en nuestras sociedades; por tanto, no es recurriendo a la denuncia ideológica, o a consignas que quizás fueron justas y correctas para otros tiempos y lugares como se iluminarán los rasgos distintivos de los gobiernos represivos en América Latina (BORON, 1977, p. 482).

Embora o marxista argentino não direcione explicitamente suas críticas a Theotônio dos Santos, uma vez que tal autor não é citado uma única vez em seu artigo²¹⁰, há uma interlocução com a chave analítica na qual Dos Santos desenvolve seu pensamento, a assertiva socialismo ou fascismo²¹¹, bem como com alguns dos argumentos sustentados no artigo *Socialismo y fascismo en América Latina*.

Preocupado em acentuar a dimensão histórica do conceito de fascismo, Boron, que também o concebe como uma forma excepcional do Estado capitalista, afirma que o fascismo

[...] fue la forma como se ‘resolvió’ una crisis económica y política particular que se situaba en el interior de las economías capitalistas avanzadas y en las cuales una burguesía de tardía formación, frenada en su desarrollo por la reciente y precaria solución de la cuestión nacional y el problema agrario y la morosa formación del mercado, tuvo que enfrentarse, simultáneamente, a la creciente movilización política

²¹⁰ O artigo de Boron aparece no número seguinte àquele no qual Dos Santos teve seu artigo *Socialismo y fascismo en América Latina* publicado. Trata-se de dois números da *Revista Mexicana de Sociología*, publicados no trimestre de janeiro a março e de abril a junho, de 1977, que trazem uma seção dedicada ao tema “¿Fascismo en América Latina?”. Uma vez que os dois números da revista não contêm apresentações do comitê editorial acerca do conteúdo da revista, não pudemos obter informações sobre a organização desses números. Chama atenção, entretanto, que Boron não tenha feito nenhuma menção a Dos Santos, considerando seus escritos anteriores sobre o tema, sobretudo seus livros *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano* e *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia*, de 1969 e 1972, respectivamente, nem à publicação do artigo de Dos Santos no número imediatamente anterior da revista mexicana.

²¹¹ No seguinte trecho, Boron tece uma crítica contundente à máxima “socialismo ou fascismo”: “[...] creemos que es necesario evitar una visión ‘mecanicista-economicista’ de estos regímenes, la cual permitiría ‘leer’ el síntoma que preanuncia su caída a partir del examen somero de su fracaso económico. Este catastrofismo supone una secuencia que, originada en la agudización de las contradicciones del capitalismo conduce a crisis cada vez más profundas. La burguesía se vería así obligada a ‘jugar su última carta’ de la dictadura militar la cual, una vez desmoronada por otra crisis general capitalista, sería sucedida por la revolución proletaria que abriría las puertas al socialismo. Por lo tanto hay aquí un riesgo gravísimo: sin un análisis concreto de la coyuntura de la lucha de clases se puede caer en la tentación de ‘profetizar’ que luego de la dictadura militar llegó la hora del socialismo. De este modo, **un análisis abstracto del Estado y la coyuntura de la lucha de clases puede desembocar en una estrategia paralizante de la clase obrera**: el fracaso económico de la dictadura, demostrable con datos en la mano, lleva al socialismo. Se subestiman así los complejos y variados mecanismos de recuperación que posee el capitalismo y que ya han dado pruebas de ser capaces de sortear crisis gravísimas en repetidas ocasiones” (BORON, 1977, p. 522, grifos nossos).

del proletariado, dentro de sus propias fronteras, y a la pujanza de las burguesías nacionales de las potencias capitalistas más avanzadas que ya habían conquistado los mercados exteriores vitales para la prosecución del proceso de acumulación. Por lo tanto, cuando se habla de fascismo se está hablando del imperialismo y de formas de organización estatal que corresponden a economías capitalistas avanzadas. El fascismo es incomprensible sin la rivalidad interimperialista que provocó el estallido de la primera guerra mundial; sólo se lo puede descifrar como fenómeno político si se atiende a las tendencias expansionistas – latentes en la propia estructura del capitalismo monopólico – de las burguesías europeas (BORON, 1977, p. 492-493).

Partindo dessa perspectiva, aqueles elementos que, para Dos Santos, constituíam as particularidades do fascismo dependente, são compreendidos por Boron como os argumentos que precisamente impedem que os regimes latino-americanos recebam essa denominação. O papel secundário das burguesias nacionais latino-americanas, que ocupavam uma posição subordinada no bloco no poder em relação à burguesia monopolista internacional, contrasta, segundo o autor, com a hegemonia das burguesias nacionais europeias que buscavam, por meio do expansionismo militar, assegurar o controle dos mercados externos. Distintamente dos regimes fascistas, os regimes militares latino-americanos não gozavam do apoio de uma base de massas, nem eram capazes de elaborar uma ideologia totalitária de reorganização social, apoiada no nacionalismo, na soberania e na autarquia. Ademais, o Estado sob as ditaduras militares latino-americanas não sofreu uma reestruturação comparável àquela pela qual passou o Estado fascista europeu. Segundo Boron, as mudanças no Estado latino-americano se limitaram à supressão das instituições características do Estado liberal e a transformações no pessoal de Estado, diferindo, portanto, do Estado corporativista fascista (BORON, 1977, p. 517).

Na concepção de Boron, os regimes militares latino-americanos representavam um fenômeno novo, o qual é descrito pelo autor nesse longo excerto:

Aquí aparece entonces un fenómeno que nos atreveríamos a calificar de nuevo, a saber: **el surgimiento de las fuerzas armadas como el partido orgánico de la gran burguesía monopólica y sus fracciones aliadas afrontando un período de crisis hegemónica. Es entonces la propia institución militar la que aparece como el ‘partido del orden’ en un momento en que entran en crisis las diversas fórmulas populistas con las cuales se pretendió resolver, durante varias décadas de la historia latinoamericana la quiebra del Estado oligárquico liberal.** La cuestión de la hegemonía burguesa es entonces provisoriamente resuelta pero no ya por la burguesía nacional sino que por el capital monopólico internacional que hegemoniza una coalición con otros sectores de las clases dominantes y algunas capas de la pequeña burguesía: por consiguiente, el ‘Estado militar’ pasa a ser la forma como se pone fin a un período de crisis orgánica y se instala la hegemonía burguesa. [...] De ahí la militarización del Estado: el surgimiento de una clase política reclutada entre los mandos de la burocracia armada en reemplazo de los viejos representantes orgánicos de las clases dominantes y de los funcionarios públicos que ocupaban los peldaños superiores de la burocracia estatal y de las empresas fiscales; el predominio del aparato represivo sobre el conjunto de las demás ramas; la exaltación de valores tales como el ‘orden’, la disciplina, el

nacionalismo y el apoliticismo, propios y característicos de las fuerzas armadas. En suma, es la institución militar la que asume la representación política del nuevo bloque dominante y que convierte, a través de un complejo sistema de mediaciones y compromisos económicos y político-ideológicos, el predominio de la burguesía monopólica en el proceso productivo en hegemonía política sobre el conjunto de la sociedad (BORON, 1977, p. 518-519, grifos originais).

Partindo, como Dos Santos, do caráter dependente dos Estados capitalistas latino-americanos, e avançando em uma reflexão que se debruça sobre as transformações na forma desse Estado na fase de internacionalização do capital, e sob as ditaduras militares, Boron propõe uma outra chave de leitura sobre esse Estado de exceção, que se distingue, em sua perspectiva, das formas tradicionais de regimes de exceção: bonapartista, fascista e ditaduras militares. O “Estado militar”, nesse sentido, corresponderia a uma nova modalidade de dominação burguesa (BORON, 1977).

Recorremos, aqui, à análise elaborada por Boron no sentido de contrapor duas interpretações distintas acerca dos regimes militares latino-americanos. Haveria muitas mais, porém nosso intuito era chamar atenção para a importância que a forma específica do Estado dependente latino-americano assume na definição dos regimes políticos.

Conclusão

A presente tese de doutorado representou um esforço de identificar, nos escritos de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio Dos Santos, o lugar do Estado em suas formulações sobre a problemática da dependência. Pudemos, a partir das leituras e análise dos escritos desses teóricos, verificar que, embora não exista uma elaboração sistemática em torno do Estado dependente, os autores oferecem importantes aportes para compreender o caráter dependente dos Estados latino-americanos, sobretudo a partir de suas considerações sobre a configuração do bloco no poder desses Estados, indicando a posição hegemônica das burguesias imperialistas internacionais e a integração entre os interesses dessas classes e das classes dominantes locais. É precisamente nesse elemento que reside, em nossa perspectiva, a principal contribuição desses teóricos marxistas da dependência à caracterização dos Estados dependentes. Ao mesmo tempo em que tal traço permite distinguir entre Estados dependentes e Estados imperialistas, representa uma crítica contundente às pretensões de um desenvolvimento nacional “autônomo” por parte das burguesias latino-americanas, como propugnado pelas ideologias desenvolvimentistas. Em acordo com a argumentação de Bambirra, a teoria marxista da dependência, ao evidenciar os nexos entre as classes dominantes locais e as classes dominantes internacionais, através do Estado, não perde de vista o caráter de classe desse Estado, ressaltando, antes, como tal dominação ganha concretude nesses países, reproduzindo uma estrutura de poder internacional.

Outro elemento que chama atenção na análise daqueles autores diz respeito à suas reflexões em torno da autonomia relativa dos Estados latino-americanos frente aos Estados imperialistas, a qual ganha sua formulação mais avançada na concepção de subimperialismo de Marini. Sem negar o caráter subordinado desses Estados, já que tal processo tem lugar sob os marcos de uma cooperação antagônica com os Estados imperialistas, o autor destaca a possibilidade que se abre para alguns Estados latino-americanos, na fase imperialista de integração dos sistemas produtivos, de desenvolverem uma política expansionista. Tal análise é compartilhada pelos demais autores, aparecendo, no caso de Dos Santos, em sua consideração sobre o fortalecimento do capitalismo de Estado e do nacionalismo militar nos regimes fascistas latino-americanos.

Assinalamos, ademais, as interpretações de Marini e de Dos Santos sobre os golpes militares, quando tem lugar um esforço dos autores de analisar as mudanças dos regimes políticos na região. Partindo de chaves analíticas distintas, no caso de Marini, a partir da caracterização do Estado de contrainsurgência e da crítica ao emprego do conceito de

fascismo para a realidade latino-americana, e no de Dos Santos, por meio de sua elaboração sobre o fascismo dependente, os autores atentam para as especificidades das novas formas de Estado e de regime político assumidas naquele momento.

Ainda que reconheçamos as contribuições dos três autores à reflexão em torno do caráter dependente dos Estados latino-americanos, reafirmamos a validade da hipótese aventada em nossa introdução. A análise dos escritos de Bambirra, Marini e Dos Santos evidenciou que o tratamento que o Estado dependente recebe na obra desses autores contrasta com o elevado aprofundamento do qual goza a caracterização do capitalismo dependente latino-americano. O próprio percurso de pesquisa é reflexo disso, já que grande parte do trabalho consistiu, precisamente, em reunir, a partir de elementos dispersos nas obras dos autores, as reflexões sobre o Estado em suas formulações sobre a dependência. Outro elemento é a própria ausência do conceito de Estado dependente, presente apenas em alguns escritos de Marini e em uma passagem na obra Dos Santos. Diferentemente do conceito de capitalismo dependente e mesmo de dependência, os autores não incorporam o conceito de Estado dependente em suas explicações sobre tal fenômeno.

Observando os elementos discutidos na tese, chamam atenção, por exemplo, no caso de Bambirra, que a autora dedique apenas um item de sua obra *El capitalismo dependiente latinoamericano* à problematização da dimensão política da dependência, que sua análise sobre o populismo nos países de tipo A não esteja assentada em uma discussão mais aprofundada sobre os traços distintivos da forma específica do Estado populista, ou mesmo que em seu estudo sobre os países de tipo B o Estado quase não esteja presente. No caso de Marini, embora seja em sua obra que a reflexão sobre o Estado dependente se encontre mais desenvolvida, consideramos que em uma de suas principais contribuições à teoria marxista da dependência, na formulação acerca da superexploração do trabalho, o Estado ocupa um lugar marginal. A crítica que tecemos a Dos Santos, por sua vez, concentrou-se em sua interpretação a respeito do fascismo dependente, e teve por intuito sublinhar a relevância que um estudo da forma particular de Estado tem na análise dos regimes políticos, traço que carece de maior desenvolvimento nos escritos do autor.

Feitas essas ponderações, ressaltamos que o objetivo da presente pesquisa foi, partindo das relevantes formulações de Bambirra, Dos Santos e Marini sobre a problemática da dependência latino-americana, lançar luz sobre a importância de se avançar no estudo das particularidades do Estado capitalista dependente e de seu papel na reprodução das relações de dependência. Seguindo os estudos já realizados por Jaime Osorio, que tem se debruçado sobre tal objeto nos últimos quinze anos, acreditamos que se trata de um campo fundamental

de investigação para os estudos recentes que se filiam à tradição da teoria marxista da dependência. Não se trata de um interesse meramente acadêmico, mas de uma necessidade colocada pela própria luta política concreta. Em tempos como os atuais, de crise política na América Latina, coloca-se como urgente o desenvolvimento de um estudo sistemático sobre os Estados capitalistas dependentes latino-americanos, destacando suas especificidades, evidenciando os impactos e efeitos que a hegemonia das frações burguesas internacionais no bloco no poder desses Estados tem para a luta de classes na região, aprofundando-se na relação desses Estados com as classes trabalhadoras, seja por uma maior recorrência da instabilidade política a que tais Estados estão sujeitos nesses países, seja pela articulação entre os mecanismos de superexploração do trabalho e de transferência do valor, que caracterizam esse capitalismo dependente.

Referências Bibliográficas:

ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James S. *The politics of the developing areas*. Princeton: N. J. Princeton University Press, 1960.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980[a] [1970].

_____. O objeto de *O capital*. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. *Ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980[b]. v. 2

_____. *Pour Marx*. Paris: Découverte, 1986.

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. São Paulo: [s.n], 2012. Tese (doutorado).

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008.

_____. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katál*, Florianópolis v. 12, n. 2, p. 216-225, jul./dez., 2009.

ANSALDI, Waldo. *Frívola y casquivana, mano de hierro en guante de seda*. Una propuesta para conceptualizar el término oligarquía en América Latina. Buenos Aires: UBA, 1991. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/udishal/art/frivolacasquivanamanodehierro.pdf>>. Acesso em: 28/10/2017.

ARONOWITZ, Stanley; BRATSKIS, Peter. *Paradigm Lost: State Theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

BALIBAR, Étienne. Elementos para una teoría del tránsito. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Para leer el Capital*. 11. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1969 [1965].

BAMBIRRA, Vânia. La revolución cultural y el marxismo. *Estudios Internacionales*, v. 2, n. 3, p. 406-416, 1968.

_____. Los errores de la teoría del foco. In: HUBERMAN, Leo et al. *Debray y la revolución latinoamericana*. México, D.F.: Nuevo Tiempo, 1970.

_____. Diez años de insurrección en América Latina. In: BAMBIRRA, Vânia (Org.). *Diez años de insurrección en América Latina*. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana, 1971.

_____. *La revolución cubana: una reinterpretación*. 3. ed. México, D.F.: Nuestro Tiempo, 1976 [1973].

_____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, D.F.: Era, 1978.

_____. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. 6. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1979 [1974].

_____. *Memorial*. Brasília, 1991. (mimeo)

_____. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Edunb, 1993.

BAMBIRRA, Vânia; DOS SANTOS, Theotônio. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*. Tomos 1 e 2. México, D.F.: Era, 1981.

_____. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura – 50 años de crisis social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: Historia de Medio Siglo*. 11. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1998 [1977].

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Crítica Marxista*, n.36, p. 115-127, 2013.

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BIANCHI, Alvaro. Uma Teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo. *Lua Nova*, n. 70, São Paulo, p. 39-82, 2007[a].

_____. *Trazendo o Estado de volta para a teoria: o debate Poulantzas-Miliband revisitado*. Anais do 31º Encontro Nacional da ANPOCS, 2007[b].

_____. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BICHIR, Maíra Machado. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Campinas: [s.n], 2012. Dissertação (mestrado).

_____. Resenha: O Estado no centro da mundialização - A sociedade civil e o tema do poder. *Crítica Marxista*, v. 42, p. 191-193, 2016.

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: _____. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. *Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017.

BORON, Atilio. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 2, p. 481-528, abril-junio, 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3539775>>. Acesso em: 07/08/2017

CADERNOS CEMARX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 9, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisions acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. *Razón y revolución*, n. 25, p. 91-124, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo; CORRÊA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 10-30, junho-setembro, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1970].

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, p. 9-55, 1978.

CASSIGOLI, Armando. Fascismo típico y fascismo atípico. *Nueva Política*, n. 1, janeiro-março, 1976, n.p.

CASTELO, Rodrigo; CORREA PRADO, Fernando; O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, v. 3, n. 1, p. 1-29, dez., 2013.

CASTILLO, José Ernesto. La genealogía del Estado en Marx. In: THWAITES REY, Mabel. *Estado y marxismo: un siglo y medio de debates*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

CHIROT, Daniel; HALL, Thomas D. World-system theory. *Annual Review of Sociology*, v. 8, p. 81-106, agosto, 1982.

CODATO, Adriano. O 18 Brumário, política e pós-modernismo. *Lua nova*, n. 63, p. 85-116, 2004.

_____. Poulantzas, o Estado e a Revolução. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 65-85, 2008.

CORREA PRADO, Fernando. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. Texto apresentado no II Curso sobre Conjuntura – “Marxismo latino-americano, imperialismo, e a conjuntura político-econômica de nosso continente”, Escola Nacional Florestan Fernandes, 4 de novembro de 2010 (mimeo).

_____. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: [s.n], 2015. Tese (doutorado).

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUEVA, Agustín. La fascistización de América Latina. *Nueva Política*, n. 1, janeiro-março, 1976, n.p.

_____. La cuestión del fascismo. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 2, p. 469-480, abril-junho, 1977.

_____. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. In: _____; compilador Alejandro Moreano. *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Niterói: [s.n], 2012. Tese (doutorado).

DOS SANTOS, Theotônio. A ideologia fascista no Brasil. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, 1965.

_____. *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

_____. *La crisis norteamericana y América Latina*. Buenos Aires: Periferia, 1972.

_____. *Dependencia y cambio social*. Santiago, Chile: CESO, 1973[a].

_____. *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Periferia, 1973[b].

_____. *Imperialismo y empresas multinacionales*. Buenos Aires: Galerna, 1973[c].

_____. Socialismo y fascismo en América Latina hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 1, p. 173-190, jan-mar., 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3539794>>. Acesso em: 07/08/2017.

_____. *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978. Disponível em: <<http://ru.iiec.unam.mx/3098/1/SocOFas.pdf>>. Acesso em: 16/07/2017.

_____. *Memorial*. Niterói, 1996. (mimeo)

_____. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS et al. La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre, 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/282_fascismo_america_latina.html>. Acesso em: 01/05/2017.

DUARTE, Pedro Evangelista. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. Campinas: [s.n], 2015. Tese (doutorado).

_____. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. Uberlândia: [s.n], 2010. Dissertação (mestrado).

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 [1884].

_____. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx. In: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1871].

_____. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015 [1878].

EVERS, Tilman. *El estado en la periferia capitalista*. 3. ed. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1985 [1977].

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Nacional, 1980.

GOUVÊA, Marina Machado Magalhães. *Imperialismo e método: Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia*. Rio de Janeiro: [s.n], 2016. Tese (doutorado).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.3.

GUANAIS, Juliana Biondi. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira*. Campinas: [s.n], 2016. Tese (doutorado).

KAPLAN, Marcos. Hacia un fascismo latinoamericano. *Nueva Política*, n. 1, enero-marzo, 1976, n.p.

KAYSEL, André. *Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: [s.n], 2014. Tese (doutorado).

LACLAU, Ernesto. The Specificity of the Political: around the Poulantzas-Miliband Debate. *Economy and Society*, v. 4, n. 1, p. 87-110, February, 1975.

LÊNIN, Vladimir I. Acerca de los compromisos. In: _____. *Obras escogidas*. Tomo II. Moscou: Progreso, 1961 [1917]. Disponível em: <<http://bolchetvo.blogspot.com.br/2008/05/lenin-obras-escogidas-tomo-ii.html>>. Acesso em: 27/10/2016.

_____. Informe de la Comisión para los Problemas Nacional y Colonial. In: _____. *Obras escogidas*. Tomo XI. Moscou: Progreso, 1973 [1920]. Disponível em: <<http://bolchetvo.blogspot.com.br/2009/10/lenin-obras-escogidas-11-12.html>>. Acesso em: 27/10/2016.

_____. Primer esbozo de las tesis sobre los problemas nacional y colonial para el II Congreso de la Internacional Comunista. In: _____. *Obras escogidas*. Tomo XI. Moscou:

Progreso, 1973 [1920]. Disponível em: <<http://bolchetvo.blogspot.com.br/2009/10/lenin-obras-escogidas-11-12.html>>. Acesso em: 27/10/2016.

_____. *O Estado e a Revolução*. Porto: Firmeza, 1974 [1917].

_____. El derecho de las naciones a la autodeterminación. In: _____. *Obras completas*. Tomo XXI. Madri: Akal, 1977 [1914].

_____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982 [1917].

LEWIS, W. Arthur. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

LIGUORI, Guido. Estado e Sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIPSET, Seymour M; SMELSER, Neil J. *Social structure and mobility in economic development*. Chicago: Aldine, 1966.

LUCE, Mathias. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. A história de uma categoria. Porto Alegre: [s.n], 2011. Tese (doutorado).

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119-141, junho, 2012.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr., 2013[a].

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Critica Marxista* (São Paulo), v. 36, p. 129-141, 2013[b].

LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988 [1909].

MARINI, Ruy Mauro. El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo. *Revista Arauco*, n. 71, diciembre, 1965[a]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/032_eje_militar_brasil_argentina.pdf>. Acesso em: 09/11/2016.

_____. Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo. *Foro Internacional*, v. 5, n. 4, p. 511-546, abril-junio, 1965[b]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/031_conflictos_brasil.html>. Acesso em: 09/11/2016.

_____. Resenha: Dialéctica del Desarrollo. *Foro Internacional*, v. 6, n. 1, septiembre, 1965 [c]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/326_dialectica_del_desarrollo.pdf>. Acesso em: 09/11/2016.

_____. Militarismo y desnuclearización en América Latina: el caso de Brasil. *Foro Internacional*, v. 8, n. 1, julio-septiembre, 1967. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/034_militarismo_brasil.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Reforma y Revolución: una crítica a Lelio Basso. *Sociedad y desarrollo*, n. 2, p. 147-154, abril-junio, 1972. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/051_reforma_revolucion_1972.pdf>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. *Dependencia y subimperialismo en América Latina*. Suplemento Cultural de Siempre!, n. 1030, México, 21 de marzo de 1973. Entrevista realizada por Luis Ángeles. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/332_dependencia_subimperialismo.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. ¿Hacia una “democracia viable” en América Latina?. *El Sol de México*, 16 de diciembre de 1976[a]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/142_democracia_viable.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Estados Unidos y las dictaduras militares. *El Sol de México*, 23 de diciembre de 1976[b]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/143_dictaduras_militares.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Fricciones entre el imperialismo y la Junta: la izquierda debe avanzar. *Correo de la Resistencia*, MIR, n. 14, noviembre-diciembre, 1976[c]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/305_imperialismo_junta.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México, D.F.: Era, 1976[d].

_____. Prólogo. In: BAMBIRRA, Vânia. 3. ed. *La revolución cubana: una reinterpretación*. México, D.F.: Nuestro Tiempo, 1976[e] [1973].

_____. *Subdesarrollo y revolución en América Latina*. 8. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1977[a].

_____. Latinoamérica: el Estado contrarrevolucionario. *El Sol de México*, 6 de enero de 1977[b]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/145_estado_contrarrevolucionario.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Brasil: una dictadura sin adversarios definidos. *El Sol de México*, 31 de marzo de 1977[c]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/153_brasil_dictadura.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Brasil: un régimen en crisis. *El Sol de México*, 7 de abril de 1977[d]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/154_brasil_crisis.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, Ediciones Era, México, p. 76-84, julio-septiembre, 1977[e]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos* n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977[f]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. La universidad brasileña. *Revista de Educación Superior*, v. VI, n. 2 (22), ANUIES, México, abril-junio, 1977[g]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/053_universidad_brasil.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Reedición de “El Principito”: Las dictaduras hacen girar el sol. *El Universal*, 25 de enero de 1978[a]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/188_dictaduras.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Cambios en el “modelo”: la economía brasileña se hace más excluyente. *El Universal*, 19 de abril de 1978[b]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/200_economia_brasil.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (coord.). *Mercado y dependencia*. México D.F.: Nueva Imagen, 1979[a]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, Ediciones Era, México, p. 18-39, abril-junio, 1979[b]. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Fuerzas armadas y gran capital. *Cuadernos de Marcha*, n. 9, p. 5-9, septiembre-octubre, 1980.

_____. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre 1972. Publicado en 1973 por el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile. Reimpresión del Comité de Publicaciones de los Alumnos de la ENAH, México, 1974; cotejado con la versión publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, *Cuaderno Universitario* n. 2, Panamá, septiembre, 1981. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, n. 7, México, 1982. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. *Alianzas y compromisos en la democracia socialista*. Ponencia presentada en el encuentro continental celebrado en Managua, Nicaragua (12-15 de julio de 1987), en homenaje al Che Guevara, en ocasión del XX Aniversario de su asesinato. Publicada en *Crisis y alternativas revolucionarias en América (I)*, Editorial Compañero, Montevideo, Uruguay, 1987. Disponible em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/286_alianzas_compromisos.html>. Acceso em: 09/11/2016.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página aberta, 1992.

_____. *El concepto de trabajo productivo*. Archivo de Ruy Mauro, 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/078_trabajo_productivo.html>. Acesso em: 09/11/2016.

_____. La crisis del desarrollismo. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Orgs.). *La teoría social latino-americana: textos escogidos*. Tomo II La teoría de la dependencia. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

_____. Análise da conjuntura política brasileira pré-anistia. Entrevista concedida a João Pedro Stédile, em julho de 1978 para o jornal Em Tempo, México. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Memórias [1994]. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Dialéctica de la dependencia [1972]. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007. Antología organizada por Carlos Eduardo Martins.

_____. En torno a Dialéctica de la dependencia [1974]. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007. Antología organizada por Carlos Eduardo Martins.

_____. Las razones del neodesarrollismo [1978]. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007. Antología organizada por Carlos Eduardo Martins.

MARINI et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, n. 82, p. 9-47, octubre-diciembre, 1975.

MARINI et al. La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre de 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/282_fascismo_america_latina.html>. Acesso em: 09/11/2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1848].

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011[a] [1852].

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011[b] [1871].

_____. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012[a] [1850].

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012[b] [1891].

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MEIRELES, Mateus Filippa. *Origens da Teoria Marxista da Dependência: o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile e a práxis de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos (1966-1973)*. Porto Alegre: [s.n], 2014. Monografia.

MILIBAND, Ralph. The capitalist State: Reply to N. Poulantzas. *New Left Review*, n. 59, p. 53-60, January-February, 1970.

_____. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. Poulantzas and the Capitalist State. *New Left Review*, n. 82, p. 83-92, November-December, 1973.

MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth, 1957.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización*. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 2004.

_____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo*. México, D.F.: Itaca, 2009.

_____. *Estado, biopoder, exclusión: Análisis desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2012.

_____. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y revolución*, n. 25, p. 9-34, primer semestre de 2013.

_____. *Estado, reproducción del capital y lucha de clases*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014[a].

_____. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Outras Expressões, 2014[b].

_____. *Teoría marxista de la dependencia*. México, D.F.: Itaca, 2016.

OURIQUES, Nildo Domingos. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. México, D.F.: [s.n], 1995. Tese (doutorado).

OVALLE, Iván López; NIELL, Mateo Crossa. Marini y la cuestión del Estado. *Cadernos Cemarx*, n. 9, p. 49-67, 2016.

PACHUKANIS, Evgeni B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Coimbra: Centelha, 1977 [1924].

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora*. Curitiba: Juruá, 2009.

POULANTZAS, Nicos. The Problem of the Capitalist State. *New Left Review*, n. 58, p. 67-78, November-December, 1969.

- _____. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972 [1970]. 2 volumes.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1974].
- _____. The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau. *New Left Review*, n. 95, p. 63-83, January-February, 1976.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1968].
- _____. *A crise das ditaduras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1975].
- _____. *Poder político y clases sociales*. 18. ed. México, D.F: Siglo veintiuno, 1979 [1968].
- _____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980 [1978].
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2010 [1942].
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo económico*, v. 26, n. 103, p. 479-502, Oct. - Dec., 1986 [1949].
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1817].
- ROCHA, Mirella Farias. *Capitalismo dependente e Serviço Social: Crítica à Formação Social Brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras Contradições*. Rio de Janeiro: [s.n], 2017. Tese (doutorado).
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ROSTOW, W. W. A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- _____. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 46-66, 2008.
- SEABRA, Raphael Lana; BUENO, Fábio Marvulle. El protagonismo brasileño en el siglo XXI: subimperialismo o semiperiferia?. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 2, p. 75-86, 2012.
- SEMO, Enrique. *La crisis actual del capitalismo*. México: Editorial Ediciones de cultura popular, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. São Paulo: J. Olympio, 1944.

SOLÍS GONZÁLEZ, José Luis. El Estado en el debate latinoamericano sobre el subdesarrollo y la dependencia: un enfoque crítico. *Herramienta web*, n. 19, agosto, 2016. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revistaweb>>. Acesso em: 10/03/2017.

SONNTAG, Heinz R. Hacia una teoría política del capitalismo periférico. [1974] In: SONNTAG, Heinz R.; VALECILLOS, Héctor. *El estado en el capitalismo contemporáneo*. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1990 [1977].

SOTELO, Adrián. *La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. Morelia: Ítaca, 2003.

_____. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*. México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

SOUZA, Angelita Matos. *O Estado dependente no Brasil*. Campinas: [s.n], 1995. Dissertação (mestrado).

SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*, n. 36, p. 143-151, 2013.

THWAITES REY, Mabel. *Estado y marxismo: un siglo y medio de debates*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

TRINDADE, Helgio. La cuestión del fascismo en América Latina. *Desarrollo económico*, v. 23, n. 91, p. 429-447, octubre-diciembre, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3466521>>. Acesso em: 07/08/2017.

VARGAS, Tatiana Prado. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini*. Campinas: [s.n], 2009. Monografia.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo de trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

WEFFORT, Francisco C. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional. *Estudos Cebrap*, n. 1, p. 1-24, 1971.

_____. Estado e massas no Brasil [1966]. In: _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

ZAVALETA MERCADO, René. Nota sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 1, n.p., enero-marzo, 1979.

ZEA, Leopoldo. Fascismo dependiente en Latinoamérica. *Nueva Política*, n. 1, n.p., enero-marzo, 1976.

_____. *Discurso desde a marginalização e a Barbárie*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Desde abajo, 2012.

Sítios consultados:

www.marini-escritos.unam.mx

www.ufrgs.br/vaniabambirra

www.jstor.org

www.herramienta.ar

www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal/

<http://ru.iiec.unam.mx/3105/1/ObrasReunidasTheotonioDosSantos.pdf>

bolchetvo.blogspot.com.br/